

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Fabiane Ripplinger

Especialização produtiva e reconfiguração do espaço regional: permanências e rupturas
na territorialização da agroindústria da carne em Chapecó-SC

Uberlândia
2026

Fabiane Ripplinger

Especialização produtiva e reconfiguração do espaço regional: permanências e rupturas
na territorialização da agroindústria da carne em Chapecó-SC

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia (PPGEO) da Universidade
Federal de Uberlândia (UFU) como
requisito parcial para obtenção do título
de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas
Territoriais e Estudos Ambientais
Linha de Pesquisa: I – Dinâmicas
Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da
Silva.

Uberlândia

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R593 2026	Ripplinger, Fabiane, 1997- Especialização produtiva e reconfiguração do espaço regional [recurso eletrônico] : permanências e rupturas na territorialização da agroindústria da carne em Chapecó-SC / Fabiane Ripplinger. - 2026. Orientador: Vicente de Paulo da Silva. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós- graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026.202 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações. 1. Geografia. I. Silva, Vicente de Paulo da, 1962-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título. CDU: 910.1
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 297, PPGGEO				
Data:	23 de fevereiro de 2026	Hora de início:	14h:00min.	Hora de encerramento:	19h:00min
Matrícula do Discente:	12213GEO004				
Nome do Discente:	Fabiane Ripplinger				
Título do Trabalho:	Especialização produtiva e reconfiguração do espaço regional: permanências e rupturas na territorialização da agroindústria da carne em Chapecó-SC				
Área de concentração:	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais				
Linha de pesquisa:	Educação Geográfica e Representações Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica, no Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva (IGESC) da Universidade Federal de Uberlândia, sala 1H14, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: **Ricardo Alberto Scherma** - UFFS-SC; **Eduardo Von Dentz** - UFC-CE; **Marlon Brandt** - UFFS-SC; **João Cleps Junior** - IGESC - UFU; e **Vicente de Paulo da Silva** - IGESC-UFU, orientador da candidata. Os membros da Banca participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, **Professor Vicente de Paulo da Silva** - IGESC-UFU, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta ocorreram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente Ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente de Paulo da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2026, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Cleps Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2026, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Von Dentz, Usuário Externo**, em 24/02/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Brandt, Usuário Externo**, em 24/02/2026, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Alberto Scherma, Usuário Externo**, em 25/02/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6906810** e o código CRC **DCAA5BB4**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo apoio e compreensão. A minha irmã e ao meu cunhado que me incentivaram nesta jornada.

Ao meu sobrinho Théo, que com seu sorriso, curiosidade e brincadeiras, possibilitou ter momentos de grande alegria, diversão e tranquilidade em meio aos desafios desta pesquisa.

A todos os amigos que dividiram suas angústias, vitórias e que mesmo em períodos distantes fisicamente, se fizeram e ainda se fazem presentes. Em especial, agradeço a Renata Vieira de Melo, Laila Santos Silva, Igor Berigo, Bruno Serafim dos Reis e a todas as “divininhas”, pelas risadas, apoio mútuo, companhia e por tornarem mais leve este percurso.

Aos professores que por meio dos seus ensinamentos colaboraram com a minha formação pessoal e acadêmica.

Ao meu orientador, pelo apoio, liberdade de escrita, aprendizado e contribuições proporcionados para a construção da pesquisa.

A Universidade Federal de Uberlândia, que por meio da sua educação de qualidade, abriu portas para novos pensamentos e horizontes.

A Capes pela bolsa de doutorado, que foi de suma importância para que eu pudesse me dedicar totalmente a pesquisa e participar de eventos acadêmicos nas mais diversas regiões do Brasil.

Aos técnicos administrativos do PPGEIO, que me auxiliaram em diversos momentos e sanaram dúvidas.

Aos agricultores familiares e ao membro do Sintraf Chapecó, que por meio das suas reflexões e opiniões expressas nas entrevistas, enriqueceram este trabalho.

Ao Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito (Cemac) e ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Ceom), por possibilitarem o acesso aos acervos de jornais impressos antigos.

A todos que de alguma maneira deram suporte e auxiliaram para a elaboração e aperfeiçoamento da tese.

[...] o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente (Santos, 2012, p. 80).

RESUMO

Ao longo da história, o município de Chapecó passou por inúmeras transformações. A população foi impactada por essas mudanças, que em alguns casos foram positivas e, em outros, negativas. Muitas dessas alterações possuem ligação com a forma de colonização e com o crescimento de pequenos abatedouros na região que, com o tempo, se expandiram e alcançaram patamares de grandes agroindústrias e cooperativas do setor de carnes, com inserção a nível nacional e internacional. Tendo isso em vista, esta pesquisa visa analisar o município de Chapecó e o oeste catarinense como resultado de uma tradição histórica e afetiva no qual a instalação de grandes projetos agropecuários ao mesmo tempo que pode eliminar antigos vínculos afetivos e identidades desenvolvidas ao longo dos anos também coloca o território em um cenário de expressivo crescimento econômico. Metodologicamente, para atender ao objetivo desta pesquisa e dar o devido aprofundamento teórico, realizou-se uma revisão bibliográfica por meio de artigos de revistas e anais de eventos, capítulos de livros, análise de jornais online e impressos. Também, foram levantados dados quantitativos e qualitativos em sites institucionais de empresas de pesquisas agropecuárias e federações de cooperativas agropecuárias, em relatórios, na base de dados Sidra do IBGE e para aprofundar mais ainda na temática desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com agricultores familiares de Chapecó e com um membro do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf), respeitando todos os princípios éticos. Em relação aos resultados, entendeu-se que os agentes produtores do espaço, no presente trabalho representados, principalmente, pelas agroindústrias e cooperativas do setor de carnes, possuem grande influência para transformar, romper e criar novas identidades no campo, além de colocar os agricultores familiares em uma posição de subordinação. Para além dos impactados sociais, econômicos e culturais observados, o meio ambiente também é afetado pelas mudanças impostas por estes agentes. Portanto, pode-se concluir que o poder público, por meio de instituições/empresas voltadas para o campo, contribui significativamente com os produtores rurais por meio da assistência técnica e extensão rural, porém, os valores disponibilizados para estas ações variaram muito conforme o alinhamento do governo e suas prioridades, afetando assim esses serviços em alguns períodos. Além disso, são diversos os programas e projetos que contribuem para a melhoria de vida no campo, entretanto, é necessário que sejam criadas mais políticas públicas que considerem as diversidades do campo e as especificidades de cada região brasileira, para assim atender

melhor as demandas de cada produtor rural, especialmente aqueles que se encontram mais vulneráveis. Para enfrentar estas situações e melhorar a renda no campo, nas últimas décadas são observadas algumas ações, como o aumento de atividades não-agrícolas no campo por meio do turismo rural, da produção e comercialização de artesanatos, extratos de plantas, cafés coloniais, atividades de relaxamento, constituição de agroindústrias familiares, entre outras.

Palavras-chave: identidades; discursos; especialização produtiva; modernização agrícola; trabalho no campo.

RESUMEN

A lo largo de la historia, el municipio de Chapecó ha pasado por numerosas transformaciones. La población fue impactada por estos cambios, que en algunos casos fueron positivos y en otros negativos. Muchos de estos cambios tienen relación con la forma de colonización y el crecimiento de pequeños mataderos en la región que, con el tiempo, se expandieron y alcanzaron niveles de grandes agroindustrias y cooperativas del sector cárnico, con inserción a nivel nacional e internacional. Teniendo esto en cuenta, esta investigación tiene como objetivo analizar el municipio de Chapecó y el oeste catarinense como resultado de una tradición histórica y afectiva en la cual la instalación de grandes proyectos agropecuarios al mismo tiempo que puede eliminar antiguos vínculos afectivos e identidades desarrollado a lo largo de los años también pone el territorio en un escenario de expresivo crecimiento económico. Metodológicamente, para cumplir con el objetivo de esta investigación y dar la debida profundización teórica, se realizó una revisión bibliográfica a través de artículos de revistas y anales de eventos, capítulos de libros, análisis de periódicos en línea e impresos. También, se levantaron datos cuantitativos y cualitativos en sitios institucionales de empresas de investigaciones agropecuarias y federaciones de cooperativas agropecuarias, en informes, en la base de datos Sidra del IBGE y para profundizar aún más en la temática de esta investigación, se realizaron entrevistas con agricultores familiares de Chapecó y con un miembro del Sindicato de Trabajadores de la Agricultura Familiar (Sintraf), respetando todos los principios éticos. En relación a los resultados, se entendió que los agentes productores del espacio, en el presente trabajo representados, principalmente, por las agroindustrias y cooperativas del sector de carnes, tienen gran influencia para transformar, romper y crear nuevas identidades en el campo, además de poner a los agricultores familiares en una posición de subordinación. Además de los impactos sociales, económicos y culturales observados, el medio ambiente también se ve afectado por los cambios impuestos por estos agentes. Por lo tanto, se puede concluir que el poder público, a través de instituciones/empresas orientadas al campo, contribuye significativamente con los productores rurales a través de la asistencia técnica y extensión rural, pero, los valores disponibles para estas acciones variaron mucho según la alineación del gobierno y sus prioridades, afectando así a estos servicios en algunos períodos. Además, son diversos los programas y proyectos que contribuyen a la mejora de la vida en el campo, sin embargo, es necesario que se creen más políticas públicas que tengan en cuenta las diversidades del

campo y las especificidades de cada región brasileña, para así atender mejor las demandas de cada productor rural, especialmente aquellos que se encuentran más vulnerables. Para enfrentar estas situaciones y mejorar los ingresos en el campo, en las últimas décadas se observan algunas acciones, como el aumento de actividades no agrícolas en el campo a través del turismo rural, la producción y comercialización de artesanías, extractos de plantas, cafés coloniales, constitución de agroindustrias familiares, entre otras.

Palabras clave: identidades; discursos; especialización productiva; modernización agrícola; trabajo en el campo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Uso e ocupação da terra no Oeste Catarinense em 2017	40
Figura 2 - Oeste Catarinense: aspectos da produção agropecuária	42
Figura 3 - Conflito territorial em Chapecó: notícias veiculadas por jornais da região... 68	
Figura 4 - Perfil de Chapecó, municípios circunvizinhos e as principais rodovias.....	72
Figura 5 - Região de influência/arranjo populacional de Chapecó	80
Figura 6 - A disposição das unidades de abate e processamento de carnes da Aurora Coop e MBRF em Chapecó e região	87
Figura 7 - Alternativa de produção aos agricultores chapecoenses.....	95
Figura 8 - Galináceos: Efetivo (cabeças) por município no Oeste Catarinense	100
Figura 9 - Efetivo de suínos (cabeças) por município no Oeste Catarinense	102
Figura 10 - Nova unidade Aurora Coop em Chapecó-SC	105
Figura 11 - Vista da nova unidade da Aurora Coop em Chapecó-SC	106
Figura 12 - Negócios na Expomercosul de 2006	115
Figura 13 - Evento de avicultura e exportação de frangos	116
Figura 14 - Mosaico de estandes e máquinas expostas na Tec Agro 2025	119
Figura 15 - Mosaico de palestras da Tec Agro 2025	120
Figura 16 - Estrutura disponível para a 1ª Feira Efapi	124
Figura 17 - Registros de alguns estandes da 22ª Feira Efapi.....	125
Figura 18 - Estrutura de integração total/vertical da BRF	132
Figura 19 - Aurora Coop e o discurso cooperativista.....	133
Figura 20 - O "agro", o cooperativismo e a Aurora Coop	134
Figura 21 - Campanha acerca da cooperação e mudanças no mundo	135
Figura 22 - Propaganda do Governo Estadual Catarinense	136
Figura 23 - Propaganda da Aurora Coop na região central de Chapecó	138
Figura 24 - Propagandas da Aurora Coop e Sicoob MaxiCrédito na área central de Chapecó	139
Figura 25 - Expansão urbana na região Oeste de Chapecó	197
Figura 26 - Vista de área de expansão urbana em área de lavoura.....	198
Figura 27 - Obra de ligação entre área de expansão urbana e loteamento existente	199
Figura 28 - Os contrastes entre o rural e urbano em Chapecó.....	200
Figura 29 - Agroturismo e rotina rural	222
Figura 30 - Disposição das atividades de turismo rural em Chapecó.....	225
Figura 31 - Estande do Desbrave Chapecó na Feira Efapi - 2025.....	227

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Plantel de galináceos (cabeças) em Chapecó-SC	96
Gráfico 2 - Suínos: Efetivo de rebanho (cabeças) em Chapecó-SC	97
Gráfico 3 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam ou não receberam orientação técnica em Chapecó em 2006.....	168
Gráfico 4 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam ou não receberam orientação técnica em Chapecó em 2017.....	169
Gráfico 5 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em Chapecó em 2006 por origem	170
Gráfico 6 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em Chapecó em 2017 por origem	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários no Oeste Catarinense e em Chapecó em 2006 por tipologia.....	55
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários no Oeste Catarinense e em Chapecó em 2017 por tipologia.....	56
Tabela 3 - Percentual de população residente em Chapecó por situação de domicílio (%)	63
Tabela 4 - População residente em Chapecó por anos (total de habitantes).....	89
Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) com efetivo da pecuária por tipologia, espécie da pecuária e condição do produtor em Chapecó em 2017	110
Tabela 6 - Plano Safra: valores agronegócios (R\$)	152
Tabela 7 - Plano Safra: valores contratados via Pronaf (R\$)	158
Tabela 8 - Concessão de crédito rural aos municípios brasileiros- ano agrícola 2021/2022	177
Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) por tipologia de identificação da pessoa que dirige a propriedade em Chapecó em 2006 e 2017.....	208
Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) por tipologia e sexo da pessoa que dirige a propriedade em Chapecó em 2006 e 2017	208

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.a. – Ao ano

ABCS - Associação Brasileira dos Criadores de Suínos

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

ACCS - Associação Catarinense dos Criadores de Suínos

ACIC - Associação Comercial e Industrial de Chapecó

ADGER - Associação Desportiva da Grande Efapi e Região

ADM - Archer Daniels Midland Company

ALFA – Cooperalfa

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

AURORA COOP - Cooperativa Central Aurora Alimentos

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

BRF – Brasil Foods S. A.

MBRF – MBRF Global Foods Company

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CDA – Campo Demonstrativo Alfa

CEDERURAL - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural

CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

COOPER FAMILIAR - Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar

COOPTRASC - Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva

CRESOL – Cresol Cooperativa de Crédito

CVB - Chapecó Convention & Visitors Bureau

CPR - Cédulas de Produto Rural

CPR-F - Cédula de Produto Rural Financeira

DAP – Declaração de Aptidão

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DTT - Divisão Territorial do Trabalho

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FACH I - Frigorífico Aurora Chapecó I
FAESC - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FAG - Frigorífico Aurora Guatambu
FAL - Ficha de Acompanhamento do Lote
FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
FAX – Frigorífico Aurora Xaxim
FDR - Fundo de Desenvolvimento Rural
FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina
FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FOMENTO AGRO SC - Fomento ao Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Santa Catarina
FUNDESA - Fundo Estadual de Sanidade Animal
ha - Hectares
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAF-SC - Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina
IMA - Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
INOVAGRO - Programa de Incentivo à Modernização e à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária
kg – Quilograma
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
NIB – Nova Indústria Brasil
NUCLEOVET - Núcleo Oeste de Médicos Veterinários e Zootecnistas
OCESC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ONGS - Organizações Não Governamentais
P+P – Plano Mais Produção
PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns

PLANO ABC+ - Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura
PROIRRIGA - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada e ao Cultivo Protegido
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação no Campo
PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
REGIC - Regiões de influência das cidades
RENOVAGRO - Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis
RI – Reserva Indígena
RS - Rio Grande do Sul
SAPE SC– Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina
SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SC - Santa Catarina
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Social de Aprendizagem do Transporte
SESC - Serviço Social do Comércio
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI - Serviço Social da Indústria
SEST - Serviço Social de Transporte
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó
SITRACARNES - Sindicato das Carnes e Derivados de Chapecó
SMO – São Miguel do Oeste
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI – Terra indígena
UCAF - Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPF – Unidades Produtivas Familiares

UGT - Unidade de Gestão Técnica

XAN - Xanxerê

XAX - Xaxim

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E SUA FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL	31
1.1 Formação socioespacial do Oeste Catarinense: ocupação do território e modernização agrícola	31
1.2 Uso corporativo do território: especializações e vulnerabilidade.....	39
1.3 A construção das identidades no campo	46
CAPÍTULO 2 - REVISITANDO A ANTIGA CHAPECÓ: IDENTIDADES TRANSFORMADAS E A INSERÇÃO DOS GRANDES PROJETOS	52
2.1 O Oeste Catarinense e a centralidade de Chapecó.....	52
2.2 “A chegada do estranho”: colonização e conflitos.....	64
2.3 O novo ritmo do povo.....	73
CAPÍTULO 3 – CHAPECÓ AINDA É A MESMA? PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RURAL E A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DE CARNES	79
3.1 A atual Chapecó, suas multiplicidades e a relação com as agroindústrias de carne.....	79
3.2 A expansão e especialização produtiva de carnes e derivados em Chapecó .	92
3.3 “Agro é pop?”: As feiras e eventos do “agro”	111
3.4 “O agro é tech?”: Os meios de comunicação e os discursos propagados ...	128
3.5 “Agro é tudo?”: O trabalho no campo e os processos formativos	142
3.6 O Estado e as formas de fomento à agricultura familiar	150
3.6.1 Plano Safra	150
3.6.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	154
3.6.3 Programa Terra-Boa	158
3.6.4 Programa Investe Agro SC e Pronampe Agro SC.....	160
3.6.5 Programa Financia Agro SC	162
3.6.6 Programa Fomento Agro SC	164
3.6.7 Programa Jovens e Mulheres em Ação	165
3.6.8 Programa Água no campo SC.....	165
3.6.9 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	166
3.6.10 Plano Mais Produção (P+P)	173
3.6.11 Considerações sobre os programas de fomento e crédito concedido	174
CAPÍTULO 4 – NARRATIVAS DE VIDAS TRANSFORMADAS: DA PRODUÇÃO FAMILIAR ÀS AGROINDÚSTRIAS E AS NOVAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO NO CAMPO	179
4.1 Subordinação e instabilidade de renda no meio rural	179

<i>4.1.1 Experiências de integração às agroindústrias e cooperativas em Chapecó</i>	184
4.2 A especulação imobiliária e a expansão urbana sobre as áreas rurais.....	193
4.3 Agricultura familiar chapecoense em seus últimos suspiros?	201
4.4 Os desafios para a sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo	209
4.5 A força da mulher agricultora, as novas alternativas de renda e trabalho no campo.....	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	230
REFERÊNCIAS	238
GLOSSÁRIO	273

INTRODUÇÃO

A região Oeste de Santa Catarina é conhecida pela forte presença de corporações (agroindústrias) do setor de carnes. Isso constitui uma realidade que perpassa pela apropriação de terras e destruição/recriação de hábitos e introdução de novas frentes de trabalho e identidades.

No período que antecedeu o processo de integração dos agricultores familiares às agroindústrias, o oeste catarinense possuía mais fortemente a cultura e produção voltada para o consumo próprio das famílias, sendo pouca quantidade comercializada ou trocada fora das propriedades familiares.¹ As famílias ligadas à agricultura familiar foram estruturadas em pequenas propriedades, que de acordo com Radin e Corazza (2018) eram quase autossuficientes e todos os membros da família trabalhavam nestas propriedades.

Marcado pela crescente expansão colonizadora, novos rumos foram sendo tomados. Diante disso, se formou espaço para o comércio de excedentes e troca por alimentos e outras coisas que não possuíam como, por exemplo, pólvora. Esta prática inicialmente era mais presente entre os caboclos, passando a ser incorporada pelos agricultores familiares ao longo dos anos (Radin; Corazza, 2018).

Neste sentido, destaca-se que “com o desenvolvimento da agricultura e especialmente com a criação de suínos, a produção para o mercado foi se tornando o principal objetivo das atividades econômicas coloniais” (Radin; Corazza, 2018, p. 35). O Oeste Catarinense passa a ganhar maior visibilidade a partir do setor agroindustrial, quando a extração e venda de madeira gradativamente vai deixando de ser a principal matriz econômica regional, na década de 1960 em diante (Moretto; Brandt, 2023).

Com a expansão das agroindústrias e cooperativas de carne e grãos, da modernização agrícola, dos anseios do governo estadual, de empresários e outros agentes, foram sendo modificadas as bases produtivas e as formas de trabalho no campo e na cidade. Se nas décadas anteriores a 1960, a produção rural era mais voltada para suprir as necessidades das próprias famílias produtoras, atualmente passa a produzir em grande

¹ Antes desse período, já existia uma integração comercial da região oeste catarinense com a Argentina, por meio da produção de erva-mate e venda em pequena escala de porcos para municípios vizinhos. As trocas eram frequentes entre a população cabocla, devido a falta de circulação de dinheiro e por algumas empresas madeireiras pagarem os trabalhadores com vales (até a década de 70). A economia local começa a dinamizar com a venda de artesanatos, fábricas de banha e por meio da colonização, assim como pelo processo de integração (maior propulsor econômico), apesar de ter demorado mais a ocorrer, por conta da distância e pouca presença de ferrovias na região (Brandt, 2006).

escala por meio do processo de integração com agroindústrias e cooperativas de carne e grãos (Pertile, 2008).

O processo de integração surge como uma oportunidade para as agroindústrias garantirem grandes quantidades de animais em um curto espaço de tempo, enquanto para os produtores, este processo oferece escoamento para sua produção. Vale ressaltar que este sistema beneficia mais as empresas do que aos produtores familiares, que são submetidos aos ditames do capital.

Diante do fato que o tamanho das propriedades não comportava mais divisões entre os membros da família e o preço da terra em Chapecó e região estarem muito elevados, se tem visto maior saída do campo para a cidade, principalmente das jovens. A busca por maior valorização, salário fixo, férias, estudo e qualidade de vida são alguns dos fatores motivacionais que fomentam o êxodo rural entre os jovens (Grando; Dal Magro; Badalotti, 2018). Além disso, os conflitos geracionais e de gênero também se fazem presentes e possuem grande relevância neste movimento. Com este processo, aumenta a masculinização no campo².

Aos jovens que permanecem no campo, fica a responsabilidade da sucessão da propriedade. Este processo pode ser entendido como um método de transferência, tanto de poder como de capital, entre as gerações presentes em uma propriedade, sendo este processo realizado gradativamente conforme as condições e as necessidades de cada família e quanto mais cedo isso for posto em prática, melhor será para todos os integrantes (Winck *et al.*, 2013).

Para Savian (2014), a decisão dos jovens em assumir a propriedade familiar ou buscar novas alternativas no meio urbano envolve os objetivos pessoais dos sucessores, os propósitos e os interesses para a manutenção das atividades desenvolvidas nas propriedades. Essas decisões são resultantes de necessidades (Santos, 2006), do sentimento de pertencimento e da identificação com o lugar e com as atividades realizadas.

A escolha da trajetória a ser seguida vai depender de múltiplos fatores e por vezes, essa decisão pode não ser definitiva, porém deve ser tratada com muito cuidado no âmbito familiar em cada propriedade. Cabe ao jovem deixar claro as suas motivações na tomada da decisão e estar ciente e dar ciência aos demais membros da família que habitam a

² A masculinização do campo refere-se a predominância de homens em relação às mulheres no campo, ocorrendo principalmente devido ao êxodo rural feminino em busca de trabalho e da continuidade dos seus estudos, questões de gênero, hierarquias e possibilidades de crescimento dentro das propriedades.

mesma propriedade de como sua decisão poderá afetar a propriedade imediatamente e/ou futuramente.

[...] a sucessão geracional é uma condição imprescindível para a ocorrência da reprodução social da agricultura familiar, para a manutenção da população e o desenvolvimento das áreas rurais. A sua ocorrência dependerá dos jovens rurais, que inseridos no espaço geográfico, estabelecem projetos para suas vidas, nos quais a permanência no campo, ou a, migração para a cidade será objeto de uma ou várias tomadas de decisão (Savian, 2014, p. 100).

Os jovens do campo ocupam uma posição de dependência nas propriedades, ou seja, é “aquele que ainda não é proprietário de terra, e que se insere, normalmente como um agregado/subordinado do pai” (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 10). Diante disso, aprofundam-se alguns conflitos, que podem ocorrer entre pais e filhos acerca das culturas/rebanhos a serem cultivados/criados, nas formas de manejo, as horas de trabalho e descanso, nos investimentos e retorno financeiro a curto e a longo prazo, na mudança de entendimento quanto ao papel da mulher e dos jovens na propriedade e, por fim, a busca por outras fontes de renda dentro e fora da propriedade familiar, entre outras questões.

Por sua vez, os filhos buscam o que entendem ser formas mais adequadas para a realidade econômica e da estrutura familiar e produtiva atual enquanto muitos pais ainda são levados a pensar de forma mais tradicional como eram seus costumes antigamente, gerando assim, diversos embates. Esses conflitos, reforçam ainda mais a probabilidade da saída dos jovens no campo, principalmente das jovens, que ainda acabam ocupando um papel de menor destaque nas propriedades se comparado aos seus irmãos.

As jovens normalmente são mais incentivadas a deixarem o campo, buscarem maior grau de estudo, visto que a sucessão familiar ao filho homem é concebida como mais “natural” do que ser direcionado às filhas mulheres (Gandolfi, 2017). Isso ocorre visto que estas possuem menos liberdade, maior dependência financeira e são constantemente incitadas pela mídia e suas propagandas nos mais diversos meios de comunicação a deixarem o meio rural (Gandolfi, 2017).

Entende-se que são diversos os fatores que refletem na tomada de decisão para a continuação ou não da produção nas propriedades comandadas por agricultores familiares. Estas podem variar por falta de um sucessor que queira tomar frente dos negócios da família, por conflitos geracionais e de gênero, pelo sentimento de pertencimento e apego ao lugar, pelo alto valor da terra que dificulta a expansão das

propriedades, por questões climáticas e ambientais, pelo avanço das áreas urbanas, pela remuneração recebida por lote de animais entregues ou pelos grãos colhidos em suas lavouras, entre outros fatores.

Diante disso, a criação de políticas públicas é fundamental para a continuidade da produção familiar de forma mais justa, com maiores garantias de preços, mais incentivos e assistência para melhor aproveitamento da área das propriedades. Atualmente, estão disponíveis mais programas criados tanto a nível federal como estadual para incentivar e promover a agricultura familiar, desde a concessão de crédito, formação por meio de cursos, palestras e encontros, assim como por meio de assistência técnica e extensão rural.

Por meio destes incentivos e discursos propagados na mídia ao longo das últimas décadas, houve a modernização no campo. Dessa forma, o trabalho no campo que antes era em sua maioria realizado de forma manual ou com tração animal, passou a contar com novos instrumentos e implementos agrícolas modernos. Além disso, se consuma o uso de sementes e animais com melhoramento genético, insumos químicos, e a produção tanto de grãos como de animais em uma escala maior, gerando assim, uma intensa modificação nos padrões produtivos.

Diversas foram as mudanças ocorridas no território e nas relações sociais, econômicas, ambientais e culturais mantidas nele. Com as formas de trabalho não é diferente e também são percebidas alterações nas últimas décadas como, por exemplo, em períodos de grande demanda produtiva e pouca mão de obra. Em outros momentos eram contratadas algumas pessoas ou trocavam horas/dias de serviço entre os próprios agricultores. Essas permutas eram mais comuns no dia de carregamento dos lotes de aves que iriam para o abate em frigoríficos das empresas integradoras, bem como no plantio e na colheita de alguns cultivares mais sensíveis e que necessitavam de maior agilidade (Pertile, 2004).

Atualmente essa relação de trabalho mútuo vem diminuindo, em partes pela diminuição da quantidade de pessoas disponíveis no campo e também pelo aumento da mecanização das etapas de trabalho no campo, logo, quem permanece no meio rural enfrenta um aumento nas demandas de trabalho (Pertile, 2004). Com essas modificações no campo, ocorre uma alteração nos modos produtivos em consequência da especialização/modernização do trabalho e, que atinge assim as identidades e gera conflitos entre gerações de produtores familiares.

Para além das transformações ocorridas dentro das propriedades, os municípios também sofreram alterações significativas. As relações entre as cidades da região Oeste de Santa Catarina foram sendo moldadas de acordo com a lógica capitalista imposta.

Cidades que antes tinham relações aproximadas por conta das atividades econômicas, culturais e de identidade que remontam aos grupos que foram introduzidos por processos de colonização e aos que nestes locais viviam antes mesmo destes processos, atualmente podem não as ter mais e isso possui relação com as descontinuidades dos espaços que estão organizados a partir de redes (Haesbaert, 2005) e dos sistemas de fixos e fluxos (Saquet, 2013; Santos, 2006).

Por meio disso, se observa que com as redes “[...] há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros” (Santos, 2006, p. 188). Estas redes podem ser tanto reais como virtuais, pois geram fluxos de materiais – por exemplo o escoamento de produtos aos portos – e também invisíveis, como financiamentos, imagens, relações comerciais, que facilitam a articulação dos lugares, mesmo que estes não estejam próximos (Saquet, 2013).

Para Santos (1998), o território pode ser constituído por lugares contíguos ou em redes, enquanto para Souza (1998) o território é entendido a partir de aspectos únicos que extrapolam os limites territoriais, a cultura, o sentimento de pertencimento e as memórias, sendo formado “[...] na base operacional, histórica e geograficamente falando do processo de globalização e fragmentação” (Souza, 1998, p. 22).

A realidade existente na atual constituinte do território possui diversos recortes resultantes da nova produção do espaço e das novas formas de desenvolvimento do território, por meio das horizontalidades e verticalidades (Santos, 1998). Entende-se as horizontalidades como sendo “os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (Santos, 1998, p. 16).

Saquet (2011) salienta que

A organização do espaço se dá por setores e em torno de centros (pólos), com certas características econômicas, políticas e culturais, gerando, assim, as regiões (no entorno dos centros). Estas resultam, então, de processos sociais e espaciais, da regionalização e de redes de transportes e de comunicações. As redes ocorrem no interior de cada região e entre as regiões hierarquicamente organizadas (Saquet, 2011, p. 6-7).

O lugar, desta forma, pode ser entendido como uma “mediação entre o particular e o universal e como componente de nosso sentido de identidade; como território e territorialidade construídos histórica e geograficamente, pela relação efetivada entre os sujeitos e destes com o ambiente de vida cotidiana” (Saquet, 2013, p. 109).

Neste sentido, para entender a realidade em que o Oeste Catarinense – e em especial o município de Chapecó – está inserido, devemos levar em consideração que esta área, no passado, possuía uma base produtiva diferente. No qual se encontrava grande exploração de madeira de florestas naturais e produção de erva-mate (especialmente na primeira metade do século passado), porém atualmente passa a ter grande relevância a nível nacional na produção de carnes.

Assim sendo, apresentamos a situação encontrada em Santa Catarina, a partir de dados importantes. Em 2020, o agronegócio catarinense foi responsável por aproximadamente 70% das exportações estaduais, sendo a carne de frango e seus derivados as que mais contribuíram nesta porcentagem – 26,3% do valor total deste setor -, seguida da carne de suínos e seus derivados com 20,6% do total exportado pelo setor do agronegócio catarinense (Epagri, 2021). A produção de carnes é distribuída em todo o território catarinense, porém com maior concentração na região Oeste do estado.

A contribuição do Oeste Catarinense na produção de carne tem sua relevância em função de que nesta região está instalado um dos maiores circuitos espaciais produtivos de carne da América Latina (Pertile, 2008). Motter (2020), salienta que esta região ainda é um dos espaços essenciais para a produção de carnes de suínos e aves “e, portanto, onde as etapas e implicações do circuito espacial produtivo se revelam de forma mais direta no território” (Motter, 2020, p. 123).

Isso aponta para a necessidade de uma infraestrutura logística tanto para o escoamento da produção como para a importação de grãos, em especial o milho, um dos principais componentes da alimentação de frangos e suínos. A referida região, de forma contraditória, possui grande produção de grãos, porém com as constantes substituições de lavouras de milho por soja, e pela grande demanda de milho, o déficit produtivo catarinense deste grão se encontra cada vez maior – elevando os custos finais dos produtos por conta da necessidade de importação de grãos e dos gastos com o transporte destes e logística (Epagri, 2021).

Devido a essa situação, ao final da década de 1990 até o final da década dos anos 2000, propagou-se a ideia de um possível deslocamento de unidades produtivas das agroindústrias de carne para outras regiões do Brasil, onde não necessitassem importar o milho e consequentemente diminuiriam os seus custos produtivos, o que poderia gerar grandes impactos especialmente à sociedade e à economia regional catarinense.

Apesar da divulgação dessa ideia por mais de uma década, ela pode ser descartada atualmente, embora ainda possa ser usada por alguns agentes como forma de inibir, por

meio de discursos, produtores rurais com menos acesso a informações por meio dos discursos. Entende-se que o atual arranjo produtivo com grande domínio técnico no setor agroindustrial em Chapecó e região, se mostra consolidado a ponto de não haver a possibilidade de uma migração total para outras regiões/estados, apesar verifica-se que pode ocorrer o aumento produtivo em outros locais, o que de modo algum representaria o abandono das atividades produtivas já instaladas no Oeste Catarinense, mesmo com os persistentes problemas com transporte e logística.

Ademais, estão presentes no território regional e municipal (Chapecó) as vulnerabilidades socioeconômicas e territoriais, impactando especialmente a população residente na área urbana. Neste sentido, de acordo com Faccin e Castillo (2017), quanto mais competitiva e especializada determinada região for, mais vulnerável ela será.

Isto ocorre devido ao uso seletivo do território feito por agentes hegemônicos que usufruem de vantagens geográficas locacionais, de acessos privilegiados e de relações aproximadas com o Estado, em busca de condições que lhes tragam ainda mais vantagens, mesmo que isto gere impactos a toda a sociedade, ao território e a região (Santos; Castillo, 2020).

Tendo em vista as tamanhas transformações que ocorreram no espaço, tanto do Oeste Catarinense como um todo, quanto mais especificamente no município de Chapecó, dar-se-á maior foco as mudanças ocorridas desde os anos 1990 aos anos atuais, pois a partir do final da década de 1980, houve um crescimento mais significativo na produção de carnes em todo o Oeste do estado de Santa Catarina, impulsionado principalmente devido a mudanças nos modelos de financiamento da produção, bem como por causa da crescente internacionalização no mercado das commodities agrícolas (Miele; Miranda, 2013).

Além disso, serão trazidos elementos de como era Chapecó e região antes da instalação destes grandes empreendimentos, buscando entender as formas de desenvolvimento e fragmentação territorial dos lugares, bem como entender em que medida este desenvolvimento favoreceu, de fato, ao território.

Vale recordar, que o foco desta pesquisa está no município de Chapecó, porém não há como estudar o mesmo sem relacioná-lo com as atividades produtivas, a cultura e as identidades presentes nos demais municípios que compõem a região Oeste Catarinense, bem como não destacar a influência exercida por este município sobre outros municípios catarinenses e até mesmo de estados vizinhos, como principalmente o Rio Grande do Sul.

Estas inquietações acompanham-me desde o início da minha trajetória na pesquisa por meio de um projeto de iniciação científica que tratava da produção de grãos, como milho e soja e animais como aves e suínos no Oeste Catarinense e no decorrer deste período até o momento percebemos a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada, bem como a produção de uma cartografia temática atualizada, entrevistas e registros fotográficos.

Enfatiza-se que é de fundamental importância conhecermos o território, os agentes hegemônicos e contra hegemônicos, os cultivos, as limitações, as crises produtivas e de abastecimento para que possamos entender as especificidades e as necessidades de Chapecó bem como as demais vulnerabilidades presentes no território e na sociedade.

Assim, buscamos ao longo da pesquisa responder ao problema central da pesquisa, sendo ele o seguinte: A especialização produtiva, ao concentrar os esforços produtivos em determinados setores, promove um crescimento econômico paradoxal, pois, ao mesmo tempo, expõe a região a riscos socioambientais e pode levar à transformação de sua identidade cultural.

Destarte, com vistas a argumentar sobre essa problemática, buscamos responder às seguintes questões: A materialização de um grande projeto agroindustrial, como o da carne, pode promover o rompimento e reconstrução de identidades ou se apropriar das identidades existentes para se desenvolver? Quais são as potencialidades e as fragilidades apresentadas pela região do Oeste Catarinense diante de tão significativas transformações do espaço e da apropriação dos territórios? Como a especialização produtiva promove a riscos socioambientais e vulnerabilidades territoriais nas áreas onde são instalados os equipamentos? Estas são as questões que nortearão a pesquisa e são importantes para compreender melhor o território, as dinâmicas e os impactos destas transformações sobre a população e no território.

Como objetivo geral se propõe analisar o espaço chapecoense e sua inserção na região oeste catarinense como fruto de uma tradição histórica e afetiva cuja instalação de grandes projetos agropecuários ao passo que destrói antigos laços afetivos e identidades construídas historicamente também lança o território na condição de significativo crescimento econômico.

Como objetivos específicos temos os seguintes: 1 - Compreender como as agroindústrias de carne presentes em Chapecó-SC promoveram o crescimento econômico regional e, ao mesmo tempo, foram condicionantes da vulnerabilização socioeconômica por meio dos impactos que promovem alterações nas identidades territoriais. 2 - Analisar

a presença de agroindústrias e cooperativas ligadas ao circuito espacial produtivo de carnes em Chapecó e região, bem como qual o papel que elas exercem e os modos como o capital molda o território de acordo com os seus interesses. 3 - Verificar a importância e a inter-relação da produção de carne e grãos para a economia chapecoense e como esta possibilitou a transformação do espaço urbano e rural da região. 4 – Analisar o processo de integração dos produtores familiares às agroindústrias e cooperativas de carne e grãos e os impactos gerados.

Para atender os objetivos propostos buscamos realizar uma pesquisa de ordem teórica, documental, quantitativa e qualitativa. Deste modo, foram efetuados levantamentos de dados em bases como o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de leituras de trabalhos acadêmicos, relatórios anuais de empresas do ramo agropecuário como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), notícias de jornais e livros sendo de grande importância a consulta ao acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), além de terem sido realizados trabalhos de campo, entrevistas e registros fotográficos que contribuem com a pesquisa.

Para analisar a base qualitativa da pesquisa, foram examinadas informações e elementos flexíveis à interpretação. De ordem quantitativa foram pesquisados dados quantificáveis matematicamente referentes à produção de aves e suínos e de grãos para alimentação animal. Estes dados foram obtidos em sites como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Epagri, entre outros.

Com estes dados foi realizada uma produção cartográfica mostrando a atual configuração e localização do município de Chapecó, por meio do software ArcGIS e com informações e *shapefiles* disponibilizados nas bases do IBGE, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Prefeitura de Chapecó e *Google Maps*, bem como foram elaborados gráficos para demonstrarem dados quantificáveis matematicamente.

Entre os locais onde se realizaram os trabalhos de campo com fins de registros fotográficos e outros com objetivo de realizar as entrevistas estão o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó (Sintraf), propriedades rurais ligadas à agricultura familiar, unidades de grandes agroindústrias (abate, processamento, incubatórios, entre outros), as principais avenidas e rodovias de acesso e escoamento da produção em Chapecó.

A escolha dos entrevistados se deu de modo aleatório entre os que se adequaram nos critérios de inclusão, sendo eles adultos que trabalharam e/ou ainda trabalham como produtores rurais integrados a agroindústrias e cooperativas de carne e grãos e adultos representantes de entidades ligadas à produção de carne e de representação da classe (sindicatos) em Chapecó. O recrutamento de voluntários ocorreu em momentos de encontros coletivos, palestras do sindicato ou eventos.

Com isso, foram realizadas 25 entrevistas, sendo elas 01 com membro do Sintraf e 24 com produtores rurais. As entrevistas ocorreram presencialmente em 2024 com local a escolha do entrevistado ou nas propriedades rurais dos próprios agricultores familiares ou virtualmente (caso assim desejassem). As análises das entrevistas seguiram padrões qualitativos, visando entender a realidade dos entrevistados e os discursos empregados por agentes hegemônicos.

A fim de não identificar os entrevistados, estes foram chamados de “entrevistado 1”, “entrevistado 2” e assim sucessivamente até se completarem 24 entrevistados no caso dos agricultores familiares. No caso do sindicato Sintraf, o entrevistado foi chamado de “entrevistado membro do sindicato” e assim foram sendo apontadas as falas dos entrevistados no decorrer desta tese.

Neste processo de entrevistas, foram encontrados empecilhos ao bom desenvolvimento da tese, como a negativa de acesso aos relatórios anuais da Aurora Coop, que até o final de 2022 e início de 2023 liberava o download destes arquivos diretamente no site, mas atualmente restringe o acesso, sendo necessário o envio de mensagem de e-mail se identificando e explicando os motivos para o acesso a esse documento.

Em novembro de 2023, foi realizada uma tentativa de se conseguir acesso aos arquivos da empresa, porém a resposta dada pelo Gerente Corporativo de Controladoria da Aurora foi que não possuía autorização para liberar o acesso aos relatórios para fins acadêmicos. Em abril de 2024, realizei mais uma tentativa por outro endereço de e-mail direcionando, desta vez, ao responsável para liberar o acesso dos relatórios aos clientes, porém, não obtive nenhuma resposta.

Conforme identificado durante os trabalhos de campo realizados para fins de obtenção de entrevistas, diversos integrados da Aurora Coop se negaram a conceder a entrevista por medo da integradora descobrir e identificar quais deles deram entrevistas e os punissem.

Os produtores rurais integrados da BRF (atual MBRF Global Foods Company) concederam as entrevistas com maior facilidade e demonstravam que não possuíam tanto medo. Apesar disso, salientaram que não poderiam dar informações sigilosas ou mais delicadas sem autorização da empresa, o que é compreensível. Entretanto, vale destacar que estas informações mais sensíveis não fazem parte e nem são o objetivo desta pesquisa, logo, não foram solicitadas ou acessadas em nenhuma das entrevistas ou nas conversas com possíveis entrevistados.

Outra dificuldade encontrada foi em relação a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), ao qual muitos agricultores familiares inicialmente demonstraram interesse em participar e contribuir com a pesquisa, porém quando souberam que precisariam assinar um termo e da gravação da conversa, logo desistiram.

Além disso, foram encontradas muitas propriedades em que somente havia chiqueiros e/ou aviários abandonados há muito tempo ou com usos para outras atividades da propriedade. Estes fatores dificultaram atingir o mínimo de entrevistas, sendo necessário desempenhar vários dias de tentativas – com extremo calor –, nas mais diversas comunidades chapecoenses.

Neste sentido, quanto aos resultados esperados, buscamos verificar as hipóteses de que Chapecó atualmente representa uma nova forma de reconfiguração espacial por causa da sua especialização produtiva no setor de carnes, isso se deve ao fato de que os grandes empreendimentos, como no caso da produção de carnes e abate podem primeiramente se apropriar das identidades e consequentemente as transformar ou em primeiro momento eliminar as identidades existentes e criar novas, moldando-as a partir dos seus interesses.

Desta forma, poderiam as identidades encontradas no Oeste Catarinense e consequentemente em Chapecó ser consideradas como continuidades das que existiam inicialmente, bem como serem novas identidades e um território muito diferente do que era antes da instalação destes empreendimentos.

Buscamos analisar as formas de exploração da produção dos trabalhadores do campo que por meio de uma modernização tecnológica forçada impõe padrões e normas no modelo de integração aos produtores de aves e suínos. Estes acabam por entrar em um ciclo de sucessivos financiamentos e dívidas para tentar cumprir as normas, possibilitando desta forma, uma das grandes faces das vulnerabilidades presentes no território.

As agroindústrias podem ser elas mesmas as produtoras de parte das vulnerabilidades presentes no território, principalmente quando este é muito especializado em um setor, como é o caso da referida área de estudo. Bem como permanecem nesta região devido a força da inércia espacial e devido a sua estrutura espacial muito complexa e difícil de ser transferida totalmente em curto espaço de tempo para outras regiões do Brasil.

Estes fatores supracitados podem estar impactando para a modificação cultural e identitária de toda a população chapecoense e da região e para entender melhor esta situação, foram necessários a elaboração de 4 capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “A construção do objeto e sua fundamentação conceitual” houve uma interlocução com autores considerados de grande relevância para a temática, sendo abordados conceitos e ideias acerca do uso corporativo do território, o território usado, a produção de carne e grãos, os agentes e discursos envolvidos, as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais, a construção das identidades e da sucessão familiar.

No segundo capítulo, “Revisitando a antiga Chapecó: identidades transformadas e a inserção dos grandes projetos” buscamos contextualizar e caracterizar o local da pesquisa (Chapecó), bem como tratar de questões históricas, dos conflitos entre indígenas e colonos, do processo de colonização, assim como as relações com as agroindústrias de carne e a centralidade de Chapecó, sendo este capítulo, assim como o primeiro, subdividido em três subitens para atender melhor aos assuntos destacados.

No terceiro capítulo, intitulado “Chapecó ainda é a mesma? Permanências e rupturas na configuração do espaço urbano e rural e a especialização produtiva de carnes”, foram tratadas principalmente as transformações ocorridas no espaço tanto rural quanto urbano, a consolidação das agroindústrias, a inter-relação produtiva de carne e grãos na região, a expansão e a especialização do setor de carnes catarinense, as formas de fomento à agricultura familiar, questões culturais, as feiras e outros eventos do agronegócio, as formas de trabalho e os processos formativos, apontamentos relacionados às vulnerabilidades, riscos e crises enfrentadas nos últimos anos em Chapecó e região.

No capítulo 4 – “Narrativas de vidas transformadas: da produção familiar às agroindústrias e as novas oportunidades de trabalho no campo” foi abordada a agricultura familiar, o processo de integração às agroindústrias e cooperativas, as mudanças e permanências encontradas atualmente no meio rural e nas relações entre integrados e integradores por meio do uso de trechos das entrevistas e as perspectivas para o futuro da

agricultura familiar e das agroindústrias na região, o avanço das áreas urbanas sobre o meio rural, a sucessão familiar e as novas oportunidades de renda no campo.

Por fim, as considerações finais, que buscam responder a problemática da tese e trazer posicionamentos próprios resultantes de um longo período dedicado à pesquisa, mas também, por ser catarinense que cresceu ouvindo as histórias dessa gente e, ao mesmo tempo, acompanhando o processo de especialização produtiva que em ritmos, às vezes lento e às vezes muito bruscos, transformaram Chapecó e região em outra realidade.

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E SUA FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

1.1 Formação socioespacial do Oeste Catarinense: ocupação do território e modernização agrícola

A formação socioespacial de diversas áreas de Santa Catarina – em especial o Oeste do estado - ocorreu com grande influência do Estado intervindo “como agente socializador das relações de produção” (Lojkine, 1981 apud Pertile, 2008, p. 155). Desta forma, houve a formação de “condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante” (Mandel, 1982, p. 333), como, por exemplo, na concessão de terras para as empresas colonizadoras como também fornecendo infraestrutura aos municípios (Pertile, 2008).

Pertile (2008) salienta que os grupos e agentes dominantes à medida que adquirem maior poder e relevância, são vistos como “fonte de novas ideias para o próprio Governo e, não raro, acabam tendo a última palavra. Muitas negociações podem ocorrer mais com esses grupos e a administração estatal do que entre partidos políticos” (Pertile, 2011, p. 18). Isso contribui para que a formação socioespacial ocorra conforme os interesses destes agentes dominantes e do governo.

Santos (2017) salienta que os modos de produção, as formações espaciais e sociais são mutuamente dependentes. Neste sentido, todos os meios e procedimentos que compõem o modo produtivo (desde a produção, a distribuição até chegar ao consumidor final) são determinados espacialmente e historicamente por meio da formação social. Além disso, a formação econômica e social de determinado lugar possui relação com a produção, logo, com as transformações do espaço, determinado historicamente pelo trabalho do homem (Santos, 2017).

Assim, entende-se que “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais” (Santos, 2017, p. 84), logo, as transformações territoriais e socioespaciais são usuais e refletem as dinâmicas da sociedade e do território.

Prosseguindo com essa concepção, Santos (2017), lembrando os escritos e as ideias de Sereni (1974), relata que a categoria de formação econômica e social representa a “unidade e a totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (Santos, 2017, p. 83).

Neste sentido, Dias (2022) baseando-se em Marx (1983), também reforça que com as sucessivas transformações que a sociedade vem passando ao longo do tempo, se faz presente também a troca de algumas formações sociais por outros arranjos, assim como estes não necessariamente irão substituir por completo as formas anteriores. Ainda, destaca-se que

[...] a formação socioespacial de Santos (1977) engloba a formação econômica, social e o espaço. A formação econômica refere-se aos modos de produção realizados juntamente com suas contradições. Já a formação social é uma estrutura produtiva e técnica, expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção. Então, a formação socioespacial acaba por analisar a concentricidade de uma sociedade, o que engloba sua gênese, evolução e situação atual, considerando para tal o processo histórico que levou à configuração de um dado momento a ser analisado, sendo a análise de uma realidade concreta, histórica e espacialmente determinada (Dias, 2022, p. 44).

Diante disso, aproximam-se os estudos de Milton Santos em relação a formação socioespacial das combinações geográficas de Cholley (1964), que aponta os diversos fatores que compõem o espaço, sendo eles, os elementos biológicos, físicos, humanos e a paisagem os quais podem gerar combinações singulares, com reestruturações constantes e que se integram entre si (Dias, 2022). Ademais, “diferentes formações socioespaciais podem ser encontradas em um mesmo país, estado ou região” (Dias, 2022, p. 47).

Perante este cenário, entende-se que

As áreas agrícolas, devido a presença de menos fixidez das obras humanas, transformam-se facilmente, sendo bastante influenciadas por elementos externos, bastando observar as transformações quanto aos cultivos/áreas pastoris em determinadas partes do território brasileiro, considerando curtos períodos de tempo.

A cidade e a rede urbana são compostas por formas de maior fixidez, mas podem ser facilmente refuncionalizadas através de novas funções criadas pelo

avanço do capitalismo, existindo formas e funções novas e velhas convivendo em um mesmo espaço (Dias, 2022, p. 48).

Assim, podemos relacionar isso com a formação socioespacial de Chapecó e da região, vinculando-a com a presença e a influência das agroindústrias de carne e grãos, bem como das modificações culturais, sociais e econômicas ocorridas desde a instalação destes empreendimentos. É importante frisar as formas em que se expressam os modos de produção.

O modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção novo, mas sempre comandado pelo modo de produção novo (Santos, 2017, p. 87).

Santos (2017) ainda ressalta que antigamente, em período anterior ao tecnológico, eram mais facilmente encontrados espaços que não estavam sujeitos ao modo de produção dominante ou que apenas estavam pouco dominados. Neste sentido, a evolução do espaço deriva de uma conjunção entre os efeitos e as condições resultantes das mudanças da sociedade e caso não for possível a criação de “formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar” (Santos, 2017, p. 89). Logo, Santos (2017) entende que os modos produtivos são capazes de traçar a história no tempo, enquanto as organizações sociais as fazem no espaço.

Para Ramos (2006), a modernização das atividades agropecuárias foi influenciada e dirigida por grupos hegemônicos, resultando assim na concentração deste processo em determinadas regiões e propriedades. A mesma ainda reforça que

Por trás de uma paisagem rural há novas dinâmicas espaciais, há uma outra organização produtiva que na maioria das vezes não são perceptíveis num primeiro momento. Cresce a artificialidade das áreas em razão de um novo conteúdo técnico, que possibilita novos usos do território (Ramos, 2006, p. 376).

Para Corrêa (2000), ao passo que são inseridos novos produtos agrícolas, bem como ocorre a modernização tecnológica de determinada área rural, seja de modo direto ou indireto, grandes empresas e corporações, modificam a estrutura agrária.

[...] concentração fundiária, mudança nas relações de produção com uma nova força de trabalho constituída por bóias-frias, emigração do excedente demográfico etc. Aceleram, ainda, o processo da exaustão dos solos e, em

relação às cidades da área, alteram as suas funções, pela diminuição da população de sua área de influência e pelo novo modelo de demanda rural (Corrêa, 2000, p. 34).

Assim, as corporações estabelecem não somente “uma organização espacial própria, como inserem-se em uma prévia, alterando-se parcial ou totalmente, de acordo com seus interesses” (Corrêa, 2000, p. 34). Essas formas do passado permanecem no presente por serem ajustadas para as demandas atuais que não tiveram grandes alterações no decorrer dos anos e “apresentam uma funcionalidade efetiva em termos econômicos ou um valor simbólico que justifica a sua permanência” (Corrêa, 2000, p. 38).

Ao partir deste entendimento e trazendo as reflexões para a área de estudo, ao considerar que com a modernização agrícola influenciada em grande parte pela Revolução Verde, o Estado teve um papel significativo tendo em vista que o objetivo em território catarinense era o estabelecimento das agroindústrias de carne e da modernização da produção agrícola para atender este setor.

Para atingir estes objetivos, houve incentivos através de crédito rural, principalmente por parte do governo estadual, viabilizando, assim, um acesso facilitado a implementos agrícolas. Foram disponibilizados extensionistas rurais, bem como, efetuaram pesquisas para melhoramento genético de plantas e animais. Entretanto, não foram todos os produtores rurais que tiveram acesso a estes incentivos.

Os que obtiveram incentivos foram especialmente aqueles que possuíam maiores áreas de terras (Pertile, 2008) e também o crédito ofertado visava a modernização, logo, possuía como finalidade a autorização do uso de insumos mais modernos, bem como, unir os interesses de determinado grupo de agricultores com as agroindústrias e indústrias no geral (Pertile, 2011).

Goularti Filho (2002) reforça que apesar de uma das principais características fundiárias catarinenses é ser menos concentrada, ainda assim, o que se viu foram as grandes empresas tendo acesso mais facilitado do que os pequenos produtores rurais à subsídios, créditos, suportes técnicos e as tecnologias. Com a crescente modificação do setor produtivo agrícola, a região passou, cada vez mais, a ter maior dependência deste ramo para com o setor industrial.

Desta forma, a partir de 1960, as agroindústrias de carne passaram a ter maior controle sobre a produção agrícola regional (Pertile, 2008), especialmente no Oeste Catarinense onde se concentravam os primeiros frigoríficos do estado. Entre 1962 e 1990,

ocorreram importantes e profundas mudanças na economia catarinense (Goularti Filho, 2002). Neste momento,

começou um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passou a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agrocomercial — dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que in natura — para o complexo agroindustrial de carne reforçou e consolidou o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias (Goularti Filho, 2002, p. 990).

Diante do processo de industrialização do país, Santa Catarina foi seguindo o movimento e, com isso

a economia passou a ser pensada por órgãos governamentais. Apesar de a primeira experiência em planejamento ter sido o Plano de Obras e Equipamentos (POE) — 1956-60, foi somente com o Plano de Metas do Governo (Plameg) — 1961-65 que efetivamente o Estado passou a utilizar instrumentos ativos de políticas econômicas para implantar e ampliar a infraestrutura social básica e para financiar o capital privado local. A mesma proposta do Plano foi repassada para o Plameg II (1966-70) e para o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) — 1971-74 e, em menor proporção, ao Plano de Governo (PG) — 1975-1979 (Bornhausen, 1955; Reis, Fontana, 1975; Salles, 1971; Schmitz, 1985). (Goularti Filho, 2002, p. 990).

Na década de 90, com o aumento das privatizações e maior abertura ao ingresso do capital estrangeiro, o papel do Estado passa por alterações, perdendo força na criação de políticas voltadas ao desenvolvimento nacional e estadual, passando assim a atuar mais em favor do mercado financeiro (Goularti Filho, 2002). Nessa conjuntura, a economia catarinense passa por transformações, como a desnacionalização do setor agroindustrial, reestruturação produtiva e patrimonial de diversos setores, redução da atuação estatal, entre outros processos, que influenciaram uma intensa diminuição no número de suinocultores e reformulação por parte dos avicultores até o ano de 1999 (Goularti Filho, 2002).

As exigências de melhorias e implantação de tecnologias nos aviários e chiqueiros de porcos já se faziam presentes nesta época e com isso, ao final de 1999, restavam apenas em torno de 16 mil suinocultores, majoritariamente integrados, conforme aponta Goularti Filho (2002). Com isso,

a falta de uma diretriz nacional isolou as unidades subnacionais na elaboração de seus planos. A prática do planejamento já começou a entrar em crise no Brasil ainda nos anos 80, quando o Estado começou a enfrentar o problema do endividamento externo e de seus desdobramentos internos. O Estado ficou engessado na dívida externa e na crise fiscal e financeira, sem condições de elaborar novos planos com objetivos nacionais. A cada plano que passava, reduzia-se a atuação do Estado-nação e aumentava a crença no mercado. Essa

lógica perversa está associada a um movimento mais geral da história recente, que são o neoliberalismo e a cosmopolitização das finanças. (Goularti Filho, 2002, p. 995).

Importantes nomes ligados a agroindústrias e a política catarinense, como as famílias de Nês e Fontana, tiveram um papel muito grande no processo de integração agroindustrial ocorrida na região. As redes políticas-empresariais influenciaram na inserção do discurso de vocação regional para o agronegócio, bem como direcionaram o uso do território e os recursos empenhados (Andreani, 2019).

Vale ressaltar que todo este processo não se deu de forma harmoniosa, visto que as mudanças foram muito grandes e interferiram nos modos produtivos, especialmente em relação as populações tradicionais e nos conflitos gerados por conta disso ao longo da história entre esses grupos, com os imigrantes europeus, as companhias colonizadoras e as políticas de ocupação que foram afastando as populações tradicionais³ de suas terras (Radin; Corazza, 2018).

Goularti Filho (2002, p. 983) aponta que “a ocupação do oeste catarinense não deve ser vista apenas do ponto de vista estratégico territorial para demarcar terras comandadas pelo Governo Federal. Terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista”. Logo, a venda de terras serviu como fonte de acumulação de capital e não somente para a demarcação de terras. Ainda neste sentido,

para demarcar terras, foram criados municípios e vilas; para escoar a produção, foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e, para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos, inicialmente, formaram uma nova e diferente vida econômica na região (Goularti Filho, 2002, p. 983).

Tendo em vista a produção em pequenas propriedades existente na região oeste catarinense, foi possível a “acumulação pulverizada e, ao mesmo tempo, o surgimento de uma diferenciação social em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar

³ O termo populações tradicionais empenhado nesta tese se refere principalmente a caboclos e indígenas, mas considera também outros grupos como quilombolas, ribeirinhos, entre outros. Ademais, salienta-se que não se tem apenas uma definição sobre o termo caboclo, variando conforme a região do Brasil, sendo frequentemente utilizada para caracterizar a miscigenação entre brancos e indígenas ou negros. Neste sentido, sigo o entendimento de Brandt e Moretto (2022) que compartilham de estudos sobre o Sul do Brasil e apontam que caboclo é a população que estava presente nesta região antes da colonização por grupos como alemães e italianos, diferenciados principalmente por condições sociais e culturais, mas que às vezes era levado em consideração a questão da miscigenação, ou seja, caboclos são pessoas pobres, trabalhadores rurais com poucas posses de terras ou arrendamentos.

o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos” (Goularti Filho, 2002, p. 982). Após a intensa derrubada da mata, o binômio milho-porco foi importante para a ocupação agrícola regional, visto a fácil adaptação deste cultivo nas terras recém desflorestadas, ao passo que estes grãos serviam como alimento para as criações de porcos.

A dimensão reduzida das propriedades familiares dificultava a criação de bovinos em maior escala. Isso favoreceu a criação de animais que ocupassem menos espaços e se adaptassem mais facilmente as condições das propriedades, como suínos e aves.

Constituída desta forma a base agroindustrial do Oeste Catarinense, ampliou-se a produção de carnes e grãos, sendo composta em especial por galináceos, suínos, milho e soja. Grande parte desta produção, principalmente de carne, atualmente é exportada e os grãos são usados para suprir a demanda de insumos para a alimentação animal, bem como para exportação.

Diante disso, se destaca o aumento do poder das agroindústrias e cooperativas de carne nos mais diversos níveis e espaços. Isto ocorre por meio do uso corporativo do território, que pode ser entendido através do domínio da elaboração de diretrizes, bem como de “objetos que atendem a racionalidade do Estado e das grandes empresas” (Galindo; Azevedo, 2020, p. 29). Também é considerada a

categoria adequada para expor a normatividade interna da forma hegemônica de ordenamento dos sistemas de objetos e de justificação da conduta das ações (corporativas), ou seja, forma hegemônica de compartilhar o espaço no capitalismo contemporâneo (Kahil, 2010, p. 478).

Essa hegemonia “tem força de determinar a tendência de todas as demais formas de desenvolvimento do processo de produção material da vida na fase atual do capitalismo” (Kahil, 2010, p. 478). Neste sentido, entendemos que o território é constituído por formas e o território usado por ações e por objetos, logo, pode ser entendido como “sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí” (Santos, 1998, p. 16). Por sua vez, o uso do território resulta das dinâmicas dos lugares (Santos, 2005).

Mediante o exposto, de acordo com Frederico (2012, p. 11), “a modernização e a expansão da produção agrícola no território brasileiro tem levado à constituição de regiões competitivas, especializadas na produção de determinadas *commodities* agrícolas” como é o caso do Oeste Catarinense. Bauermann (2017) destaca o papel de

algumas instituições como a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc) – atual Epagri - no processo de modernização agrícola em solo catarinense, no qual

nota-se a presença de um discurso no qual a valorização da tecnologia teria papel fundamental na superação do atraso rural. Desta maneira, quando a tecnologia emerge como uma verdadeira indústria, têm-se como consequência uma especialização produtiva dos lugares, um aumento da produção e um caráter específico para as regiões, o que permitiu a implantação dos sistemas agroindustriais voltados ao agronegócio e a territorialização do capital no campo (Bauermann, 2017, p. 68).

Lohn (1997) analisa os discursos propagados através da extensão rural entre os anos de 1956 a 1975 e salienta que a Acaresc contribuiu para moldar a forma produtiva existente na atualidade no oeste catarinense. Se enfatiza que através dos discursos desta instituição é possível apontar

a elaboração e formulação de um projeto político com vistas a construir novos tipos de sujeitos sociais, um novo tipo de agricultor em Santa Catarina, envolvendo um confronto entre visões de mundo, culturas e modos de pensar diferentes. Mais do que a subordinação material ao desenvolvimento capitalista, caberia atuar como um poder simbólico, capaz de legitimar o saber técnico, adestrando e disciplinarizando o agricultor, desestruturando suas formas autônomas de produção e de condutas, substituindo-as pelo padrão capitalista. Isto implicaria na construção de um agricultor modelo, moderno e, ao menos nos projetos, conformado às normas determinadas pelo Serviço de Extensão Rural. No discurso as formas de produção costumeiras apareciam como arcaísmos que deveriam ser invalidadas e proscritas, devendo ser substituídas pelas imposições técnicas dos extensionistas (Lohn, 1997, p. 16).

Para atingir todos os públicos do campo, a Acaresc criou os Clubes 4S⁴ para cativar os jovens do campo. Este projeto alcançou todas as regiões catarinenses e propiciou o direcionamento das condutas, comportamentos e hábitos dos agricultores (Lohn, 1997). Neste sentido, novas formas de produção e de comércio passam a ganhar força no oeste catarinense.

O governo do Estado, bem como as entidades de representação dos grandes produtores rurais passaram a produzir uma série de discursos nos quais evidencia-se que a difusão de técnicas agrícolas modernas através da Extensão Rural, seria um mecanismo eficaz para alterar as condições de produção, adequando-as à modernização e elaborando discursivamente um agricultor sob controle, adestrado e disciplinado, um “novo” homem (Lohn, 1997, p. 18).

⁴ Os Clubes 4S desenvolvem ações voltadas para a juventude rural, inspirados em clubes de outros países e representam por meio de sua sigla as palavras Saber, Sentir, Servir e Saúde. Estes clubes surgem com uma proposta para modernizar as atividades agrícolas e pecuárias, além de fomentar a extensão rural, a educação e a saúde, desmistificando visões ultrapassadas de um rural atrasado (Viebrantz, 2008).

Ao incorporar os discursos da modernização conservadora⁵, a extensão rural vai ganhando espaço nas propriedades agrícolas da região. Um novo ritmo de trabalho foi sendo implantado, o ritmo das máquinas e da indústria (Lohn, 1997).

Nesse arranjo, o uso corporativo do território se assenta e se fortalece, trazendo consigo novas características, perspectivas, forças e também fragilidades ao espaço urbano e ao rural, aos que destes espaços extraem o seu sustento e buscam melhores condições de vida para a família, conforme discutido no próximo subtítulo.

1.2 Uso corporativo do território: especializações e vulnerabilidade

Oeste catarinense, uma região que carrega consigo a especialização produtiva no setor de carne e grãos, bem como vulnerabilidades e riscos aparece conjuntamente com as ações dos agentes que produzem o espaço.

Na figura 1, apresenta-se a disposição dos núcleos urbanos e dos usos da terra na região oeste de Santa Catarina para o ano de 2017, sendo este o mapa mais recente encontrado que une essas duas categorias para todo o oeste catarinense. Alguns municípios aparecem destacados pelo nome completo ou abreviado por terem maior influência sobre as demais, como é o caso de Chapecó, São Miguel do Oeste (SMO), Concórdia, Xanxerê (XAN), Xaxim (XAX)⁶, Joaçaba e Videira.

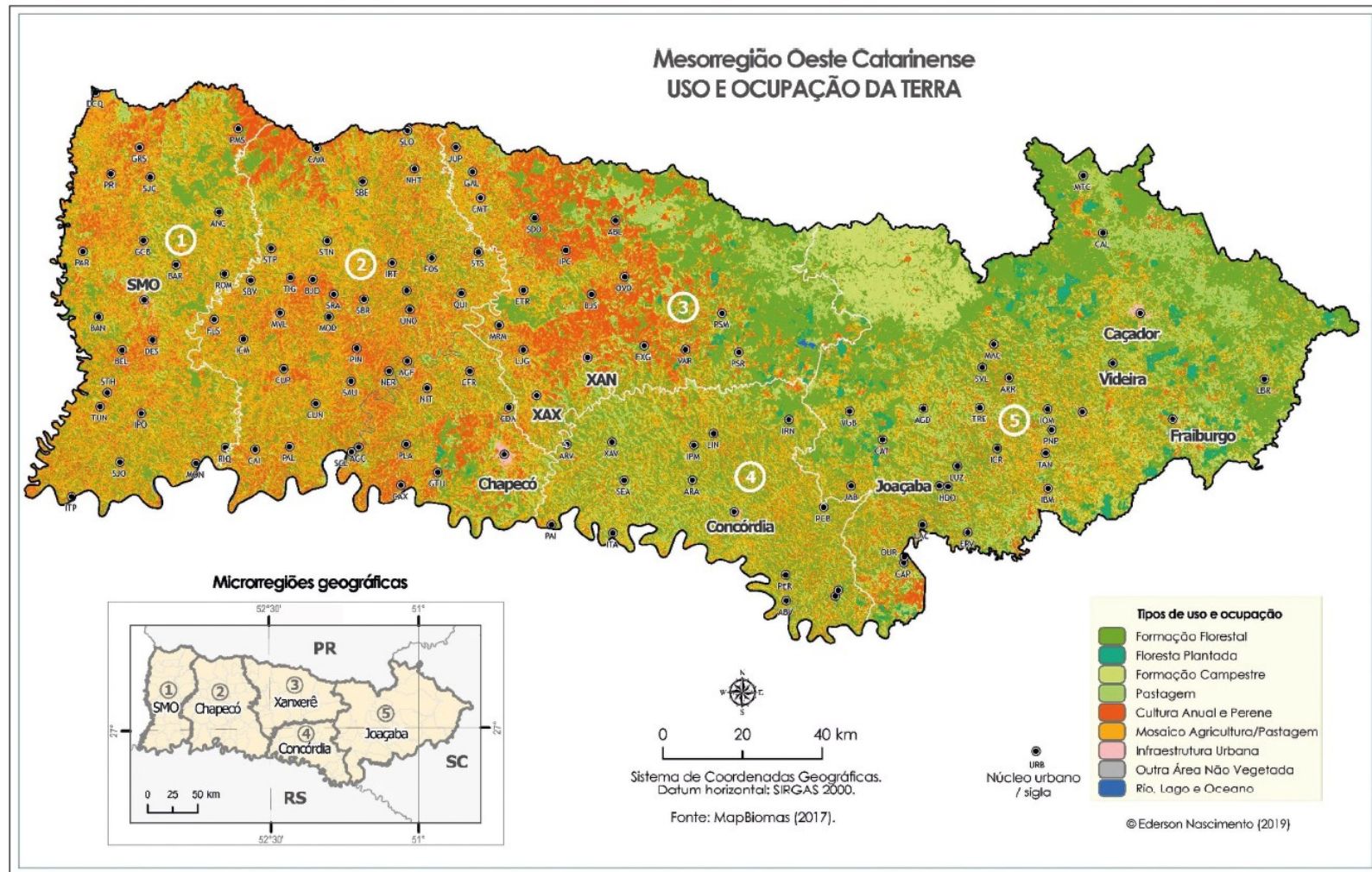
A concentração maior de atividades vinculadas a culturas anuais, perenes, a agricultura e pastagem das porções oeste até a área mais central da região, como disposto na figura 1. Também partindo da porção central em direção a leste temos maior presença de florestas plantadas, formações florestais naturais e campestres, ocorrendo também culturas anuais, perenes e mosaicos de agricultura e pastagem, porém em menor escala.

A concentração de municípios pequenos acompanha os usos da terra. Podemos observar isto por meio da disposição dos núcleos urbanos, com maior concentração de municípios de pequeno porte nas microrregiões de São Miguel do Oeste e Chapecó.

⁵ A modernização conservadora pode ser entendida como um processo que proporcionou uma expansão acelerada da industrialização, mecanização do campo e crescimento econômico, porém mantendo desigualdades, concentrando terras e renda, mantendo hierarquias e o poder das elites. Esse processo teve maior influência no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980.

⁶ As abreviações dos nomes dos municípios seguem da forma disposta no trabalho de Nascimento *et al.* (2024).

Figura 1 - Uso e ocupação da terra no Oeste Catarinense em 2017



Fonte: Nascimento *et al.* (2024).

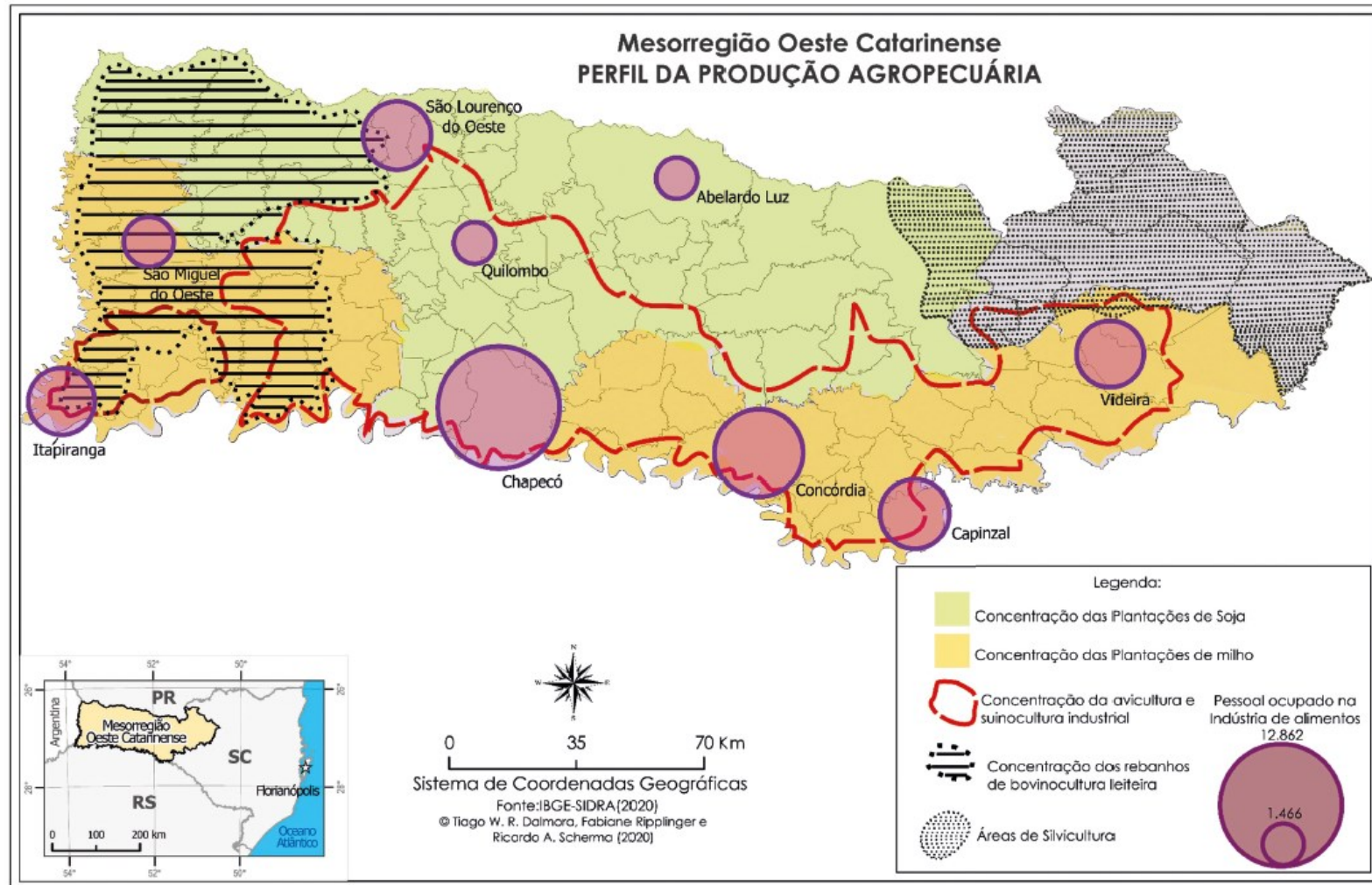
Para entender um pouco mais das áreas em que são desenvolvidas atividades agropecuárias ligadas à produção de carne e grãos, podemos observar a figura 2. A maior concentração da produção de aves e suínos corresponde com as áreas onde encontram-se as principais unidades industriais de abate e processamento de carnes e derivados da região.

Consequentemente, temos também as maiores quantidades de pessoas ocupadas na indústria de alimentos em cidades como Chapecó, Concórdia, Capinzal, Videira, São Lourenço do Oeste e Itapiranga, entre outros. Diversos trabalhadores deslocam-se por longas distâncias para cumprir com suas atividades laborais, gerando assim, um grande movimento pendular, que até poucos anos atrás era bem mais intenso, porém ainda se mostra significativo.

Em relação a produção de grãos, podemos visualizar que o cultivo de milho e soja se encontra em quase toda a região, estando em menor concentração na microrregião de Joaçaba devido à grande presença da silvicultura em municípios mais próximos ao estado do Paraná (altimetria elevada) e avicultura, suinocultura industrial em municípios próximos a mesorregião serrana catarinense e noroeste rio-grandense (altimetria média).

No Extremo Oeste concentra-se para além da produção de grãos e abate de aves e suínos, a produção da bovinocultura leiteira (áreas menos elevadas, porém ainda com áreas íngremes). Conjuntamente com a produção de leite, encontram-se as unidades de processamento desse produto e seus derivados, principalmente ligados as cooperativas integrantes do sistema Aurora Coop, além de empresas de pequeno e médio porte com um público mais diversificado e produtos que atendam mais as especificidades e necessidades locais.

Figura 2 - Oeste Catarinense: aspectos da produção agropecuária



Fonte do mapa: Nascimento *et al.* (2024).

Diante desse perfil regional, entende-se que uma região tão grande e com tantos municípios pode enfrentar diversos obstáculos e dificuldades, mas também se apresenta de forma atrativa para determinados agentes e empresas.

Neste sentido, quando uma região é muito especializada, ela acaba por “atrair investimentos públicos e privados e a reunir uma série de fatores produtivos que conferem maior eficiência produtiva e integração competitiva desses produtos e regiões aos mercados internacionais” (Frederico, 2012, p. 11). Atua assim, de modo funcional aos interesses desses mercados (Santos, 1988), e varia o grau de competitividade entre os agentes e os produtos com base na densidade técnica e normativa presente no território (Frederico, 2012). Deste modo, é entendido que

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, "únicos". Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (Santos, 1988, p. 13).

Em complementaridade, Santos (2006) salienta que no viés da globalização e do capitalismo, a divisão territorial do trabalho é geradora de hierarquias entre os mais diversos lugares e modifica o modo de agir das instituições e das pessoas conforme a sua disposição espacial. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho “só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista” (Corrêa, 1993, p. 31).

Pertile (2011) destaca nessa mesma perspectiva que as cidades que compõem o Oeste Catarinense “por mais que possam estar articuladas e ter em comum uma forte ligação com as áreas rurais, apresentam consideráveis contrastes entre si, a exemplo da infraestrutura e da divisão do trabalho local e regional” (Pertile, 2011, p. 16).

A partir disto, Corrêa (1993) questiona quais as dimensões dos impactos que as grandes corporações estruturadas em redes causam no território através da alteração da divisão territorial do trabalho, ou seja, das atividades pré-existentes nas regiões. Ainda, com a modernização dos transportes e dos meios de comunicação, se torna cada vez mais fácil a circulação de produtos, insumos, pessoas e informações, logo, as regiões com especialização produtiva não necessariamente irão produzir tudo o que necessitam para

sua sobrevivência (Santos, 1988), buscando em outros lugares – próximos ou distantes - o que lhes falta.

Com o aumento do número de especializações produtivas e consequentemente da produção mais voltada para a exportação, foi gerado o que Frederico (2012) chama de *commoditização* da economia e do território. Logo, com a predominância atual da tendência à exportação de *commodities* agrícolas, é necessário que haja maior fluidez, favorecendo a especialização produtiva e a inclusão de regiões em circuitos espaciais produtivos que podem superar as barreiras territoriais de uma nação (Frederico, 2012). Dessa forma, “a vulnerabilidade social, econômica e territorial é a outra face da competitividade para essas regiões” (Frederico, 2012, p. 6).

Com isso, verifica-se com que cidades próximas possam não ter mais tanta proximidade umas com as outras e estas podem ter maior proximidade com outras cidades de outros países, tendo em vista que isso não está relacionado com a questão da proximidade física, mas de comércio, de relações e trocas de ideias e investimentos que tragam benefícios para ambas as partes/cidades envolvidas (Santos; Souza; Silveira, 1998; Santos, 2006; Santos, 2012).

Ramos (2006) destaca que com a propagação

da ciência e das inovações tecnológicas, os espaços agrícolas tendem a se especializar e a se tornar cada vez mais complexos. Por um lado avolumam-se os fixos, base da nova organização, e por outro aumenta o dinamismo dos fluxos (Santos, 1988; 1996), revelando a intensificação das relações mantidas com áreas mais e mais longínquas (Ramos, 2006, p. 378).

Diante disto, se observa que a especialização produtiva e a crescente produção de carnes no Oeste Catarinense e em especial no município de Chapecó, está mais direcionada para a exportação do que para o consumo interno, sendo principalmente orientada desta forma nos últimos anos em virtude do aumento do Dólar em relação ao Real (Epagri, 2021).

Além disto, a grande concentração produtiva de carne necessita de vultosas quantidades de insumos para a produção de ração animal, entre eles, o milho, o que nos últimos anos, tem se tornado um problema, visto que podemos verificar a diminuição da produção deste insumo a nível estadual, variando a produção por diversos motivos, desde viabilidade econômica até fatores climáticos. Desta forma, não conseguem atender mais à demanda estadual, logo, se faz necessária a importação deste grão de outros estados e países (Epagri, 2021; Ripplinger, 2021).

Ademais, de acordo com Pertile (2008), ocorre que o sistema capitalista gera desigualdades e isto não se mostra diferente com relação à produção agroindustrial presente no Oeste Catarinense. Isso produziu uma imensa desigualdade tanto no meio rural como no urbano, fazendo com que determinadas cidades, como Chapecó, se tornassem atrativas para investidores de diversos setores, como o agroindustrial, imobiliário, comércio e serviços, bem como para a população em busca de emprego e uma condição de vida melhor.

Neste sentido, aqueles produtores rurais que dispunham de área de terra bastante limitada para trabalharem e dela obtinham seu sustento, acabaram ficando mais suscetíveis a migrarem para os centros urbanos, visto tamanha pressão que o sistema capitalista ocasionava e ainda ocasiona sob estes de diversas formas.

Ainda, é possível identificar que com uma expressiva quantidade de agricultores com quantidades de terras pequenas “tem contribuído para intensificar a migração rural em níveis superiores à capacidade urbana de absorver tais contingentes, agravando o processo contínuo de exclusão socioeconômica na região Oeste Catarinense” (Pertile, 2008, p. 237). Este processo pode ser observado em campo por meio das entrevistas e que serão debatidas mais adiante.

Com a crescente desigualdade, bem como com o avanço da pobreza no campo, as situações de risco e vulnerabilidades têm se tornado cada vez mais graves (Costa, 2006). Fatores climáticos como estiagens, tornados, granizo e geada, além de crises econômicas, políticas e administrativas e a pandemia (2020 – 2023), são alguns dos meios que ocasionam estes processos à população (Ripplinger, 2021), tanto das áreas rurais quanto do meio urbano.

A vulnerabilidade pode ser analisada por diversas óticas e áreas, logo, são múltiplas as concepções para este conceito, conforme explicitado a seguir. Estas vulnerabilidades podem ocorrer por meio de eventos com duração ou intervalos de tempo diversos e envolvem desde as questões climáticas até as econômicas, políticas e culturais (Marandola Jr; Hogan, 2006). Com isso, buscar-se-á entender os efeitos disso na vida da população ao longo do tempo e a capacidade de enfrentamento a estes riscos e condições.

Para Blaikie *et al.* (1996), a vulnerabilidade pode ser entendida como a condição que um grupo ou uma pessoa tem para resistir, se recuperar ou se antecipar a um impacto gerado por um desastre ou a uma ação que envolva diretamente a pessoa ou grupo. Isto inclui os fatores que indicam o grau em que as pessoas e os seus meios de subsistência se encontram em situação de risco ocasionados por um evento da natureza ou da sociedade.

Blaikie *et al.* (1996) salientam que alguns grupos estão mais suscetíveis aos danos e perdas do que outros. Essas diferenças nos impactos podem variar conforme o gênero, a classe econômica e as condições para enfrentamento a essas situações, a idade, entre outros fatores. Para Acsehrad (2006), a vulnerabilidade diz respeito não somente às pessoas, mas também aos lugares, à infraestrutura disponível e aos ecossistemas, ou seja, a vulnerabilidade estaria sendo construída socialmente.

De acordo com Freire, Bonfim e Natenzon (2014) os aspectos de vulnerabilidade que um grupo de pessoas estão expostos apresentam relações tanto macro como microsociais, no qual podem gerar variações na forma de defesa às adversidades e perigos. Além disto, estas relações abrangem do mesmo modo, a forma como o território se organiza, bem como o acesso que a população tem a bens naturais e materiais e aos serviços públicos.

Desta forma, para compreendermos mais profundamente as vulnerabilidades, devemos ter em mente que estas são complexas e requerem muito cuidado na formulação de propostas para o seu enfrentamento (Costa, 2006). Consequentemente, devemos ter cuidado ao tratarmos das questões de vulnerabilidade e de identidades territoriais, visando sempre o entendimento das particularidades e singularidades de cada grupo social e de cada lugar para que assim não ocorram generalizações.

Portanto, diante desse panorama entendemos que a configuração agrícola atual é caracterizada por uma articulação política “entre a agricultura moderna, as cadeias agroindustriais, o sistema de crédito (sendo o Estado brasileiro um dos principais agentes neste setor) e o mercado de terras, com o objetivo de promover estratégias de acumulação no contexto de mundialização financeira” (Souza; Silva, 2019, p. 151).

1.3 A construção das identidades no campo

A identidade territorial carrega consigo diversos elementos. De acordo com Chelotti (2010), a identidade é uma construção social de significados vinculados ao território, à cultura, à religião, entre outros fatores e que possui ligação com uma pessoa ou grupo de pessoas. Neste sentido, conforme Chelotti (2010), é inserida a dimensão simbólica e imaterial.

Para Perico e IICA (2009), a identidade pode ser definida por se amparar na cultura, porém não pode ser considerada como cultura. Nesse sentido, “enquanto a cultura é inerente a um grupo, a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta

frente a outro(s). Enquanto a cultura une um grupo, a identidade o diferencia de outros” (Perico; IICA, 2009, p. 39).

Saquet e Briskievicz (2009) ressaltam que ocorrem conjuntamente a territorialidade, a identidade e o território, no qual se observa um cenário de “condicionamento mútuo também entre território-identidade-desenvolvimento” (Saquet; Briskievicz, 2009, p. 15). Da mesma forma, a “identidade rural, [...] opera-se em relação às necessidades externas e internas da população. Constrói-se em termos de ideologias ou símbolos comuns e relacionados às dinâmicas e lógicas dos níveis territoriais onde vão sendo inseridos” (Perico; IICA, 2009, p. 34).

Nessa perspectiva, conforme a intencionalidade e as características do plano de desenvolvimento, poderão ser preservadas algumas identidades/símbolos identitários ou não em um determinado território (Saquet; Briskievicz, 2009). Ainda, pode haver “uma conjugação entre permanências e mudanças, isto é, entre identidades reproduzidas e novas identidades incorporadas aos hábitos e comportamentos cotidianos de certo grupo social” (Saquet; Briskievicz, 2009, p. 15), da mesma forma que podem ser destacadas, a pluralidade das relações sociais e dos domínios (Perico; IICA, 2009).

No território, a identidade está contida para além do simbólico e cultural, mas também nas dimensões mais materiais, através do controle do espaço (Saquet; Briskievicz, 2009). Haesbaert (1997) contribui neste mesmo sentido quando diz que só é possível reconhecer a existência de uma identidade criada pelo território quando se leva em consideração o espaço produzido de Lefèbvre (1986), no qual entende-se a

territorialização como um processo de re-produção social que incorpora tanto uma dimensão concreta quanto simbólica, uma série de características socialmente produzidas/vividas e/ou inventadas/manipuladas pelo interesse de grupos econômicos e políticos que conseguem tornar mais eficazes esses símbolos em suas estratégias de controle e acumulação (Haesbaert, 1997, p. 50).

Com isso, entendemos que as identidades podem ser modificadas ao longo do tempo e no espaço, desta forma, “superando uma visão estanque e partindo para uma compreensão de sua transformação, para a destruição ou reafirmação, principalmente, em tempos de globalização” (Chelotti, 2010, p. 171).

Ademais, podem ser encontradas diferenças no espaço de acordo com as características materiais e imateriais, e através das relações da sociedade com o meio são construídas as identidades territoriais nas quais possuem símbolos, significados e

sentimento de pertencimento (Chelotti, 2010). Saquet e Briskievicz (2009, p. 8) destacam que “a identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo, no mesmo ou em lugares diferentes”.

Tradições, festividades, presença de grupos folclóricos e relações de compadrio que antigamente tinham muita força no âmbito das sociabilidades rurais, atualmente encontram-se enfraquecidas devido ao que Brandenburg (2010, p. 422) chama de “desintegração da vida comunitária”.

Colaboram no aprofundamento desse processo, a diminuição das trocas realizadas no campo, bem como a ocorrência de diferenciações sociais dentro das próprias comunidades rurais, o fortalecimento das ações de expropriação de terras de produtores pouco capitalizados ou com pequenas propriedades, entre outros fatores impulsionados pela modernização conservadora (Brandenburg, 2010).

O mesmo ocorre quando buscamos entender a identidade dos agricultores familiares na área de estudo, as alterações que vêm ocorrendo ao longo das últimas décadas e quem são os agentes transformadores destas identidades. Se fez evidente durante os trabalhos de campo e entrevistas que parte dos agricultores familiares integrados às agroindústrias e cooperativas não se viam mais como pequenos produtores rurais familiares, mas sim como parte do “agro”. Alguns até mesmo não faziam distinção entre pequenos, médios e grandes produtores rurais pertencentes ao agronegócio exportador, enquanto outros possuíam um discurso mais contido, reconhecendo que faziam parte do agro, mas como sendo pequenos ou mini empreendedores rurais.

Os discursos hegemônicos impactam fortemente nos modos de agir, de pensar, na identidade dos agricultores familiares e nas relações de sociabilidade no campo atualmente. O reflexo disso foi percebido intensamente nas falas dos agricultores entrevistados, no qual, poucos eram aqueles que não se sentiam pertencentes ao agronegócio exportador. Estes entendiam que eram agricultores familiares com poucas terras e que isso os diferenciava daqueles que produziam para o agronegócio nos modos produtivos, na quantidade e nas ideologias seguidas.

Isso, do mesmo modo, foi apontado pelo entrevistado do Sintraf, no qual destacou que não eram contra o agro, mas que o objetivo do sindicato permeia o resgate da identidade de agricultor familiar, o tamanho das propriedades, as produções, ou seja, entendendo a realidade local (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

O mesmo destaca que “anos atrás a palavra colono era fortemente usada e foi descaracterizada num certo processo da história e que virou agricultor familiar e hoje a

gente já vê muitos produtores familiares não querendo falar que é um agricultor familiar, que é agro” (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

Diante disso, os escritos de Haesbaert (1997) contribuem para entender melhor esta situação, destacando que no território sempre são encontrados ao mesmo tempo e em diversas intensidades, uma identidade territorial disposta por determinados agentes e grupos sociais que constituem assim um método para se ter o controle. Mesmo que esse controle seja “‘simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (Haesbaert, 1997, p. 41), se faz presente no território.

Se para aqueles agricultores que comandam as propriedades já se percebe um grande impacto dos discursos do agronegócio, entre os jovens isso ocorre de forma ainda mais acentuada, o que ocasiona a permanência no campo incorporando determinados discursos ou rompendo com o campo e buscando novas oportunidades nos centros urbanos.

Neste sentido, é perceptível a dificuldade que vem sendo enfrentada nas pequenas propriedades rurais chapecoenses em relação ao sentimento de pertencimento ao campo pelos jovens e conseqüentemente isso afeta o processo de sucessão familiar, no qual, os jovens estão progressivamente optando por traçar novos rumos fora das propriedades familiares.

O espaço rural vem de maneira crescente se tornando díspar e os jovens do campo são os mais impactados com a “dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura poder acompanhar este padrão de modernização” (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 17).

Também, identifica-se que os jovens na atualidade buscam confirmações para projetos e desejos relacionados ao seu futuro, especialmente quando ligados ao mundo moderno, conforme apontado por Puntel, Paiva e Ramos (2011).

Para Ferrari *et al.* (2004, p. 268) as juventudes rurais “já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para realizar seus projetos de vida, como acontecia há algum tempo”. Diante disso, vemos que a educação no campo é uma das vias fortalecedoras do reconhecimento da identidade do agricultor familiar e a partir dela podem ser estruturadas estratégias para o desenvolvimento econômico destes jovens e de projetos de vida (Bastiani; Strasser, 2012).

Ações desenvolvidas por universidades, federações e outras instituições podem contribuir para a permanência no campo, como por exemplo, por meio de projetos e cursos de formação e capacitação. Uma das iniciativas a serem citadas é o projeto Terra Solidária, aplicado por meio de parceria entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (Fetraf-Sul) e Sebrae, e apoio financeiro do Sebrae nacional e MDA, que atendeu mais de 4900 jovens do campo nos três estados do sul do Brasil (Poli *et al*, 2014).

O curso tem duração de 18 meses, com módulos presenciais, estágios, intercâmbios e momentos na comunidade, tratando de assuntos como a sucessão familiar, masculinização do campo, envelhecimento, inovações tecnológicas, os processos produtivos e a comercialização da produção, visando instigar os jovens a constituírem um plano familiar nas suas respectivas unidades produtivas familiares (UPF) e conseguirem atingir o desenvolvimento rural sustentável (Poli *et al*, 2014). Essa ação é de suma importância para resgatar a ideia de permanência no campo pelos jovens e dar novos rumos e possibilidades.

Mesmo com a presença dessas iniciativas, o fluxo de jovens saindo do campo ainda é grande. O se sentir pertencente ao lugar e a identidade de agricultores familiares faz toda a diferença na escolha realizada pelos jovens, que buscam se inserir em novos horizontes e perspectivas, a fim de melhorar a vida da família, de serem mais valorizados e terem um maior retorno financeiro por meio das suas atividades no campo.

Segundo Winckler, Renk e Munarini (2018, p. 34)

O meio rural oestino vive uma crise persistente que se expressa em baixa remuneração do trabalho, descapitalização, exclusão dos sistemas de integração com as agroindústrias, êxodo dos jovens, arrendamento e venda das propriedades, com a consequente migração das famílias para as cidades. Aqueles que insistem em permanecer no campo buscam alternativas, dentre elas a produção orgânica e agroecológica de alimentos. No entanto, têm de conviver com as práticas agrícolas convencionais, voltadas ao agronegócio e à produção de *commodities* (soja, milho, fumo, entre outras) usuárias de agroquímicos que contaminam o solo, a água e o ar.

Projetos alternativos também vêm ganhando espaço no campo do oeste catarinense. Estes projetos vão desde a produção orgânica, agroecológica, produção e conservação de sementes crioulas e as tradições que envolvem a sua produção, armazenagem, troca e em alguns casos, a comercialização. Ganhou espaço também nos últimos anos, a produção de produtos alimentícios como panificados, geleias e conservas

em pequenas propriedades, bem como a produção de hortaliças e frutas para comércio em curtos circuitos de produção e de comercialização.

A produção e a busca por produtos sem agrotóxicos cresceram em Santa Catarina, colocando-a entre os estados com maiores produções de orgânicos, proporcionando, assim, mais uma fonte de renda para os agricultores (Santa Catarina, 2019). Para dar respaldo legal, foi implantada a política estadual de incentivo às feiras de produtos orgânicos (Santa Catarina, 2019), que traz consigo um apoio a não utilização de agrotóxicos, bem como “preconiza a preservação e a interação ambiental em termos sustentáveis” (Winckler, Renk e Munarini, 2018, p. 26).

Os movimentos sociais fazem parte dessa construção de novas alternativas de renda no campo, entre eles, se destacam a atuação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) (Winckler, Renk e Munarini, 2018). Cooperativas também compartilham dessa luta, como é o caso da Oestebio – vinculada ao MPA - com a produção, armazenagem, troca e comercialização de sementes crioulas e outras variedades de milho, preservando a diversidade, a qualidade das sementes, buscando trazer sementes para o mercado sem agrotóxicos e carregados de tradições por aqueles que as produzem e por seus guardiões (Ripplinger, 2021).

Em entrevista concedida em 2014 para Paula (2014), a agrônoma Daniele Nerling, responsável pela cooperativa Oestebio, ressalta o que os diferencia da produção convencional.

[...] o diferencial da prática está em multiplicar sementes crioulas e varietais em escala comercial sem perder a diversidade, adotando estratégias produtivas voltadas à transição agroecológica com a valorização do conhecimento tradicional, dos aspectos culturais, econômicos e sociais das comunidades, vinculado a um plano de erradicação da extrema pobreza. Com um sistema de produção único, a cooperativa conseguiu pensar em um processo que contemplasse todas as etapas de produção. O trabalho é dividido entre os mantenedores ou guardiões das sementes e os multiplicadores que aumentam o volume das sementes. Feita a multiplicação, as sementes são tratadas na cooperativa e distribuídas para famílias carentes, em articulação com o governo federal (Paula, 2014, n.p.).

A Oestebio fortalece seu trabalho por meio de parcerias, pesquisas, projetos e programas vinculados a Universidade Federal de Santa Catarina, bem como com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Epagri (Munarini, 2016; Winckler, Renk e Munarini, 2018).

Ademais, outra iniciativa presente na região parte das instituições ligadas à igreja, que também contribuem com o avanço de novas práticas no campo por meio de comissões

e pastorais como da “juventude”, “juventude rural” e “pastoral da terra”, compartilhando informações por meio de cartilhas e encontros (Winckler, Renk e Munarini, 2018).

Além disso, temos alterações na organização interna das propriedades rurais, trazendo maior espaço para as mulheres na tomada de decisões. Porém, desafios também são encontrados nesse processo de ruptura com o tradicional e hierárquico previamente estabelecido (Winckler, Renk e Munarini, 2018). Onde, “há, [...] relatos de disputas que se estabelecem entre duas visões acerca da agricultura no interior da unidade familiar de produção: a agroecológica, levada adiante pelas mulheres, e a convencional e transgênica, praticada pelos maridos e filhos” (Winckler, Renk e Munarini, 2018, p. 29).

Em vista disso, a produção familiar, carregada de tradição e costumes abre novos horizontes e possibilidades aos agricultores familiares do oeste catarinense. Se considera que preservar saberes e costumes tradicionais não menospreza as inovações e o emprego de tecnologias, porém estas são introduzidas com prudência, permitindo assim que as testem e avaliem sem afetar a reprodução social da família (Winckler, Renk e Munarini, 2018).

Portanto, fortalecer as relações de sociabilidade, incentivar novos usos e fontes de renda no campo que integrem o rural e o urbano se faz importante para que se tenha realmente a superação de pensamentos de um rural atrasado, para que a identidade de agricultor familiar seja preservada e reafirmada no cotidiano frente às pressões hegemônicas.

Diante do exposto e dando continuidade ao que foi apresentado, no capítulo 2, buscamos revisitar a antiga Chapecó, momento em que as memórias serão consideradas um caminho para esse retorno ao lugar do passado e que permitirão entender a Chapecó do presente: o que era, o que mudou e o que é o município hoje.

CAPÍTULO 2 - REVISITANDO A ANTIGA CHAPECÓ: IDENTIDADES TRANSFORMADAS E A INSERÇÃO DOS GRANDES PROJETOS

2.1 O Oeste Catarinense e a centralidade de Chapecó

No Oeste Catarinense ocorreram disputas territoriais marcantes na história regional, como o conflito conhecido como “Questão de Palmas”, entre a Argentina e o Brasil, no final do século XIX, em que ambos reivindicavam as terras desta região. Posteriormente outro conflito ganha destaque, a Guerra do Contestado que, desta vez, ocorreu entre os estados de Santa Catarina e Paraná, possuindo como motivação a

ampliação territorial bem como econômica (Matiello *et al.*, 2016). Este conflito marca a história cabocla com as expropriações de terras (Radin; Corazza, 2018).

Após estes conflitos, indígenas com longa ocupação neste território, caboclos que fixaram morada nos fins do século XIX, bem como colonos europeus vindos das colônias do Rio Grande do Sul ocupavam as terras e realizavam atividades para a sua subsistência (Brandt, 2023). Neste período, se tinha pouca infraestrutura urbana e organização na disposição das moradias que foram sendo instaladas (Fortes, 1990 apud Matiello *et al.*, 2016). O desenvolvimento urbano regional teve um crescimento mais acelerado com a implantação da linha sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que ligava os estados de São Paulo ao Rio Grande do Sul, sendo esta inaugurada em 1910 (Peluso, 1982 apud Matiello *et al.*, 2016). Antes disso, havia alguns povoados e municípios dispersos, como no caso de Campos Novos onde eram desenvolvidas atividades pastoris (Brandt, 2023).

Após a implantação da ferrovia, Matiello *et al.* (2016) destacam que foram criados 4 municípios – Chapecó sendo um destes – no qual o governo estadual objetivava a ocupação do território por meio da colonização empresarial. Em 1917, criou-se o município de Chapecó, possuindo originalmente 14.743 km², ocupando assim praticamente todo o atual Oeste Catarinense (Bellani, 2006).

Desde sua criação, a localização da sede de Chapecó foi alterada várias vezes. Antes da fixação definitiva, Passo Bormann (antes Passo Carneiro) e Vila Xanxerê disputavam como sede municipal (Bellani, 2006). Este impasse foi resolvido apenas em 1931 “[...] quando ocorreu a fixação definitiva da sede em Passo dos Índios⁷, onde justamente se encontrava a sede da Empresa Bertaso, Maia e Cia., a colonizadora dessa localidade [...]” (Matiello *et al.*, 2016, p. 196) e que se mantém até hoje como zona urbana de Chapecó.

Com a instalação de grupos advindos do Rio Grande do Sul, gradualmente a ocupação territorial foi se intensificando, porém, a estrutura viária escassa e de comércio dificultou a vida dos que ali se estabeleceram. Essas dificuldades impulsionaram para que se saísse de uma produção de subsistência para uma de produção e comercialização de excedentes (Matiello *et al.*, 2016).

De acordo com Ferrari (2011), a produção ervateira teve significativa influência para o estabelecimento de núcleos populacionais e de relações transfronteiriças no Oeste Catarinense (na época pertencente ao Paraná). Neste sentido, nos fins do século XIX, a

⁷ Passo dos Índios era uma localidade intermediária na disputa da sede municipal de acordo com Bellani (2006).

economia ervateira ganha maior importância nacional, embora, a nível regional, somente se obteve essa relevância após o ano de 1900, com grande produção na década de 1920 e colapso na década de 1930⁸ (Ferrari, 2011).

A economia impulsionada pela extração da erva-mate dos ervais e posteriormente pela extração da madeira, no início do século passado, “[...] foi impulsionado pelos interesses tanto do governo brasileiro, visando garantir a posse das terras, quanto das colonizadoras, que buscavam ganhos econômicos [...]” (Matiello *et al.*, 2016, p. 198).

Conforme Matiello *et al.* (2016), as empresas colonizadoras que iniciaram o processo de venda de lotes e ocupação com os colonos, foram os que extraíram majoritariamente as madeiras nobres. As madeiras em toras em sua maioria eram carregadas em balsas e desciam pelo Rio Uruguai durante os períodos de cheias até a Argentina e o Uruguai onde eram comercializadas.

Outra atividade que contribuiu neste processo de impulsão da economia regional foi a criação de animais como porcos e o surgimento de pequenos armazéns para comercialização de grãos e derivados, venda da banha suína, entre outros. Conforme Bavaresco (2005), a venda de excedentes agrícolas e da pecuária também era feita para municípios gaúchos e isto contribuiu para que os colonos conseguissem cumprir com o pagamento das terras que adquiriram das colonizadoras e também para sua sobrevivência.

Ademais, destaca-se que o

[...] Oeste Catarinense, e não diferente do restante do país, a atividade agroexportadora, no caso, da erva-mate e da madeira, bem como o comércio de excedentes agrícolas em escala nacional, constituíram a base para a formação do capital regional, presente até os dias de hoje por meio das agroindústrias (Matiello *et al.*, 2016, p. 199).

Segundo Bavaresco (2005) e Matiello *et al.* (2016), o comerciante tinha um papel muito importante, pois através deste, os colonos obtinham informações, sabiam a cotação de preços do mercado e até mesmo desempenhavam papel de banco e de correios. Os colonos, organizados em pequenas propriedades de trabalho familiar, são a forma predominante de organização rural até hoje na região, se considerarmos proporcionalmente a quantidade de propriedades familiares e totais.

⁸ Esse colapso foi decorrente de múltiplos fatores, como: a queda nos preços do produto final, redirecionamento de políticas de incentivo principalmente do governo estadual para outros setores como a agricultura colonial e sua evolução, questões de infraestrutura logística, concorrência crescente de países como a Argentina e o Paraguai, além da crise econômica de 1929 (Radin; Corazza, 2018).

Neste sentido, para Pertile (2004), o processo de fragmentação das propriedades no Oeste Catarinense possui relação principalmente com dois fatores, sendo o primeiro deles relacionado com a colonização e a venda de áreas de terras pequenas, geralmente em torno de 10 a 20 hectares (ha) (IBGE, 2009a, 2009e, 2019d) em sua maioria como pode ser visto nas tabelas 1 e 2.

O segundo fator se refere aos valores pagos aos produtores rurais, tanto para os integrados como os não integrados pelas agroindústrias e cooperativas do setor de carne e grãos, considerados baixos e que, conseqüentemente, diminuem a chance de aquisição de novas terras, bem como devido os constantes investimentos, manutenção e melhorias que são demandados nas propriedades e solicitados pelas integradoras (Pertile, 2004).

Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 refletem esse cenário. Na tabela 1, está disposto o número de estabelecimentos agropecuários no oeste catarinense e mais especificamente em Chapecó no ano de 2006 de acordo com as tipologias de quantidade total e de estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar. Percebe-se que tanto Chapecó quanto na região como um todo, a quantidade de estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar se destaca pela grande incidência e porcentagem.

Em Chapecó, predominava neste período propriedades entre 05 e 20 hectares, enquanto na região os maiores quantitativos estavam nos estratos de 10 a 50 hectares (IBGE, 2009a, 2009e). O número de produtores rurais sem área também é significativo em ambas as áreas. Enquanto o número de estabelecimentos com grandes áreas são poucos em Chapecó, em os outros municípios da região oeste estes quantitativos se mostram expressivos e, porém, nenhum destes foi registrado como pertencentes a agricultores familiares.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários no Oeste Catarinense e em Chapecó em 2006 por tipologia

Área total	Oeste Catarinense		Chapecó	
	Estabelecimentos - total	Estabelecimentos - Agricultura familiar	Estabelecimentos - total	Estabelecimentos - Agricultura familiar
Mais de 0 a < que 0,1 ha	329	288	48	38
De 0,1 a < que 0,2 ha	293	259	27	24
De 0,2 a < que 0,5 ha	452	400	49	44
De 0,5 a < que 1 ha	742	658	57	50
De 1 a < que 2 ha	1942	1729	116	102

De 2 a < que 3 ha	2446	2175	157	133
De 3 a < que 4 ha	2552	2299	101	90
De 4 a < que 5 ha	2827	2593	127	115
De 5 a < que 10 ha	15330	14246	367	331
De 10 a < que 20 ha	29068	27431	376	336
De 20 a < que 50 ha	19488	18035	279	236
De 50 a < que 100 ha	3556	2348	65	37
De 100 a < que 200 ha	1147	1	34	-
De 200 a < que 500 ha	590	4	16	-
De 500 a < que 1.000 ha	169	-	4	-
De 1.000 a < que 2.500 ha	79	-	-	-
De 2.500 e mais	21	-	-	-
Produtor sem área	1112	997	84	80

Fonte: IBGE (2009a, 2009e). Elaborado por: Fabiane Ripplinger (2025).

Para entendermos melhor esta dinâmica, na tabela 2 são apresentados os quantitativos de estabelecimentos agropecuários referentes ao ano de 2017 para o Oeste Catarinense e Chapecó, sendo que esta também está dividida conforme as tipologias (“estabelecimentos – total” e “estabelecimentos – agricultura familiar”).

As maiores quantidades de estabelecimentos agropecuários encontradas em ambas as tipologias estão entre as áreas totais de 5 a 50 hectares, com maior quantitativo de propriedades no grupo de área de 10 a 20 hectares e proporcionalmente a relação de estabelecimentos de agricultores familiares em relação ao total é maior no estrato entre 20 e 50 ha com 92% do total de propriedades sendo familiares (IBGE, 2019d).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários no Oeste Catarinense e em Chapecó em 2017 por tipologia

Área total	Oeste Catarinense		Chapecó	
	Estabelecimentos - total	Estabelecimentos - Agricultura familiar	Estabelecimentos - total	Estabelecimentos - Agricultura familiar
Mais de 0 a < que 0,1 ha	136	98	7	6
De 0,1 a < que 0,2 ha	166	120	21	14
De 0,2 a < que 0,5 ha	340	227	51	31
De 0,5 a < que 1 ha	646	489	99	73
De 1 a < que 2 ha	1739	1302	168	127
De 2 a < que 3 ha	2308	1789	173	126
De 3 a < que 4 ha	2912	2243	90	70
De 4 a < que 5 ha	2734	2230	111	97
De 5 a < que 10 ha	12931	11185	299	261
De 10 a < que 20 ha	23779	21731	321	278
De 20 a < que 50 ha	18422	17027	210	183

De 50 a < que 100 ha	4097	2759	62	36
De 100 a < que 200 ha	1397	8	31	-
De 200 a < que 500 ha	720	2	12	1
De 500 a < que 1.000 ha	234	-	5	-
De 1.000 a < que 2.500 ha	108	1	1	-
De 2.500 a < que 10.000 ha	35	-	-	-
De 10.000 ha para >	1	-	-	-
Produtor sem área	152	106	-	-

Fonte: IBGE (2019d).

Ao detalharmos mais, veremos que assim como em 2006, o número de estabelecimentos totais e da agricultura familiar em Chapecó são predominantes entre as faixas de 5 a 20 hectares e no oeste catarinense predominam as propriedades entre 10 e 50 hectares nas duas tipologias (IBGE, 2019d).

Diferentemente da realidade encontrada nos dados do restante do Oeste Catarinense, em Chapecó, somente 1 propriedade acima de 100 ha foi relacionada com a agricultura familiar em 2017, mas em outros municípios da região foram encontrados alguns registros de grandes propriedades como sendo pertencentes a agricultores familiares. Ainda, em Chapecó não foram registrados casos de produtores sem área, porém na região ainda se tem uma grande quantidade destes casos, sendo majoritariamente produtores familiares (IBGE, 2019d).

Apesar disso, os dados apresentados nas tabelas anteriores podem ser considerados como reflexo do processo de fragmentação territorial ligado a colonização citado anteriormente por Pertile (2004), que deriva do desejo do governo catarinense de inserir propriedades de pequeno e médio porte, variando de tamanho conforme a atividade a qual se destinava. A maior parte destas tornou-se pequena propriedade com poucos hectares e a adesão a essa forma de organização se deu visto a cobertura vegetal e ao relevo acidentado que não atraía aos donos de latifúndios (Cruz; Branco; Dickmann, 2018).

Diante do processo de fragmentação, fica cada vez mais evidente que os agricultores com o passar dos anos e com o alto custo para aquisição de novas terras, “não conseguem fazer novos investimentos em benefício da família, caracterizando um processo de empobrecimento” (Pertile, 2004, p. 246).

Esse cenário curioso se mostra presente na região ao voltarmos nos dados das tabelas 1 e 2, no qual percebe-se a diminuição da quantidade de pequenas propriedades

entre os anos de 2006 e 2017, enquanto a concentração de grandes áreas cresce na região⁹. Logo, entende-se que não são os agricultores familiares que estão adquirindo novas áreas de terras, mas sim produtores com maior aporte financeiro. Isso também pode demonstrar um processo de exclusão de pequenos produtores, que consequentemente buscam novas oportunidades nos centros urbanos ou tornam-se empregados em outras propriedades¹⁰.

Seguindo esta lógica, durante os trabalhos de campo realizados para esta pesquisa, pode ser verificado o que Pertile já apontava em 2004, como a dificuldade de compra de novas áreas devido à crescente valorização da terra na região nas últimas décadas, principalmente próximas a centros urbanos de maior destaque como Chapecó. Além disso, observou-se também a permanência de filhos casados na propriedade dos pais. À vista disso e

com pouco estímulo para prosperarem, as famílias mal conseguem manter a propriedade adquirida pelos pais ao longo de suas vidas.

Por essas questões, empenham ao máximo a força de trabalho familiar nos cultivos realizados na lavoura e, principalmente, nas atividades destinadas ao mercado, como a suinocultura e a avicultura integradas. Essas atividades contêm investimentos equivalentes ao que a família conseguiu economizar durante muitos (quinze, vinte) anos de trabalho e, por isso, os agricultores, de modo geral, não mudam facilmente de atividade. E, para manter o empreendimento e desempenhar todas as atividades (policultura, suinocultura e/ou avicultura) da pequena propriedade é necessário o trabalho de todos os membros da família (Pertile, 2004, p. 247).

Tanto esforço e trabalho deveriam ser mais valorizados, porém o que vemos é que os agricultores familiares integrados às agroindústrias de carne apesar de desempenharem suas atividades produtivas em propriedades próprias e da detenção de sua força de trabalho, estes são vistos pelas agroindústrias como “trabalhadores para o capital”, são ‘úteis ao capital’ à medida que proporcionam trabalho gratuito para as empresas às quais se encontram vinculados” (Wanderley, 1985 *apud* Pertile, 2004, p. 247).

Deste modo, entende-se que a “sua autonomia é apenas aparente, pois eles são (des)possuídos da condição de dirigentes do processo produtivo” (Pertile, 2004, p. 247), logo, apesar da sensação de autonomia que os produtores rurais familiares podem ter, estes ficam subordinados às normativas e exigências das empresas integradoras, sem terem o poder de

⁹ Apesar desse aumento na concentração de terras em Chapecó, ainda se mostrou pouco expressivo se comparado aos processos ocorridos em alguns municípios de outras regiões brasileiras.

¹⁰ Paralelamente, verifica-se ao mesmo tempo, outro importante movimento entre 2003 e 2012, que foi o retorno de alguns agricultores que haviam se mudado para a área urbana em momento de crise anterior a este período e visualizaram uma nova oportunidade no campo - mesmo com a diminuição do número de pequenas propriedades, este processo ocorreu de forma relevante e simultânea. A ampliação de políticas públicas como o Pronaf contribuiu com este processo e para a expansão da produção de carne e grãos em Chapecó e região. Após este período novamente entra-se em uma forte crise.

decidir realmente o que querem ou não realizar, os investimentos necessários e as formas como se darão a produção nas propriedades.

Ademais, para Casagrande (1991, p. 14),

A economia familiar no meio rural, desde 1964, vive cada vez mais uma situação de insegurança e incerteza em relação ao mercado, naquilo que não é autônoma e depende da compra, venda ou troca [...] O camponês tem que vender cada vez mais sua produção e força de trabalho para obter produtos de consumo básico e assegurar a sua sobrevivência no campo. Sendo que os termos de troca impostos pelo sistema comercial, ou determinados pela política econômica do governo para o meio rural, lhes são progressivamente desfavoráveis.

O mesmo autor ainda complementa que o Estado não se mantém indiferente a essa situação e processo, mas sim, interfere e atua no funcionamento e desenvolvimento do meio rural, onde fomenta determinados setores por meio de subsídios e crédito, enquanto outros setores e públicos não recebem a mesma atenção, bem como também estabelecem preços e controlam a distribuição da produção conforme os interesses e as preferências do grande capital (Casagrande, 1991).

Diante disso, Motter (2020, p. 222) destaca que o oeste catarinense “se insere na economia nacional como a principal região produtora e fornecedora de carne de aves e suínos, tanto para o mercado nacional como para exportação”. Atualmente, a presença de empresas do ramo de carnes que possuem grande atuação no mercado nacional e internacional, e “realiza-se a partir da dialética entre ordem local e a ordem global, tornando o estudo do espaço regional emblemático. Isto porque é no espaço local ou regional onde a cooperação entre as diferentes etapas do processo produtivo é melhor identificada” (Motter, 2020, p. 222).

Santa Catarina de acordo com Casagrande (1991), possui as características ideais para o estabelecimento de grandes empreendimentos agroindustriais e para além disso, fica evidente que a implantação das agroindústrias transformou e alterou tanto o trabalho familiar como os modos de vida e são vistas como polêmicas as concepções acerca dos benefícios ou limitações provocadas pela presença e influência das grandes agroindústrias aos agricultores familiares, especialmente aos que possuem poucas áreas de terra e de capital (Casagrande, 1991, p. 15).

Contribuem para esse posicionamento Cruz; Branco e Dickmann (2018), no qual apontam que “[...] o oeste catarinense se tornou um lugar propício para o avanço dos interesses neoliberais representados pela agroindústria e/ou agronegócio” (Cruz; Branco

e Dickmann, 2018, p. 66). Ademais, através da mecanização e da modernização das atividades e de insumos no campo, se modificaram as formas e as relações de trabalho, do mesmo modo que se alteraram os processos e padrões para a comercialização e industrialização da produção do campo – isto tudo ocorrendo de modo e intensidades diferentes no território (Casagrande, 1991). Logo,

O capital passa a ser o elemento mais forte na agricultura, no processo de intensificação do uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial, modificando as relações de produção, aumentando o trabalho assalariado o que significa um avanço das relações capitalistas no campo (Casagrande, 1991, p. 16).

Este processo aprofundou “a crise do modo de vida e trabalho camponês, criando novas relações do homem com a terra e com o sistema econômico” (Casagrande, 1991, p. 15). Por meio dessa nova realidade no campo, se ampliou o processo de privatização de terras que eram de “comunidades camponesas e tribais e disseminou-se a apropriação, por particulares das terras devolutas, muitas vezes já ocupadas por camponeses e posseiros, quando não pertencentes aos índios” (Santos, 1985, p. 8 *apud* Casagrande, 1991, p. 15).

As atividades desempenhadas pelos produtores rurais da região passaram a ser modificadas mais fortemente com o processo de integração às agroindústrias de carne. Foram diversas etapas enfrentadas para que se chegasse em um processo de reestruturação produtiva na década de 80, com isso a produção que antes possuía o ciclo completo nas próprias propriedades passa a focar somente em uma das etapas. Como por exemplo, um produtor rural trabalha com as matrizes de aves ou suínos, enquanto outro produtor trabalha com a creche de suínos, outro com a engorda/terminação desses animais (Cruz; Branco; Dickmann, 2018), até que estes animais cheguem aos frigoríficos para a realização do abate e do processamento da carne.

Diante disso, com a instalação deste grande circuito produtivo na região, ocorreu a complexificação das atividades ligadas ao setor de carne-grãos e que está relacionado fortemente ao crescimento econômico regional (Matiello *et al.*, 2016). Alguns municípios ao longo deste processo de expansão econômico, foram ganhando destaque, como no caso de Chapecó, além de Xanxerê, Concórdia, São Miguel do Oeste, Pinhalzinho e Maravilha (Matiello *et al.*, 2016). Logo,

a formação da rede urbana no Oeste Catarinense resulta principalmente da reestruturação produtiva da agropecuária, dos investimentos de capitais locais e estatais para o crescimento da agroindústria, do processo de (des)concentração de unidades de produção e suas cadeias correlatas, bem como da inserção dessas atividades produtivas nas dinâmicas econômicas internacionais, incorporando padrões de produção e consumo globalizados. Em consequência disso, os movimentos populacionais regionais caracterizaram-se pelo êxodo rural e pelo crescimento de Chapecó e de algumas cidades mais influentes, citadas acima, mesmo que em menor intensidade (Matiello *et al.*, 2016, p. 186).

O crescimento e o destaque da cidade de Chapecó em relação às demais cidades da região mostram a força do circuito produtivo de carnes e grãos regional, com a presença de grandes plantas industriais desse setor.

O município possui destaque regional em conformidade com a reestruturação produtiva agroindustrial, assim como por conta da presença de empresas de apoio e prestadoras de serviços, universidades e cursos técnicos para a formação de trabalhadores dos mais diversos níveis ligados ao setor agroindustrial e também é referência em outros setores como em saúde, educação superior diversa e serviços (Villela; Fujita; Alba, 2017).

As vagas de emprego ofertadas por estas empresas atraem trabalhadores não somente da região, mas também de outros estados brasileiros e estrangeiros, especialmente haitianos, senegaleses e venezuelanos. O ramo da construção civil, se mostra nos últimos anos como um fator de atração para mão de obra, não sendo mais somente tão focado nas agroindústrias.

Villela, Fujita e Alba (2017) apontam que Chapecó é multifacetada devido ao fato de exercer papéis e funções urbanas diversas e isso influencia “nas relações hierárquicas e não hierárquicas, por meio da inserção de cidades em redes de circuitos globais. No caso da cidade estudada, a interdependência entre o urbano e o rural, a cidade e o campo são determinantes” (Villela; Fujita; Alba, 2017, p. 101).

Chapecó foi constituída a partir de capital local e estatal que seguiram e se adequaram à padrões nacionais e internacionais, tendo vínculos de correlação com outras cidades da região, mas apesar de ser referência em diversos setores, apresenta competitividade com outras cidades regionais por conta da busca por incentivos fiscais, disponibilidade de mão de obra, entre outros fatores por parte das grandes empresas do setor de carnes (Villela; Fujita; Alba, 2017).

Para Alba (2013) e Villela; Fujita; Alba (2017), Chapecó não pode mais ser lida através da ideia de polo regional, mas sim por meio do conceito de cidade média, tendo

em vista que isso permite entender a relação de Chapecó com outras cidades do oeste catarinense, bem como outras fora do estado e do país, por meio dos nós das redes.

A evolução da centralidade de Chapecó foi sendo construída ao longo de muitas décadas, seja por meio da ligação rodoviária com outras regiões, seja com a estruturação urbana, instalação de empresas/instituições públicas e privadas e como de equipamentos, especialmente a partir da década de 1960 (Villela; Fujita; Alba, 2017).

De 1966 em diante, o IBGE passou a apontar o destaque regional de Chapecó em alguns estudos e publicações, como o

Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (IBGE, 1972). [...] Nesse trabalho, Chapecó foi caracterizada como Centro Regional B, assim como Joaçaba, que também aparecia como cidade de igual importância. É possível verificar que as cidades localizadas entre Chapecó e a fronteira oeste estavam influenciadas por esta cidade, ao passo que as localizadas no intervalo entre Chapecó e Joaçaba sofriam influência desta. Nessa proposta, Chapecó estava vinculada somente à rede urbana de Porto Alegre, enquanto Joaçaba se integrava à rede de Curitiba (Villela; Fujita; Alba, 2017, p. 109).

Em 1987, outro estudo do IBGE acerca das regiões de influência e das redes urbanas foi publicado. Desta vez, Chapecó estava presente na rede urbana de Curitiba e de Porto Alegre e nos anos 2000 a região de influência das cidades apontava para a diminuição da influência de Joaçaba e para um crescimento de Chapecó (Villela; Fujita; Alba, 2017). Nesse período Chapecó “continua fazendo parte das redes urbanas de Porto Alegre e Curitiba, com sensível aumento de ligações com centros urbanos no sudoeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul” (Villela; Fujita; Alba, 2017, p. 110).

Nas Regiões de Influência das Cidades (Regic) de 2008, Chapecó avança ainda mais para mostrar a sua influência, sendo classificada como capital regional B, fazendo parte de um grupo de 70 municípios com essa classificação em nível nacional que se conectam com os mais altos níveis da rede urbana (Villela; Fujita; Alba, 2017). Nessa época, eram poucas as cidades classificadas como capitais regionais B em Santa Catarina e no Paraná e isso trouxe mais influência para Chapecó (Villela; Fujita; Alba, 2017).

Na publicação mais recente, o Regic 2018 (IBGE, 2020), aponta um crescimento na influência de Florianópolis, que passa a ser considerada metrópole. Chapecó, manteve-se como capital regional B, sendo a única cidade do Oeste Catarinense a ocupar este nível hierárquico.

A população de Chapecó passou a crescer com a instalação das agroindústrias e cooperativas de carne, porém atualmente o perfil populacional que chega em Chapecó, não está mais somente relacionado com essas empresas. Para Alba *et al.* (2015, p. 64),

o agronegócio continua sendo a atividade com maior representatividade econômica, porém a presença de outras atividades na cidade com maior grau de especialização como saúde, ensino superior e outros serviços, tem atraído uma população com maior qualificação profissional e uma condição econômica mais elevada. Entende-se que os fluxos migratórios para Chapecó não são mais constituídos apenas de uma população operária, mas de mão de obra especializada em diversos setores.

Alba *et al.* (2015) concluem que atualmente ter frigoríficos instalados na cidade não pode mais ser considerado o “suficiente para garantir o crescimento econômico necessário” (Alba *et al.*, 2015, p. 67), como ocorreu nos primeiros anos desde a instalação dessas plantas agroindustriais em Chapecó.

Para além desse crescimento populacional, foi observado um crescente êxodo rural em Chapecó, como pode ser observado na tabela 3, sendo expressivo, especialmente entre 1970 e 1980, bem como entre 1991 e os anos 2000.

Tabela 3 - Percentual de população residente em Chapecó por situação de domicílio (%)

	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Urbana	41,01	65,92	78,63	91,58	91,60	95,11
Rural	58,99	34,08	21,37	8,42	8,40	4,89

Fonte: IBGE (2019a; 2024).

A constatação dos dados referentes a 2022, reforça ainda mais a tendência de esvaziamento do campo e o avanço das áreas urbanas sobre as rurais no município por meio da constituição de novos loteamentos e consequentemente a conversão de áreas rurais em urbanas.

O avanço da especulação imobiliária sobre as áreas rurais, desconsidera questões ambientais e os impactos que podem gerar, sendo observadas somente questões que envolvam um rápido retorno financeiro (lucro). Algumas áreas das bordas urbanas são mais valorizadas, enquanto outras em baixadas e áreas mais íngremes são mais propensas a serem ocupadas pela população de baixa renda, o que reflete em diversas questões, como apresentado nos estudos de Nascimento (2012) acerca da topografia social e da ocupação desigual dos espaços.

Por conseguinte, diante de todo esse panorama e das novas formas de atração para Chapecó, podemos entender como se deu o início do processo de dependência mútua entre as áreas rurais e urbanas, assim como o surgimento e fortalecimento do sistema de integração agroindustrial (Matiello *et al.*, 2016), a centralidade de Chapecó em relação às demais cidades da região oeste de Santa Catarina, tal como as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares da região que serão discutidas mais profundamente nos próximos capítulos.

2.2 “A chegada do estranho”: colonização e conflitos

Diversos foram os conflitos e alterações ocorridas no território ao longo do século passado em todo o Oeste Catarinense, especialmente por conta da modificação do modo de vida da população local (indígenas Kaingang e Guaraní e por caboclos) com a chegada dos colonos europeus, principalmente alemães e italianos, que compraram áreas de terras a partir das companhias colonizadoras.

Estes colonos europeus se encontravam em território brasileiro, nas colônias no estado vizinho Rio Grande do Sul, mas devido à insuficiente disponibilidade de significativas áreas de terras contínuas, bem como pelo alto valor destas terras, muitas famílias optaram por mudar de cidade e estado, em busca de terras que pudessem ser cultivadas por seus filhos e familiares ao longo da sucessão (Mombelli, 2016; Ripplinger, 2023a).

Neste sentido, para o governo catarinense e para algumas pessoas influentes na sociedade, o território do Oeste Catarinense precisava ser ocupado e dedicado a pessoas que eles consideravam como trabalhadoras, se referindo aos colonos europeus e excluindo a população tradicional, sendo assim garantido que os seus interesses seriam efetivamente praticados (Mombelli, 2016; Ripplinger, 2023a).

A população tradicional era vista como um atraso e um problema para a efetivação dos interesses do governo e das classes dominantes. Ainda, “ocorre que as terras ocupadas pelos “nacionais” não correspondiam ao tipo ou modelo de ocupação desejado para algumas regiões do sul do país, baseada na pequena propriedade” (Mombelli, 2016, p. 131). Deste modo, tanto a população cabocla quanto a indígena não eram aceitos como “ente político e social pelas autoridades, que, por isso, não reconheciam seus direitos de posse e sua forma de trabalho” (Radin; Corazza, 2018, p. 28).

Os colonos europeus atendiam aos interesses do governo e de agentes influentes como políticos e empresários. Com a chegada desses migrantes, as bases produtivas

foram se adequando ao modelo pretendido pelo governo. Assim, os primeiros comércios de venda de porcos vivos, de banha suína, pequenos frigoríficos, moinhos e armazéns de secos e molhados surgem, dando a base para posteriormente ocorrer a instalação das primeiras agroindústrias do setor de carnes em Chapecó e região que datam entre as décadas de 1940 e 1970 (Pertile, 2008).

A população tradicional que ocupava as terras da região presenciou diversas alterações, tendo hábitos de cultivo e de criação de animais, bem como de trabalho, religiosidade e da cultura sendo invisibilizada e pressionada a se adequar conforme os interesses dos colonizadores, ou seja, o processo colonizatório foi causador de diversos conflitos e mudanças socioculturais profundas.

Neste sentido, Radin e Corazza (2018) apontam que apesar dos caboclos corresponderem a maior parte da população naquele período, estes sempre estiveram “à margem da sociedade, servindo de mão de obra barata para fazendeiros, ervateiros e madeireiros. Despossuídos que eram, com o avanço do processo de colonização, raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra” (Radin; Corazza, 2018, p. 31).

Brandt (2015) aponta que com a presença dos colonos na região, a população tradicional pensava que os novos moradores iriam se adequar às suas normas, crenças e a sua cultura, mas não foi isso que aconteceu, fator esse que acabou dificultando o convívio diário.

Estes conflitos se deram por questões como, por exemplo, pela forma de cultivar grãos e animais. Os colonos destinavam áreas abertas para plantio e áreas fechadas para a criação de animais, enquanto os caboclos criavam os animais à solta no mato para buscarem seu próprio alimento e cercavam as plantações (plantavam principalmente milho, feijão e mandioca), logo, esses animais passaram a se alimentar nas plantações dos colonos, o que gerou conflitos (Brandt, 2015). Outros fatores acentuaram essas questões, como a forma de uso da terra, a preservação da mata, o entendimento sobre o trabalho, entre outros (Ripplinger, 2023b).

Cruz; Branco e Dickmann (2018) com base em Pessoa e Rigotto (2012) e Firmino e Fonseca (2008) ressaltam que

é equivocado dizer que o jeito de produzir dos povos tradicionais e dos caboclos não causavam impactos na natureza, porém, o modo dos colonizadores de lidar com a terra, principalmente com o avanço do agronegócio, resulta em muito mais danos ao meio ambiente e de maneira mais

acentuada: os agrotóxicos, a monocultura extensiva, o desmatamento e a desertificação (Cruz; Branco; Dickmann, 2018, p. 67).

Dessa forma, houve alterações significativas territoriais e no meio ambiente. O ciclo da comercialização da madeira regional para outros países impactou a realidade dos moradores do Oeste Catarinense, abrindo espaço tanto para plantações como para fixação de residência e outras instalações como galpões, chiqueiros, estábulos, galinheiros, entre outros. Salientamos que para os colonos europeus, o fator que legitimava a posse da terra era o trabalho empenhado nela. Para estes, o trabalho dignifica a vida, enquanto para os caboclos, o trabalho era visto apenas como uma parte constituinte da vida, mas não a sua razão fundamental (Savoldi; Renk, 2012).

Com isso, ambos os grupos se fecharam em seus respectivos círculos de amizade e proximidade, colocando em prática sua própria cultura, crenças e costumes (Brandt; Nodari, 2011). Deste modo, se aponta que os mais prejudicados com este conflito foram caboclos e indígenas, que sofreram com a exclusão social e foram impedidos de permanecer em suas terras, de praticarem os seus modos de trabalho e a sua cultura, bem como, eram frequentemente vistos como mão de obra barata, inferior e pobre (Radin; Corazza, 2018).

Neste sentido, destaca-se uma situação a respeito da identidade cabocla, do pertencimento a comunidade e a sua condição econômica perante a sociedade, no qual

[...] “se melhorasse a sua condição de vida, tornando-se proprietário, comerciante, ou pequeno industrial, deixava de ser chamado de caboclo” (BREVES, 1985). Os caboclos, que conseguiram alguma forma de enriquecimento, bem como seus filhos, que conseguissem algum grau maior de estudos, passaram a denominar-se “portugueses” ou “brasileiros” e não mais admitiam a denominação de caboclos (Radin; Corazza, 2018, p. 28).

Ser considerado caboclo possuía mais relação com a condição financeira do que com questões étnico-raciais, apesar de ser direcionado com frequência para pessoas mestiças, indígenas ou de origem africana (Machado, 2012; Radin; Corazza, 2018; Cruz; Branco; Dickmann, 2018).

Vale destacar também que, mesmo ocultos em diversos discursos dos agentes dominantes, os caboclos foram muito importantes no “[...] desenvolvimento do oeste catarinense. O caboclo participou de várias atividades econômicas que antecederam a estrutura atual, sempre com o trabalho mais pesado. Estava presente nas tropas, na extração de erva-mate e no período das balsas” (Cruz; Branco; Dickmann, 2018, p. 63).

Os conflitos entre estes grupos não ficaram restritos ao período de colonização e se estenderam por várias décadas. Um caso emblemático (conflito em Sede Trentin) ocorrido na área rural de Chapecó chama a atenção quando, ao final do século passado e início dos anos 2000, os conflitos se acirraram novamente entre os agricultores e indígenas. A justiça já havia sido acionada ainda na década de 80 para resolver o impasse que se agravou ao longo dos anos. A mídia teve significativo papel na formulação de ideias, opiniões e na propagação de discursos à população em geral nestas décadas de conflito (Rocha, 2016).

Alguns exemplos podem ser vistos a seguir, por meio de jornais divulgados na época e que ocorreram em Chapecó. Nestas matérias de jornais, são apontados apenas os discursos e reivindicações de uma das partes envolvidas¹¹.

¹¹ Neste período, a imprensa local possuía maior dependência dos recursos gerados através de anúncios, que em grande parte eram proporcionados por empresas agrícolas, o que segundo Luca (2008), pode direcionar os discursos e as opiniões expressas nas reportagens.

Figura 3 - Conflito territorial em Chapecó: notícias veiculadas por jornais da região



Fonte: Ação... 2001; Conflito... 2001a; Questões... 2001; Conflito... 2001b; Colonos... 2001. Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Nota: Documentos pertencentes ao arquivo do CEOM.

Diante disso, vale recordar um dossiê/parecer que foi elaborado por dois procuradores do estado de Santa Catarina (Osmar José Nora e Alceu Hermínio Frassetto) sobre o conflito na comunidade de Sede Trentin em Chapecó no ano de 1984 e retrata a situação encontrada na área e o entendimento de ambas as partes envolvidas naquele momento.

Nesse documento, foi apontado que legalmente, as terras em que se encontra a localidade de Sede Trentin, foram doadas pelo estado do Paraná, em 1892, por mediação judicial para José Joaquim de Moraes, que alguns meses após, vendeu a área de terra e os herdeiros do novo dono venderam em 1919 toda a terra para uma empresa colonizadora, no qual passou adiante aos colonos por meio de processo de compra e venda (Nora; Frassetto, 1984).

Essa doação inicial da terra foi realizada em um momento em que “a legislação vigente a possibilitava, já que na área não existia nenhuma reserva indígena implantada, nem estavam as terras destinadas a um determinado uso público” (Nora; Frassetto, 1984, p. 28). Somente em 1934, foi implementada a legislação que resguardava os direitos dos indígenas que ocupavam permanentemente determinadas áreas de terra, sendo que neste momento “a situação jurídica dos antecessores dos atuais proprietários já encontrava-se consolidada” (Nora; Frassetto, 1984, p. 30).

A colonizadora pressionava o governo para que houvesse a retirada dos indígenas dessa área (Rocha, 2016). Logo, ao mesmo tempo que

[...] o processo de colonização “prosperava” e apresentava-se como realidade, a situação dos indígenas foi piorando, dispersando-os para várias localidades, bem como sujeitando-os a serem peões das terras que antes habitavam. [...]. Assim, quando já não resta mais terra para o grupo, que se inicia um movimento de retomada dessas áreas (Rocha, 2016, p. 277).

De acordo com Nora e Frassetto (1984), os indígenas fundamentaram o seu pedido em aspectos históricos, como a existência de um cemitério no qual indígenas Kaingang estão sepultados e uma árvore de cedro onde cultuam a sua fé e os agricultores baseiam-se na longa ocupação das terras, nas atividades desenvolvidas e consolidadas, bem como na comprovação legal de titularidade registradas em cartório “e cuja procedência origina-se de um título definitivo de doação expedido pelo Governo do Estado do Paraná, no ano de 1892, quando detinha competência para fazê-lo” (Nora; Frassetto, 1984, p. 13).

Ainda conforme Nora e Frassetto (1984), por meio de levantamentos realizados com os moradores de fora da área em conflito, estes relatavam que a área era somente um local de repouso seguro e servia para caça e pesca após longas caminhadas dos indígenas provenientes principalmente de Nonoai-RS, rumo ao estado do Paraná e a outras regiões catarinenses.

É destacada no mesmo documento que a situação dos agricultores era totalmente consolidada e que estes possuíam patrimônio relevante construído ao longo dos anos, como aviários, chiqueiros, açudes, máquinas e outros implementos agrícolas, energia elétrica, casas em bom estado, galpões, entre outras instalações, além de ter uma considerável produção e aproveitamento de terras (Nora; Frassetto, 1984).

A produção advinda dessas propriedades era para consumo interno e para venda de excedentes à Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa) que possuía uma unidade na sede da área em disputa. Entre os produtos comercializados estavam o milho (com safra

seguinte, ainda em 1984, estimada em 120 mil sacas de 60 kg), feijão (32 mil sacas), soja (5 mil sacas), suínos (mais de 40 mil) e aves (30 mil) (Nora; Frassetto, 1984).

Em relação a estrutura da comunidade, a mesma possuía na época: fábrica de móveis, serraria, ferraria, casa comercial, um posto de saúde e um telefone mantido pela Cooperalfa para acesso de todos, uma escola estadual com estrutura para atender até 600 alunos funcionando em três turnos e mais duas escolas com 60 alunos, uma igreja católica e um salão paroquial utilizado para festejos vinculados a igreja e mais de 900 pessoas ocupavam essas terras (Nora; Frassetto, 1984).

Ali foram constituídos muito além de vínculos econômicos, mas também culturais e topofílicos. Este impasse criado pela política de colonização, ainda veio gerando nos últimos anos, insegurança e medo entre os mais vulneráveis, fator este aproveitado por grupos políticos para ganhar a confiança de parte da sociedade e propagar os discursos que lhes convinha.

Diante de toda esta situação, a função social das terras se cumpria e a desapropriação destas seria admitida somente com pagamento de indenização em valor justo aos agricultores de acordo com os procuradores do estado, porém a solução apontada pelos agricultores seria a transferência dos indígenas para uma reserva indígena situada a 40 km de Sede Trentin (Nora; Frassetto, 1984).

No início de 1986¹², as terras de Sede Trentin foram consideradas de utilidade pública para fins específicos (Brasil, 1986) e alguns anos depois, em outubro de 1991, foi demarcada a área indígena Toldo Chimbanguê, constituída por indígenas Kaingangs e Guaranis (Terras indígenas no Brasil, s.d.). Em novembro de 2002, foi reconhecida a Toldo Chimbanguê II em Sede Trentin e em 2006 foi demarcada, o que culminou na decisão pela retirada dos agricultores desta área (Florianópolis, 2020; Cerutti; Renk; Winckler, 2022). Aos agricultores,

sob a égide da nova Constituição, houve somente indenização das benfeitorias, pois aquele foi reconhecido como território indígena (direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, nos termos do art. 231). A ausência de indenização pelas terras esteve na origem e agravou o conflito entre indígenas e entidades de apoio (Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Diocese de Chapecó, entre outras), de um lado, e agricultores e seus representantes, de outro (Cerutti; Renk; Winckler, 2022, p. 8).

¹² A declaração foi feita no dia 30 de dezembro de 1985 e publicada no Diário Oficial em 02 de janeiro de 1986.

A busca pela indenização das terras continua por parte de alguns dos antigos moradores da região, visto que legalmente estes haviam comprado as terras e entendem que seria justo o ressarcimento dos valores pagos, porém as ações encontradas neste sentido, arrastam-se por anos e geralmente são encerrados sem grandes êxitos aos agricultores. Diante de toda esta situação e levando em consideração o papel que a mídia teve em relação a estes casos, assim como de outros acontecimentos, Rocha (2016) entende que a imprensa

se encarrega de representar os acontecimentos, conforme suas lentes, ao passo que, por meio de símbolos e imagens opera no sentido de traduzir e principalmente construir a realidade. [...] o que se coloca também é uma dominação da visão de uma classe social sobre a outra (Rocha, 2016, p. 274).

Este meio foi utilizado tanto na década de 1980 como no início dos anos 2000 para a formação de opinião pública¹³ acerca do conflito e para tentar direcionar a visão da população a seguir as ideias de determinados agentes. Rocha (2016) aponta um levantamento realizado com jornais dos anos de 1982 a 1985 e contabilizou mais de duzentas reportagens acerca deste conflito, tanto em jornais de circulação local, regional quanto estadual e nacional.

Ainda, analisando um dos jornais pesquisados, Rocha (2016, p. 281) indica que “a quantidade de notícias sobre Sede Trentin, postas em circulação, no confronto com outras regiões, reforça uma ideia muito difundida sobre a região oeste, onde historicamente é representada pela imagem de espaço conflituoso”.

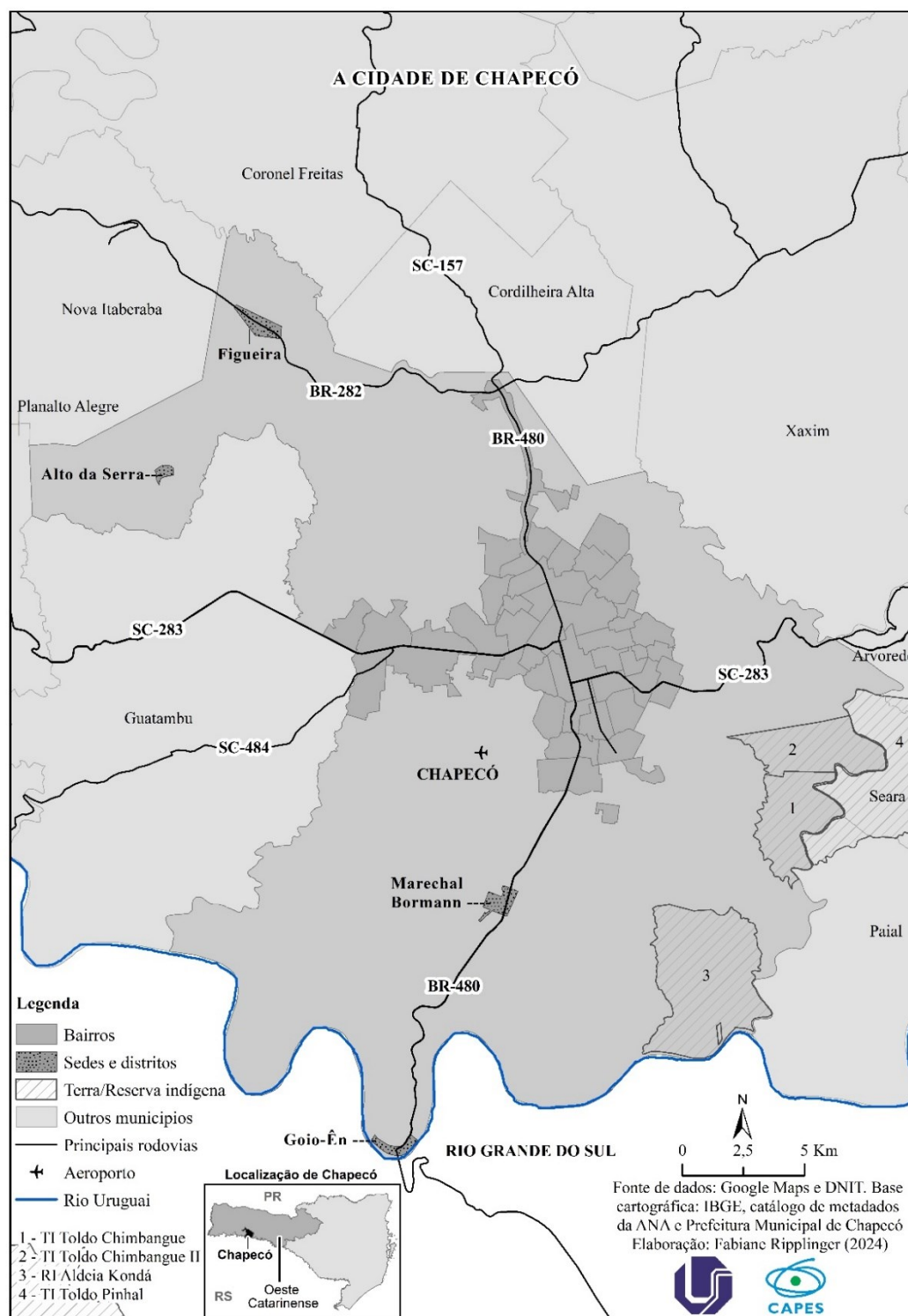
Ademais, entendemos com base em Porto-Gonçalves e Leão (2020) que na história brasileira em suas multiplicidades, ocorreu o que os autores chamam de “violência civilizatória” praticada por colonizadores, assim como por grileiros de terras, se apossando de terras que não eram suas. Ainda se reforça que os conflitos foram diversos e inúmeros e refletem questões de poder e de interesse dos governos, assim como se entende que a concentração fundiária reflete a centralização de poder e de usos da terra (Ripplinger, 2023b).

Atualmente, a área pleiteada pelos indígenas se encontra da maneira, como podemos ver na figura 4. Estas áreas – Terra Indígena (TI) Toldo Chimbanguê e TI Toldo Chimbanguê II - encontram-se próximas da mancha urbana e de importantes rodovias, como a SC-283 e de rios de menor porte. Quanto à Reserva Indígena (RI) Aldeia Kondá,

¹³ Jornais mais tradicionais estavam alinhados a classe dominante, no qual, utilizavam-se de determinados discursos para alcançar os seus interesses e manter o poder.

esta se encontra mais próxima de um dos mais importantes rios da região, o rio Uruguai, que conforme destacado anteriormente, possuiu um papel relevante para o desenvolvimento econômico regional.

Figura 4 - Perfil de Chapecó, municípios circunvizinhos e as principais rodovias



Fonte de dados: Google Maps e DNIT. Base cartográfica: IBGE, catálogo de metadados da ANA e Prefeitura de Chapecó. Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Por meio dessa base, o município de Chapecó foi se desenvolvendo economicamente e atualmente possui papel de destaque na região Oeste do estado. Todavia, é preciso entender que isso não se deu por acaso e não sem conflito. Toda uma ordem anterior foi alterada cedendo lugar a uma nova configuração espacial à custa da supressão de identidades, de substituição de culturas, de inserção de um modo produtivo moderno e da definição de uma região economicamente produtiva de destaque no estado, no país e, quiçá, projetada a nível mundial.

2.3 O novo ritmo do povo

Ao longo dos anos diversas mudanças são vistas no território. Os modos de agir, pensar e produzir o espaço ganham novas configurações e papéis e as formas antigas podem sofrer transformações ou serem substituídas. O modo como a população enxerga o ambiente e o produz, diz muito sobre o período em que ela se encontra e sobre como as ações do passado estão dispostas na atualidade.

Na realidade do Oeste Catarinense, as cooperativas e agroindústrias de carne e grãos tiveram e ainda têm um papel significativo na consolidação da economia regional. Nesse sentido, a instalação de grandes empresas, as oportunidades de emprego e a chegada de trabalhadores de outros lugares, carregam consigo uma carga cultural e econômica, transformando o território. As visões de mundo de grupos distintos, como mencionado anteriormente, podem trazer inúmeros conflitos e divergências, mas também pode enriquecer toda a população pela troca de experiências.

Essa relação de proximidade entre cooperativas e agroindústrias com o processo de consolidação econômico-territorial na referida região é expressivo e diante disso, ideais, formas de vida e trabalho são postos em jogo, de força e de poder. Winckler, Renk e Munarini (2018) apontam o território como um lugar de disputas, no qual capital e agentes produtores do espaço disputam “recursos naturais, traduzidos ora como *commodities*, ora como meios de vida. No caso específico do oeste de Santa Catarina, observam-se, nas dinâmicas que envolvem agronegócio e agricultura familiar, relações de subordinação e de resistência” (Winckler; Renk; Munarini, 2018, p. 18).

Assim, o baixo preço da terra na região a algumas décadas atrás atraiu famílias com poucas áreas de terras situadas nos estados vizinhos e novas formas de produzir foram sendo inseridas com a instalação das colônias, dos primeiros comércios e

frigoríficos. As transformações ocorridas nesse período ainda permanecem presentes no território, com algumas alterações, especialmente no ritmo produtivo, nas exigências e na forma de trabalho no campo.

Alguns relatos desse período estão dispostos em Madoglio (2024), que em seu livro reportagem escreve a história do bairro Efapi em Chapecó e do seu entorno, carregando narrativas valiosas por meio de entrevistas com membros da comunidade. Entre os apontamentos realizados encontram-se sobre a constituição de loteamentos, a chegada dos primeiros moradores que eram trabalhadores das agroindústrias, as primeiras empresas, a criação de escolas, universidades e de meios de comunicação e principalmente, da força comunitária que foi estabelecida nos primeiros anos do bairro e que ainda resiste na atualidade.

Ao tratar da chegada das famílias vindas do Rio Grande do Sul para Chapecó, em especial para o Efapi, o bairro dos trabalhadores das agroindústrias de carne, Madoglio (2024) traz um depoimento proferido por Laurimar Antônio Giaretta, jornalista e proprietário do primeiro jornal voltado para o bairro, o “Folha do bairro Efapi” (atual Folha Desbravador). Giaretta aponta:

Ao virem para a cidade, as pessoas trouxeram consigo aquele espírito de comunidade. Aquela coisa do ‘eu morava lá no interior de um município de pequeno porte, mas eu fazia parte do grupo de jovens, do time, da catequese e da igreja’. Então esse espírito veio junto. As pessoas que vieram aqui encontraram um vizinho que veio de outra região, mas com um perfil parecido. Então a construção das comunidades se dá muito nesse sentido. Elas trouxeram o ensinamento que já tinham (Madoglio, 2024, p. 83).

Reforçando esta passagem, é visto em toda a região, outras atividades que mantêm esse sentimento de comunidade, como a presença de diversos grupos de idosos na cidade com seus encontros semanais e trocas de visitas e os campeonatos de futebol em diversas categorias promovidos pela Associação desportiva da Grande Efapi e Região (Adger).

Para além disso, a comunidade permanece conectada pelas ondas de rádio e por canais digitais. Um exemplo disso, é a Rádio Efapi (comunitária), aproximando o bairro com outras regiões, cidades do entorno e estados vizinhos, carregando consigo o espírito de comunidade e de pertencimento. Com músicas dos mais diversos estilos, a programação ainda comporta espaço para divulgação gratuita de eventos da/para a comunidade, discute assuntos polêmicos com pessoas dessas áreas, abre espaço para tirar dúvidas, mandar novas pautas e sugestões de melhorias para a cidade e para a comunidade, entre outros pontos (Madoglio, 2024).

Neste sentido, os relatos trazidos por Madoglio (2024), nos levam aos escritos de Tuan (1983) ao abordar conceitualmente o sentimento de pertencimento ao lugar e ao que o compõem. Para Tuan (1983), o lugar pode ser entendido como segurança e o espaço como liberdade, bem como para criar laços de pertencimento é necessário tempo e de experiências ao longo dos anos, que podem ser compostas por sons, cheiros, ritmos e vistas.

Similarmente Moreira e Hespanhol (2007, p. 58) apontam que “as relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar refletem o apego e a identidade ao lugar” e que somente o tempo não é suficiente para se sentir pertencente a determinado lugar, ou seja, outros fatores devem ser atingidos para que uma pessoa crie esse sentimento de pertencimento. Assim, algumas instituições podem influenciar na construção desse sentimento e da identidade, como a igreja, conforme aponta Castells (2018) e que também é destacado nos relatos apresentados por Madoglio (2024).

O lugar como apontado por Moreira e Hespanhol (2007) e Tuan (1983) é constituído de diversas histórias, sentimentos, identidades e tempos. Nesse sentido, o lugar “guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, apreendido pela memória, através dos sentidos. Há uma multiplicidade de relações e especificidades da produção espacial global” (Moreira; Hespanhol, 2007, p. 54).

Diante disso, entende-se que o lugar, carregado de significados e conectado cada vez mais com o mundial, possui novos ritmos, a partir dos fluxos informacionais, de serviços e de bens, derivados do processo da mundialização da economia e da sociedade (Moreira; Hespanhol, 2007). Deste modo, no lugar pode ser “expressa a cooperação e o conflito, a permanência e a mudança, a criação e a recriação das dinâmicas impostas pelas forças internas e externas do mundo” (Moreira; Hespanhol, 2007, p. 56).

As transformações ocorridas não ficam restritas a escala de um bairro ou de uma só cidade, mas de toda a região, incluindo municípios e estados vizinhos que também foram e/ou ainda são influenciados pelas atividades agroindustriais do setor de carne e grãos, como no Oeste Catarinense.

Se antes os fluxos migratórios advinham principalmente do Rio Grande do Sul, atualmente são várias as origens, desde nacionais até internacionais e com isto novas culturas, costumes e idiomas são inseridos gradativamente em Chapecó. As infraestruturas de serviços públicos possuíam diversos problemas e desafios há algumas décadas, assim como atualmente alguns destes ainda são encontrados. Apesar disso, se reconhece que diante de tamanhas transformações e aumento populacional, houve

melhorias relacionadas principalmente ao acesso a saúde, educação, pavimentação e crédito rural.

Estruturas que antes davam conta da demanda, atualmente não mais o fazem com tamanho desempenho e quiçá com a mesma qualidade. Logo, se tem a necessidade de criação de novos espaços, estruturas, serviços e de alterar a dinâmica local e regional, afinal de contas, Chapecó não é a mesma que a 20, 50 ou 70 anos atrás.

Com a instalação de grandes plantas agroindustriais do setor de carnes, com a chegada de trabalhadores e suas famílias e com as novas demandas regionais e econômicas, novos ritmos são implantados na rotina, seguindo a tendência do capital sob influência de outros locais com mais poder na rede urbana.

Dentro dos frigoríficos podemos ver cada vez mais o ritmo acelerado, ditado pelas esteiras, para produzir mais em um menor espaço de tempo e consequentemente impactando a saúde do trabalhador. Até mesmo em períodos críticos, como na pandemia, os frigoríficos não pararam, somente fizeram algumas adaptações e diminuíram um pouco o ritmo (Ripplinger; Dalmora; Scherma, 2020). Essas empresas passaram nos últimos anos a ditar fluxos, ritmos e novas rotinas na região com o avanço do seu poder e da sua presença territorial.

Fora do ambiente dos frigoríficos, também são vistos outros exemplos desse novo ritmo, tanto nos fluxos de mercadorias como de informações, de pessoas, entre outros. Ademais, apesar do ritmo no meio urbano ter mudado significativamente, vemos que no rural as mudanças foram ainda maiores. Os ritmos e as formas de trabalho foram impactados pela nova ordem econômica e de trabalho global.

Foi-se o tempo em que a enxada, a tração animal, alguns poucos maquinários manuais, fertilizantes e formas de controle naturais para pragas eram os únicos meios de cultivar e manter a terra. Atualmente, o campo está envolvido pela tecnologia, desde as sementes melhoradas, a implementos agrícolas sofisticados, ao uso de agrotóxicos e outros produtos que carregam o discurso da melhoria da produtividade, sendo estes encontrados facilmente nas mais diversas propriedades em toda a região.

Em vista disso, formas alternativas de produção são encontradas, mas em menor escala, como por exemplo os produtos orgânicos que estão ganhando novos espaços no mercado. No entanto, as divergências e conflitos entre o uso ou não de agrotóxicos são constantes, visto que os agrotóxicos dispersados não respeitam os limites territoriais das propriedades (Winckler, Renk, Munarini, 2018) e nas questões políticas, a bancada ruralista ainda é muito forte, logo, seus interesses pressionam as formas de produção.

Diante disso, o novo ritmo do povo, vem mudando drasticamente e por exemplo, não engloba mais tão facilmente uma pausa ao final do dia para uma roda de chimarrão e de conversas como ocorria há alguns anos e décadas atrás, com a família ou com vizinhos, alterando assim a sociabilidade e a coletividade que são marcas do “matear” (Gerhardt, 2013; Dalmora; Ripplinger, 2020). Festas de comunidade, tanto no rural quanto no urbano, também estão ocorrendo em menor quantidade se comparadas a alguns anos atrás. Logo, com os novos ritmos, costumes como este vão se modificando, se moldando às novas realidades ou até mesmo deixando de existir entre o coletivo, ficando mais restrito ao individual.

Para Brandenburg (2010), a vida social no campo se organizava nas imediações da igreja, formando assim algumas sedes ou povoados com características próprias e diversas, conforme o tipo de colonização, porém atualmente, a vida social rural também foi impactada pela modernização e novos laços e formas de convivência estão presentes.

As demandas também são cada vez maiores, com curto espaço de tempo. Com a tecnologia na palma da mão, por meio dos smartphones por exemplo, as tendências do mercado podem ser facilmente acessadas e as consequências disso para a rotina urbana e rural são prontamente observáveis.

Apesar de tamanha transformação ocorrida na região, entende-se que

O novo não chega a todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Ou seja, o novo ao chegar num determinado lugar não é absolutamente novo. Isso reforça, também, a resistência do velho à chegada do novo. Como exemplo, pode-se mencionar a permanência das atividades lúdico-religiosas no meio rural. O novo chega, mas não hegemoniza todas as esferas e todos os lugares (Moreira; Hespanhol, 2007, p. 53).

Diante das inúmeras transformações espaciais, nas relações sociais, na economia, na tecnologia empregada no cotidiano e no acesso facilitado à informação, Santos (2006) reforça que a nossa percepção de tempo muda com a incorporação das técnicas, além destas produzirem uma nova forma de uso do tempo, sendo assim, direcionando a população cada vez mais a uma subordinação rigorosa ao relógio. Deste modo, o aumento na diferenciação dos lugares e dos eventos é reflexo do tempo acelerado que vivemos na atualidade (Santos, 2006).

Brandenburg (2010) envolto no contexto da modernização agrícola, aponta que nem todos os espaços rurais foram atingidos pela modernização, conservando-se assim alguns espaços com um rural mais tradicional, porém, ao passo que a agricultura

incorpora a modernização e seus elementos, vai industrializando, transformando-o e implementando infraestruturas urbanas no meio rural. Ao mesmo tempo que muitas propriedades na região implementaram tecnologias e conseguem acompanhar os novos ritmos produtivos, diversas foram aquelas que não o fizeram ou que não conseguiram seguir (Miele; Miranda, 2013).

Essas transformações acarretam no que Brandenburg (2010) aponta como destruição do delinear da vida no campo por meio da substituição das formas de interação e de sociabilidade. O autor ainda salienta a possibilidade de existirem concomitantemente um rural moderno, outro mais tradicional e outro altamente modernizado, que “são rurais de tempos diferentes, mas que, nas condições brasileiras, persistem, ora na sua forma típica, ora sobrepostos, ora expressos na forma de um rural novo, reconstruído, ou reflexivo” (Brandenburg, 2010, p. 423).

Nessa nova forma de enxergar o rural como reconstruído, este é ressignificado, visto que o tradicional não é simplesmente trocado pelo moderno, mas avança em algumas questões, como a ambiental, onde a natureza passa a ser revalorizada e tratada por meio de políticas públicas, bem como as tradições não são descartadas, mas sim recriadas (Brandenburg, 2010). Logo, “tradicional e moderno não são opostos nestas condições e sim componentes de uma ruralidade multidimensional formando um conjunto de rede de relações de sociabilidade heterogênea” (Brandenburg, 2010, p. 424).

Brandenburg (2010) ainda aponta que para alguns estudiosos, o avanço da industrialização e da modernização do campo estaria ocasionando o desaparecimento do rural por meio da destruição da organização social da agricultura familiar ou camponesa. Neste cenário o meio rural é visto como lugar com profissões e atividades diversificadas, que são subordinadas a racionalidade do capital, enquanto para outros pesquisadores o rural pode ser reestruturado por diversos atores, como os agricultores familiares, que são uma das principais figuras do rural apoiado nos princípios da vida social campesina (Brandenburg, 2010).

Por conseguinte, Miele e Miranda (2013), apontam que para o futuro produtivo de carnes no Oeste catarinense e para a manutenção das propriedades, seria necessário que os produtores rurais, especialmente os integrados, mantivessem “o ritmo acelerado de aumento de escala e incremento tecnológico, havendo pouco espaço para sobreviver no longo prazo baseando-se numa estratégia de manutenção das pequenas escalas e baixo nível tecnológico” (Miele; Miranda, 2013, p. 220). Cabe questionar, até que ponto isso é sustentável? Quais são as consequências?

Diante do que já foi analisado, seguimos aprofundando as discussões acerca da configuração do espaço urbano e rural de Chapecó, as transformações ocorridas no território, a influência do município na região, a relação com a agroindústria de carne, os discursos, as crises e os processos formativos dos agricultores.

CAPÍTULO 3 – CHAPECÓ AINDA É A MESMA? PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RURAL E A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DE CARNES

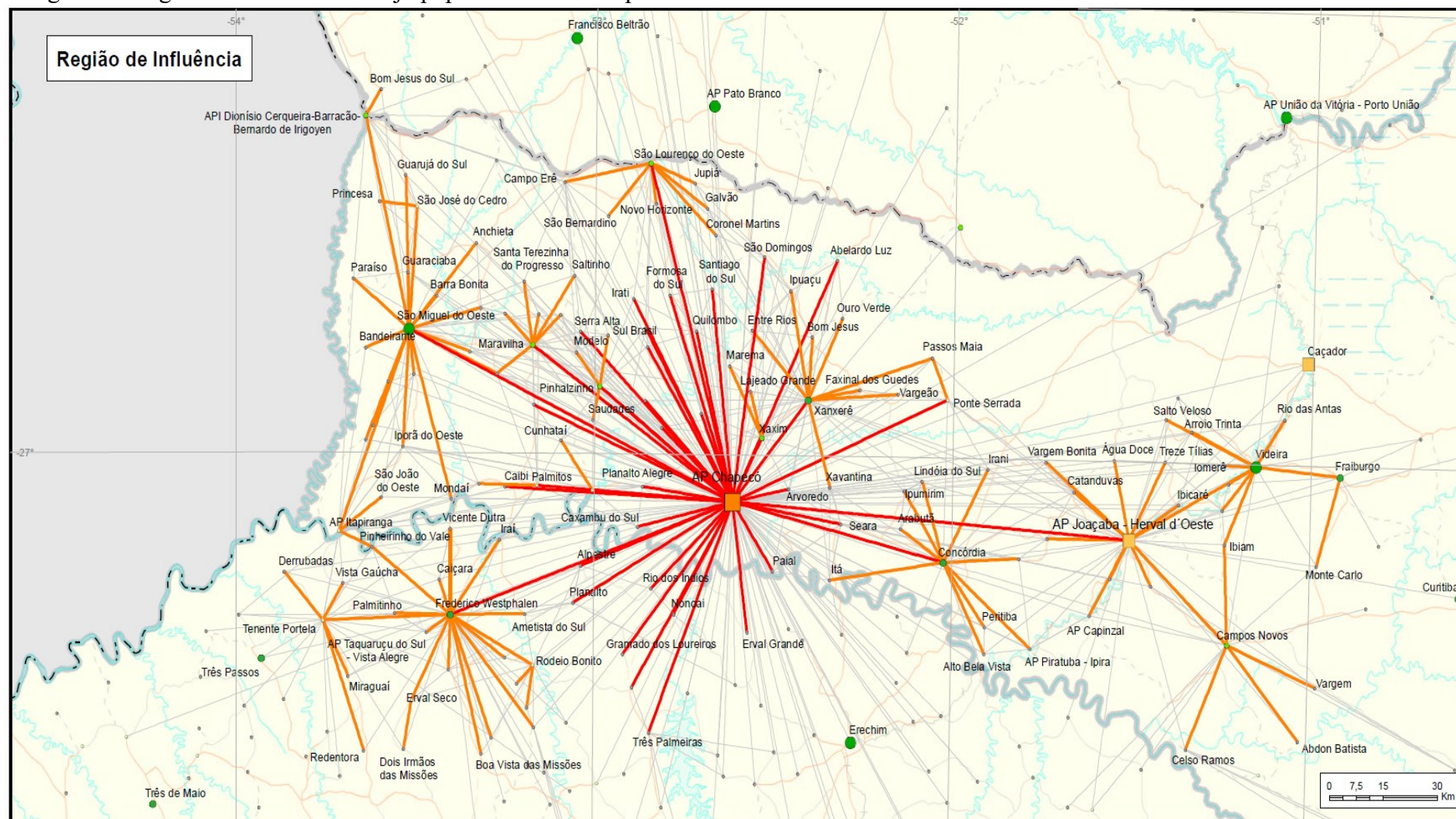
3.1 A atual Chapecó, suas multiplicidades e a relação com as agroindústrias de carne

A atual Chapecó foi sendo construída, histórica e afetivamente, ao longo dos anos por diversos agentes, assim como a sua introdução na região “está relacionada à conformação do território e da rede urbana catarinense, e seu papel, associado à intermediação de fluxos de consumidores, produtos e serviços nessa rede” (Matiello *et al.*, 2016, p. 183).

A influência exercida por Chapecó nos dias de hoje não fica restrita ao oeste catarinense como é demonstrado na figura 5. Nesta figura é possível identificar o domínio de Chapecó regionalmente, bem como sua atuação em algumas cidades no Paraná de forma menos intensa e no Rio Grande do Sul, em especial na região noroeste, com maior intensidade (IBGE, 2020).

Entre as cidades com relações de influência mais fortes com Chapecó, temos as seguintes: São Miguel do Oeste, Joaçaba, Herval d’Oeste, Concórdia, Xanxerê, Xaxim, São Lourenço do Oeste, Maravilha e Pinhalzinho em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul se destaca a cidade de Frederico Westphalen. Entre as conexões externas, podem ser citadas as cidades de Florianópolis-SC, Porto Alegre-RS, Curitiba-PR e São Paulo-SP (IBGE, 2020).

Figura 5 - Região de influência/arranjo populacional de Chapecó



Fonte: IBGE (2020).

Chapecó é classificada como uma capital regional B pelo IBGE em 2018 e este nível hierárquico é caracterizado como “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles” (IBGE, 2020, p. 13).

Gretzler (2011) aponta que Chapecó, além de ser um polo regional

[...] se apresenta também como cidade média devido às especificidades apresentadas por ela e pela influência sobre o espaço urbano e regional. Reside aí, uma das principais características dessas cidades, o vínculo com o lugar, associado ao território, sua hinterlandia, e não somente pelo nível funcional, como também o social (Gretzler, 2011, p. 20).

Uma das características observadas nas cidades médias é a existência de um vínculo aproximado com o meio rural através da relação da economia com as principais atividades desenvolvidas nestas cidades, como é o caso de Chapecó e da sua forte relação com o setor agroindustrial, com a presença de grandes empresas como a MBRF e a Aurora Coop.

Além disso, são encontrados em Chapecó alguns serviços que não estão presentes nas demais cidades da região, como algumas especialidades médicas e grandes universidades (Gretzler, 2011). Em vista disso, Valentini (2020) contribui com a seguinte afirmação sobre Chapecó levando em consideração a realidade encontrada na região oeste do estado.

[...] as conformações da paisagem territorial herdadas mantêm Chapecó como o Centro Regional de Desenvolvimento, já que possui as maiores densidades financeiras, os centros de inovação, acesso aos maiores centros através dos sistemas de transporte, oferta de serviços de maior diversidade, maior fluxo de capital humano, maiores instituições e níveis de ensino. A chamada "Capital do Oeste" interpola as cadeias produtivas regionais e assume protagonismo no desenvolvimento territorial mais complexo que extrapola os limites territoriais estaduais (Valentini, 2020, p. 291).

O município passa a atrair atividades que anteriormente eram encontradas somente em grandes cidades, bem como se destaca pelas conexões nacionais e internacionais (Matiello *et al*, 2016).

Influenciaram também na estruturação fundiária e na divisão regional as questões sociais, culturais, assim como morfológicas que culminaram na criação de rede urbana com diversas cidades pequenas e médias “de caráter multipolarizado (Anjos, 2007),

agrupadas em regiões que se organizam, entre esses e outros fatores, sob a lógica de ramos dinamizadores da economia no estado” (Matiello *et al.*, 2016, p. 183).

A forma como se deu a formação territorial fragmentada na região favoreceu ao que Alba (2013) e Matiello *et al.* (2016) reforçam como sendo um fator oportuno para o crescimento das agroindústrias de carnes e do seu capital. Isto ocorre visto que

O capitalismo é um sistema que tem como uma de suas contradições a relação dialética entre a necessidade de fragmentação e a possibilidade de expansão, pois seu modo de produção precisa de segmentação e de individualização para produzir e se reproduzir, ao mesmo tempo que articula o que ele mesmo separa, em prol dos interesses de seus agentes (Matiello *et al.*, 2016, p. 201-202).

Neste sentido, as agroindústrias e cooperativas de carne valem-se dessa fragmentação por meio do processo de integração com os agricultores de toda a região oeste catarinense¹⁴, onde institui-se um contrato para a criação de animais, principalmente de frangos de corte e suínos. Através do modelo de integração, alguns

[...] padrões de produção puderam ser preestabelecidos pela empresa, com a vantagem de manter o produtor sob o seu controle econômico e também ideológico, criando uma relação de dependência. Uma característica marcante da agroindústria, que a diferencia das demais empresas, é que nela é possível estabelecer um acirrado controle sobre outro produtor privado, no caso o agricultor, pois é ela quem dita as regras de acordo com a necessidade de obtenção de matéria-prima no ritmo e no tempo que a empresa determina (Alba, 2013 *apud* Matiello *et al.*, 2016, p. 202).

Entre as determinações feitas pelas agroindústrias de carne estão os pacotes tecnológicos empregados nas propriedades rurais. Estes abarcam desde implementos agrícolas, produtos químicos, até melhoramento genético de rebanhos e de grãos.

Pertile (2004) ressalta a partir de entrevistas realizadas por ela com um técnico de uma das empresas integradoras do setor de carnes, que os jovens são menos resistentes à inserção de novas tecnologias nas propriedades, ou seja, as aceitam mais facilmente. Isto pode ser confirmado durante os trabalhos de campo realizados, os quais demonstram que mesmo passadas duas décadas entre as entrevistas de Pertile (2004) e as entrevistas realizadas para esta tese, o cenário continua semelhante, especialmente ligado à juventude rural¹⁵.

¹⁴ Para analisar a produção dos animais para abate deve-se verificar toda a situação da região ao qual o município de Chapecó pertence, visto que esta produção ocorre em grande parte em outros municípios da região.

¹⁵ Destaca-se que quando Pertile (2004) realizou estas entrevistas, os meios de comunicação, o acesso a informações e a tecnologias eram muito diferentes do período atual.

Ademais, Pertile (2004) entende que na visão do empresário do agronegócio de carne representante das agroindústrias, em caso da atividade principal da propriedade ser integrada a estes estabelecimentos, “é conveniente que o integrado acompanhe as inovações das empresas [...]. Entretanto, todas as despesas com os investimentos nas atividades ficam a cargo do integrado” (Pertile, 2004, p. 247).

Neste sentido, aqueles que não conseguem ou não querem colocar em prática esses pacotes tecnológicos são excluídos “[...] da cadeia ou, na melhor das hipóteses, torna-se refém das empresas, tal como tem acontecido com a avicultura e a suinocultura” (Matiello *et al.*, 2016, p. 210). Essa exclusão ocasionou, e ainda ocasiona, alterações nas atividades desempenhadas no campo (Matiello *et al.*, 2016), principalmente daqueles que têm poucas terras e/ou que estas sejam íngremes e pedregosas.

Um exemplo disso é a troca dos rebanhos que possuíam pela bovinocultura leiteira, que é uma atividade que pode ser desenvolvida em áreas de terra que não sejam necessariamente planas, bem como aproveitando o pasto dessas áreas para a alimentação animal. Ademais, a bovinocultura de leite permite uma renda mensal, enquanto as demais não trazem um retorno tão rápido conforme destacado por Anschau (2011 *apud* Matiello *et al.*, 2016).

Apesar desta atividade ser uma opção de renda para diversas propriedades da região, se mostra que o mesmo processo de exclusão que ocorre com a suinocultura e avicultura pode ocorrer com a bovinocultura leiteira. Em vista disso,

[...] a atividade leiteira tem contribuído para a reconfiguração territorial regional, em função da quantidade de propriedades comercialmente envolvidas, do volume da produção de leite, que vem se ampliando a cada ano, e do caráter das agroindústrias que se localizam na região para processá-lo (Anschau, 2011). Todavia, já há indícios concretos de que está em curso o mesmo processo de exclusão que tem caracterizado a suinocultura e a avicultura, o que, num futuro próximo, pode gerar obstáculos à expansão da atividade, bem como inúmeros impactos sociais que terão reflexo no território, seja no campo ou na cidade, com reconfiguração da estrutura urbana e regional (Matiello *et al.*, 2016, p. 209).

Deste modo, entende-se que o circuito espacial produtivo de carnes e do leite são muito dependentes do mercado externo, logo, são submetidas as particularidades da economia global, bem como das oscilações cambiais (Matiello *et al.*, 2016). Senger (2023) destaca que a região oeste de Santa Catarina está se tornando cada vez mais dependente do mercado externo, especialmente o asiático, no qual por meio dos seus altos padrões e exigências impacta na dinâmica produtiva regional.

A concentração de grandes empresas agroexportadoras na região que são dotadas de extraordinário aparato tecnológico visando satisfazer a plasticidade dos mercados externos chama a atenção conforme aponta Senger (2023). O autor ainda salienta que as vulnerabilidades encontradas na região são derivadas significativamente de dois fatores, sendo eles: “a intensa especialização produtiva regional e a crescente dependência de mercados consumidores externos” (Senger, 2023, p. 135).

Essa dependência, pode gerar diversos percalços econômicos e sociais. Recentemente, a partir do “tarifaço”¹⁶ aplicado pelos Estados Unidos aos produtos de diversos países mostrou um cenário preocupante, que para alguns setores se mostrou mais marcante do que para outros. Em alguns telejornais, notícias alarmantes foram propagadas constantemente, de como isso afetaria toda a economia, sendo também carregado por questões políticas e de governança mal resolvidas.

Em contrapartida, empresas e instituições de alguns setores como o da carne apontaram que estas tarifas não afetaram fortemente o setor, visto que o mercado estadunidense não é um dos principais destinos de carne suína e de galináceos produzidos em Santa Catarina. Destaca-se que 2025 vem se mostrando um bom ano para as exportações de carnes catarinenses e também a nível nacional, atingindo inclusive, marcas históricas no faturamento (SANTA CATARINA, 2025b).

Neste sentido, Carlos Chiodini enquanto secretário de Estado da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina aponta que questões de sanidade animal, confiabilidade e qualidade da produção de carnes e derivados produzidos no estado refletiram no desempenho catarinense estável mesmo em momentos delicados, como por embargos comerciais e outras medidas não citadas diretamente (como conflitos territoriais em outros países, doenças nos rebanhos, “tarifaço” e outros), bem como, a diversificação de mercados também contribui para que a economia catarinense não se torne tão vulnerável, como vem ocorrendo com outros setores da economia impactados pelo tarifaço de Donald Trump (SANTA CATARINA, 2025b).

Diante deste cenário e das constantes exigências de implantação de novas tecnologias no campo, entende-se que, o campo, conforme Santos (1993) e Matiello *et al.* (2016), não é contrário às inovações, mas sim versátil e adaptável a estas e que o campo

¹⁶ O “tarifaço” foi uma medida protetiva aplicada pelo presidente dos Estados Unidos contra quase a totalidade de países, com a prerrogativa de proteger a indústria norte-americana, porém em alguns casos, como o do Brasil, questões políticas e de retaliação foram levadas em conta. Por meio desta medida, houve a intensificação de conversas e mobilizações conjuntas entre os países membros de blocos econômicos, como o BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

também abriga e propaga o capital, conseqüentemente ocasiona a implantação de novas tecnologias e estruturas institucionais, introduzindo o mesmo no modo de produção globalizado do capital.

Santos (1993) reforça a ideia de que

É verdade que durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, obstáculo à sua difusão. Hoje, porém, o que vemos e o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente naqueles subespaços menos avançados (Santos, 1993, p. 40).

Neste processo, altera-se tanto as áreas rurais quanto as áreas urbanas, bem como as “[...] transformações dessas cidades ficam cada vez mais atreladas a decisões tomadas em outras localidades, em geral distantes” (Santos, Souza e Silveira, 1994 *apud* Matiello *et al.*, 2016, p. 211). Logo, deve-se analisar não somente a cidade de Chapecó, mas toda a região e as relações que esta mantém com cidades mais afastadas (Matiello *et al.*, 2016).

O desenvolvimento do sistema nesse sentido impõe não somente as empresas para que se ajustem às suas regras, mas também os lugares, que se não o seguirem, podem ser excluídos a qualquer momento (Alba, 2013 *apud* Matiello *et al.*, 2016).

Santos (1993) salienta que o campo moderno implantado em território brasileiro afasta a população pobre e faz com que os trabalhadores destes espaços vivam cada vez mais no urbano. Corrêa (2007) destaca que este processo impacta a organização espacial intra-urbana e contribui para a formação de favelas/territórios marginalizados com parte significativa das pessoas que ali habitam sendo provenientes do campo que está em transformação.

Ao longo do tempo são identificadas diversas mudanças nas características e organização do espaço urbano e do rural, bem como das relações estabelecidas por Chapecó com as cidades da região e de outros lugares mais distantes. No espaço intra-urbano, Corrêa (2007, p. 65) aponta que

A divisão econômica do espaço caracteriza-se por padrões de uso do solo definidores do núcleo central de negócios, de setores da zona periférica do centro, de centros resultantes do desdobramento do núcleo central de negócios, de áreas e eixos comerciais espontâneos ou planejados, hierarquizados ou especializados, de áreas industriais distintas de acordo com a localização, idade, dimensão e conteúdo produtivo, e a franja rural-urbana, entre outros usos.

Essa divisão mostra-se cada vez mais presente em Chapecó, desde subcentros no bairro Efapi e São Cristóvão/Jardim América, eixos comerciais na Avenida General Osório no bairro Palmital (Motter, 2016), bem como áreas industriais estabelecidas em locais estratégicos, avanços da franja urbana-rural, presença de grandes empresas e agroindústrias próximas a importantes rodovias, entre outras características e padrões presentes no território.

Fujita (2013) salienta que o arranjo dos usos do solo em Chapecó pode ser explicado com base nos eixos viários que o compõem, no qual as empresas de diversos setores e grandes agroindústrias buscam se instalar próximas a essas rodovias, visto a facilidade de acesso, escoamento produtivo, chegada de insumos, de cargas e pessoas.

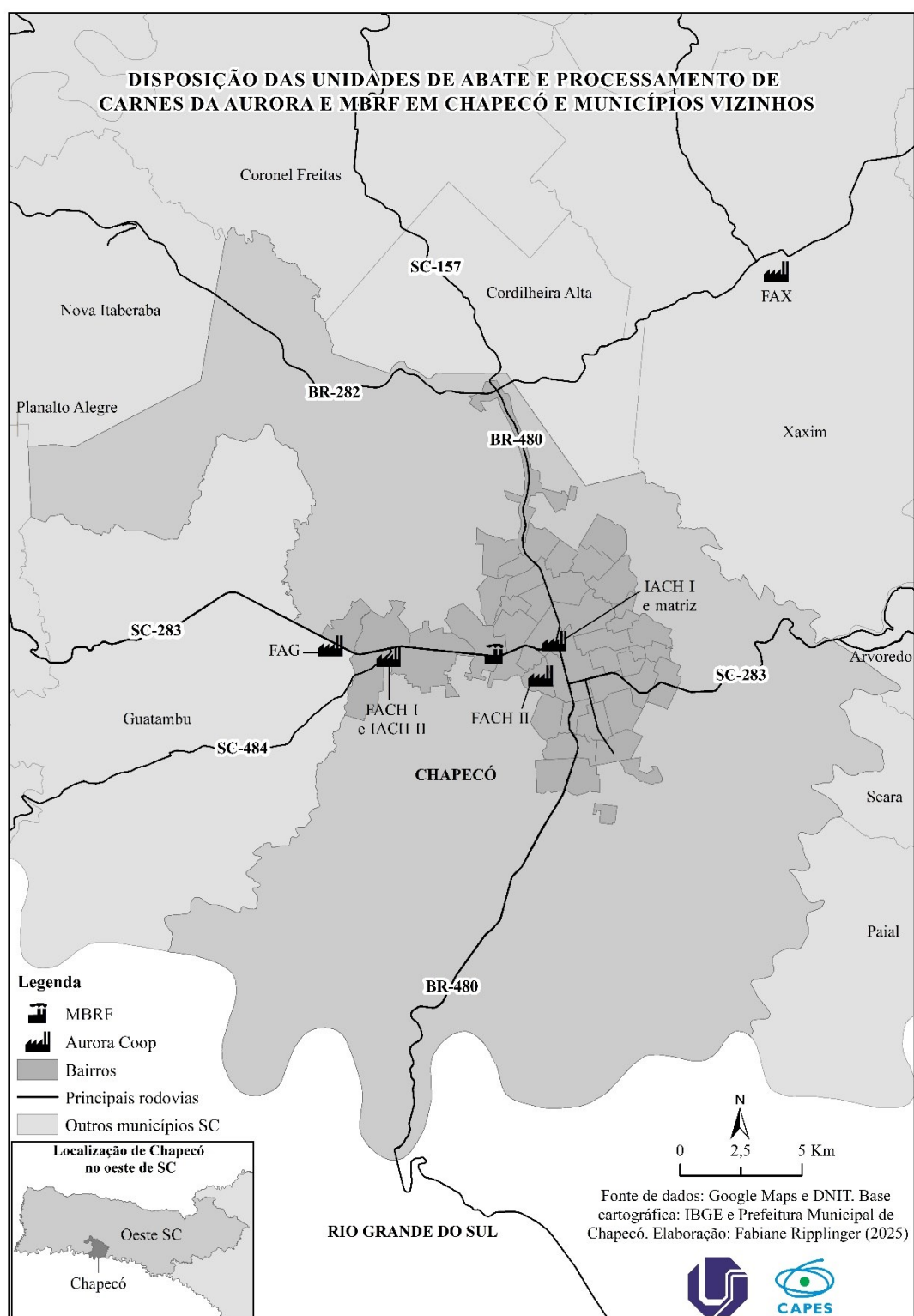
Tendo isso em vista, com a instalação do circuito espacial produtivo de carnes na região e do destaque regional que Chapecó possui, é possível verificar que estão presentes neste território, diversas unidades de abate e processamento de carnes. Os quantitativos alcançados por estas unidades são muito expressivos, chegando, por exemplo, a 30 mil abates diários de aves na unidade da BRF em Chapecó (Lopes, 2022) e mais de 10 mil suínos abatidos por dia na unidade Frigorífico Aurora Chapecó I (FACH I) da Aurora Coop (Nascimento, 2019).

Muito próximo a FACH I temos outra unidade da Aurora Coop, o Frigorífico Aurora Guatambu (FAG) no município de Guatambu, que com as recentes ampliações abate mais de 410 mil aves por dia (REDAÇÃO ND, 2020). Em Xaxim¹⁷, o frigorífico da Aurora Coop (Frigorífico Aurora Xaxim - FAX) possui capacidade para abater 191 mil frangos por dia (Pereira, 2020).

Na figura 6, podemos visualizar a presença e distribuição destas unidades de abate e processamento de carnes, a distribuição da área urbana chapecoense, às principais rodovias, bem como estão dispostos parcialmente alguns dos municípios e estado circunvizinhos. Estes elementos possuem grande importância e relação com a constituição da base econômica regional, para a consolidação e evolução do circuito espacial produtivo de carne e grãos.

¹⁷ A Aurora Coop arrendou essa unidade desde 2012, que naquele momento fazia parte da massa falida da antiga Chapecó Alimentos e em 2020 realizou a compra do frigorífico e demais estruturas, como fábrica de ração, armazéns, incubatório, granjas de matrizes e o setor de congelamento (Pereira, 2020).

Figura 6 - A disposição das unidades de abate e processamento de carnes da Aurora Coop e MBRF em Chapecó e região



Fonte de dados: Google Maps e DNIT. Base cartográfica: IBGE e Prefeitura de Chapecó. Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

Estão instaladas em Chapecó, duas grandes empresas do setor de carne, a MBRF Global Foods Company (que surge com a fusão da BRF e da Marfrig) e a Aurora Coop, além disso, se tem a presença de uma grande cooperativa do setor de grãos, rações e outros serviços, sendo esta a Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa).

Diante desta configuração, Matiello *et al.* (2016, p. 203) destaca que “a presença das agroindústrias é fator fundamental no processo de formação e crescimento econômico e urbano de Chapecó, uma vez que permitiu a complexificação de outras atividades a elas ligadas direta ou indiretamente, presentes hoje na cidade”. Este processo ocorreu também em outras cidades da região, cada qual com características e intensidades distintas.

Assim, Pertile (2008) ressalta a ampla interdependência dos municípios do Oeste Catarinense que apresentam relação com o circuito espacial produtivo de carne e grãos disposto nesta região, com destaque para o trabalho nas unidades frigoríficas. Estes frigoríficos que demandam de grande quantidade de trabalhadores e por vezes os municípios que possuem estas unidades agroindustriais não conseguem suprir esta demanda, sendo necessário o deslocamento diário de trabalhadores dos municípios próximos e de estados vizinhos, além de grande número de migrantes e refugiados que ocupam essas vagas.

Esta situação evidencia um cenário corriqueiro presente em “centenas de pequenos municípios catarinenses e gaúchos que é a falta de opções de trabalho remunerado. Isso faz com que, ao existir uma possibilidade de emprego, essas pessoas se desloquem até 100 km de suas residências, diariamente” (Pertile, 2008, p. 232). Além das relações trabalhistas demonstrarem a grande interdependência dos municípios do Oeste Catarinense, outras formas a compõem, desde equipamentos específicos para determinadas atividades do processo produtivo, como na comercialização de produtos e implementos agropecuários, entre outros (Pertile, 2008).

No Oeste Catarinense estão presentes em número significativo unidades pertencentes as principais agroindústrias do setor de carne¹⁸, como MBRF, Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora Coop) e JBS. Em termos de cooperativas de grãos que produzem rações nesta região estão a Cooperalfa e as Cooperativas Regionais Auriverde e Itaipu, que fazem parte do sistema cooperativo da Aurora Coop¹⁹ e trabalham de forma

¹⁸ Unidades de fábricas de ração, melhoramento genético, granjas, abate, processamento, entre outros.

¹⁹ Fazem parte do sistema cooperativo da Aurora Coop: Cooperalfa, Cooperativa Regional Auriverde, Capal Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Agropecuária São Lourenço (Caslo), Castrolanda Cooperativa Agroindustrial, Cocari Cooperativa Agropecuária e Industrial, Cooperativa Agropecuária São Gabriel do Oeste (Cooasgo), Cooperativa Agropecuária de Lacerdópolis (Coolacer), Cooperativa A1, Cooperativa

coordenada com delimitações geográficas de atuação definidas estrategicamente para estimular o crescimento do núcleo central desse sistema (Farias, 2015), ou seja, da Aurora Coop.

Ao verificarmos a situação disposta em Chapecó, é possível identificar que das três agroindústrias de carne citadas anteriormente, somente a JBS não está presente com unidades frigoríficas nesta cidade, além disto estão dispostos na referida cidade alguns frigoríficos menores, como é o caso do frigorífico Ecofrigo (pertencente ao Grupo Bugio).

Ademais, Chapecó exerce grande influência sob mais de 150 municípios das imediações, que também possuem ligação com o setor agroindustrial (Pertile, 2008). Neste sentido, da mesma forma que globalmente o processo produtivo e o consumo estão ligados, nas regiões onde se concentram estas produções similarmente possuem tais conexões e que geram impactos principalmente nas esferas sociais e econômicas de todos os municípios envolvidos.

A cidade de Chapecó vem crescendo muito nas últimas décadas e atraindo pessoas das mais diversas regiões do Brasil, assim como de outros países. Na tabela 4, podemos ver a dinâmica do crescimento populacional em Chapecó, no qual houve um aumento populacional grande, especialmente ligado com as oportunidades de emprego ofertadas em Chapecó e região pelas agroindústrias e cooperativas, assim como também possui relação com outros fatores como o econômico, o educacional, a saúde, a diversificação econômica, dentre outros.

Tabela 4 - População residente em Chapecó por anos (total de habitantes)

Ano	1970	1980	1991	2000	2010	2022
População residente	49.865	83.772	123.050	146.967	183.530	254.785

Fonte: IBGE (2019a; 2023). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Com esse rápido crescimento, em outras áreas não se manteve o mesmo ritmo de expansão, logo, alguns problemas são enfrentados, como em relação a vagas em escolas próximas de suas residências, questões de mobilidade, saúde pública, lazer, entre outros. O comércio e os serviços também foram se adequando à nova realidade, passando a abrir em novos horários, por vezes sem fechar ao meio dia e abrindo aos

Agropecuária Videirense (Coopervil), Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (Copercampos), Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia (Copórdia), Frisia Cooperativa Agroindustrial e Cooperativa Regional Itaipu (Aurora Coop, [ca. 2025]).

finais de semana. Foram diversas as mudanças que foram transformando o ritmo e a rotina da cidade e da população.

Esse processo foi fortalecido com a chegada de grandes grupos de trabalhadores, principalmente voltados para os frigoríficos. Um pouco antes, por volta de 2010, as agroindústrias e cooperativas de carne enfrentavam dificuldades para preencher todas as vagas de trabalho disponíveis nas unidades de Chapecó. Entre os motivos para a ocorrência desta situação estão o ritmo de trabalho, os salários e à saúde do trabalhador. Com as condições e ritmo laboral extenuantes, além de estarem expostos em longas jornadas de trabalhos repetitivos, são ocasionados diversos problemas de saúde aos trabalhadores. Estes fatores influenciaram para que muitas pessoas buscassem empregos em outros setores.

Heck (2022) salienta que houve avanços nos direitos dos trabalhadores de frigoríficos com a Norma Regulamentadora 36 (NR 36 - popular NR dos frigoríficos), implementada em 2013, porém a mesma sofreu algumas alterações que culminaram no retrocesso de alguns direitos e observa-se que esta situação possui relação com a conjuntura política.

Ademais, se referindo a contratação de trabalhadores e das condições laborais, principalmente nas unidades de abate de animais e processamento de carnes, Matiello *et al.* (2016) apontam que

[...] há escassez de mão de obra, seja ela qualificada ou não, tanto para o meio rural quanto para a própria agroindústria. As empresas têm buscado cada vez mais longe os trabalhadores para atender suas necessidades, uma vez que as atividades nelas executadas são extenuantes, repetitivas e desenvolvidas em condições de trabalho severas, tal como a permanência em câmaras refrigeradas a baixas temperaturas, o que provoca lesões permanentes e até invalidez, em poucos anos de serviço (Matiello *et al.*, 2016, p. 210).

Diante dessa falta de mão de obra, as empresas do setor de carne buscaram alternativas para sanar esse impasse. Entre as alternativas utilizadas estão a divulgação das vagas em rádio, carros de som, jornais impressos e online, televisão, entre outros, tanto em Chapecó, como em outros municípios da região.

Em período próximo – 2012 e 2013 -, houve a chegada de um grande grupo de haitianos refugiados e de alguns senegaleses na região, atraídos por promessas de emprego e de benefícios como cestas básicas (Andreola, 2015; Oviedo, 2023) “ou, até mesmo, dinheiro para o colaborador que indicasse algum conhecido que quisesse trabalhar no frigorífico” (Andreola, 2015, p. 32). Este grupo de imigrantes enfrentou

diversas dificuldades para se estabelecer na cidade que vão desde a barreira linguística ao preconceito racial.

Mais recentemente – em 2019 -, houve a chegada dos primeiros grupos de venezuelanos à Chapecó contando com ajuda do exército e da força aérea do Brasil, tendo estes que dar segurança e “interiorizá-los e de transportá-los para outras localidades, como Guatambu (SC) e Itapiranga (SC), já com a garantia de emprego e de moradia. A maioria deles ainda residem em Chapecó (SC) e trabalham em indústrias” (Oviedo, 2023, p. 29).

É perceptível que imigrantes que falam espanhol – não somente venezuelanos, mas de outras nacionalidades também - tiveram maior facilidade de se integrar, na busca por empregos em empresas diversas, de moradia e de adaptação de crianças e jovens em idade escolar.

Dessa forma, entendemos que os grupos de imigrantes presentes em Chapecó vieram em busca de condições dignas de vida para si e para seus familiares, aos quais não necessariamente se encontram no Brasil atualmente, bem como buscam se afastar de situações vivenciadas anteriormente em seus países de origem como “crise política; problemas econômicos e sociais; falta de alimento, de saneamento básico e de serviços básicos de saúde; inflação; perseguições; fraudes; protestos; golpe de estado; e pobreza” (Oviedo, 2023, p. 29).

Em meio a isto, podemos ver que são diversas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, seja por fatores linguísticos, culturais, sociais, econômicos, entre outros (Oviedo, 2023) e se observa que alguns grupos foram inseridos mais facilmente na cidade do que outros, principalmente por questões raciais e proximidade linguística.

Entende-se que houve diversas alterações no meio urbano e rural de Chapecó nas últimas décadas e que a territorialização, expansão e consolidação das agroindústrias e cooperativas do setor de carne e grãos possui forte influência sobre estas modificações. Ademais, a nova configuração encontrada nas relações campo e cidade foram sendo construídas baseadas na influência e pelos interesses das agroindústrias.

Portanto, a dependência regional no setor de carnes possui como base diversas fontes, porém a que mais se destaca é “a vulnerabilidade decisória dos processos produtivos que implicam, dentre tantas, em possíveis inseguranças para os trabalhadores das agroindústrias e todos os demais setores de comércio e serviço vinculados” (Senger, 2023, p. 139).

3.2 A expansão e especialização produtiva de carnes e derivados em Chapecó

A produção de carnes, em especial de frangos é considerada uma mercadoria com grande e boa aceitação nos mercados interno e externo e esta produção pode ser entendida como “parte das estratégias de inserção da economia e do território brasileiro no mercado globalizado” (Scherma; Ripplinger; Dalmora, 2021, p. 203).

Ainda conforme Scherma, Ripplinger e Dalmora (2021), as condições produtivas atreladas a disponibilidade de mão de obra e de insumos favoreceu a crescente produção de carnes no Brasil. Desse modo, a região Sul brasileira se alicerçou na produção de cárneos, e posteriormente houve a expansão para outras regiões brasileiras de forma mais intensa. Tendo isso em vista a

[...] forte globalização da atividade, de aumento do consumo (interno e externo) e da oligopolização do setor, regiões específicas do território brasileiro são chamadas à produção e irão responder aos parâmetros internacionais de qualidade, ritmos e necessidades do mercado mundializado (Scherma; Ripplinger; Dalmora, 2021, p. 207).

Esses fatores, ligados com a divisão territorial do trabalho (DTT) e a intensificação da economia capitalista promoveram a criação de regiões especializadas e competitivas (Castillo, 2011; Scherma; Ripplinger; Dalmora, 2021). Ao nos aprofundarmos mais nas regiões competitivas, chegamos ao conceito de formação socioespacial e a relação com o setor de carnes.

Com isso consideramos determinadas características e cenários importantes que são muito encontrados em todo o Oeste Catarinense. Conforme, por exemplo, apontam Scherma, Ripplinger e Dalmora (2021), a existência de muitas propriedades familiares pequenas, além do saber fazer no campo e nas unidades industriais, bem como ter uma mentalidade diferente de outrora. Scherma; Ripplinger; Dalmora (2021) com base em Castillo (2015), apontam como sendo

[...] voltada ao progresso e à modernização técnica; tradição e potencial de produção de cereais e a disponibilidade de força de trabalho respondem, em grande medida, às *necessidades intrínsecas do setor*, tais como, fábricas em um raio próximo das criações, necessidade de cereais em larga escala, força de trabalho treinada para suportar ritmos intensos, e produtores adeptos à modernização técnica do campo em busca de produtividade (Scherma; Ripplinger; Dalmora, 2021, p. 207, destaque dos autores).

Nesse sentido, entende-se que o que acontece atualmente na região, especialmente no campo econômico industrial relacionado ao setor de carne e grãos, é fruto do seu processo de formação socioespacial e econômica.

Indo ao encontro disso e ao que foi discutido anteriormente, a produção de carnes tanto em Chapecó, como em todo o Oeste Catarinense é muito significativa e possui grande demanda de trabalhadores no campo (produção). No meio urbano (abate e processamento) essa demanda também se faz presente, assim como em serviços de apoio para que esse circuito produtivo funcione de forma mais eficiente e atenda as demandas e interesses do mercado.

Com isso, analisa-se que em relação ao processo histórico de integração dos produtores rurais familiares às agroindústrias e cooperativas de carne de Chapecó e região, a visão do Sintraf foi inicialmente contrária – década de 1990-, porém, houve dificuldades, seja de adaptação dos produtores locais ou mesmo em relação à remuneração.

Esse processo “[...] veio pegando a base, veio se adentrando e se organizou nos modos que estamos hoje. A partir daí em alguns momentos a gente representou agricultores né com a organização perante as dificuldades, principalmente a remuneração dos produtores” (Entrevistado membro do sindicato, 2024). Se entende a partir do relato do entrevistado do Sintraf que o sindicato busca garantir e apoiar os agricultores no que for de interesse destes, visando especialmente melhores remunerações e legislação adequada, tanto na avicultura, como na suinocultura, bovinocultura leiteira, entre outros rebanhos e cultivares.

Nos primeiros anos do século atual, as agroindústrias buscavam expandir os mercados. A crescente demanda de produtos, especialmente os que são mais voltados para o mercado externo trouxeram novas demandas, como, a ampliação das unidades produtivas existentes, a criação e a compra de outras unidades em território brasileiro e no exterior, bem como o aumento no número de empregos diretos e indiretos e a necessidade de aumento da produção no campo.

Entre as novas demandas no início dos anos 2000, por exemplo, podemos citar uma obra destinada ao melhoramento e desenvolvimento genético de suínos em Chapecó pertencente a empresa Aurora Coop, no qual possuía como objetivo central o aumento do número de leitões por gestação de porcas hiperprolíficas (Aurora... 2000). A partir dos exemplares criados por meio de suínos hiperprolíficos, a empresa esperava que o produtor tivesse um aumento de “no mínimo um leitão a mais por leitegada e dois leitões a mais

por porca/ano, do que vem produzindo atualmente, obtendo redução dos custos através do aumento da produtividade” (Aurora... 2000, p. 5).

Para isso, foi investido mais de R\$ 1 milhão de reais, onde foram dispostos galpões para gestação, maternidade, creche, galpão para testagem de machos e fêmeas e área para tratamento de dejetos. Para que esse projeto fosse colocado em prática, a Aurora Coop contou com auxílio da Embrapa para a identificação das fêmeas e machos hiperprolíferos em suas granjas núcleos e multiplicadoras (Aurora... 2000).

A Embrapa teve e ainda tem um papel muito importante em relação às pesquisas voltadas para o setor de carne e grãos, pois, e sem a contribuição desta empresa o complexo cárneo regional não teria se desenvolvido com tamanha imponência e força. Por meio da Embrapa, foi possível ter um aumento significativo na renda, na produtividade, nos espaços utilizados para as produções, bem como na eficiência e gestão do tempo (Faccio, 2025).

Diante das parcerias firmadas nas pesquisas entre empresas públicas e privadas, bem como com a busca por lucros maiores e vantagens competitivas, o processo de modernização e expansão de unidades e de mercados foi alavancado. Jornais regionais e locais anunciavam em 2004: “frigoríficos catarinenses buscam novos mercados” (Frigoríficos... 2004), “agronegócio brasileiro perde espaço no Mercosul” (Agronegócio... 2004).

Diante disso, os produtores rurais em 2006 buscavam novas alternativas para enfrentar as dificuldades no campo e tentar novas alternativas frente as agroindústrias, como no caso da criação de frango colonial, destacada na figura a seguir.

Figura 7 - Alternativa de produção aos agricultores chapecoenses

DIÁRIO DA MANHÃ | **RURAL** | TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2006 5

► **FRANGO COLONIAL**

Uma alternativa para o produtor e também para o consumidor

Uma alternativa tanto para o produtor como para o consumidor. Assim pode ser tratada a produção do chamado frango colonial, que possui como principal diferença da produção convencional a alimentação, realizada com ração formulada nas próprias propriedades e com ingredientes de origem vegetal. Outra diferença é o tempo de criação, ao contrário da convencional, que dura entre 35 a 45 dias, o frango colonial tem um ciclo entre 80 a 90 dias.

De acordo com a engenheira agrônoma Ana Regina Giacomini, que possui uma criação em conjunto com o irmão, na linha Monte Alegre, interior de Chapecó, a linhagem dos frangos é a mesma usada nos grandes frigoríficos, no entanto, a diferença está na alimentação. Ela explica que ao invés da ração com reaproveitamento produzida em grandes empresas, a ração usada na propriedade é feita com base vegetal, como farelo de soja, de milho e hortaliças. "Os animais se alimentam dos mesmos produtos que o ser humano também se alimenta. O resultado é uma carne limpa, saudável e consistente", fala.

PRODUÇÃO
Ana diz que a produção co-

meçou há dois anos e o escoamento era basicamente entre amigos e familiares, com um total médio de 50 frangos por mês, entretanto, com o crescimento da demanda, hoje são cerca de 200 por mês. A agrônoma explica que mais uma diferença da criação convencional é a hora da alimentação: "ao contrário de outras criações que usam a energia artificial para estimular a criação, o frango colonial apenas come durante a luz natural. Com isso não atrapalhamos na fisiologia natural do animal, que cresce sem estresse", explica.

Quanto a aceitabilidade no mercado, ela fala que está cada vez maior: "a produção cresceu 70%, e cerca de 90% das pessoas que experimentam o frango colonial continuam comprando", diz. Já como dificuldade ela aponta a venda por parte de alguns produtores de animais descartes, como colonial, que não têm a mesma qualidade e nem os mesmos métodos de criação.

Tempo de criação: entre 80 a 90 dias
Peso médio: 3,5 a 5 kg
Valor médio/kg para ao produtor: R\$ 5,50
Carne nobre: cerca de 70% - coxa, sobrecoxa e peito



A base da alimentação do frango colonial é vegetal, como farelo de soja, milho e hortaliças

Mês de outubro terá 224 cursos do Senar em SC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC) desenvolverá 224 cursos de formação profissional e promoção social durante todo o mês de outubro, em todas as regiões catarinenses. "As ações do Senar/SC são voltadas para o homem rural, contribuindo para sua qualificação, integração na sociedade, qualidade de vida e cidadania", destaca.

De janeiro a setembro deste ano, informa o superintendente, Gilmar Zanluchi, o Senar/SC desenvolveu 2.861 cursos envolvendo a participação de aproximadamente 45.700 produtores e trabalhadores rurais.

na comunidade de Dois Irmãos. Joaçaba reunirá interessados no curso "Bordado ponto alemão", desenvolvido no período de 4 a 25/10 no pavilhão da comunidade de Santa Helena.

No município de Formosa do Sul, no período de 4 a 6/10, haverá curso em "Fabricação

Fonte: Frango... (2006). Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

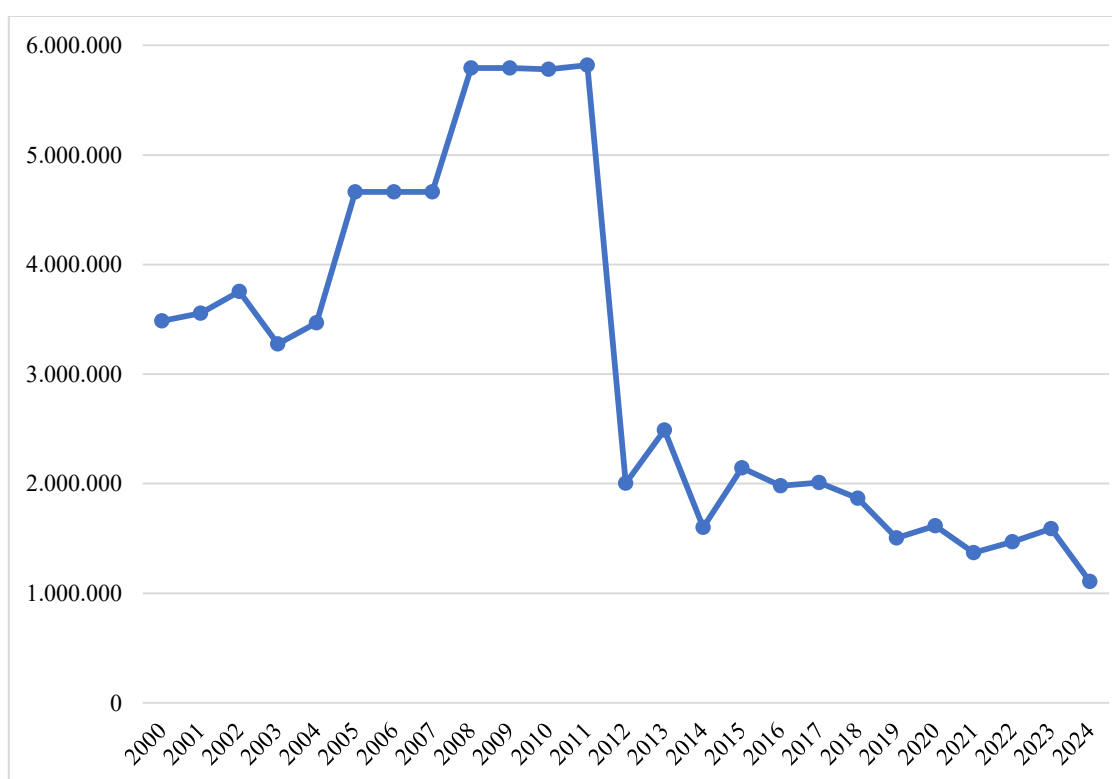
Na reportagem é destacado que a criação do frango colonial é uma alternativa tanto para o produtor rural quanto para os consumidores. A diferença desta produção para a de frangos convencionais está na alimentação recebida, no tempo de criação e nas condições, como em relação ao tempo de exposição a luz, sendo somente utilizada a luz natural e não sendo estimulados tanto quanto os frangos convencionais (Frango... 2006).

Na mesma reportagem ainda é destacada a boa aceitabilidade deste tipo de frango no mercado, assim como o aumento na produção e na fixação dos clientes após o primeiro consumo do produto, porém dificuldades também são apontadas, como "a venda por parte de alguns produtores de animais descartes, como colonial, que não têm a mesma qualidade e nem os mesmos métodos de criação" (Frango... 2006, p. 5), ou seja, se tem

casos em que animais condenados na produção convencional sendo vendidos no mercado local e regional como sendo colonial, fator este que prejudica aqueles produtores que realmente seguem os modos de criação colonial.

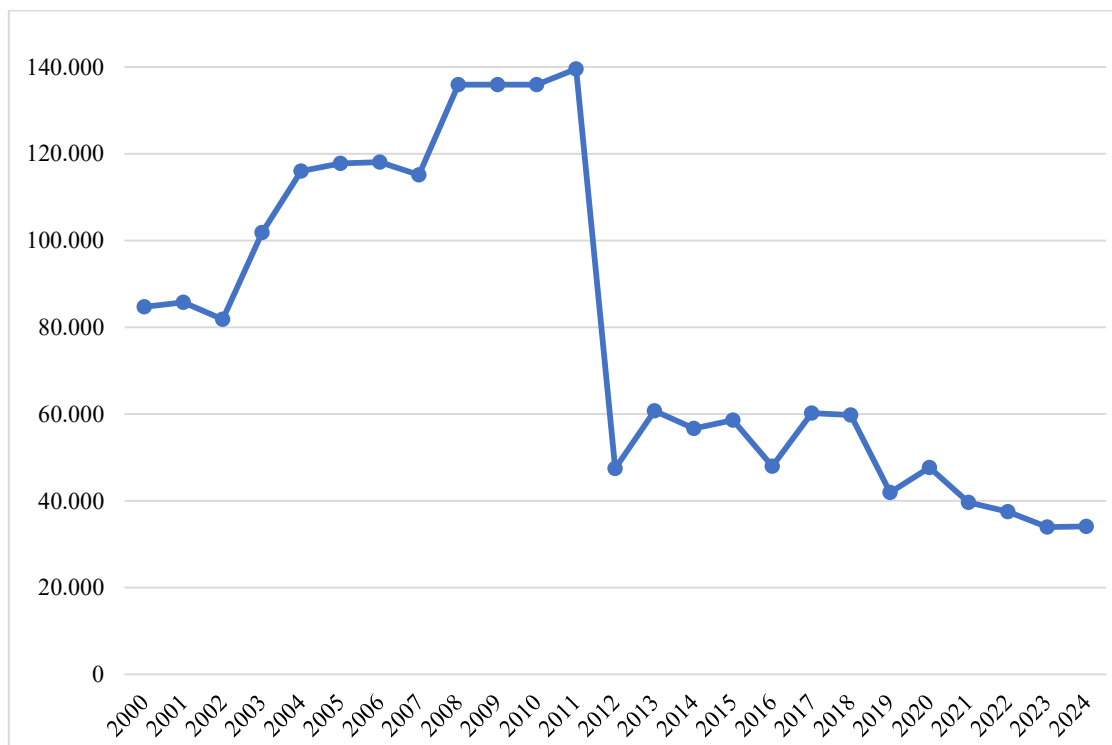
Diante da busca por novos mercados por parte das agroindústrias e de novas oportunidades pelos produtores rurais, partimos para uma análise de alguns dados e informações importantes para entender o processo de especialização produtiva e principalmente de expansão, conforme os gráficos a seguir, que retratam o cenário encontrado nos últimos anos na produção de galináceos e de suínos em Chapecó e região.

Gráfico 1 – Plantel de galináceos (cabeças) em Chapecó-SC



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

Gráfico 2 - Suínos: Efetivo de rebanho (cabeças) em Chapecó-SC



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

Podemos ver que em ambos os casos houve um aumento produtivo entre os anos 2002/2003, seguindo majoritariamente em ritmo crescente até que ocorre uma queda brusca no efetivo de rebanhos²⁰ no ano de 2012, isso ocorre por causa de uma crise relacionada aos custos produtivos e logísticos, especialmente enfrentados no primeiro semestre do mesmo ano. Ainda em 2012, ocorreram embargos comerciais de carne in natura e perda de competitividade.

Os impactos e a crise na produção de suínos foram mais destacados na mídia do que a de aves, visto a maior desistência na produção deste animal. Nos anos seguintes ao ponto central de crise, observa-se que não houve recuperação da quantidade de rebanho, variando entre pequenas flutuações conforme os anos.

Diante disso, os jornais locais e regionais noticiaram a crise que estava ocorrendo, bem como os prejuízos, o abandono da produção e trouxeram exemplos de alternativas encontradas por produtores rurais (O abandono... 2012). As matérias de jornais, os dados

²⁰ O termo “rebanho” empregado aqui segue a terminologia utilizada pelo Sidra/IBGE nas tabelas da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) ao tratar da categoria geral dos efetivos de animais que inclui galináceos, suínos, bovinos, caprinos e outros.

expostos nos gráficos, bem como a fala dos entrevistados remetem a um duro momento de crise em 2012, que foi se agravando nos últimos anos.

Diversos suinocultores encerraram as atividades produtivas, no qual houve grande redução no número de suinocultores em todo o estado - e outros buscaram novas alternativas como a troca de produção de suínos para aves, por exemplo. Outros investiram em pequenos frigoríficos para abate de animais daqueles produtores que buscam resistir ou ter novos mercados para escoar a sua produção e que não tenham vínculo com as agroindústrias da região, tentando assim driblar a crise. Assim, surgiram diversos pequenos frigoríficos na região²¹, os quais contribuem para a dinâmica geoeconômica regional, sendo estes vistos como boas alternativas frente aos oligopólios que se formaram.

Apesar disso, desde 2006, se observaram indícios de que a crise viria, por conta do aumento do custo de produção e a diminuição do lucro ao final da produção (Os culpados... 2012). Nesse sentido, apontamos uma fala do presidente da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos (ACCS) que destaca um fator preocupante: “De lá para cá foram poucos anos em que o gasto com a produção compensou o lucro recebido. Em 2009, por exemplo, um levantamento da ACCS mostrou que produzir custava R\$ 2,25 por quilo, enquanto o retorno com a venda não passava de R\$ 1,73” (Os culpados... 2012, p. 18).

Ainda é comentado na mesma reportagem outros motivos da crise, como a estiagem ocorrida em 2011 e uma seca nos Estados Unidos, que ocasionaram o aumento nos custos do milho e do farelo de soja, bem como um crescimento significativo de matrizes (Os culpados... 2012). A partir disso, de acordo com a reportagem, os suinocultores viram que estava cada vez mais difícil se manter na produção de suínos, diante da grande produção, dos custos altos, da redução na saída da produção e do baixo lucro, ocasionando assim um prejuízo no entorno de 1 bilhão nos 18 meses que antecederam a reportagem (julho de 2012) (Os culpados... 2012).

Com isso, os produtores alteraram os usos dos chiqueiros para abrigo ao gado leiteiro (Os culpados... 2012). O mesmo pode ser observado durante os trabalhos de campo, no qual, em diversas propriedades foram encontrados chiqueiros abandonados

²¹ Alguns destes foram comprados pelas grandes corporações presentes em Chapecó, mas muitos continuam ativos e contribuem para dinamizar a realidade regional, especialmente ao considerarmos o ponto de vista produtivo-empresarial.

e/ou sendo usados para abrigo de outros animais como gado leiteiro, ovelhas, galinhas para consumo próprio, bem como de estoque de insumos e maquinários.

Em momentos de crise, como em 2012, fica mais evidente quais agricultores familiares encontram-se em situação de vulnerabilidade e conforme apontado pelo entrevistado membro do sindicato, visível a quantidade de produtores rurais que possuem dificuldades “em fechar as contas no final do mês, quem tem alto investimento, quem tem modelo de produção altamente custável né” (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

Para tentar conter os efeitos da crise, medidas foram tomadas pelo Governo Federal. Entre as medidas observadas estão a prorrogação de dívidas de custeio, a retirada do excedente de produção do mercado interno e estocagem para datas comemorativas por parte das cooperativas, crédito para financiamento tanto de produtores rurais como de agroindústrias, supermercados e cooperativas (Suinocultura... 2012).

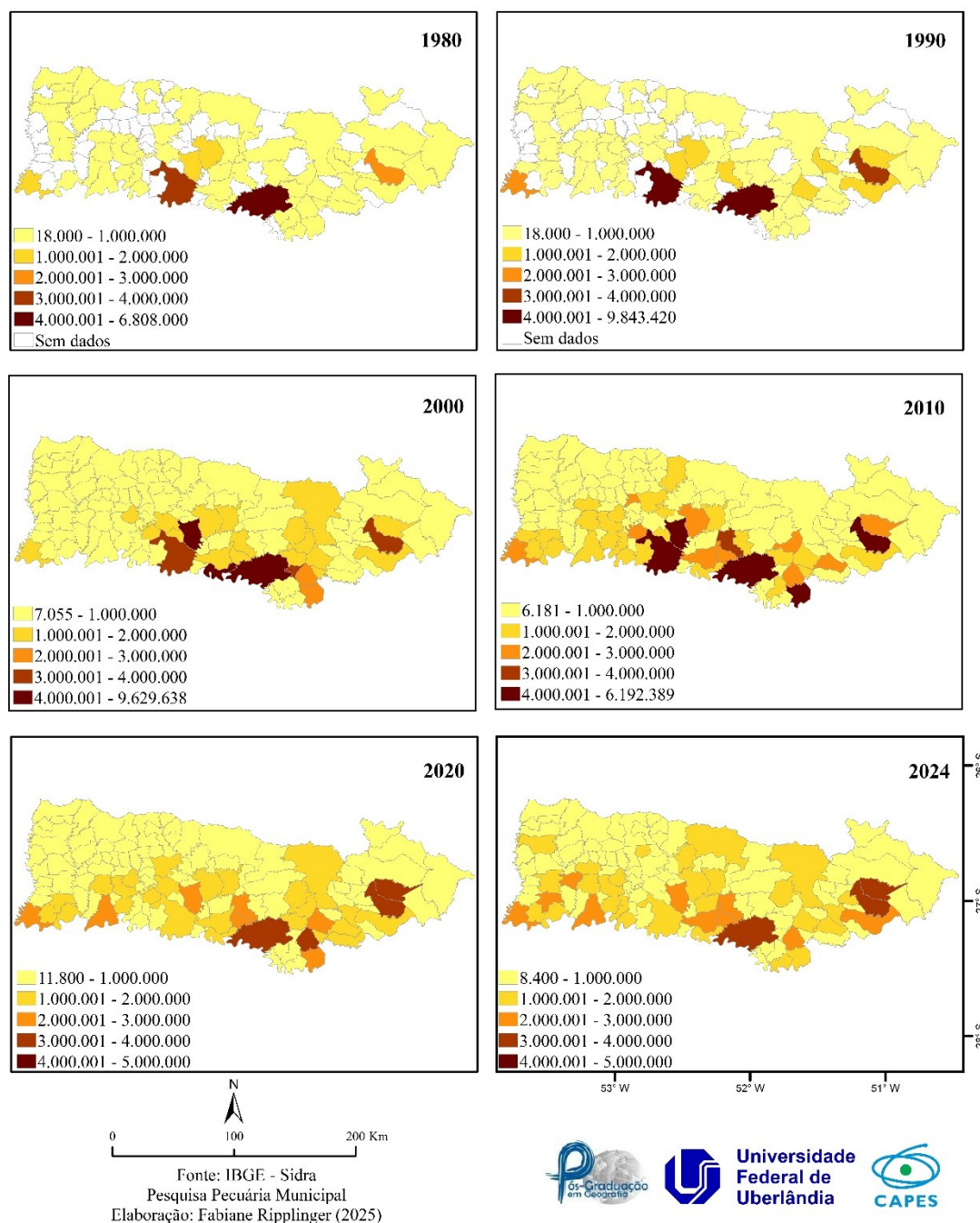
Outras medidas foram sondadas por representantes da categoria como o preço mínimo e subsídio na comercialização de animais de R\$ 0,40 por quilo (Suinocultura... 2012). Mas até que ponto essas medidas foram eficazes e atenderam as necessidades dos produtores rurais de Chapecó e região? Conforme destacado na própria reportagem, a retirada do excedente no mercado interno seria muito difícil em um curto período e envolveria outras questões internas das agroindústrias que complicariam a realização da mesma (Suinocultura... 2012).

Enquanto as agroindústrias e cooperativas buscavam novos mercados, os produtores rurais enfrentavam os altos custos e os trabalhadores dos frigoríficos também mostravam descontentamento com a remuneração recebida, sendo noticiado “Funcionários podem entrar em greve” (Funcionários... 2012) se referindo aos trabalhadores vinculados a BRF de Chapecó.

Esse embate intermediado pelo Sindicato das Carnes e Derivados de Chapecó (Sitracarnes) e as negociações trataram principalmente de temas como aumento do piso salarial e adicionais de tempo de serviço, insalubridade e para trabalhos noturnos, além de diminuição do ritmo de esteiras e outras máquinas, horários de descanso, vale alimentação, entre outros (Funcionários... 2012).

Esta crise não foi sentida apenas em Chapecó, mas em toda a região oeste. Nas figuras 8 e 9, podemos visualizar brevemente as mudanças no cenário produtivo ao longo dos anos para os plantéis de galináceos e de suínos²².

Figura 8 - Galináceos: Efetivo (cabeças) por município no Oeste Catarinense



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

²² Dos anos 1980 a 2000, na região oeste catarinense ainda se encontravam processos de emancipação, por conta disso, alguns municípios não apresentam dados acerca do quantitativo das produções, outros constam sem valores por motivos não pontuados no Sidra/IBGE.

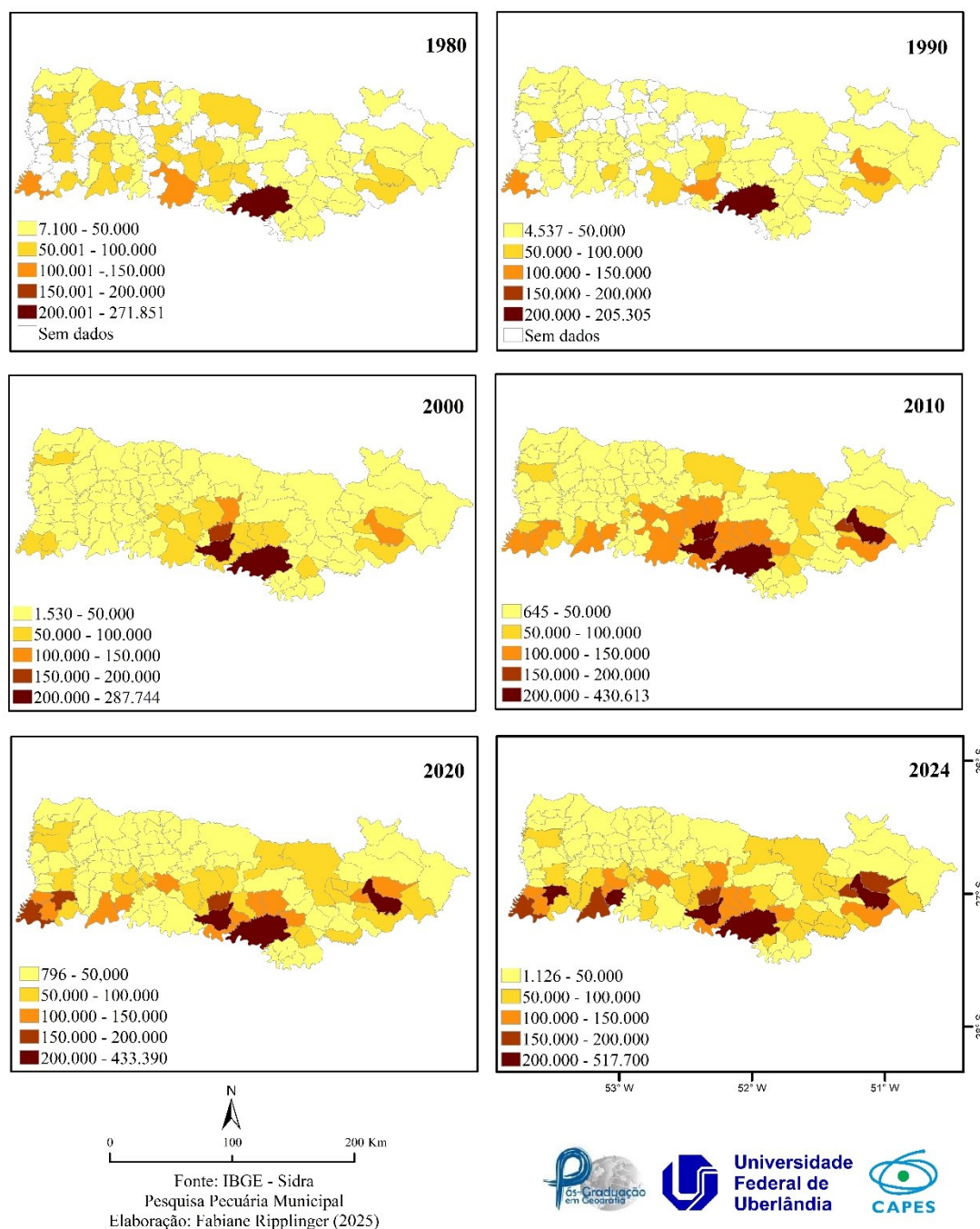
Diante dos mapas apresentados na figura acima, podemos ver claramente o crescimento produtivo, bem como a concentração que estava sendo delineada em algumas microrregiões e municípios próximos ao estado do Rio Grande do Sul. Porém, entre 2010 e 2020, se observa uma ruptura considerável no padrão quantitativo e na dispersão produtiva. Se entre os anos 1990 e 2000, alguns municípios alcançavam efetivos de galináceos próximos a 10 milhões, em 2010 se percebe uma redução, atingindo um pouco mais de 6 milhões, enquanto em 2020 foram apenas 3.823.740 galináceos e 4.000.000 em 2024 em todo o oeste catarinense (IBGE, 2025).

Em relação a produção de suínos, vemos um cenário um pouco diferente. Nos anos 1980, observa-se uma grande quantidade de municípios com rebanhos significativos, com destaque especial a Concórdia, que liderava a produção regional. Na década seguinte verifica-se uma queda no efetivo regional. Nos anos 2000, inicia-se um processo de concentração produtiva que reflete ainda mais no ano de 2010.

Com a crise de 2012 e outros eventos, reduções no rebanho de suínos foram sentidos e municípios que antes possuíam destaque, passaram a compor níveis inferiores nos quantitativos dispostos na figura 9. Chapecó, acompanhada de outros municípios, apresentou queda significativa de rebanho de suínos de 2010 a 2020. Nota-se uma recuperação e concentração produtiva em alguns municípios entre 2020 e 2024, enquanto outros permanecem com quantitativos mais baixos.

Os municípios com maiores quantidades de suínos em 2024 estão próximos às instalações frigoríficas de grandes agroindústrias do setor. Assim como nos anos 1980, Concórdia segue liderando o plantel de suínos na região, seguida por Videira, Seara, Iporã do Oeste, São Carlos, Itapiranga e Palmitos (IBGE, 2025).

Figura 9 - Efetivo de suínos (cabeças) por município no Oeste Catarinense



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

Se em 2023 o retorno financeiro não foi como o esperado para algumas empresas do ramo de carnes em Santa Catarina²³, em 2024, houve melhores resultados. A recuperação dos plantéis de suínos e galináceos, é acompanhada também por

²³ Exemplo: “Em ano de expansão, Aurora Coop teve prejuízo de R\$ 137,9 milhões” (Florentino, 2024).

investimentos por parte das agroindústrias e cooperativas em novas instalações e modernização de plantas frigoríficas.

Recentemente, podemos visualizar o processo de expansão em unidades industriais em Chapecó e em municípios vizinhos com significativos investimentos e a Aurora Coop é um dos exemplos mais recentes que pode ser apontado. No caso da Aurora Coop, está previsto alta nas receitas depois de investir mais de 1 bilhão de reais (Figueiredo, 2024), sendo parte disto (R\$ 587 milhões) investidos em uma nova planta industrial em Chapecó que foi inaugurada em abril de 2024 (Estadão Conteúdo, 2024). Deste montante investido até então, R\$ 156 milhões foram financiados pelo BRDE (BRDE, 2024).

Tanto o BRDE, quanto Banco do Brasil e BNDES são considerados importantes fontes de financiamento para cooperativas como a Aurora Coop, voltando recursos para a construção de novas unidades, bem como também contribuindo no capital de giro destas empresas (Farias, 2015). Nesse sentido, o BNDES se mostra como um importante agente para o crescimento da Aurora Coop, assim como de outras cooperativas do setor, visto que

Ao financiar construções, modernizações e aquisições de unidades de armazenagem de grãos ou agroindustrial, o BNDES permitiu às cooperativas expandirem seus territórios de atuação e sua produção recebida e processada e, ao liberar capital de giro, possibilitou que as cooperativas cumprissem suas obrigações com o mercado, fornecedores, produtores associados e colaboradores (Padilha; Espíndola, 2020, p. 116).

Nesse sentido, Padilha e Espíndola (2020) também apontam sobre o crescimento da economia nacional e a ligação das cooperativas com este processo.

O recente contexto das cooperativas brasileiras esteve atrelado à retomada do crescimento econômico nacional depois de 2003, que, entre outras coisas, alavancou o consumo interno, expandiu os investimentos em infraestrutura e promoveu redução da inflação e o aumento das exportações do agronegócio. Contudo, o fator fundamental para compreender o panorama do setor na última década, em especial das grandes cooperativas agroindustriais, foi a conexão das cooperativas com o capital financeiro público (Padilha; Espíndola, 2020, p. 103).

Essa abertura e receptividade ao capital financeiro vem afetando o sistema cooperativista regional, visto que o que está ocorrendo não se trata de “uma abertura como nos países desenvolvidos que apresentam em seu sistema cooperativista, mas uma abertura de sua base gestora aos princípios de investidores externos” (Farias, 2015, p.

126), fator este que influencia e direciona diversas medidas a serem tomadas posteriormente.

Diante dessa conjuntura, entre 2023 e 2024 foi acompanhada a evolução da construção dessa nova planta industrial de empanados e cozidos da Aurora Coop em Chapecó. Um pouco antes da sua inauguração em fevereiro de 2024, foram realizados alguns registros fotográficos, dispostos nas figuras 10 e 11. Nestas figuras são apresentadas questões técnicas, faixa de boas-vindas, além de mostrar brevemente parte da área externa da nova unidade.

Figura 10 - Nova unidade Aurora Coop em Chapecó-SC



Fonte: Acervo da autora (2024). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Figura 11 - Vista da nova unidade da Aurora Coop em Chapecó-SC



Fonte: Acervo da autora (2024). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Esta nova unidade possui capacidade para produzir diariamente

[...] 176 toneladas de empanados, 88 toneladas de cozidos e 14,3 toneladas de desfiados, totalizando um volume de 278,3 toneladas/dia com operação em três turnos (22 horas trabalhadas). Com uma média de 25 dias trabalhados, a produção mensal atingirá 4.400 toneladas de empanados, 2.200 toneladas de cozidos e 357,5 toneladas de desfiados, totalizando 6.957,5 toneladas/mês. A nova indústria atingirá plena capacidade de produção em até sete anos. Os produtos serão destinados aos mercados interno e externo, com previsão de exportação para o Reino Unido, Emirados Árabes Unidos (EAU) e União Europeia (UE). O faturamento da nova indústria está projetado em R\$ 86,2 milhões/mês, o que incrementará a receita operacional bruta da Aurora Coop para 2024 em 4,2% (Estadão Conteúdo, 2024, n.p.).

Ademais, também foram realizados investimentos em outros países, como a abertura de um escritório comercial da Aurora Coop em Shanghai, na China, no primeiro semestre de 2025, buscando ampliar as vendas no mercado asiático, que possui um grande potencial como mercado consumidor das produções de carnes suínas e de aves no decorrer dos próximos anos (Pollon, 2025).

A China é hoje o principal destino das exportações da Aurora Coop. Com a nova base em Xangai, a empresa pretende qualificar o relacionamento com os importadores locais, adequar produtos às demandas específicas e, futuramente, expandir sua atuação para Hong Kong, Vietnã e outros países do Sudeste Asiático — região com maior representatividade nos volumes exportados pela cooperativa. [...] O mercado chinês é altamente competitivo, com forte presença de exportadores da União Europeia, especialmente Espanha, Alemanha e França, além dos Estados Unidos. No entanto, mudanças recentes nas políticas tarifárias norte-americanas podem abrir novas oportunidades para os exportadores brasileiros, o que favorece a estratégia da Aurora Coop (Pollon, 2025, n.p.).

Enquanto a Aurora Coop faz grandes investimentos em Chapecó, bem como na sua internacionalização, vemos um cenário diferente na MBRF, no qual não foram encontradas notícias recentes sobre novos investimentos em Chapecó, porém em 2020, foi anunciado um plano para os 10 anos seguintes em todo o Brasil e em outros países²⁴. De acordo com esse plano, a empresa busca a modernização das plantas industriais instaladas no Brasil, especialmente as de suínos e dando ênfase para a expansão no mercado externo, com destaque em produtos halal e produtos vegetais substitutos de carne (Martins, 2020).

Dentro deste plano de modernização, em 2021, foram anunciados R\$ 643 milhões investidos em plantas industriais da BRF em solo catarinense, como por meio de modernização de plantas já existentes em Concórdia e Capinzal e a construção de nova unidade de linguiças cozidas em Videira (Em... 2021). Em 2023, foram destinados valores para melhorias em fábrica de ração e para aumento do rendimento do frigorífico da BRF de Chapecó, porém não foram especificados os valores para cada unidade, apenas o valor total para melhorias em diversas unidades espalhadas pelo Brasil (Brasil Foods, 2023b).

Ademais, salientamos outro ponto importante, como o crescimento do poder territorial, sobre as formas de produção e sobre os agricultores familiares em toda a região de abrangência das agroindústrias e cooperativas de carne em Santa Catarina, bem como em estados vizinhos.

²⁴ Reportagem “BRF anuncia investimento de R\$ 55 bi em 10 anos” (Martins, 2020).

Dessa forma, quando se questionou o aumento do poder por parte das cooperativas e agroindústrias de carne em Chapecó e região ao membro do Sintraf, a visão deste foi de que houve um aumento significativo, conforme destacado a seguir.

Muito, aumentaram o poder dela e eu falo que não é poder, é domínio do mercado né, domínio de mercado, [...] o produtor independente [...] de carnes, é praticamente estaca zero hoje né porque o grande domínio, aí não tem comércio, não tem exportação, não tem comércio pro produto direto, isso o comércio tá... quem tá ditando o preço, ditando o mercado, inflacionando ou desflacionando o mercado são as grandes empresas, então o poder dela, o domínio é grande, enorme né (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

O mesmo ainda salienta que

[...] é ruim com, sem é pior, então esse é o debate que fica relativo com as agroindústrias, com é ruim ou sem nos dias de hoje é muito pior, então como a gente faz essa relação? como a gente cria mecanismos? e a gente enquanto representante de entidade que roda aqui os municípios também vê as dificuldades dessas empresas em acessar novos produtores, eles também vamos dizer assim, pelo histórico que vem nos últimos anos para acessar novos produtores tem que oferecer muitos incentivos, tem que concentrar né, vamos dizer assim a produção hoje você fala em quatro, cinco aviários por propriedade, você fala em cinco, seis chiqueirões, você fala em investimento na casa de 20, 30 milhões em algumas propriedades, 10 milhões em outras, então investimentos grandes. Por que que eles concentram a produção? Porque eles não estão conseguindo disseminar num número grande de produtores e por que que eles não estavam conseguindo disseminar? Daí é o que a gente já debateu aqui durante a conversa anterior (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

A fala do membro do Sintraf vai de acordo com os apontamentos indicados por diversos agricultores familiares entrevistados, especialmente aqueles que possuem intenção de parar as atividades produtivas relacionadas às empresas integradoras, bem como aos que recentemente encerraram definitivamente o processo de integração e produção para comercialização.

Os investimentos atualmente são altos e a remuneração não acompanha esse mesmo valor, logo, é compreensível que os agricultores familiares de Chapecó e região busquem alternativas para enfrentar essa situação, para garantir a qualidade de vida para a família e para a educação/formação dos jovens do campo como diversos entrevistados apontaram com orgulho este último item.

Os custos para construção de um novo aviário e implantação de maquinários mais avançados ficam acima de 1 milhão de reais (Maroni, 2019; Faesp, 2022). Na instalação de chiqueiros de porcos, os custos podem ser bem mais elevados dependendo da

tecnologia implementada, chegando facilmente aos valores indicados acima pelo entrevistado do sindicato, o que se torna insustentável para diversos produtores rurais. Atualmente com a diminuição do número de produtores em Chapecó e região, a produção está sendo concentrada em algumas propriedades com maior número de aviários, logo, os custos para a implantação destas novas estruturas são altos e nem todos os produtores conseguem acompanhar.

Ademais, outro exemplo dado pelo entrevistado do sindicato chama a atenção para uma situação inquietante movida pela força, poder, domínio e organização que estas grandes empresas possuem na região e que afetaram/afetam os agricultores familiares da região de estudo.

Vou destacar aqui o processo do início dos anos 2000 numa crise da suinocultura integrada de alguma...não vou citar aqui, uma empresa aqui regionalmente. Quando a gente foi procurado e tentou ajudar os agricultores nesse processo né, que é o nosso papel, fizemos algumas assembleias locais aqui nos municípios da região, uma presença enorme, acima de mais de 90% dos integrados de uma empresa e muito descontentes com o preço referente. A partir daí buscamos o embase jurídico também pra fazer o embargo judicial, a essa remuneração sendo paga, o qual a gente começou a ver a opressão para cima dos produtores né. Precisávamos criar um processo jurídico, uma ação coletiva no qual de 90 e poucos produtores associados somente cinco aceitaram fazer a ação coletiva. Porque se 15 dias antes estávamos com 100% praticamente dos agricultores? A opressão é muito grande né, tu tem um patrimônio ali grande, físico, a gente fala porque tu não consegue retirar do local e 99% dos casos com uma dívida muito grande, no qual a opressão tá aí, então tu fica ou tu fica, ou tu produz ou tu não trabalha e a gente entende também que não é só na cadeia de carne, na cadeia do leite também que é forte na região, é um grande comum entre as empresas ter esse debate, esse diálogo, então também elas se preservam entre elas. Então o problema dos agricultores é muito disso né, fazer pressão hoje, eles são pressionados também, então é difícil dizer, falar que temos força perante ao sistema. Eles falam que não é só contra a agroindústria, é ao sistema mercantil que é vivido no Brasil existente né, não que esteja errado, mas assim de algumas maneiras você acaba que não funciona (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

Com isso, podemos entender um pouco mais da forma como as agroindústrias conseguem pressionar e moldar o território para que estas possam atingir os seus interesses e objetivos. Ocorrendo conforme mencionado no relato do entrevistado do sindicato, no qual as agroindústrias se protegem entre si para que tenham mais força frente aos obstáculos e das reivindicações feitas pelos agricultores familiares integrados e outros trabalhadores envolvidos neste circuito.

Diante deste cenário, chega-se ao número de estabelecimentos agropecuários por tipologia e condição do produtor em relação às terras que faz uso e por tipo de animal criado em Chapecó no ano de 2017, conforme podemos ver na tabela 5.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) com efetivo da pecuária por tipologia, espécie da pecuária e condição do produtor em Chapecó em 2017

Condição do produtor em relação às terras	Total			Agricultura familiar		
	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Perus	Suínos	Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	Perus
Total	586	947	86	468	758	70
Proprietário(a)	463	753	80	367	601	66
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	84	131	-	76	114	-
Arrendatário(a)	14	15	2	10	10	2
Parceiro(a)	18	26	1	13	22	1
Comodatário(a)	3	7	2	1	4	-
Ocupante	4	15	1	1	7	1

Fonte: IBGE (2019f). Elaboração Fabiane Ripplinger (2024).

A produção familiar possuía grande participação no valor total de estabelecimentos agropecuários em Chapecó no ano de 2017, em relação a todas as espécies de animais. Possui destaque o número de estabelecimentos com a produção de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, seguido por suínos e por último por perus.

Apesar destes dados serem muito expressivos, durante os trabalhos de campo em 2024, a realidade encontrada foi muito diferente. Foram encontradas poucas propriedades com criação de porcos em funcionamento, algumas substituíram a espécie criada, passando, por exemplo, para a produção de perus, outros pararam de vez com a criação de animais. Por sua vez, a criação de perus, foi a mais encontrada em todo o município, apesar de ter um número de estabelecimentos em 2017 bem menor que as demais criações de animais.

Com relação à condição do produtor com as terras onde desenvolve a criação destes animais, a maioria destes é o proprietário, seguido por concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva, para além destes, também são encontrados arrendatários, parceiros, comodatários e ocupantes.

Tendo em vista os pontos expostos até o momento, verifica-se que para atender as demandas produtivas, aos insumos necessários, aos deslocamentos diários de trabalhadores e de mercadorias das empresas deste circuito produtivo, é necessário ter

boas condições logísticas. Apesar disso, o que se constata é uma infraestrutura local e regional ainda deficitária e em condições que não são totalmente adequadas. Logo, concebemos que estas condições trazem implicações para a organização regional e precisam ser superadas.

Como resultado de todos os processos supracitados, se entende que o território se torna cada vez mais vulnerável a partir da especialização produtiva e em consequência das atividades realizadas (Ripplinger; Scherma; Nascimento, 2020), bem como quanto mais especializada uma determinada região é, maior é o elo e a dependência da região em relação aos centros de decisão e as grandes cidades, que podem estar muito distantes fisicamente, mas conectadas pelas redes.

3.3 “Agro é pop?”: As feiras e eventos do “agro”

Parodiando o slogan de propagandas transmitidas pela rede globo de televisão desde 2016 que diz “agro é pop, agro é tech, agro é tudo” desenvolvemos aqui um panorama da inserção do agro na vida cotidiana do município de Chapecó e região oeste de Santa Catarina.

Chapecó por ser uma cidade média (IBGE, 2020), que possui grande importância regionalmente, atrai não somente pessoas em busca de uma vaga no mercado de trabalho ou de uma vida melhor, mas de mesmo modo abre espaço para feiras e outros eventos dos mais diversos setores ligados direta ou indiretamente com o circuito espacial produtivo da carne. A cidade também é conhecida como a capital catarinense do turismo de negócios (Oviedo, 2023) e isso posiciona a cidade em lugar de destaque no cenário catarinense e sul brasileiro.

Essa “vocação” para o turismo de negócios e para o “agro” carrega um discurso estruturado ao longo dos anos. Duarte (2023) destaca que as feiras e outros eventos do agronegócio vão muito além de uma mera exposição de produtos e maquinários para a manutenção e funcionamento do circuito produtivo, constituem-se também como oportunidade de ampliar e fortalecer os círculos de cooperação de um circuito produtivo, como o da carne no caso chapecoense. Assim,

Para além de promover a difusão de um ideário empresarial hegemônico entre os agentes econômicos do lugar, essa estratégia dos círculos de cooperação no espaço também se volta para a produção de um imaginário urbano e econômico para toda a cidade, região e território onde ela se realiza. Utiliza-se, para isso, uma ampla rede de meios de comunicação e de publicidade que envolve

inclusive canais noticiosos, de modo a não só divulgar a realização dessas feiras e congressos em si, mas fazer com que essas manifestações dos circuitos mais globalizados se façam mais “presentes” na vida cotidiana dos lugares (Duarte, 2023, p. 128).

A propagação de informações acerca destes eventos busca aproximar o setor produtivo de toda a sociedade e com isso, inserir os discursos hegemônicos do agronegócio. Santos (2012) e Duarte (2023), apontam que a competitividade pode ser compreendida como um dos discursos mais presentes na psicosfera corporativa difundida por meio da globalização.

A psicosfera composta por um grupo de valores, emoções, ideais e concepções atinge a cultura e a mente das pessoas, conduzindo as suas atitudes e os usos de objetos e sistemas técnicos que compõem o território. Nesse sentido, a competitividade transcende o ideário de uma simples competição entre os lugares, se mostra muito mais como uma qualidade e atributo que um lugar pode ter em relação aos demais e é produzido pelo próprio lugar ou sujeito envolvido (Duarte, 2023).

Pereira (2023) complementa essa ideia da psicosfera voltada para o uso corporativo do território por meio de discursos que os amparam.

Elaborada de modo estratégico, interesseiro e endereçado a projetos hegemônicos, é pela modernidade perversa da psicosfera que a constituição e o uso corporativos da esfera técnica do território podem ser realizados de modo facilitado, ancorados em narrativas e discursos legitimadores (Kahil, 1997, 2021), tal como parece ser o modo como o agronegócio atua no Brasil, revelando mecanismos ora evidentes, ora sutis, para o exercício do poder e manutenção de sua hegemonia no território (Pereira, 2023, p. 145).

Por meio dos discursos e das ideologias envolvidas, asseguram-se algumas condutas e posições de classes, bem como são modificadas as concepções de mundo. Tendo isso em vista, verifica-se que os eventos do agro são elementos que conseguem adentrar na ideia de psicosfera, ao passo que buscam a conservação do poder e da hegemonia territorial.

Bauermann (2020) aponta que as feiras e outros eventos do agronegócio ocorrem e se expandem conjuntamente com os circuitos produtivos ligados ao setor e as agroindústrias, cooperativas, instituições financeiras e outras empresas que compõem o agronegócio. Neste sentido,

[...] a concentração produtiva e de processamento agroindustrial, também são fatores importantes para o desenvolvimento das feiras no Sul. Tanto no cultivo de grãos, quanto na criação para pecuária e produção leiteira, ao menos uma

feira se encontra no centro do polo produtivo ou nas imediações. O mesmo ocorre com as unidades de processamento/agroindústrias” (Bauermann, 2020, p. 99-100).

Nesta perspectiva, são diversos os eventos que ocorrem em Chapecó relacionados ao “agro”. Entre estes podemos citar as feiras Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efapi), Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne (Mercoagro), Tec Agro, entre outras que ocorrem com maior regularidade.

A cidade foi ponto para outros eventos do agro, que se fizeram mais presentes na primeira década do século XXI²⁵, como, por exemplo, a Mercoláctea e a Expomercos (ambas voltadas à bovinocultura). Além destes eventos, ocorrem com frequência os campos demonstrativos de empresas como da Cooperalfa, que atraem inúmeros produtores rurais de diversas cidades da região, bem como outras pessoas interessadas no assunto, mas que não necessariamente sejam produtores rurais ou que trabalhem diretamente nesse setor.

Nos últimos anos se vem notando maior investimento em shows sertanejos voltados para o agronegócio – como o “Agro Chama”, atraindo assim não somente pessoas ligadas ao campo ou ao público mais jovem, mas buscando aproximar o urbano do rural e trazendo os seus discursos nas entrelinhas.

Nestas feiras e demais eventos, podemos observar o avanço na disseminação dos discursos do agronegócio. Assim como, possuem maior destaque implementos agrícolas e as tecnologias mais avançadas disponíveis no mercado, porém, ao levarmos em consideração a realidade das propriedades de Chapecó e região, será que essas ofertas estão de acordo com as necessidades e com a realidade de todos os produtores rurais, especialmente em uma região com tantos agricultores familiares em pequenas propriedades? Até que ponto vale a pena investir em maquinários grandes e muito tecnológicos quando se tem pouca área de terra para cultivar?

Isso nos faz levar em consideração quais os públicos mais atendidos e direcionados para o uso dessas tecnologias, como quando comparamos as propriedades do Oeste Catarinense com as do norte Mato-Grossense, podemos ver realidades, relevo e tamanhos de propriedades muito diferentes, logo, o contexto deve ser considerado na hora

²⁵ Estes eventos não possuíram novas edições nos últimos anos em Chapecó.

de implementar determinada tecnologia ou maquinário em um local para que se possa usufruir da melhor forma possível e atenda as demandas dos produtores locais.

Konzen (1986) destaca que no seu entendimento essas tecnologias de grande porte e custos não seriam as mais apropriadas para o contexto das pequenas propriedades encontradas em território catarinense. Logo,

Os modelos de mecanização existentes, [...] são desproporcionais à dimensão da área mecanizável da pequena propriedade e os insumos comerciais substituem formas orgânicas de fertilização e o controle convencional de ervas e insetos invasores. Estas tecnologias criam, além disso, elevados custos monetários e, pela forma como são utilizadas, alteram os solos e causam danos à ecologia e à conservação de recursos (Konzen, 1986, p. 56-57).

Vale lembrar, que desde o final da década de 80, quando Konzen destacou isto, muita coisa mudou, porém ainda são encontrados alguns entraves, como os altos investimentos a serem realizados pelos agricultores familiares que buscam modernizar e agilizar os processos dentro da sua propriedade.

Seguindo esta linha de raciocínio, na figura 12, o então Secretário de Agricultura Ricardo Lunardi destaca a importância que a Expomercos teve para atualizar os produtores rurais por meio de palestras que ocorreram durante o evento, bem como para estes conhecerem novas máquinas e equipamentos. Ademais, um aporte de 8 milhões de reais foi disponibilizado para os negócios que fossem realizados durante o evento, sendo estes recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) vinculados ao Banco do Brasil e ao Governo do Estado de Santa Catarina (Expomercos... 2006, p. 5).

Figura 12 - Negócios na Expomercos de 2006

DIÁRIO DA MANHÃ | **RURAL** | QUINTA E SEXTA-FEIRA, 12 E 13 DE OUTUBRO DE 2006 | 5

Expomercos tem R\$ 8 milhões para negócios

Pelo menos R\$ 8 milhões estão à disposição de produtores na Expomercos-2006 (Exposição-feira de grandes oportunidades) que prossegue até domingo no Parque da EFAPI. São recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) do Governo do Estado e do Banco do Brasil, destinados para negócios dentro da Expomercos, para compra de animais, máquinas e equipamentos em exposição.

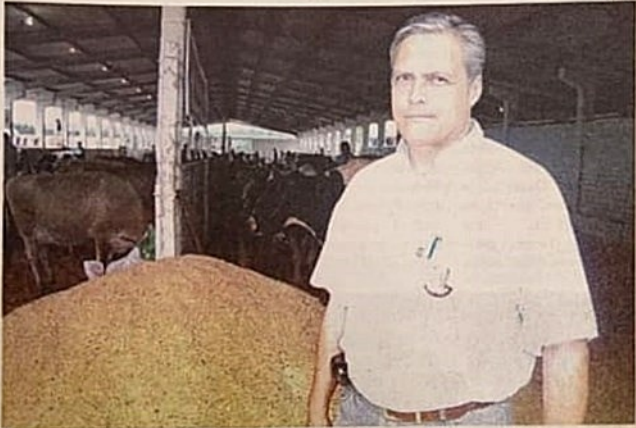
Através do FDR são R\$ 5 milhões e do Banco do Brasil outros R\$ 3 milhões, informa o Secretário de Agricultura Ricardo Lunardi. O prazo de pagamento é de um ano com cinco de carência e juro de zero a 3%. Esses recursos podem ser acessados nesta sexta-feira (13) junto a Secretaria de Agricultura ou ainda no sábado e domingo durante a Feira na EFAPI, onde a pasta manterá um escritório para negócios.

A Expomercos é promovida pela Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Chapecó junto com o Núcleo de Criadores de Bovinos. São 1.100 animais inscritos na quinta Expomercos, 400 animais na exposição e outros 700 destinados para leilão. Nesta sexta-feira às 9h ocorre julgamento de animais jovens da raça Jersey e às 14h da holandesa. No sábado às 9h julgamento de animais em lactação da raça Jersey e as 14h30 da raça holandesa.

Para Ricardo Lunardi, esse tipo de exposição, com a presença de animais e palestras técnicas é importante para atualizar o produtor. Alerta ser necessário saber fazer o uso adequado do acasalamento genético e conhecer a morfologia ideal dos animais.

O fim é ganhar em longevidade e produtividade dos animais.

No fim de semana as atrações vão além dos animais. Domingo ao meio-dia tem a Festa do Churrasco (Costelão) promovido pelo CTG Vaqueanos do Oeste, junto com apresentações folclóricas no pavilhão 1(um). Sábado e domingo também ocorrem competições equestres.



Lunardi diz que o evento é importante para atualizar o produtor

Fonte: Expomercos [...] (2006).

Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

Outros eventos também voltados para a produção de carnes tiveram passagem por Chapecó, como é o caso da AveBrasil 2000, conforme figura 13. Este evento contou com diversas palestras sobre os cenários e tendências, marketing, segurança alimentar, qualidade da produção de frangos e ovos, entre outros. Para dar ênfase ao evento, diversas lideranças do setor avícola, políticos, empresários e outras pessoas influentes estiveram presentes e chamaram a atenção dos participantes.

Figura 13 - Evento de avicultura e exportação de frangos



Fonte: AveBrazil... (2000).

Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

Os campos demonstrativos Alfa (CDA) realizados pela Cooperalfa, trazem as inovações para a produção de animais e de grãos, palestras, estandes de empresas diversas, assim como acontece nas grandes feiras do agro. Porém, observa-se que este evento tem alcançado mais a realidade das famílias do campo, especialmente dos agricultores familiares da região, tendo em vista a troca de experiências de forma mais aproximada e uma tentativa de atrair os jovens para que estes permaneçam no campo.

Este evento em sua última edição (2021/2022) trouxe uma versão descentralizada, passando a ocorrer em cidades diversas (CDA regional dividido em 8 encontros) em propriedades de produtores rurais associados, sendo que anteriormente acontecia somente em dois municípios da região Oeste de Santa Catarina, Chapecó e Bela Vista do Toldo nas instalações da Cooperalfa (Cooperalfa, 2022).

Para a cooperativa em questão, esse novo formato é visto como uma forma de se aproximar mais dos produtores rurais, visto que a sua oferta se dá em propriedades rurais de alguns associados (Cooperalfa, 2022), porém, vale ressaltar que grandes empresas do agro se fazem presentes neste evento também por meio de estandes.

Diante de situações como esta, Bauermann (2020) levando em consideração não somente a realidade chapecoense, mas a de todo o Sul do Brasil, destaca que foram criadas diversas feiras ligadas ao agronegócio ao final do século XX, enquanto nas demais regiões do Brasil grande parte das feiras agropecuárias que se destacam foram criadas depois dos anos 2000. Isso ocorre devido ao processo de financeirização da agricultura, da expansão da fronteira agrícola e do avanço do agronegócio.

Ademais, entende-se que estas feiras são organizadas majoritariamente por “cooperativas (agropecuárias e de crédito), sociedades rurais, organizações comerciais, e governos e órgãos estaduais e municipais” (Bauermann, 2020, p. 99), logo, os discursos presentes nesses eventos, são moldados de acordo com o interesse dos organizadores e de empresários.

Em sua dissertação, Bauermann (2020) nos traz um panorama acerca da importância de expor produtos e serviços nestes eventos. Entre os apontamentos dos seus entrevistados na Mercoagro em Chapecó, foram destacadas

[...] a projeção internacional propiciada pelo evento, a elevada capacidade comercial, a atualização, divulgação e pré-vendas de produtos, o desenvolvimento de contatos e, principalmente, a potencialidade da feira em mostrar aquilo que a internet não permite, o “ao vivo” para o cliente, possibilitando maior confiabilidade (Bauermann, 2020, p. 127).

Outro ponto que chama a atenção, é a preferência por empresas nacionais, especialmente entre os clientes/empresas de menor porte. Isso ocorre, tendo em vista a maior facilidade de encontrar assistência técnica especializada, bem como o acesso a algumas linhas de crédito serem especialmente voltadas para máquinas produzidas nacionalmente. Outra alternativa encontrada pelas empresas para alavancarem as suas vendas está na disponibilização de maquinários a pronta entrega, fazerem promoções, lançarem novos produtos, realizarem sorteios, entre outros meios (Bauermann, 2020).

Com relação ao público, algumas feiras são direcionadas a públicos específicos com um poder aquisitivo mais alto, como representantes de empresas ligadas as agroindústrias de abate e processamento de carnes, com maquinários com alto valor e bem especializado para as necessidades desse setor (Bauermann, 2020), enquanto outras abrangem produtores rurais dos mais diversos poderes aquisitivos.

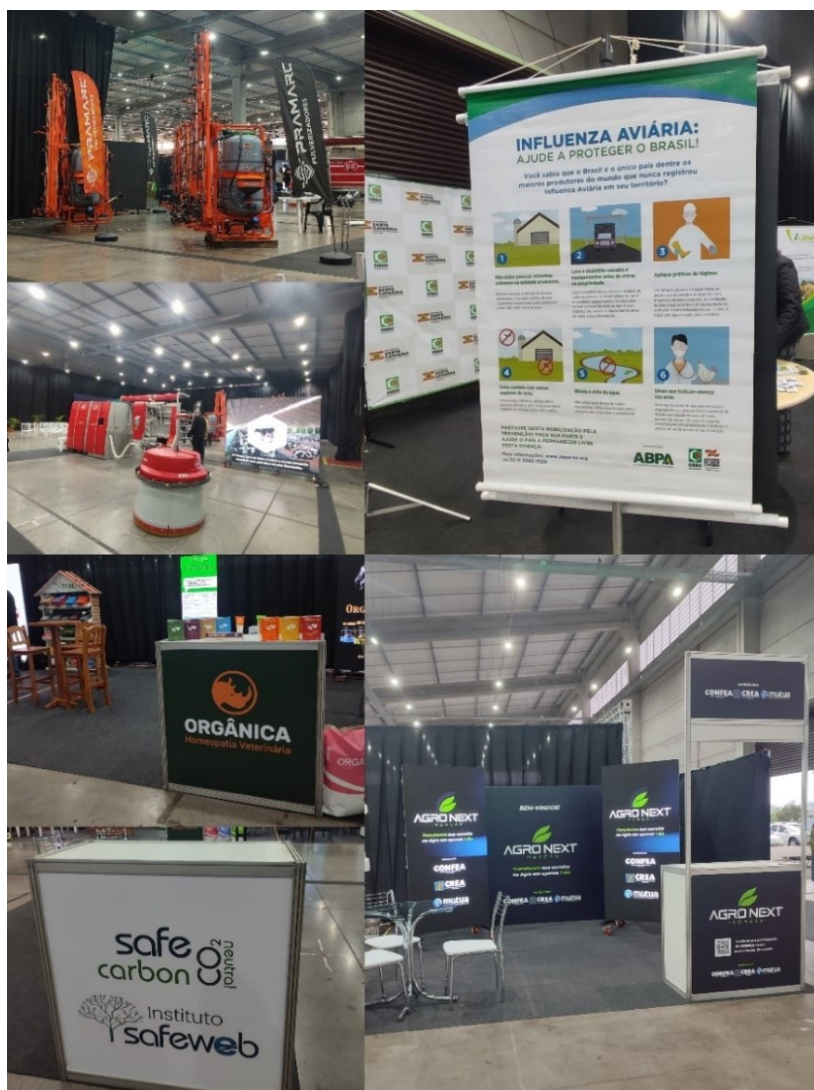
Diante disso, analisamos algumas feiras e eventos do agro e multissetoriais que ocorreram ou estavam previstas para ocorrer no ano de 2025 em Chapecó. A primeira delas é a Tec Agro, ocorrida em Chapecó no mês de junho e gratuita, pode ser destacada

como um exemplo de evento mais direcionado a públicos com maior aporte financeiro, bem como a estudantes de agronomia, com palestras diversas, depoimentos e conversas, a partir de “cases de sucesso” – como o próprio evento denomina, para enfatizar problemas encontrados nas propriedades e as formas como foram solucionadas.

Entre os temas abordados nestes espaços estão a sucessão familiar, inovação no campo, inteligência artificial, programas, cursos e ações promovidas por instituições como a Epagri e Cidasc, o papel do direito na organização das propriedades (holdings, usufruto, testamento, inventário, doação), os desafios e as oportunidades do novo rural, as mulheres no campo e em cargos de liderança dentro e fora das propriedades, regularização ambiental, as habilidades necessárias para gerir uma “empresa rural”, manejo do solo e agricultura conservacionista, entre outros tópicos.

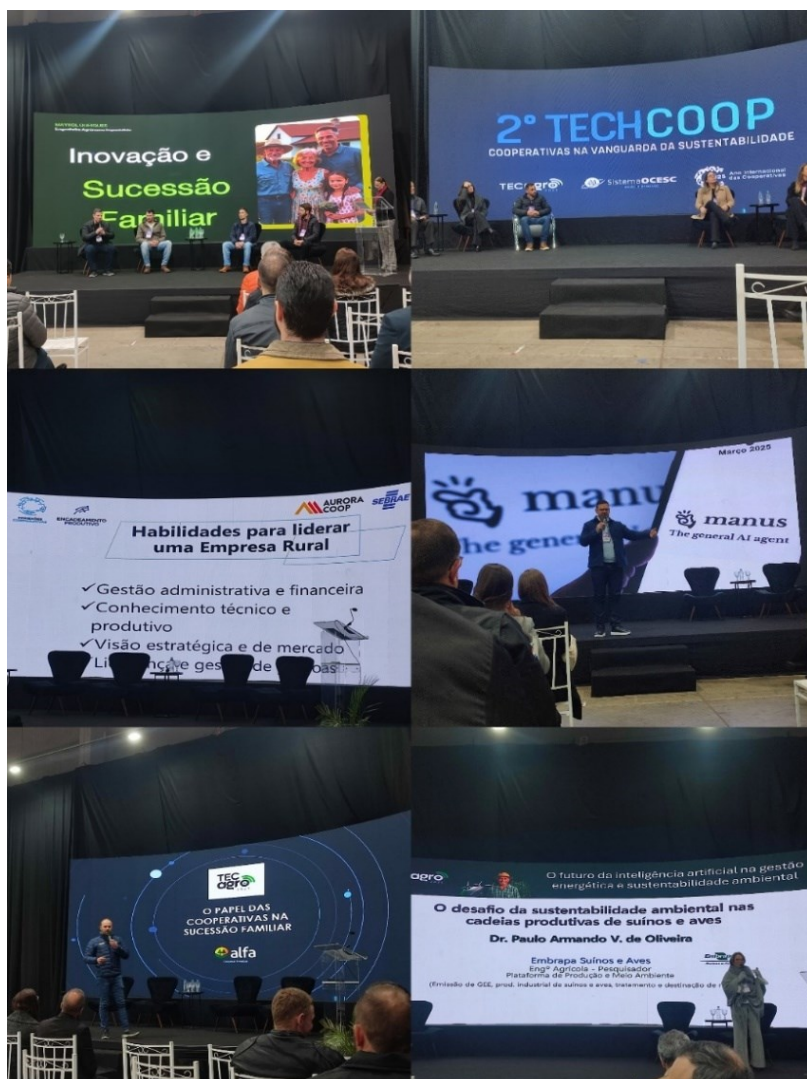
Nas figuras 14 e 15 estão dispostos alguns registros da Tec Agro 2025, dentre eles as exposições de máquinas, insumos, orientações técnicas e fotos de algumas das palestras acompanhadas.

Figura 14 - Mosaico de estandes e máquinas expostas na Tec Agro 2025



Fonte: Acervo da autora (2025).

Figura 15 - Mosaico de palestras da Tec Agro 2025



Fonte: Acervo da autora (2025).

Entre os pontos que mais chamaram a atenção durante a Tec Agro foram o uso dos termos “empresa rural” e “empresário rural” ao se referirem a propriedades e aos agricultores familiares da região. Além de um dos palestrantes até mesmo a pedir desculpa por ter utilizado “pequeno agricultor familiar” em sua fala.

Esses termos vão muito além de serem apenas formas atualizadas de se nomear determinada classe de trabalhadores e de suas propriedades, mas carregam em si um discurso bem definido para moldar o pensamento dos produtores rurais quanto a sua realidade, sua inserção no mercado e o potencial das propriedades de responder aos investimentos e inovações propostos por grandes empresas e instituições.

Em agosto de 2025 ocorreram conjuntamente o 17º Simpósio Brasil Sul de Suinocultura e o 16ª Brasil Sul Pig Fair na cidade de Chapecó, com preços que variaram

entre 400 reais para estudantes no primeiro lote até 720 reais para profissionais no segundo lote ou para quem preferisse participar somente do 16ª Brasil Sul Pig Fair contava com inscrição no valor de 100 reais (Mendes, 2025). Este evento é mais voltado para o público acadêmico e para profissionais da área, possuindo dessa forma, uma proposta um pouco diferente dos demais eventos e feiras do agronegócio que ocorrem na cidade.

Estes eventos são organizados pelo Núcleo Oeste de Médicos Veterinários e Zootecnistas (Nucleovet) com diversos patrocinadores como Cargill, Ourofino, Corti Avioeste, Archer Daniels Midland Company (ADM), Agrocere, BASF Amlan International, Boehringer Ingelheim, Suiaves, Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), Axiom Genetics e outras empresas divididas por classes de patrocínio como diamante, esmeralda e um grupo geral (Nucleovet, 2025a).

Conta também com entidades apoiadoras como a Prefeitura de Chapecó, Embrapa, Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina e outros, tal qual possui apoio de mídias parceiras como o jornal “O presente rural”, SuiSite, Feed&Food xclusive e outros (Nucleovet, 2025a).

Este evento trouxe diversas palestras acerca de bem-estar animal, uso consciente de recursos, gestão de pessoas, hiperprolificidade, questões de saúde em suínos e impactos e riscos de pestes suínas. Houve também lançamento de cartilha de bem-estar animal da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), apresentações de trabalhos no simpósio e alguns eventos paralelos (Nucleovet, 2025c).

O foco do evento é a inovação e a troca de conhecimento e conforme a propaganda disposta em seu site, salienta que “conta com empresas do Brasil e América Latina, além da Granja do Futuro, com os principais lançamentos e tecnologias para produtores, cadeia produtiva e empresas. É mais conhecimento, networking e experiências” (Nucleovet, 2025b, n.p.).

Outro grande evento do agronegócio em Chapecó é a Mercoagro, que inicialmente ocorreria em setembro de 2025, porém esta foi transferida para março de 2026, por conta de reformas no parque de exposições²⁶ onde este evento ocorreria (Orsolon, 2025), porém é possível entender um pouco mais deste evento por meio das edições anteriores.

²⁶ Parque de Exposições Dr. Valmor Ernesto Lunardi, localizado no bairro Efapi em Chapecó. Até 2023 era nomeado de Parque de Exposições Tancredo Neves.

A Mercoagro - Feira Internacional de Negócios, Processamento e Industrialização da Carne é uma das maiores feiras presentes em Chapecó. Este evento teve início em 1996 e se organiza para a sua 14ª edição em 2026.

A Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC) é a organizadora do evento, contando também com parcerias do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Prefeitura de Chapecó, Nucleovet, Chapecó Convention & Visitors Bureau (CVB) e Pollen Parque Científico e Tecnológico (Mercoagro, 2025a). Conta também com o patrocínio de empresas como a Aurora Coop, Sicoob e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (Mercoagro, 2025b).

Neste evento se fazem presentes empresas ligadas a sistemas de refrigeração, congelamento, transporte, armazenagem, consultorias especializadas e de engenharia, embalagens, aditivos, tripas, sistemas de automação/robotização industrial, carne mecanicamente separada, entre outras (Mercoagro, 2023).

Entre as edições, de acordo com o exposto no site do evento, palestras e publicações digitais conectam a organização, os expositores e os consumidores, especialmente com o “Mercoagro Talks” e “Mercoagro Podcast” ambos disponíveis no perfil do evento no YouTube (Mercoagro, 2025b).

Além disso, pré-evento e encontros foram organizados para preparar e conectar os expositores, profissionais do setor, discentes e docentes da área, como o Warm-Up Mercoagro 2024, ocorrido em novembro de 2024 e discutiu principalmente sobre marketing, finanças, propriedade intelectual, inovação e vendas (Mercoagro, 2024). Na última edição, em 2023, também foi realizado um hackathon unindo estudantes, professores, profissionais e empresas para contribuírem na solução de problemas e obstáculos enfrentados na produção e industrialização de carnes (Luz, [ca.2023]).

A Mercoagro, de acordo com Bauermann (2020) apresenta um menor número de expositores e de público geral, porém isso não afeta diretamente nos valores das negociações realizadas, visto que se esta feira possui um público mais seletivo, voltado principalmente para empresas e mais focado na aquisição de máquinas e tecnologias. Além disso, a redução no número de expositores ao longo das edições se deve por conta da centralização em algumas marcas específicas e no mercado estar cada vez mais especializado.

No mês de outubro de 2025 ocorreu a maior feira multisetorial de Chapecó, a feira Efapi - Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Chapecó, que em

sua 22ª edição ganha um novo nome, “Efapi do Brasil” para atrair não somente pessoas da região, mas de todo o país (Prefeitura de Chapecó, 2025b).

Entre os 625 expositores estão diversas cooperativas e empresas, especialmente ligadas aos setores de crédito (Sicoob, Sicredi, Cresol, Caixa Econômica Federal, Banco Safra), carnes e grãos (Aurora Coop, Grupo Bugio, Cooperalfa) e de saúde (Unimed), além de contar com mídias digitais locais e regionais como a rádio Oeste Capital, Atlântida, Condá, Jovem Pan FM e Clube FM, o jornal Diário do Iguaçu e ClicRDC, canais e programas de televisão de alcance estadual e nacional como o “globo rural”, ND TV (Record), NSC TV (Prefeitura de Chapecó, 2025b; Efapi do Brasil, 2025; “Investimos... 2025).

Algumas universidades e faculdades se fizeram presentes, além de lojas de automóveis, empresas do setor imobiliário e de construção, empresas alimentícias e atacadistas, empresas do setor metal mecânico, artigos de beleza, máquinas e insumos agrícolas, veículos em geral, entre outros. Os governos federal e municipal também constam como expositores (Efapi do Brasil, 2025).

O evento também contou com shows nacionais e locais, provas de hipismo, exposição de animais, feira de artesanatos, feira de adoção de animais, museu da colonização (Casa Bertaso), torneio leiteiro, rodeio, apresentações culturais voltadas para crianças, parque de diversão, entre outros (Efapi do Brasil, 2025).

Na figura 16, vemos a estrutura que estava disponível para a realização da primeira edição da Feira Efapi em 1967. No total eram apenas quatro pavilhões à disposição (Memória... 2001).

Figura 16 - Estrutura disponível para a 1ª Feira Efapi



Fonte da figura: Memória... (2001). Fonte da fotografia: Zolet Fotografias.

Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

Desde a primeira edição, muita coisa mudou. A feira teve início como forma de comemorar o aniversário de 50 anos de Chapecó e de acordo com Corrêa (2025a, n.p.), “hoje é uma vitrine de negócios, tecnologia, cultura e inovação que movimenta toda a economia regional”.

Diversos momentos foram marcantes na história dessa feira e Corrêa (2025a) destaca alguns deles, como a década de 1980, no qual foi dado espaço para a agricultura familiar e o início das transmissões de rádio e tv direto da feira. Na década de 1990, houve maior foco em tecnologias e no fechamento de contratos. Nos anos 2000 o foco foi alcançar novos mercados e países, especialmente os do Mercosul, além de dar destaque a agroindústria familiar, aumentar os investimentos em segurança, infraestrutura elétrica, inovação e espaços voltados para jovens e em 2017, teve seu maior público registrado, além de ser marcante em volume de negócios.

A feira Efapi cresceu, tomou novos rumos e continua sendo realizada no mesmo local desde o início, porém ampliou-se o número de pavilhões e demais infraestruturas do parque, chegando a 45 mil m² de área para exposição e 222 mil m² de área do parque de exposições (Prefeitura de Chapecó, 2025a). Diante disso, podemos ver alguns registros da edição atual desta feira.

Figura 17 - Registros de alguns estandes da 22ª Feira Efapi



Fonte: Acervo da autora (2025).

Corrêa (2025a, n.p.) destaca que este evento “é estratégico para os setores que sustentam a economia chapecoense, da agroindústria à tecnologia”. Neste mesmo sentido, o presidente da comissão organizadora da 22ª edição, Felipe Balzan, aponta que

Trazer para Chapecó expositores de nível nacional significa colocar a cidade no centro do mapa econômico do Brasil. É atrair investimentos, gerar conexões estratégicas e dar visibilidade às empresas e talentos locais. Mostramos que Chapecó tem força produtiva e capacidade para negócios em grande escala (“Investimos... 2025, n.p.).

A partir dessas falas, do que foi observado na feira nesta edição e nas edições anteriores, percebe-se uma mudança no público-alvo da feira, que nas primeiras edições era dedicado à população local, com expositores locais e regionais, enquanto na edição atual, podemos ver um novo cenário. Sendo esta edição voltada para o público nacional com expositores de diversas regiões do Brasil, chamando atenção também de empresários de outros países. A estimativa de público inicialmente para a edição atual era de 500 mil pessoas passando pelo parque ao longo dos 10 dias de feira, porém foram registradas apenas 441,6 mil pessoas (Bueno, 2025).

O fechamento de negócios ainda é o foco da feira e é perceptível o crescimento destes com o passar das edições. Em edições anteriores, como na de 20ª edição em 2017 foram R\$ 152 milhões em negócios fechados ou prospectados (Efapi...2017), enquanto na edição atual foram 336 milhões de reais em negociações concluídas durante a feira e mais 629 milhões de reais em negócios prospectados, superando assim, a expectativa inicial de 800 milhões de reais em negociações realizadas devido à feira (entre negócios fechados e prospectados) (Bueno, 2025).

Entre os setores que mais se destacaram, o setor imobiliário teve o maior valor em vendas realizadas, alcançando mais de R\$ 252 milhões em negócios fechados durante o evento e com prospecção de mais de R\$ 450 milhões e na sequência, o segundo setor com mais vendas foi o automotivo e em terceiro lugar o setor de máquinas e equipamentos (Corrêa, 2025b).

Atualmente, a feira não está mais focada somente no agronegócio e na indústria. A diversificação nas atrações demonstra também alterações relacionadas ao público, buscando captar a atenção da população por meio da cultura, shows, gastronomia, inovação e tecnologias. Assim como, identifica-se que este público atendido atualmente é mais exigente em relação a qualidade do que está sendo exposto, das atrações e dos serviços, além de buscarem conforto e modernidade nas infraestruturas e as novidades do mercado à disposição dos consumidores.

Essa percepção está relacionada também ao fato da edição atual ter acrescido ao nome o slogan “do Brasil”. Com o simbolismo no nome voltado para o Brasil como um

todo, demonstra o interesse de atrair novos públicos, empresas e oportunidades de negócios para o município, além de buscar maior visibilidade para Chapecó no mercado nacional e até mesmo internacional.

Ainda no mês de outubro de 2025, ocorreu outro evento importante do agronegócio em Chapecó, o 14º Simpósio Brasil Sul de Bovinocultura de leite, conjuntamente com o 9º Brasil Sul Milk Fair, além de dois eventos menores, o 4º Fórum Brasil Sul de Bovinocultura de Corte e o 2º Simpósio Catarinense de Pecuária de Leite à base de pasto, promovidos pelo Núcleo Oeste de Médicos Veterinários e Zootecnistas (Nucleovet) e pela Epagri. Este evento contou com patrocinadores como Avioeste, Cargill, Tortuga by DSM Firmenich, NHU/Chr. Olesen, Aurora Coop, Laza Science For Life, A9 Educação Corporativa, Vertà Laboratórios, Semex Brasil, Rehagro, entre outros distribuídos por classes de patrocínio (Nucleovet, 2025f).

Entre apoiadores estão a Prefeitura de Chapecó, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), ABPA, Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (SAPE SC) e outros. Entre as mídias parceiras estão o jornal “O presente rural”, Mais Rúmen Podcast, as revistas NutriNews Brasil, Leite Integral e Feed&Food xclusive (Nucleovet, 2025f).

As inscrições para estes eventos são pagas, com valores que variam conforme o interesse em participar de todo o evento ou de parte dele – entre 50 a 590 reais de acordo com o lote, a modalidade e interesse de participação (Nucleovet, 2025e). Um fato que chama a atenção, é que a inscrição somente é realizada por meio de convite e código a ser inserido ao iniciar o processo de inscrição, fator este que limita a participação do público em geral e direciona somente a um público exclusivo.

De acordo com a programação deste evento, entre os principais tópicos abordados nas palestras estão o bem-estar animal, o mercado de lácteos, doenças nos bovinos, produtividade, sustentabilidade (Nucleovet, 2025g). Na página do evento estão expressas mais algumas ideias que fundamentam os discursos propostos no evento. No seguinte trecho podemos ver um pouco disso.

A cadeia produtiva do leite é essencial para a segurança alimentar de qualquer país. Também é muito sensível em razão de fatores climáticos e mercadológicos - o que exige políticas públicas de apoio e proteção. O futuro da pecuária leiteira é seguir o caminho da avicultura e da suinocultura catarinense: conquistar o mercado internacional. Tornar o Brasil um exportador de produtos lácteos deve ser uma meta permanente. Para isso, devem ser adotadas medidas que estimulem o consumo interno e oportunizem as vendas externas (Nucleovet, 2025d, n.p.).

Para atingir os objetivos propostos pela organização, observa-se um diferencial deste evento em relação ao Simpósio de Suinocultura que foi promovido pela mesma instituição e dos demais eventos, no qual este possui mais patrocinadores voltados para a educação corporativa e para o agronegócio e isso reflete nos ideais que balizam o evento e nas ideias apresentadas nestes momentos de exposição.

Portanto, diante do exposto, é evidente a força do agronegócio na região e na constante manutenção do seu poder sobre o território por meios diversos para que atinjam os seus interesses. Os eventos acadêmicos, feiras, campos demonstrativos, workshops, entre outros espaços de exposição de ideias, inovação e tecnologias são ambientes favoráveis para o setor transmitir discursos e dar continuidade às suas convicções atingindo um grande público.

3.4 “O agro é tech?”: Os meios de comunicação e os discursos propagados

É notável o papel da mídia na formação de opiniões por meio do uso de discursos, como disposto por Milton Santos (2012) ao relacionar a perversidade sistêmica com a “morte da política” e aos discursos propagados pelas mídias. Isto pode ser entendido como “[...] o processo de conformação da opinião pelas mídias, um dado importante no movimento de alienação trazido com a substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado” (Santos, 2012, p. 60).

A influência dos meios de comunicação na formação de opinião da sociedade, especialmente na atualidade atinge patamares que eram inimagináveis a até algumas décadas atrás, visto a facilidade de acesso a informações de forma muito rápida e direcionada a determinados públicos. Milton Santos (2006) aponta que

O mundo de hoje é o cenário do chamado "tempo -real", em que a informação se pode transmitir instantaneamente, permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as ações indicadas se dêem, atribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que as controlam (Santos, 2006, p. 149).

Logo, as mídias podem ser uma excelente ferramenta utilizada por grupos hegemônicos para a dispersão dos seus discursos. Neste sentido, Moraes (2010) se embasando em Gramsci salienta que

As formas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva (Moraes, 2010, p. 55).

Logo, será necessário manter apoios para que a sua influência ideológica se consolide (Moraes, 2010). Entende-se que os veículos de comunicação possuem a capacidade de estabelecer o delineamento ideológico, “elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses” (Moraes, 2010, p. 61). Bem como, “do ponto de vista das corporações midiáticas, trata-se de regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção” (Moraes, 2010, p. 67) e acabam por convencer que somente é importante o que é reportado pelos veículos de comunicação.

Moraes (2010) destaca novamente, se baseando em Gramsci, que “os jornais são organismos político-financeiros e não se propõem divulgar as belas-letras *em suas colunas*, a não ser que estas belas-letras aumentem a receita” (Gramsci, 2002b, p. 40, grifos do autor *apud* Moraes, 2010, p. 66).

Pereira (2023) complementa este pensamento ao indicar que por meio de patrocínios e recursos investidos por grandes empresas do agronegócio, verifica-se um aumento significativo de campanhas apoiando o agronegócio brasileiro por meio de discursos que atendam aos seus interesses tanto em programas de televisão, rádio e mídias digitais que alcançam um grande público.

Entre algumas das campanhas apontadas por Pereira (2023) estão “Somos Agro” da Rede Bandeirantes e “Agro – A indústria-riqueza do Brasil” reproduzida em canais da Rede Globo – que inclui a propaganda “agro é tech, agro é pop, agro é tudo” (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021). Tratando mais especificamente da realidade catarinense, pode ser destacado a série “Riquezas da terra” que integra o projeto “Riquezas de SC” da NSC TV (afiliada da Rede Globo), campanha “Ééééééé campeão” do governo do Estado de Santa Catarina veiculada em diversas mídias digitais e impressas, entre outras campanhas, séries e propagandas veiculadas para apoiar e exaltar o agronegócio catarinense.

Comerciais de televisão para promover programas do governo estadual catarinense como o programa Juro Zero Agricultura e Piscicultura promovido em 2011, buscam demonstrar a força do agro e ainda destacam por meio da frase “quem planta

investimento colhe competitividade” (Governo... 2011), que pode ser vinculada ao tópico anterior ao tratar da psicosfera.

Ademais, os discursos propagados por meio de campanhas publicitárias, séries, reportagens ou eventos instigam mudanças na “cartografia do mundo coletivo” (Moraes, 2010, p. 67), conforme indicam perspectivas acerca da realidade, aceitas por diversos grupos. Diante disso, é crucial para a classe dominante que os conteúdos transmitidos sejam capazes de unir e de estruturar a opinião pública em volta de determinados princípios e valores (Moraes, 2010).

Entre os discursos propagados, estas empresas buscam se apresentar como “salvadoras dos lugares” como apontado por Santos (2012). Assim como

[...] são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado (Santos, 2012, p. 68).

Diante disso, partimos para uma análise mais detalhada dos discursos propagados em Chapecó e região, por meio da avaliação de meios de comunicação, especialmente aqueles ligados diretamente às agroindústrias do setor de carne e grãos, como os canais de informações das próprias empresas, bem como aqueles que atuam e possuem ligação indireta, como jornais impressos/online e programas de rádio locais, regionais, estaduais, entre outros.

Começamos pela Aurora Coop, no qual possui em seu site uma página com notícias voltadas ao público em geral, além de contar com perfis nas redes sociais/mídias digitais como Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube, página de assessoria de imprensa voltada para veículos de comunicações/jornalistas (Aurora Coop, s.d.).

Ademais, os produtores rurais integrados possuem um aplicativo para conferência de informações, valores a serem recebidos e lançamento de dados de cada lote produzido. Através dessas atividades e meios de comunicação utilizados, a Aurora Coop conta com outras cooperativas que a compõe para divulgar informações, como no caso de Chapecó é a Cooperalfa que faz majoritariamente essa divulgação, propagando as informações da Aurora Coop, em um processo de “coexistência colaborativa” (Cooperalfa, 2024a).

Neste sentido, a Cooperalfa possui a Alfa TV com vídeos diversos como em relação ao clima, a feiras do agro, discussões sobre logística, homenagens e outros, além

de contar com revista, informativos transmitidos em rádios locais e site institucional e diferenciados por regiões, conta com 30 emissoras de rádio parceiras na divulgação de informações, possui o podcast “Argumento Alfa”, página de entrevistas (gravações de áudio), galeria de fotos dos eventos e uma página com as “últimas notícias”. A mesma possui perfil em redes sociais/mídias digitais como Facebook, Instagram, YouTube e LinkedIn e um centro de memória (Cooperalfa, 2024b).

O trabalho realizado pela Cooperalfa também é destacado em outros jornais, como podemos ver um exemplo a seguir, onde o título nos chama a atenção, “Cooperativismo lucratividade garantida”, mas até que ponto isso realmente ocorre? Quais as garantias dadas pelas cooperativas?

Nesta matéria, é apontado por um dos entrevistados que a Cooperalfa teve um papel importante na fixação de preços de algumas produções, como na de feijão, bem como fez o papel de mediação para que os produtores rurais conseguissem melhores preços tanto no momento de compra de insumos como na venda da produção. Os campos demonstrativos, cursos e demais atividades de suporte técnico também foram destacados, além do descontentamento com as ações do governo para com a agricultura familiar catarinense (Cooperativismo... 2012).

As garantias não foram dispostas na matéria, sendo apontados somente iniciativas que contribuíram para a melhoria das condições no campo, mas isso não quer dizer que seja assegurado lucratividade aos produtores rurais em todo o período produtivo das mais diversas produções que este possa ter em sua propriedade.

Seguindo nas análises das empresas, a MBRF possui meios de comunicação, porém não tão aproximados dos integrados de Chapecó e região como os disponibilizados pela Cooperalfa e Aurora Coop. Sendo encontrado em seu site institucional os meios de comunicação em redes sociais/mídias digitais como Facebook, YouTube, LinkedIn, Twitter (atual X), além de disponibilizar banco de imagens, atendimento e cadastro de jornalistas voltado especialmente à imprensa e notícias diversas para o público em geral, bem como possui o “Portal BRF” que dá acesso a páginas voltadas para fornecedores, integrados (incluindo aplicativo exclusivo para controle de cada lote), além de falar sobre ingredientes, instituto BRF, HUB BRF, Central BRF e BRF Pet (Brasil Foods, 2023d).

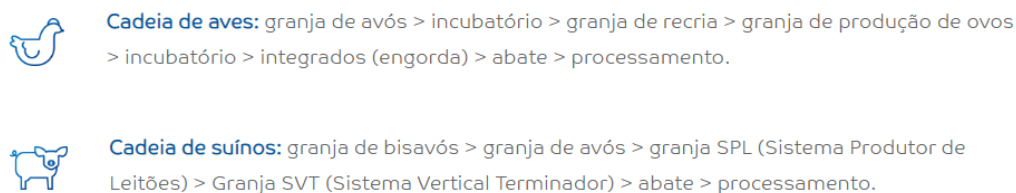
No site da MBRF, são destacadas algumas de suas práticas, como no manejo com as aves e no cumprimento de normas, legislações e seguindo os padrões decorrentes de questões religiosas, como ocorre no abate Halal. A empresa destaca que “as aves possuem

espaço para se movimentar livremente, com possibilidade de exercer o comportamento natural, tais como ciscar, espojar e bater de asas” (Brasil Foods, 2023c, n.p.).

Ainda, são evidenciados os cuidados para maior conforto como por meio das camas de aviários, manejo de luz e equipamentos para conforto térmico e recentemente a partir de testes exitosos, de 2023 em diante, a empresa aponta que está em processo de parar com a debicagem de peruas (matrizes), além de salientar que todas as propriedades integradas possuem estoques mínimos de ração e água e planos emergenciais” (Brasil Foods, 2023c).

Um destaque complementar dado pela empresa é relacionado a estrutura de integração vertical, no qual aponta que “todos os pontos da cadeia são de controle e responsabilidade da BRF” (Brasil Foods, 2023a, n.p.). Na figura 18 são destacadas as partes constituintes dessa estrutura.

Figura 18 - Estrutura de integração total/vertical da BRF



Fonte: Brasil Foods (2023a).

Ainda, é destacado um item sobre os produtores integrados

São eles que iniciam a nossa cadeia. A BRF fornece ao produtor integrado os animais, a alimentação, a assistência técnica, o transporte, o abate e todos os produtos necessários para a criação dos animais. Em contrapartida, o produtor fornece as instalações que atendam aos conceitos de higiene, mão de obra, bem-estar e qualidade de vida dos animais.

A partir daí todo o processo é acompanhado e controlado para que os produtos atendam à legislação do Brasil e de outros países pelo mundo (Brasil Foods, 2023a, n.p.).

O acompanhamento realizado pela MBRF é realizado acerca do manejo, alimentação (balanceada seguindo legislação específica e fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), assistência veterinária, check-list de produção (controle de indicadores de produção são registrados na ficha de acompanhamento do lote – FAL e são enviadas ao Serviço de Inspeção Federal - SIF) e biossegurança (Brasil Foods, 2023a).

Mais um item a ser analisado, são as revistas eletrônicas como da Cooperalfa, onde podemos visualizar propagandas e parte dos discursos propagados pelo “agro” e por empresas como a Aurora Coop. Na figura 19, está disposto um exemplo acerca do cooperativismo e a relação com a Aurora Coop.

Figura 19 - Aurora Coop e o discurso cooperativista



Fonte: Cooperalfa (2022).

Outro exemplo a ser destacado e também pertencente a Aurora Coop pode ser vista na figura 20, onde a empresa destaca e comemora a premiação “melhores do agronegócio” ganha da revista Globo Rural, referente à 2021 e consigo traz novamente a importância de todos aqueles que colaboram para o crescimento da Aurora Coop.

Figura 20 - O "agro", o cooperativismo e a Aurora Coop



**Nossa cooperativa
é a Campeã das Campeãs**



A Aurora Coop recebeu o reconhecimento máximo no 17º Prêmio Melhores do Agronegócio, entregue nesta terça-feira (30/11), pela Revista Globo Rural. A cooperativa também foi escolhida como a melhor na categoria cooperativas, entre os mais de 20 segmentos do agro que foram avaliados.

O prêmio Melhores do Agronegócio é referência no Brasil. A avaliação leva em consideração índices financeiros (peso de 70%), e de responsabilidade socioambiental (peso de 30% na nota final).

Você ajuda a escrever a história da Aurora Coop todos os dias.

Orgulhe-se dessa conquista que é de todos nós!



Fonte: Cooperalfa (2022).

Campanhas adicionais foram e ainda são divulgadas por meio de jornais impressos como no exemplo a seguir (figura 21), sendo este da Aurora Coop incentivando as práticas cooperativistas e fomentando o papel das cooperativas para se ter um mundo melhor.

Figura 21 - Campanha acerca da cooperação e mudanças no mundo



Fonte: Cooperando... (2012). Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

Um exemplo complementar vai além e traz consigo a história de um agricultor familiar de Chapecó e seu depoimento na capa do jornal, sendo a reportagem intitulada “Como o cooperativismo muda o mundo?”. Esta matéria veiculada pelo Diário do Iguaçu em 05 de julho de 2012 foca no discurso de “exemplo de sucesso” para incentivar os demais produtores rurais de que é possível prosperar sendo cooperado, bem como divulgando os benefícios que o processo cooperativista possibilita. Isso sendo destacado na capa de um jornal, atrai ainda mais o público-alvo da reportagem (Como... 2012).

A página seguinte do jornal traz detalhadamente a entrevista concedida pelo agricultor, onde este relata a importância da assistência recebida pela cooperativa, dos cursos de formação e dos campos demonstrativos da Cooperalfa. Este agricultor possui uma diversidade de cultivos e de criações de animais em sua propriedade, sendo tudo comercializado através de práticas cooperativistas (Como... 2012).

O agricultor ainda ressalta que foi a partir da criação da Cooperalfa que a propriedade começou a ter maior rendimento e progredir, nesse momento a propriedade era administrada pelo seu pai e este teve papel importante conjuntamente com outros agricultores para a criação desta cooperativa (Como... 2012).

Complementarmente, o Governo do Estado de Santa Catarina traz outro exemplo, que relaciona e aponta o campo e as pessoas como a grande riqueza, e ressalta o papel destes na economia, na cultura, bem como a qualidade de vida e traz dados comparativos com o restante do Brasil, conforme disposto na figura 22.

Figura 22 - Propaganda do Governo Estadual Catarinense



Fonte: Santa... (2012).

Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

Em diferentes momentos, quando a crise de aproxima ou está instaurada, os agricultores não aparecem mais na mídia envoltos pelo discurso de como eles são a “riqueza” e a “força cooperativista”, assim como acontece com os trabalhadores das plantas industriais/frigoríficas também acabam por serem retratados de outras formas nestes momentos.

Em reportagem dos anos 2000, podemos ver como as agroindústrias e cooperativas de carne já atuavam nessa época na região para formar a opinião dos leitores desses jornais. Com pequeno destaque no jornal, a notícia com título simples “agroindústrias” traz as seguintes informações acerca dos suinocultores e avicultores sobre uma possível paralisação caso os preços pagos aos produtores não seja aumentado pelas agroindústrias. Para as agroindústrias este movimento foi classificado como sendo

“[...] de apenas um grupo de descontentes, e não de todo o setor” (Agroindústrias, 2000, p. 3). Dessa forma, podemos ver como o movimento a ser realizado pelos produtores rurais foi reduzido a “alguns descontentes” e não buscaram rever as suas próprias atitudes para com os seus integrados e aos preços ofertados a estes.

Poucos dias depois, os preços pagos aos suinocultores foram ajustados, porém não cita a mobilização dos agricultores familiares, mas que “o preço será praticado por todas as agroindústrias e decorre de forte pressão exercida pelo presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos” (Preço... 2000, p. 11). O então vice-presidente da Aurora Coop, José Zeferino Pedrozo salienta que “Não era plano das indústrias aumentar agora o preço, mas o presidente da ACCS comprovou com muita competência a necessidade de majorar imediatamente a remuneração do suinocultor” (Preço... 2000, p. 11).

Desse modo, questiona-se os motivos que levaram as agroindústrias a ceder rapidamente ao pedido do presidente de uma associação e não terem feito o mesmo quando os produtores rurais integrados o solicitaram, além de ter menosprezado o movimento destes.

Neste sentido, mais um exemplo de formação de opinião entre os agricultores é interessante de ser apontado, no qual indica-se que por conta dos altos custos de agrotóxicos produzidos no Brasil no início dos anos 2000, algumas entidades, como a Faesc, passaram a defender a importação de agrotóxicos de outros países do Mercosul (Altos... 2000). Para isso, conjuntamente com a Confederação Nacional da Agricultura, realizaram cotações de cinco agrotóxicos comparando com os preços praticados no Brasil e na Argentina, com as diferenças encontradas, estas entidades reforçavam o incentivo à importação e criticavam o processo de registro de novos agrotóxicos no Brasil, especialmente o tempo e as normas praticadas na época (Altos... 2000).

O avanço tecnológico também é destacado nas páginas de jornais, no qual as manchetes possuem o papel de cativar o leitor para continuar acompanhando as matérias. Nestas matérias são apontadas algumas vantagens do uso da agricultura de precisão como a minimização dos impactos ambientais, maior produtividade e retorno financeiro, entre outros, por meio do uso de softwares, equipamentos de precisão, confecção e análise de mapa de produtividade, de aplicação fertilizantes e agrotóxicos e de doenças e insetos, e outros pontos destacados (Nova... 2008).

Mais recentemente, podemos ver outros exemplos em forma de propagandas espalhadas pela cidade de Chapecó em pontos estratégicos, como na área central. Um

exemplo disso pode ser observado na figura 23, na qual a Aurora Coop reforça que o “cooperar” possui papel de destaque nas suas operações e consequentemente isso proporcionaria “o melhor” para todos no cotidiano. Esta propaganda estava disposta em uma das principais avenidas da cidade, a Av. Getúlio Dorneles Vargas, que passa pela área central da cidade, estendendo-se para outros bairros.

Figura 23 - Propaganda da Aurora Coop na região central de Chapecó



Fonte: Acervo da autora (2024).

Em janeiro de 2025, no mesmo local, outras propagandas relacionadas ao cooperativismo chamam a atenção de quem passa por este cruzamento (figura 24). Um dos painéis, da Aurora Coop, traz o discurso de que as histórias dos cooperados são as que compõem a cooperativa. Enquanto no segundo painel, pertencimento ao Sicoob

MaxiCrédito²⁷, ressalta a sua escolha pela cooperação sendo renovada ao longo dos seus 40 anos de existência.

Figura 24 - Propagandas da Aurora Coop e Sicoob MaxiCrédito na área central de Chapecó



Fonte: Acervo da autora (2025).

Para além disso, programas de rádio contribuem na propagação dos discursos do agro, bem como são fontes de captação de possíveis funcionários para as cooperativas e

²⁷ A Sicoob MaxiCrédito é uma instituição financeira cooperativa criada no ano de 1984 em Chapecó pela Cooperativa Agroindustrial Alfa (CooperAlfa). Em 2024, estava presente em 400 municípios espalhados pelo Brasil, atendendo a 2.414 municípios e contando com mais de 8,5 milhões de cooperados (Sicoob MaxiCrédito, 2023; 2025).

agroindústrias de carne, no qual divulgam as oportunidades de trabalho e benefícios ofertados, bem como buscam cativar os públicos do meio urbano e rural com o uso de músicas relacionadas ao agronegócio, especialmente através do sertanejo e ao “agronejo”.

As músicas são usadas de modo a reproduzir discursos e alcançar o público com mais força e impacto. A divulgação destas músicas, vai muito além das rádios e mídias digitais, mas também está presente em rodeios e shows em feiras, como ocorrido na Feira Efapi citada no tópico anterior.

Para o especialista em música sertaneja e jornalista André Piunti em relação a agronejo, “tanto as produtoras musicais quanto o setor agropecuário entenderam que aquele espaço atende aos interesses de todos” (Freitas, 2025, n.p.). Se a algumas décadas ainda se tinha espaço no sertanejo para músicas a favor da reforma agrária, dos movimentos sociais e que continham críticas ao modelo agrícola hegemônico, atualmente já não se tem tanto espaço para esse tipo de discussão. “Hoje, [...] as canções não apenas celebram o agro que venceu, mas também ajudam a construir uma narrativa em que não há margem para críticas ao modelo de produção do agronegócio ou a seus aliados, como o ex-presidente Jair Bolsonaro” (Freitas, 2025, n.p.).

Diante disso, vemos o potencial que os programas de rádio possuem na divulgação de determinados discursos. Em Chapecó, são encontradas diversas rádios, algumas com maior alcance do que outras e com enfoques e públicos diversos. Alguns destes estão mais focados em abrir momentos de discussão de pautas diversas com o público ouvinte, enquanto outros optam mais pela passagem de músicas, alguns comentários, propagandas e interações menos voltadas a discussões.

Entre os grupos de rádios presentes em Chapecó, temos como exemplos que podem ser apresentados o Grupo Condá de Comunicação, que é formado pelas rádios Condá, Oeste Capital e Sonora. O grupo também é constituído pelo portal de informações ClicRDC. Este grupo possui atuação regional e também interestadual, atuando nos estados vizinhos, alcançando mais de 400 municípios conforme destacado pela página do grupo (Conheça... 2020).

Recentemente também foi lançada a Rádio NDFM vinculada ao Grupo ND e que conta com programação de entretenimento, jornalismo esportivo e notícias, com programação que busca valorizar a comunidade chapecoense e aproximar a rádio com a população por meio da interatividade conforme destacado pelo Grupo ND (Grupo ND, 2025).

A Rádio Efapi (comunitária) é um exemplo a ser destacado, possuindo programas em horários de grande audiência, que chamam diversos atores e agentes para o debate de questões importantes, trazem advogados e representantes públicos para tirarem suas dúvidas e para trazer informações que beneficiem a comunidade, divulgam ações beneficentes, festas, jogos comunitários, entre outras programações alcançadas.

Além disso, esta emissora de rádio diferencia-se principalmente por buscar manter a cultura e a tradição, por meio de programas mais específicos com músicas italianas, gauchescas e de bandinha (influência alemã), bem como não traz tantas músicas ligadas ao “agronejo” – presentes com mais força em outras emissoras de rádio do município.

Com relação aos jornais, pode-se citar o antigo jornal “Folha do Bairro”, atual “Folha Desbravador”, que surgiu no bairro Efapi em Chapecó visando atender a uma região desprovida de informações próprias e que foi um meio encontrado para cobrar melhorias para o bairro e atualmente possui um alcance um pouco maior (Associação dos jornais do interior de Santa Catarina, s.d.). O fundador deste jornal aponta que algumas das cobranças de melhorias feitas pela população por meio das matérias do seu jornal lhe custaram patrocínios e assinaturas, mas mesmo assim ainda aponta que estas valeram a pena pelas transformações ocasionadas (Madoglio, 2024).

Acerca das emissoras de televisão presentes em Chapecó, as principais são a NDTV Chapecó (Grupo ND - Record), NSC TV (Rede Globo), SCC SBT. Entre os programas relacionados ao agronegócio, podemos citar o “Agro Saúde e Cooperação” da NDTV (NDTV, 2024), “SBT Agro” e “Cooperativismo em notícia” da SCC SBT (SCC10, 2024), sendo estes exibidos majoritariamente aos domingos, além de serem comentados assuntos relacionados ao agronegócio ao longo das programações em diferentes programas que não sejam exclusivos para o tema.

A Federação das cooperativas agropecuárias do estado de Santa Catarina (Fecoagro) também veicula uma programação de rádio e televisão especialmente tratando de temas relacionados ao agronegócio, ao cooperativismo, a força da mulher no campo, entre outros pontos por meio do “Cooperativismo em notícia”, “Cooper News SC”, “Destaque cooperativista” e “TV Coop/SC” (Fecoagro, 2024). Os programas da Fecoagro são veiculados tanto em site próprio como em rádios e emissoras de televisão de alcance estadual e interestadual.

A Epagri também se destaca na promoção do agronegócio catarinense por meio de suas mídias, como por exemplo o “SC Agricultura” transmitido semanalmente pelo Youtube e por diversos canais de televisão, onde são destacadas informações técnicas,

bem como traz reportagens, dicas de manejo e outros temas relacionados ao agronegócio (Canal... 2021). A Epagri destaca que

As produções em vídeo da Epagri são dedicadas à difusão de conhecimentos e novas tecnologias desenvolvidas pela pesquisa agropecuária e extensão rural. Essas tecnologias proporcionam maior produtividade, de maneira sustentável, com agregação de valor aos produtos e melhoria na qualidade de vida das famílias do campo e do mar (Canal... 2021, n.p.).

Diante do exposto, chega-se ao entendimento de que alguns destes meios de comunicação buscam efetivamente informar a população e trazer um pensamento mais crítico a este público, enquanto outros, apresentam as informações de acordo com a intenção de determinados agentes, especialmente os hegemônicos. Com isso, compreende-se que “a informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais” (Santos, 2006, p. 193).

Pereira (2023) reforça essa ideia ao destacar formas de exercício do poder, por meio do controle e domínio estratégico de informações. Também salienta que é imprescindível questionar e enfrentar os mecanismos de propagação de informações parciais ou tendenciosas, visto que “mesmo imprecisa, falsa ou manipulada, tal informação cumpre funções precisas e estratégicas, atendendo interesses corporativos. É assim que se estabelece o modus operandi dos agentes do agronegócio no Brasil hoje” (Pereira, 2023, p. 163).

Portanto, a imprensa e os meios de comunicação possuem um papel decisivo na divulgação e na propagação de ideias e discursos, tendo em suas mãos o poder de transformar a opinião e o olhar da população diante dos mais diversos temas. Ainda, verifica-se que alguns meios de comunicação possuem maior proximidade com temas do agronegócio, enquanto outros se mantêm mais afastados, assim como uns mostram-se mais alinhados a determinados discursos do que outros.

3.5 “Agro é tudo?”: O trabalho no campo e os processos formativos

O trabalho desenvolvido no campo, atualmente mais do que em outros períodos, possui forte relação com as atividades desenvolvidas no meio urbano, logo, cada vez mais o rural e o urbano se integram e inter-relacionam. Com o circuito espacial produtivo de carne e grãos não é diferente.

A realidade enfrentada no campo requer muita força de vontade e disposição daqueles que dela obtêm seu sustento. Na tentativa de melhorar a vida no campo, é importante que haja a formação dos trabalhadores e uma constante atualização nos mais diversos temas que os possam ajudar. Dessa forma, os processos formativos no campo são essenciais.

Heberlê *et al.* (2017) destaca a importância dos momentos formativos, não somente para os agricultores, mas também para os técnicos e pesquisadores envolvidos, por meio da troca de conhecimentos. Neste sentido,

Devem permear o conjunto das capacitações os fundamentos essenciais de natureza social, econômica e cultural, embasados em metodologias participativas, de construção conjunta de conhecimentos e intercâmbio de experiências. Trata-se de processos de interação mediante os quais pesquisadores, técnicos e agricultores aprendem por meio da troca de saberes. Há que se superar a noção linear de difundir ou transferir tecnologias, avançando para métodos educativos, que sejam eficientes na identificação de demandas reais para gerar e disponibilizar conhecimentos, tecnologias e serviços (Heberlê *et al.*, 2017, p. 138).

Para Hübner (2021), a educação direcionada aos trabalhadores do campo, em especial, aos jovens agricultores, contribui para a permanência das novas gerações de agricultores das pequenas propriedades catarinenses, além de oferecer novas possibilidades de cultivos e de atividades no campo, que vão muito além do padrão determinado pelo agronegócio.

Entre as oportunidades de formação, estão cursos de curta e média duração oferecidos por cooperativas e pelo governo estadual, palestras, formação técnica em conjunto com o ensino médio como no caso das casas familiares rurais, formações ofertadas por universidades, entre outros.

No conjunto dessas iniciativas encontradas, a Epagri e a Cidasc são instituições que possuem grande influência na formação dos agricultores, especialmente os familiares. Conjuntamente com a profissionalização, elas prestam serviços de assistência técnica voltada para as necessidades dos agricultores.

Auxiliando assim no aumento da renda no campo, no melhor direcionamento de recursos, da higiene na produção e processamento de produtos, no entendimento do potencial da propriedade, da preservação das fontes de água e do solo, questões relacionadas a sanidade animal, desinfecção de locais, fiscalização, uso de agrotóxicos e sintomas de intoxicação, rotação de culturas e plantio direto (Profissionalização... 2000; Criadores... 2000; Índios... 2000).

Entende-se que as atividades propostas e pela assistência técnica e extensão rural ofertadas pela Epagri e Cidasc, bem como por movimentos sociais, como por exemplo vinculados a reforma agrária, possuem um papel muito importante nos processos formativos dos agricultores. Estes

[...] são fundamentais para auxiliar os agricultores e agricultoras a qualificarem seu trabalho, respeitando seus conhecimentos e oportunizando o acesso ao conhecimento científico visando, nesse confronto entre o saber popular e o conhecimento científico, a alcançar melhores condições de vida (Titton, 2016, p. 9).

Por meio dos processos formativos pode-se melhorar a qualidade de vida e incentivar a permanência dos jovens no campo. Algumas ações do início dos anos 2000 e final da década de 90 chamam atenção, como no caso da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O programa realizou uma ação com o objetivo de alfabetizar 2500 jovens e adultos principalmente no Oeste de Santa Catarina entre os anos 1999 e 2000 pertencentes a 41 assentamentos, divididos em 125 turmas em dois polos (Chapecó e Videira) (Unoesc... 2000).

Um exemplo complementar desta época foram formações voltadas para a destinação correta e sobre o manuseio de embalagens de agrotóxicos. Uma dessas formações foi realizada em dezembro de 2001 por diversas entidades, entre elas a Ocesc (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), Epagri, Cidasc, Ministério Público de Santa Catarina, Fatma (Fundação do Meio Ambiente - atual Instituto do Meio Ambiente - IMA), entre outros, por meio de seminário na cidade de Chapecó (Seminário... 2001).

Ademais, tratando da juventude rural regional, ainda em 2001, cooperativas também realizavam seminários formativos, tratando de temas como as possibilidades para o futuro, cooperativismo, conflitos, desenvolvimento econômico de jovens agricultores familiares, promovido pela cooperativa Auriverde (VII... 2001). Ao longo dos anos seguintes, repetiu-se este padrão de formações, tanto realizadas por cooperativas, como por instituições e empresas ligadas ao governo estadual e instituições de ensino básico e superior.

As Casas Familiares Rurais²⁸ são um exemplo interessante presente em Santa Catarina. Estas capacitam e auxiliam os jovens para entender a realidade, as possibilidades das pequenas propriedades familiares em que estes vivem e buscam garantir e incentivar a permanência desses jovens no campo de uma forma mais assertiva. Estas instituições foram criadas no estado na década de 90, surgindo em outros estados em décadas anteriores (Hübner, 2021).

Nestes espaços educativos a pedagogia da alternância está presente, ou seja, os alunos permanecem parte do tempo na escola e outra parte é dedicada a comunidade e a propriedade da família. Em geral as casas familiares rurais realizam percursos formativos levando em consideração as realidades encontradas nas propriedades e aplicam o que foi ensinado na escola (Hübner, 2021).

Em Chapecó não se tem esse atendimento, porém em cidades próximas como Xaxim, Quilombo, Modelo, Seara e Saudades é possível encontrar algumas casas familiares rurais. Neste sentido, das 11 casas familiares rurais presentes em Santa Catarina no ano de 2019, 10 destas estavam localizadas na região Oeste do Estado, tendo esta concentração uma relação próxima com os circuitos de produção de carne e grãos, as características das propriedades dessa região e da mão de obra ser majoritariamente familiar (Estevam, 2001; Hübner, 2021). Entre os cursos ofertados estão o ensino médio em alternância e os cursos técnicos em agropecuária, agricultura, zootecnia, agronegócio (Hübner, 2021).

Nos referidos espaços são realizados projetos profissionais de vida, sendo estes aplicados na propriedade da família e Hübner (2021) ao tratar da casa familiar rural de Saudades, aponta a grande quantidade destes projetos serem voltados para a bovinocultura leiteira, porém também são encontrados projetos voltados para a soja, suinocultura, avicultura, fumicultura, apicultura, entre outros.

Sob esse aspecto, entende-se que esta direção temática dos projetos está relacionada com uma das atividades presentes nas propriedades da região, porém vale ressaltar, que nem sempre esta é a principal. Sendo assim, delegada aos jovens os cuidados e responsabilidade de atividades secundárias nas propriedades, por questões hierárquicas, de gênero e diferenças de pensamento entre pais e filhos que serão aprofundados no próximo capítulo.

²⁸ As casas familiares rurais são escolas públicas em modo de alternância que oferecem cursos técnicos para a formação de jovens visando a sua permanência no campo, buscando atender as demandas destes sempre tendo em vista a realidade de cada propriedade e de cada indivíduo (Estevam, 2001; Hübner, 2021).

Outro ponto importante a ser levado em consideração é a relação entre as ações e projetos desenvolvidos nas casas familiares rurais com o processo de sucessão no campo conforme aponta Scalon (2021) a seguir.

A CFR e a Pedagogia da Alternância, ao relacionar o conhecimento empírico dos agricultores e o conhecimento científico, mantêm e fortalecem os laços entre estudante, família e escola. A família acompanha e participa de modo efetivo do processo formativo, revelando a importância do diálogo e da confiança no jovem, como fatores imprescindíveis para que a sucessão ocorra (Scalon, 2021, p. 171).

Para além das casas familiares rurais, outras formas de ensino profissional e técnica são encontradas na região, como no caso dos centros de educação profissional e colégios agrícolas com ensino médio e técnico em agropecuária, sendo estes ligados à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e a Epagri por meio do Departamento Estadual de Ensino AgroTécnico (Centro... 2023; Meurer, 2025).

Na página da Epagri, a instituição salienta que o programa de ensino agrotécnico busca fortalecer tanto a educação básica como a técnica visando o desenvolvimento rural sustentável que contribua com toda a sociedade catarinense, estando o ensino alinhado aos valores seguidos pela Epagri (Programa... 2025).

Entre outras ações realizadas pela Epagri, podemos destacar o projeto Mulheres em Ação Flor-e-Ser, que atende as agricultoras familiares por meio de um curso embasado em quatro eixos, sendo eles o humano e social, tecnológico, ambiental e gerencial. Neste curso são tratados temas como: desafios da sucessão familiar, políticas públicas voltadas para as mulheres do meio rural, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, empreendedorismo, desenvolvimento pessoal, comunicação e oratória, entre outros tópicos (Moraes, 2025b).

O curso é ofertado em 13 centros de treinamento da Epagri em todo o estado e é dividido em seis módulos com dois encontros ao mês e no mínimo 75% de frequência exigida, além de contar com a apresentação de um projeto final pelas participantes para realizarem melhorias nas suas propriedades ou nas áreas que estas atuam (Moraes, 2025b; Dia... 2025). A partir do curso e de sua conclusão conseguem acessar recursos por meio da Secretaria de Agricultura e Pecuária (Curso... 2025).

As atividades como oficinas, palestras, seminários, trocas de ideias e dias de campo são realizadas pela Epagri para trazer novas oportunidades ao meio rural mediante o seu fortalecimento, com atividades voltadas principalmente as mulheres e aos jovens

agricultores. Outras instituições como Senar, Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina (ICAF-SC), institutos e universidades federais também oferecem cursos profissionalizantes, integrados, concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, de graduação e pós-graduação no ramo do agronegócio em Santa Catarina.

Os cursos são principalmente de agropecuária, agricultura, logística, meio ambiente e outros, tanto presenciais como a distância (ICAF-SC, 2024; IFSC, s.d.; Senar SC, s.d.). A Embrapa oferece gratuitamente parte dos seus cursos online de curta duração, possuindo grande diversidade temática (Embrapa, s.d.).

Em Chapecó, a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC) oferta alguns cursos e formações para os agricultores familiares assentados, principalmente ligados a agroecologia, sustentabilidade e cooperação, como por meio de cursos de produção de hortas orgânicas, hortos medicinais, princípios cooperativos e formas de atuação no mercado, preservação florestal, processamento de alimentos, entre outros (Cooptrasc, s.d., 2023).

Quanto aos processos formativos ofertados por sindicatos que atendem a cidade de Chapecó, o entrevistado membro do sindicato (2024) destaca que apesar da oferta de cursos e palestras serem boas, não alcançam a todos os agricultores familiares da região, sendo mais efetivo quando é disponibilizada uma orientação/assistência técnica diretamente no campo, conseguindo assim ter maior progresso.

O mesmo ainda destaca que o sindicato não oferece muitos cursos pelos motivos relatados acima, bem como por estes estarem disponíveis no “sistema S”²⁹ e “[...] curso em si na nossa região não é problema, o problema talvez é o interesse em um curso e o resultado do curso, isso sim é um problema [...] o curso em si é gratificante, é bom, mas tem que mostrar resultado né” (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

Mais modalidade formativa encontrada em Chapecó e região, são empresas privadas, que ofertam cursos pagos de curta duração e que são majoritariamente a distância, porém, devido aos custos destes cursos, uso de tecnologias e idiomas diversos, entende-se que o público atendido por estas empresas é mais seletivo e destinado a determinadas classes de profissionais do campo com maior instrução.

²⁹ O “sistema S” é composto por nove instituições que não são ligadas ao governo, mas prestam serviços de interesse público e são geridas por confederações e/ou federações empresariais. Compõem o sistema o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social de Transporte (Sest), Serviço Social de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social da Indústria (Sesi) (Lisboa, 2020).

Um exemplo disto a ser destacado é o caso da Santafé Agroinstituto, instalado em Chapecó e possui cursos principalmente voltados para a produção de gado leiteiro, como nutrição e ordenha robotizada, silagem de milho, manejo de cama e resfriamento de vacas leiteiras no sistema de gado confinado Compost Barn e Free Stall, além de oferecer e-books e outros serviços acerca de consultoria para propriedades de gado leiteiro. No site da empresa são destacados além dos cursos presenciais ou online, que estes são ofertados por professores de universidades norte-americanas (Santafé Agroinstituto, [2025?]).

Verifica-se por meio do exposto no site, dos valores dos cursos, da forma de exposição e contratação dos cursos e materiais, que o público atendido por esta empresa é direcionado a quem possua um bom letramento digital e desenvoltura em outros idiomas como o inglês, sendo assim, diferente do público atendido nos cursos ofertados pela Epagri, Senar, institutos e universidades, sindicatos e outros.

Empresas externas a Chapecó e região também podem ser apontadas como presentes na formação voltada para o campo na região, visto que essas empresas oferecem cursos de curta duração totalmente remotos. Uma destas empresas é de Porto Alegre-RS, a Elevagro, porém oferece cursos de curta duração totalmente online como de temas relacionados a manejo de plantas daninhas e doenças em cultivares de feijão, trigo, algodão e arroz, adubação para soja em áreas arrendadas, nutrição do milho e soja para altos rendimentos, gestão estratégica de tempo e de pessoas, potenciais benefícios de transgênicos, uso de herbicidas, pastagens, ambiência de precisão para aves de corte, horta em casa, entre outros temas abordados nos cursos ofertados (Elevagro, [2025?]).

A mesma empresa oferece também trilhas de aprendizado, especializações, pós-graduação para profissionais vinculados ao agronegócio, produtores rurais e estudantes, principalmente relacionado à agricultura inteligente, inovação e gestão de propriedades, fertilidade e nutrição de plantas, além de oferecer treinamentos corporativos no agronegócio (Elevagro, s.d.; 2023).

QCursos Consultoria Educacional de São Paulo é outro exemplo a ser citado. Entre seu catálogo de cursos pode ser encontrado “Curso Técnico em Agronegócios EAD em Chapecó – SC” (Qcursos, 2025a), técnico em agropecuária, meio ambiente e outros cursos e especializações não relacionados ao meio rural (Qcursos, 2025b).

Assim como no caso da Santafé Agroinstituto, na Elevagro e Qcursos todos os cursos são pagos e alguns com valores elevados e também podem esbarrar em questões de acesso e domínio da tecnologia para os agricultores familiares, ou seja, atingem apenas

determinados grupos de produtores, diferenciando assim, os públicos-alvo destas instituições.

Dessa forma, entendemos que é de fundamental importância se ter momentos de formação. Seja para conhecer o manejo correto de resíduos, embalagens, do solo, da água, bem como contra pragas, as vestimentas e as formas adequadas para a execução segura de determinada atividade, os riscos a integridade física e a saúde do trabalhador e de todos que convivem com este, as possibilidades para enfrentamento de crises, entre outros, bem como para o fortalecimento das atividades do campo e da permanência dos jovens no campo.

Constata-se que os trabalhadores do campo possuem diversas demandas, no qual algumas destas são absorvidas por meio dos processos formativos direcionados aos jovens ainda na educação básica técnica/profissionalizante, bem como posteriores a estes momentos, enquanto outras demandas não são tão atendidas pelos mais diversos fatores.

Diversas empresas ligadas ao governo estadual e federal, instituições de ensino e sindicatos contribuem para atender às diversas necessidades dos agricultores familiares, com cursos gratuitos e de qualidade. Outras empresas, também atuam na educação voltada ao campo e ao agronegócio, porém com um público mais restrito, com maior aporte econômico e nível de acesso educacional.

Para que ocorram os processos formativos tragam melhores resultados do que os já obtidos, é necessário investir mais em políticas públicas efetivas para o campo, considerando sua multiplicidade e diversidade. Diante disso, entende-se que

Aos poucos, a realidade dos povos do campo, das escolas e os interesses coletivos são considerados na elaboração de políticas educacionais direcionadas à transformação da própria realidade. Essa prática de construção coletiva de políticas exige que, no interior do Estado e dos governos, existam pessoas e coletivos com conhecimento da realidade, das ideologias em jogo, dos fatores estruturais que dificultam o avanço da democracia e a superação das desigualdades no país (Souza, 2012, p. 760).

Portanto, ressaltamos que ainda se tem muito a melhorar nesse quesito, porém é perceptível um esforço maior de determinadas entidades, como do Sindicato dos Agricultores Familiares para proporcionar dentro do possível, melhores condições de trabalho e de vida aos trabalhadores do campo não somente de Chapecó, mas de toda a região de abrangência, assim como de outras instituições como as casas familiares rurais, os centros de educação profissional e colégios agrícolas voltados ao ensino técnico.

Junto se enfatiza a importância dessa formação no campo para conseguir manter e motivar os jovens para dar continuidade às atividades rurais, se sentirem valorizados e respeitados dentro e fora das propriedades. Ainda, é evidente a relação profunda entre a capacidade de qualificação da mão de obra por estas instituições e cursos direcionados para suprir as demandas agropecuárias com a capacidade produtiva deste setor na região.

3.6 O Estado e as formas de fomento à agricultura familiar

São diversas as formas de apoio dadas pelo Estado aos agricultores familiares, tanto a nível nacional com grandes programas, como também por meio do governo estadual catarinense, em programas mais focados para as realidades e especificidades regionais.

Diante disso, as principais formas de incentivo e assistência técnica dadas pelo Estado por meio dos seus diversos níveis de governo para os agricultores familiares de Chapecó e região, como por exemplo através de instituições como a Epagri serão detalhadas neste tópico.

Entre os programas de nível nacional que serão abordados encontram-se o Plano Safra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dando ênfase a alguns dos seus subprogramas como o Pronaf custeio, Pronaf Mulher, Pronaf jovem e Pronaf mais alimentos.

Também serão destacados os programas estaduais Terra-Boa, Investe Agro SC, Financia Agro SC, Jovens e Mulheres em Ação, Programa de Fomento ao Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Santa Catarina (Fomento Agro SC), Pronampe Agro SC e Água no campo SC. Além disso, trata-se também dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) ofertados pela Epagri e os apontamentos dos agricultores familiares e membro do sindicato entrevistados.

3.6.1 Plano Safra

O Plano Safra é um programa anual administrado pelo governo federal que destina recursos por meio de linhas de crédito para investimento e custeio. Normalmente, o plano é lançado e tem início nos primeiros dias de julho se estendendo até o final de junho do ano seguinte, correspondendo assim aos ciclos produtivos da agricultura, fator este que permite melhor planejamento dos custos e dos investimentos a serem realizados no próximo ciclo (Neto, 2024).

A quantidade de recursos, as taxas e as condições de cada linha de crédito variam a cada ano, sendo este programa ajustado às demandas dos produtores, bem como levando em consideração questões econômicas e ambientais (Neto, 2024). Entre as vantagens do Plano Safra estão: descomplicar o acesso a crédito rural, incentivo ao uso de tecnologias, fomento à agricultura familiar, expansão do mercado interno e das exportações, promoção da segurança alimentar e suporte técnico e treinamento (Neto, 2024).

Para o ciclo 2025/2026, o programa disponibilizará R\$ 516,2 bilhões, sendo R\$ 414,7 bilhões destinados para custeio e comercialização e para investimentos serão ofertados R\$ 101,5 bilhões, ou seja, o total disponibilizado este ano é R\$ 8 bilhões superior ao ciclo 2024/2025 do programa (BRASIL, 2025b).

O plano Safra inclui outros programas federais como o Pronaf, Pronamp, Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC+), Programa de Incentivo à Modernização e à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (Renovagro), Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e outros (Neto, 2024).

Em Santa Catarina, especialmente em Chapecó, os subprogramas do Plano Safra que são mais acessados pelos produtores rurais são o Pronaf e o Pronamp e os principais agentes financeiros operadores do Plano Safra no estado são o Banco do Brasil e as cooperativas de crédito Sicredi, Sicoob e Cresol.

O Banco do Brasil, a nível nacional, destinará R\$ 230 bilhões para o Plano Safra da edição 2025/2026, sendo destinados R\$ 97 bilhões para custeio, R\$ 44 bilhões para investimento, R\$ 19 bilhões para comercialização e industrialização e R\$ 70 bilhões distribuídos entre cédula de produto rural (CPR) e contratos da cadeia de valor do agronegócio (Araújo, 2025). Em edições anteriores, Santa Catarina possuiu destaque nos quantitativos de crédito acessados como, por exemplo, em 2024, quando o estado por meio do Pronaf alcançou a terceira colocação a nível nacional entre os estados que mais obtiveram os recursos, ou seja, 13,3% dos recursos de todo o programa (Epagri, 2025).

Os valores acessados em todo o território brasileiro e mais especificamente em Santa Catarina e em Chapecó nos últimos anos são significativos, como podemos visualizar na tabela 6.

Tabela 6 - Plano Safra: valores agronegócios (R\$)

Local	2022	2023	2024	2025
Brasil	309 bi	344,6 bi	298,8 bi	284,7 bi
Santa Catarina	10,9 bi	12,9 bi	12,3 bi	12,6 bi
Chapecó-SC	1,3 bi	1,3 bi	995 mi	1,4 bi

Fonte: BRASIL (2026a).

Chapecó se destaca no quantitativo de crédito obtido pelos agricultores do município em relação às demais cidades catarinenses, mantendo valores aproximados durante os anos, com exceção de 2024 que ficou um pouco abaixo dos demais anos.

Com a grande quantidade de recursos acessados, também ocorre outro importante fato relacionado a isso, a inadimplência. De acordo com Gunther (2025), a inadimplência nos financiamentos realizados no Banco do Brasil vem aumentando se comparada às taxas do ano anterior. Além disso, foram disponibilizadas algumas informações de valores contratados até o momento na edição atual, sendo a liderança ocupada por contratos para custeio por meio do Pronaf e Pronamp.

Apesar disso, são observadas quedas em outras linhas como em investimentos, que segundo o vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar do Banco do Brasil, Gilson Bittencourt, são consequências da menor liquidez e na demanda por ajuste de caixa por parte dos produtores rurais (Gunther, 2025).

Em relação às cooperativas de crédito, os valores disponibilizados são inferiores aos do Banco do Brasil, porém ainda assim representam um quantitativo robusto e importante, especialmente para os agricultores familiares, que buscam as melhores opções que caibam no orçamento familiar.

Ademais, as cooperativas de crédito bem como os bancos tendem a disponibilizar maior quantidade de recursos para a agricultura empresarial do que para a familiar, apesar disso, ainda são encontrados valores significativos disponíveis para os pequenos produtores.

O Sicredi, no atual ciclo do Plano Safra disponibilizará R\$ 68 bilhões a serem distribuídos por todo o território brasileiro e esse montante será dividido principalmente para custeio (R\$ 24,3 bilhões), investimentos (R\$ 12,5 bilhões), comercialização e industrialização (R\$ 1,7 bilhões) e cédulas de produto rural de R\$ 24,6 bilhões e outras linhas de crédito (Sicredi... 2025).

Do total liberado pelo Sicredi, R\$ 13,5 bilhões serão ofertados via Pronaf para agricultores familiares e para médios produtores serão disponibilizados R\$ 16,7 bilhões, enquanto outros produtores poderão acessar além do crédito em reais, também parte destes valores em dólares para fomentar a exportação. A cooperativa salienta que as linhas dolarizadas servem como uma alternativa competitiva perante a valorização do Dólar (Sicredi... 2025).

Com essas linhas de crédito, o Sicredi busca atingir um patamar de 70% das suas operações sendo destinadas a pequenos e médios produtores rurais para que assim reforce “[...] o papel do Sicredi no fortalecimento da base da produção agrícola nacional” (Sicredi... 2025, n.p.) bem como, “neste novo ciclo do Plano Safra, o Sicredi reafirma seu papel como parceiro estratégico do agronegócio” (Sicredi... 2025, n.p.).

Outra cooperativa de crédito que se destaca é o Sicoob, que prevê a oferta de R\$ 60 bilhões para todo o Brasil. O valor total será distribuído para custeio e industrialização da produção (R\$ 24,6 bilhões), investimentos (R\$ 9 bilhões), comercialização (R\$ 4,2 bilhões) e o restante será direcionado a cédula de produto rural financeira (CPR-F) (Sicoob Central SC/RS, 2025).

Para o ciclo 2025/2026 estão previstos R\$ 10 bilhões destinados a unidade Sicoob Central SC/RS³⁰, que atende área de estudo, sendo que no ano-safra anterior, essa unidade disponibilizou R\$ 9,5 bilhões, do qual 68% dos valores contratados foram destinados para Santa Catarina, 18% para o Rio Grande do Sul e 14% para o Paraná (Sicoob Central SC/RS, 2025).

O atual diretor-presidente do Sicoob, Marco Aurélio Almada afirma que “o nosso desafio é ser um agente de crédito para o agro perene. Quem conhece o agronegócio sabe que, dependendo das condições do Plano Safra, há mais interesse de agentes privados. O produtor nem sempre pode contar com o mesmo banco em todos os planos” (Walendorff, 2025, n.p.).

A Cresol, no ciclo 2024/2025 deste programa, liberou R\$ 13 bilhões para agricultores de diversos estados e para o ciclo atual (2025/2026), esta cooperativa busca atingir os R\$ 15 bilhões (Rbs Brand Studio, 2025). Na edição anterior, dos R\$ 13 bilhões disponibilizados foram usados principalmente para custeio e investimentos, sendo R\$ 8,7 bilhões para custeio e R\$ 3,8 bilhões para investimento e destes valores a maior parte foi para o Pronaf (Rbs Brand Studio, 2025). O presidente da Cresol Confederação, Cledir

³⁰ Unidade responsável por 38 cooperativas (Sicoob Central SC/RS, 2024).

Magri, traz a sua opinião acerca deste programa e da capacidade da cooperativa em atendê-lo.

O Plano Safra tem esse olhar na produção de alimentos, na sustentabilidade, na inclusão digital, pontos importantes e estratégicos. E a Cresol, com seu histórico de participação, de criar soluções, está absolutamente preparada para fazer mais um grande Plano Safra junto ao nosso quadro social, considerando as diferentes modalidades da agricultura familiar e da agricultura empresarial (Rbs Brand Studio).

Além disso, em seu site, a Cresol aponta que a cooperativa estando presente em todo o Brasil “[...] está ao lado de quem faz o agro acontecer, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades e da economia” (Tudo... 2025, n.p. grifo do autor), reforçando por meio da frase grifada os discursos dominantes de alguns agentes produtores do espaço.

Bender (2018), destaca que a Cresol, possui importante papel no fortalecimento, na viabilização e aumento da produção, na geração de renda, na permanência de trabalhadores familiares no campo e consequentemente melhorando a vida no campo e as perspectivas para o futuro. Em vista disso, entende-se que as ocorrências dessas ações são encontradas em outras cooperativas de crédito presentes no oeste catarinense e em Chapecó, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Portanto, diante do cenário encontrado nos últimos anos, entende-se que as cooperativas de crédito destacadas acima na edição 2024/2025 alcançaram valores significativos de financiamentos, chegando até mesmo a atingir recordes de liberações de crédito, fator este que reflete o maior acesso à informação e ao acesso ao crédito.

3.6.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf, amplamente conhecido e acessado por produtores rurais catarinenses possui diversas linhas de financiamento. Este programa visa o financiamento por meio de custeio e de investimentos para modernização, implantação e ampliação de estruturas produtivas, de beneficiamento, para a industrialização e de serviços no meio rural buscando melhorar a renda dos agricultores familiares (BNDES, 2025a).

De acordo com Schneider, Cazella e Mattei (2020), o programa é resultado de antigas reivindicações de pequenos produtores familiares e de movimentos sindicais ligados a confederações/centrais de trabalhadores rurais desde o final da década de 1980. Em 1996, após outras iniciativas menores que surgiram para atender as demandas dos

agricultores familiares, criou-se o Pronaf (Schneider; Cazella; Mattei, 2020). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi o responsável pelo programa desde sua fundação até o ano de 2016, quando houve a extinção deste ministério (BRASIL, 2020).

Neste momento, a responsabilidade de gestão do programa foi passada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que posteriormente transferiu as atividades do MDA para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Em 2019, o MAPA assumiu as atividades do SEAD e em 2023, com a recriação do MDA, todas as competências voltaram a esse ministério (BRASIL, 2020).

No primeiro ano do Pronaf, o mesmo atuou apenas com crédito para custeio, sendo somente em 1997 expandido para investimento, capacitação, infraestruturas e outros, momento este que consegue alcançar todo o território brasileiro (Schneider; Cazella; Mattei, 2020). Desde então foram diversas atualizações e novas linhas implementadas para buscar atender às múltiplas demandas dos produtores rurais e diminuir as vulnerabilidades socioeconômicas no campo.

Atualmente, o programa conta com 9 subprogramas, sendo eles: Pronaf Custeio, Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito e Pronaf Cotas-Partes (BNDES, 2025a).

O acesso ao crédito desse programa se dá por meio de instituições bancárias públicas e privadas, assim como por cooperativas de crédito. Para receber o financiamento por meio do Pronaf, é necessário primeiramente que o agricultor familiar possua o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF – antiga Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)), ter projeto técnico formulado por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e entregar o projeto para a instituição financeira juntamente com os documentos solicitados (BRASIL, 2025a).

Posteriormente a instituição financeira faz a análise do projeto, da documentação e tendo a aprovação, o agricultor familiar coloca em prática o projeto com base na assistência técnica recebida (BRASIL, 2025a). Com relação ao pagamento dos financiamentos, os prazos variam conforme o subprograma, chegando a até 10 anos, assim como a taxa de juros também são diferentes para os subprogramas, variando entre 0,5% ao ano até 8% ao ano na edição 2025/2026 (Projeto Rural Sustentável, 2025).

A vigência do plano atual é até 30 de junho de 2026 (BNDES, 2025a) e possui algumas condições diferentes das edições anteriores, sendo estas alterações comuns, que levam em consideração a situação política e econômica atual. Para entender melhor os subprogramas, será dado foco para cinco destes, sendo eles o Pronaf Custeio, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Agroindústria³¹ (BNDES, 2025a).

Por meio do subprograma Pronaf Custeio é possível comprar desde sementes, silo bag, fertilizantes, agrotóxicos destinados a produção agrícola e ração, vacinas, brincos de identificação, aquisição de animais para cria, recria e engorda, atendendo assim às necessidades da produção agropecuária, bem como realizar a restauração de áreas de preservação permanentes/reserva legal (Banco do Brasil, 2025a; Projeto Rural Sustentável, 2025). Neste subprograma podem ser financiados até R\$ 250 mil com taxas de juros entre 2 e 6,5% ao ano a serem quitados no prazo de 11 meses até 36 meses a depender da atividade financiada (Projeto Rural Sustentável, 2025).

O Pronaf Mulher é destinado a agricultoras mulheres que possuem o CAF válido, sendo destinado tanto para a implantação, como para a ampliação e modernização produtiva, bem como para armazenagem, transporte e outros serviços agropecuários e não agropecuários (Projeto Rural Sustentável, 2025). Além da contratação individual, é possível realizar a contratação coletiva para melhorias em instalações, equipamentos, armazenamento, irrigação e outros itens de uso coletivo (BNDES, 2025b).

Neste subprograma podem ser financiados até R\$ 450 mil a depender da finalidade da atividade para financiamentos individuais e até R\$ 9,9 milhões para financiamentos coletivos, contando também com juros (2,5 a 8% ao ano) e prazos de quitação variáveis (até 10 anos) (BNDES, 2025b).

No Pronaf Jovem é possível financiar a implantação, ampliação e reformas de estruturas rurais, assim como adquirir maquinários e implementos agrícolas, comprar animais, realizar ações de proteção de solos e recuperação de pastagens, entre outros (Banco do Brasil, 2025b).

Para ser beneficiado por este subprograma, é necessário que o produtor rural tenha entre 16 e 29 anos e CAF ativa em seu nome. Além disso, é necessário que se encaixem em pelo menos um dos seguintes critérios: terem estudado ou ainda estar estudando em casa familiar rural com alternância ou em escolas técnicas agrícolas (ensino médio), ter

³¹ A escolha destes cinco subprogramas se deve a proximidade temática destes com esta pesquisa, além de serem mais conhecidos e acessados na região de estudo.

concluído ou estar a mais de um ano em curso superior na área de ciências agrárias ou veterinária, receber serviços de Ater de instituições aprovadas pela Secretaria de Agricultura Familiar e por instituição bancária ou que tenham participado de cursos do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) ou do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (Banco do Brasil, 2025b).

As linhas de crédito destinadas ao Pronaf Jovem possuem duas modalidades. O primeiro deles é destinado a investimentos com financiamentos de até R\$ 35 mil, com juros de 3% ao ano (a.a.), 3 anos de carência, 10 anos para pagamento e sem bônus de adimplência (BRASIL, [2025?]).

A segunda modalidade é para os jovens produtores utilizarem o crédito para custeio e investimento, desde que pertençam aos grupos A, A/C ou B, mas seguindo as condições dispostas ao grupo B, tendo renda familiar bruta anual de até R\$ 50 mil e podem ser financiados até R\$ 8 mil, com juros de 0,5% a.a., limite de 3 anos para pagamento e bônus de adimplência de até 40% (Banco do Brasil, 2025b; BRASIL, [2025?]).

Outro subprograma é o Pronaf Mais Alimentos, criado em 2008 visando modernizar as infraestruturas, maquinários, animais com melhoramento genético (incluindo embriões, sêmen, óvulos), reformas, adquirir implementos variados, implantação de serviços de conectividade (internet) e equipamentos adaptados para pessoas com algum tipo de deficiência (BRASIL, 2021; [2025?]).

Por meio deste subprograma é possível financiar até R\$ 450 mil individualmente e R\$ 8 milhões para cooperativas com juros variando entre 2,5% e 8% a.a., prazo para pagamento de até 10 anos para e sem bônus de adimplência. Podem participar deste subprograma, os produtores rurais com renda bruta familiar anual de até R\$ 500 mil e cooperativas da agricultura familiar (BRASIL, [2025?]). Para solicitar é necessário ter CAF ativa, seguido de realização de avaliação familiar e confecção de projeto por meio de empresa de Ater e finalizando o processo com a análise de projeto e documentação por instituição financeira (BRASIL, [2021?]).

E por último, mas não menos importante, o Pronaf Agroindústria. Esse subprograma é direcionado a investimentos em armazenagem, implantação de agroindústrias, unidades de centrais de apoio gerencial e tecnologias de energia renovável, aquisição de equipamentos e outros, destinados tanto a agricultores familiares na condição de pessoa física, como para empreendimentos familiares rurais e cooperativas ligadas a agricultura familiar (BRASIL, [2025?]).

Os limites a serem financiados são de até R\$ 250 mil por produtor (pessoa física), R\$ 450 mil por produtor (pessoa jurídica) e R\$ 50 milhões para cooperativas (Projeto Rural Sustentável, 2025). As taxas de juros são de 8% a.a. de até 10 anos para pagamento (variando conforme destino do recurso) e sem bônus de adimplência (BRASIL, [2025?]).

De acordo com os quantitativos de crédito do plano safra destinados ao Pronaf nos últimos anos, podemos observar na tabela 7, os valores acessados tanto a nível nacional, quanto estadual e local.

Santa Catarina entre 2022 e 2025, foi responsável pela obtenção dos valores destinados ao Pronaf em um montante de 12,2 a 14,5% do total nacional (BRASIL, 2026a). Ao analisarmos os valores acessados por Chapecó, veremos um quantitativo relevante, porém ao considerarmos a porcentagem em relação ao valor destinado a todo o estado, se torna pouco representativo³².

Tabela 7 - Plano Safra: valores contratados via Pronaf (R\$)

Local	2022	2023	2024	2025
Brasil	49,7 bi	54,4 bi	61,4 bi	63,4 bi
Santa Catarina	6,1 bi	7,5 bi	8,4 bi	9,2 bi
Chapecó-SC	71,1 mi	133,3 mi	45 mi	64,9 mi

Fonte: BRASIL (2026a).

Diante de tudo que foi apresentado neste item, entende-se que com o aumento de valores investidos neste programa ao longo dos anos, foram observados avanços, tanto nas modalidades de oferta do crédito como também na sua estrutura, alcançando assim um público cada vez mais diverso. Ainda se tem muito a melhorar neste programa, assim como em outros programas, porém não podemos negar as contribuições que estas políticas públicas estão proporcionando ao longo do tempo.

3.6.3 Programa Terra-Boa

Entre os programas catarinenses de incentivos à produção familiar, podemos destacar o Terra-Boa, que possui a oferta de insumos, como de milho com alto potencial

³² Em partes, esse cenário chapecoense em relação ao quantitativo pouco expressivo de crédito no Pronaf nos últimos anos, pode estar sendo ocasionado devido a descontinuidade produtiva em muitas propriedades familiares neste município, assim como pelo processo de marginalização de produtores menos capitalizados em virtude da modernização desigual no campo.

por exemplo, além de disponibilizar calcário, kit forrageira, kit solo saudável, kit apicultura e cereais de inverno. Estes incentivos visam a implantação de sistemas produtivos de carne a base de pasto, assim como produções de leite e de plantas para cobrir e proteger o solo, além da produção de grãos direcionados a alimentação animal (Santa Catarina, [2024?]).

O agricultor familiar precisa emitir uma autorização de retirada em um dos escritórios municipais da Epagri para assim conseguir acessar esse programa. Para cada item ofertado por este programa são disponibilizadas condições diferentes (Santa Catarina, [2024?]).

As sementes de milho são disponibilizadas até um total de 5 sacos/ano por família, sendo as sementes de alto valor genético as mais acessadas e o pagamento subsidiado pela secretaria de agricultura do estado é realizado somente após a colheita (Santa Catarina, [2024]; Moraes, 2025a).

Em relação a distribuição de calcário, cada família tem direito a até 30 toneladas por ano, porém é necessário apresentar uma análise do solo para ser contemplado. A aquisição pode ser feita diretamente com a mineradora ou por meio de cooperativas, ficando a cargo do produtor rural o pagamento do frete (via cooperativa) ou a contratação do transporte (compra direta na mineradora) (Santa Catarina, [2024?]). O calcário é disponibilizado de forma gratuita, ficando somente o custo do transporte para os agricultores familiares (Programa... 2024).

O kit forrageira é definido a partir de projeto técnico elaborado pela Epagri levando em consideração as especificidades de cada propriedade. São mais de 80 produtos que podem compor o kit por um valor de R\$ 2.860,00, que pode ser pago em duas parcelas anuais sem juros ou em uma vez com desconto de 30% e os jovens egressos dos cursos ofertados no projeto Ação Jovem podem acessar até 7 cotas deste kit (Programa... 2024).

O kit solo saudável possui custo de R\$ 3.000,00 com até dois anos para pagamento, sendo o pagamento dividido em parcela única com 30% de desconto do valor total ou em parcelas anuais sem juros (SANTA CATARINA, 2025a). De acordo com o atual secretário adjunto de estado da agricultura e pecuária, Admir Dalla Cort, esse kit estimula a “[...] proteção e recuperação da terra, prevenindo erosões e aumentando a fertilidade do solo. Com essa iniciativa, a Secretaria reforça seu compromisso com a agricultura sustentável, geração de renda e a valorização dos produtores rurais” (SANTA CATARINA, 2025a).

No kit apicultura podem ser acessadas até 3 cotas por família com um custo de R\$ 3.000,00 por cota e as abelhas rainhas possuem o custo de R\$ 35,00 a unidade com limite de compra de 100 abelhas rainhas por família³³. Para a edição 2025 do Terra-Boa foram projetadas a disponibilização de 1.200 cotas do kit apicultura e até 13.000 abelhas rainhas, que podem ser pagas em parcela única com desconto de 30% ou em duas parcelas anuais sem juros (SANTA CATARINA, 2024).

De acordo com a Epagri (Projeto... 2025), o projeto cereais de inverno objetiva a redução da dependência catarinense de milho de outros estados, fomentando assim o cultivo de triticale, trigo e cevada para a composição de ração animal. Nesta iniciativa, os produtores recebem incentivo de até R\$ 410,00/ha tendo como limite 10 ha por agricultor, sendo obrigatório nestes casos a destinação da produção para a alimentação animal (Projeto... 2025).

Para o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, Carlos Chiodini, essa é uma boa opção para os agricultores reduzirem os custos produtivos, aumentarem a competitividade no mercado, proteger o solo e aproveitar melhor as áreas de plantio por meio da rotação de culturas (Projeto... 2025). Em 2025, foram disponibilizados R\$ 4,1 milhões para este projeto, podendo atingir até 10 mil hectares em todo o território catarinense (Projeto... 2025).

Portanto, este programa é visto como importante para a garantir o aumento da produtividade e da competitividade das propriedades e das produções catarinenses, estimulando a melhoria da renda e consequentemente dar maior qualidade de vida das famílias.

3.6.4 Programa Investe Agro SC e Pronampe Agro SC

Criado em 2021, o programa Investe Agro SC da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária tem por finalidade apoiar os produtores catarinenses por meio da subvenção de juros em negócios voltados para investimentos rurais e pesqueiros contratados em agências bancárias. Esse apoio se dirige a sistemas produtivos agropecuários e pesqueiros, bem como a negócios familiares e agroindustriais buscando aumentar a produção e melhorar os processos produtivos por meio de quatro linhas de auxílio, sendo elas: fortalecimento das agroindústrias familiares, fortalecimento de

³³ A venda de abelhas rainhas somente é permitida para apicultores capacitados para a introdução destas abelhas nas colmeias (Santa Catarina, 2024).

cadeias produtivas, água para o campo e proteção de pomares. Cada linha de auxílio possui requisitos próprios (SANTA CATARINA, 2022a).

No caso do projeto de fortalecimento das agroindústrias familiares é necessário que as cooperativas agropecuárias singulares ou centrais e os empreendimentos familiares rurais (pessoa jurídica) possuam declaração de aptidão jurídica ativa ao Pronaf (DAP) – atual Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (SANTA CATARINA, 2022a).

No projeto de fortalecimento de cadeias produtivas, os beneficiários devem ser enquadráveis no Pronaf, com exceção ao tamanho da propriedade, que pode ultrapassar os quatro módulos fiscais. No projeto água para o campo, os produtores rurais devem ter no mínimo 50% de sua renda sendo oriundas da agricultura e no projeto de proteção de pomares os produtores rurais devem ser enquadráveis no Pronaf ou Pronamp (SANTA CATARINA, 2022a).

Toda a contratação pode ser feita diretamente nos postos municipais da Epagri. Primeiramente verifica-se a aptidão dos produtores ao programa, após isso é realizado a entrega de documentos e a Epagri elabora o projeto técnico e encaminha as agências bancárias. Com a aprovação do financiamento e assinatura do contrato no banco, o agricultor fica responsável por entregar uma cópia do contrato para a Epagri, que vai realizar a confecção e envio do termo de compromisso com a Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. Finalizado o processo, os recursos são liberados aos produtores (SANTA CATARINA, 2022a).

O programa Pronampe Agro SC³⁴, criado em 2023 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cederural), possui a mesma forma de subsidiar juros de contratos que o Investe Agro SC, sendo os recursos disponibilizados por meio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR) (SANTA CATARINA, 2023a).

As subvenções de juros são de 3% ao ano, tendo como limite, o período de 8 anos em todas as linhas de auxílio (as mesmas do Investe Agro SC). Apesar da resolução apontar apenas as mesmas quatro linhas de apoio do Investe Agro SC, na página do programa Pronampe Agro SC aparecem 7 linhas, sendo as que não constam na resolução: Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pesca e da Aquicultura, Armazenagem de Grãos em Propriedades Rurais e Pronampe Leite SC (SANTA CATARINA, [2025c?]).

³⁴ Nas páginas oficiais do governo estadual, os programas Investe Agro SC e Pronampe Agro SC às vezes são tratados como o mesmo programa, porém estes possuem momentos distintos de criação. Apesar disso, ambos seguem o mesmo padrão de contratação e origem de recurso para a subvenção de juros.

No projeto de Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pesca e da Aquicultura o público alvo são pescadores artesanais, piscicultores, maricultores e outros aquicultores que sejam enquadráveis no Pronaf ou no Pronamp (SANTA CATARINA, [2025c?]). Já no projeto de Armazenagem de Grãos em Propriedades Rurais também é necessário que os produtores rurais sejam enquadráveis no Pronaf ou Pronamp e visa contribuir em investimentos de armazenagem de grãos a serem instaladas nas propriedades rurais (SANTA CATARINA, [2025c?]).

O Pronampe Leite SC contribui para que sejam realizadas melhorias nos processos produtivos do leite e para que o produtor acesse essa subvenção de juros é necessário se enquadrar no Pronaf, com exceção do tamanho da propriedade, que pode superar os quatro módulos fiscais. Este projeto é o único com 5% ao ano de subvenção de juros, os demais são somente 3% ao ano (SANTA CATARINA, [2025c?]).

Em relação aos valores de enquadramento ocorrem divergências de informações entre a resolução nº 34/2023/SAR/CEDERURAL e a página do programa. Na resolução os valores de enquadramento chegam a até 200 mil reais por família, a depender do projeto e linha de apoio (SANTA CATARINA, 2023a), enquanto na página do programa são encontrados no máximo como valor de enquadramento 150 mil reais por família e 180 mil reais para coletivos (cooperativas singulares, cooperativas centrais de agricultura familiar e turismo rural) (SANTA CATARINA, [2025c?]).

Para o ano de 2025, se tem a previsão de empenho de 25 milhões de reais nas ações do Pronampe Agro SC e por meio deste programa é possível abater parcialmente ou totalmente os juros de contratos do Pronaf, Pronamp e Plano Safra (Observatório do Agro Catarinense, 2025).

3.6.5 Programa Financia Agro SC

O Financia Agro SC é um programa que objetiva apoiar melhorias em sistemas produtivos, bem como na promoção de instalações de energia elétrica, na agregação de valor aos produtos, na inovação, no turismo rural e questões de legalidade produtiva (SANTA CATARINA, [2025a?]). Neste programa são atendidos os produtores que se enquadram no Pronaf, somente com exceção na regra referente ao tamanho das propriedades, que podem exceder os quatro módulos fiscais e o prazo para pagamento é de 5 anos e sem juros (SANTA CATARINA, [2025a?]).

O programa é subdividido em projetos, sendo eles: financiamento às cadeias produtivas agrícolas e pecuárias, financiamento às cadeias produtivas aquícolas e pesqueiras, financiamento para empreendimentos de agregação de valor e turismo rural e arranjos produtivos locais (SANTA CATARINA, [2025a?]).

No projeto de financiamento às cadeias produtivas agrícolas e pecuárias são destinados recursos para melhorias nos sistemas produtivos, aquisição de matrizes de raças leiteiras, ovinos, caprinos, reprodutores bovinos de raça de corte e investimentos em produção de mudas de maracujá. Nestes projetos, os valores financiados individualmente (por família) giram em torno de 10 mil a 50 mil reais, enquanto para financiamentos coletivos (no mínimo três famílias) o limite máximo a ser financiado chega a 125 mil reais (SANTA CATARINA, [2025a?]).

No projeto de financiamento às cadeias produtivas aquícolas e pesqueiras, são financiadas ações de melhorias, como por meio de aquisição de embarcações, equipamentos de segurança e redes, bem como no investimento em tanques de piscicultura e na realocação e ocupação permanente de áreas aquícolas disponibilizadas a maricultores e são permitidos financiamentos individuais de até 50 mil reais e coletivos (mínimo de três famílias) de até 125 mil reais (SANTA CATARINA, [2025a?]).

Em relação ao financiamento para empreendimentos de agregação de valor e turismo rural, os valores desempenhados aos financiamentos são maiores, sendo permitidos financiamentos de até 60 mil reais individualmente com limite de uso desse valor de até 50% para custeio (5 anos para pagamento) ou financiamentos de até 20 mil reais quando o valor é somente destinado para custeio (2 anos para pagamento) e financiamentos coletivos de até 500 mil reais, tendo como limite individual 50 mil reais. Estes valores a serem financiados podem ser utilizados para legalização de agroindústrias, novos negócios, turismo rural, agregação de valor à produção e para custeio de rótulos, embalagens, responsável técnico, matéria prima, consultorias e marketing (SANTA CATARINA, [2025a?]).

No projeto de arranjos produtivos locais, são ofertados recursos para ações de que tenham importância para alguma cadeia produtiva regional, sendo concedido 500 mil reais para projetos com no mínimo 10 famílias envolvidas e com limite de 50 mil reais por família e um total de 1 milhão de reais por unidade de gestão técnica da Epagri (UGT) (SANTA CATARINA, [2025a?]).

Além dessa forma, também é possível que a UGT financie um único projeto utilizando a cota integral dessa unidade, porém, nestes casos o projeto é submetido a

análise do Cederural e isso é praticado “[...] em situações que envolvam projetos de desenvolvimento regional, pela sua importância econômica e social e por decisão conjunta da Gerência Regional da Epagri e da Associação Regional dos Municípios” (Epagri, 2024, n.p.).

3.6.6 Programa Fomento Agro SC

Este programa é muito semelhante aos programas apresentados anteriormente (Investe Agro SC, Pronampe Agro SC e Financia Agro SC) e também visa disponibilizar financiamentos sem juros para agricultores, assim como para pescadores catarinenses com recursos do FDR. São cinco anos para realizar o pagamento do financiamento realizado por meio deste programa (SANTA CATARINA, 2022b). Os recursos variam entre 20 mil reais por família até 1 milhão por UGT da Epagri, a depender se os recursos são para custeio ou investimentos (SANTA CATARINA 2021; 2023b).

Por meio deste programa, o governo estadual busca incentivar melhorias em sistemas produtivos, na rentabilidade destes sistemas, agregação de valor à produção e organização e legalização dos produtores rurais/pesqueiros e de sua produção, bem como na introdução de tecnologias e inovações, acesso à energia elétrica e no turismo rural (SANTA CATARINA, 2022b).

Para acessar os financiamentos deste programa é necessário cumprir alguns requisitos, entre eles estão: os produtores rurais e pescadores devem estar enquadrados nas normas do Pronaf com exceção aos quatros módulos fiscais que podem ser excedidos, além de estar adimplentes com o Estado e as organizações de produtores rurais (formais ou informais) devem ter ao menos 60% dos membros com a DAP/CAF, enquanto os demais membros devem comprovar que possuem no mínimo 50% de sua renda advindos de atividade agropecuária (SANTA CATARINA, 2022b).

Para solicitar o financiamento, o produtor deve primeiramente fornecer dados pessoais e outras informações por meio digital e a unidade municipal da Epagri recebe o pedido, verifica o orçamento disponível e dá um retorno ao produtor, que após a aprovação deverá ir presencialmente na unidade municipal da Epagri para que seja dado início a elaboração e envio do projeto técnico para a secretaria da agricultura que analisará e elaborará o contrato (SANTA CATARINA, 2022b).

Após esses procedimentos, o contrato volta para a Epagri coletar a assinatura do produtor contemplado e dos avalistas, que posteriormente encaminha novamente o

contrato para a secretaria de agricultura e finaliza o processo depositando os recursos ao produtor beneficiado. Com o recurso em conta, o beneficiário tem sessenta dias para executar o projeto (SANTA CATARINA, 2022b).

3.6.7 Programa Jovens e Mulheres em Ação

Este programa visa auxiliar o processo de sucessão na gerência de negócios aos jovens e mulheres e a construção de autonomia destes grupos. O programa é subdividido em cinco projetos, sendo eles: ação jovem rural e do mar, ação mulher rural e do mar, projeto realiza, conecta jovem e conecta flor-e-ser (SANTA CATARINA, [2025d?]).

Os projetos ação jovem rural e do mar e ação mulher rural e do mar disponibiliza recursos para a formação do público-alvo por meio de cursos ofertados pela Epagri. Enquanto o projeto Realiza coloca em prática as ideias e projetos elaborados durante as formações/cursos realizados nos dois projetos apontados anteriormente e neste projeto são disponibilizados até 50 mil reais (individual) ou até 120 mil reais para projetos coletivos (mínimo de três famílias), além de contar com prazo de 5 anos para quitação, sem juros e ainda tem 10% de desconto em caso de pagamento realizados em dia (SANTA CATARINA, [2025d?]).

O projeto conecta jovem, oferta crédito para jovens de 18 a 29 anos adquirirem equipamentos de informática e instalação de internet nas propriedades, tendo como limite de contratação o valor de 5 mil reais, com 3 anos para pagamento, sem juros e com 50% de desconto se os pagamentos estiverem em dia (SANTA CATARINA, [2025d?]).

O projeto conecta flor-e-ser é um pouco mais detalhado que o conecta jovem. Este projeto além de incentivar a instalação de internet, aquisição de equipamentos de informática, também busca dar mais possibilidade de acesso as mulheres do campo a informação, a capacitação e formação relacionados a aplicativos de gestão das propriedades. Para acessar aos recursos deste projeto é necessário que as mulheres tenham realizado o curso ação mulher rural e do mar, podendo financiar até 5 mil reais, sem juros, com prazo de 3 anos para pagamento e 50% de desconto quando o pagamento for realizado em dia (SANTA CATARINA, [2025d?]).

3.6.8 Programa Água no campo SC

Neste programa, o governo estadual busca investir em projetos de sistemas de captação, armazenamento, tratamento e na distribuição de água, bem como proteger nascentes, recuperar áreas, conservar e manejar o solo e água nas propriedades rurais. O público-alvo são produtores rurais enquadráveis nas normas do Pronaf, com exceção para a área da propriedade que pode superar os quatro módulos fiscais. Em relação ao prazo de pagamento, são até 5 anos, sem cobrança de juros e com desconto de 50% ao pagar as parcelas em dia (SANTA CATARINA, [2025b?]).

O programa é dividido em dois projetos, sendo eles: água para todos e protegendo o solo e cultivando água. O projeto água para todos atende a iniciativas para captação, armazenagem, tratamento e distribuição de água nas propriedades rurais e podem ser financiados valores de até 100 mil reais individualmente ou 500 mil coletivamente, respeitando o limite de 100 mil por família (SANTA CATARINA, [2025b?]).

Além disso, para famílias em situação de vulnerabilidade são ofertados valores e condições de pagamento diferenciadas. Para estas famílias são dispostos financiamentos de até 20 mil reais individualmente e 100 mil reais coletivamente, respeitando o valor limite por família (R\$ 20 mil) e para além dos 5 anos para pagamento, é concedido um desconto de 75% para os pagamentos realizados em dia (SANTA CATARINA, [2025b?]).

No projeto protegendo o solo e cultivando água visa práticas conservacionistas e no manejo de solo, por meio de uso de plantas para cobertura de solo, terraceamento, recuperação de mata ciliar e de nascentes. Neste projeto são concedidos até 30 mil reais individualmente e 100 mil reais por grupo com no mínimo três integrantes (SANTA CATARINA, [2025b?]).

3.6.9 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Os serviços de Ater no Brasil tiveram seu início de modo mais organizado a partir da década de 1940, sendo influenciado pelo modelo ofertado em solo norte-americano. Desde então, muitas foram as alterações nas formas de disponibilização deste serviço, no debate de sua importância, nos discursos e nos orçamentos disponibilizados, que foram duramente afetados, especialmente no setor público (Pereira e Castro, 2021).

Nos primeiros anos do século XXI, o serviço de Ater pública volta a ganhar espaço e valorização, buscando atender às novas demandas ambientais e de desenvolvimento sustentável e romper com os paradigmas da Revolução Verde, ao mesmo tempo que visa

traçar ações mais democráticas, horizontais e novos modelos tecnológicos (Pereira e Castro, 2021).

Em 2004, a Política Nacional de Ater é criada e esta “[...] deveria ter por orientação promover a inclusão social da população rural mais pobre, tendo por base o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país” (Pereira e Castro, 2021, p. 13). A partir disso, ocorre maior interiorização de profissionais especializados, como agrônomos, veterinários, extensionistas, entre outros (Oliveira; Araújo; Queiroz, 2017).

Em 2010, políticas mais específicas foram criadas, como o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e estas passaram a substituir parcialmente a política criada em 2004 (Pereira e Castro, 2021). Em 2016, com as recentes instabilidades econômicas e políticas, o MDA que era o responsável pelas políticas de Ater foi extinto (Pereira e Castro, 2021).

As disputas políticas e de interesses no meio rural influenciaram e ainda influenciam nas diversas oscilações sofridas ao longo do tempo pelos serviços de Ater pública, no qual alguns grupos políticos questionam o papel do Estado relacionado ao desenvolvimento agrícola, enquanto outros defendem maior intervenção, assim como questionam se esta política é para todos os produtores rurais ou apenas para alguns grupos como os agricultores familiares (Pereira e Castro, 2021).

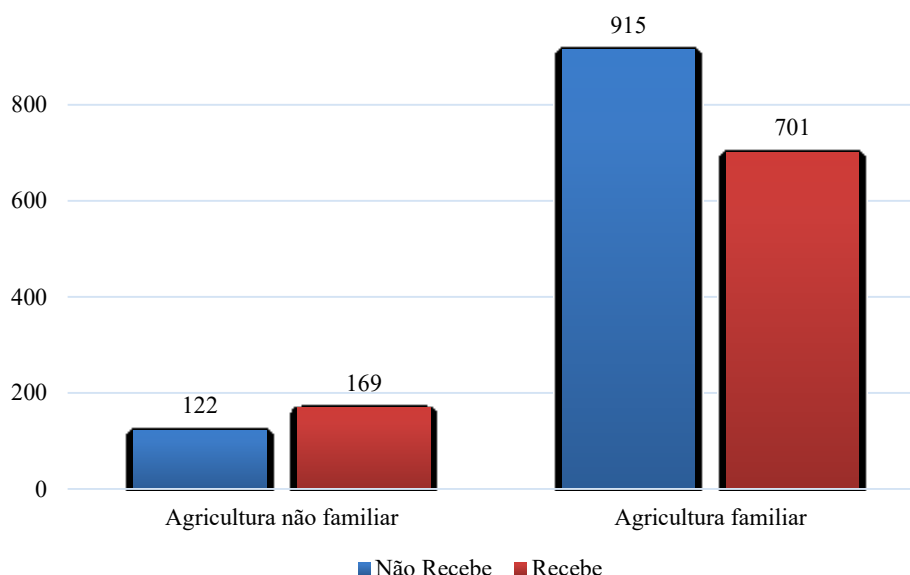
O serviço de Ater pública estadual varia conforme o orçamento disposto e em Santa Catarina a Epagri é a responsável por ofertar este serviço. Para além da Epagri, outras empresas e instituições ofertam esse serviço no estado, como por meio de cooperativas, empresas integradoras, sistema S, ONGs, orientação própria, empresas privadas de planejamento e outras.

Para entendermos melhor a realidade do atendimento de Ater nas mais diversas origens ofertadas no município de estudo, vejamos os gráficos abaixo, no qual podemos visualizar a quantidade de estabelecimentos agropecuários que tiveram orientação técnica ou não em Chapecó nos anos de 2006 e 2017, com base no Censo Agropecuário, sendo dividido entre agricultores não familiares e agricultores familiares.

No gráfico 3, em 2006, o número de estabelecimentos de agricultores familiares que não recebiam orientação técnica é elevado e chama a atenção, enquanto no mesmo grupo, uma quantidade menor (701 estabelecimentos) recebeu orientação técnica. O

grupo de agricultores não familiares é composto por menor número de estabelecimentos, porém a maioria destes recebiam orientação técnica.

Gráfico 3 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam ou não receberam orientação técnica em Chapecó em 2006

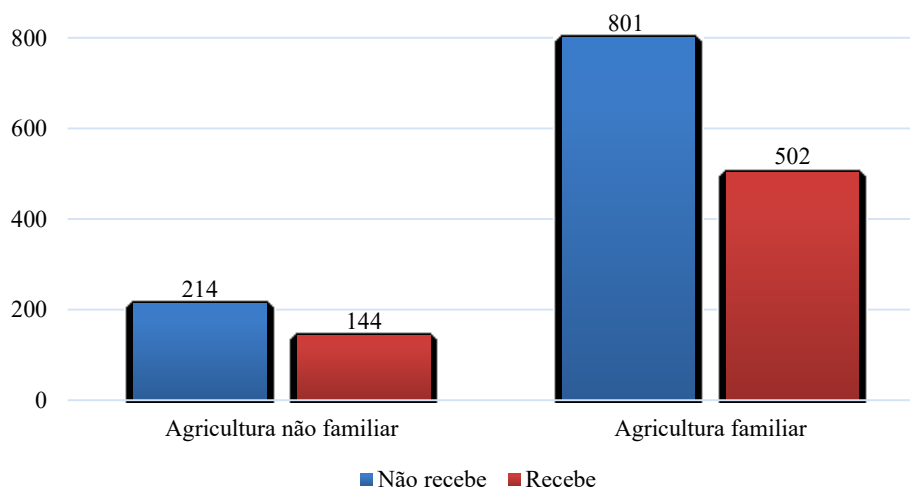


Fonte: IBGE (2009d). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

Em 2017 podemos visualizar algumas mudanças neste cenário. O número de estabelecimentos da agricultura familiar diminuiu significativamente em comparação aos dados de 2006, assim como a proporção de propriedades desse grupo que recebem orientação técnica também decaiu.

Entre os agricultores não familiares podemos visualizar outras informações importantes. Enquanto houve crescimento no número de estabelecimentos pertencentes ao grupo, ocorreu a diminuição do acesso a orientação técnica especializada.

Gráfico 4 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam ou não receberam orientação técnica em Chapecó em 2017

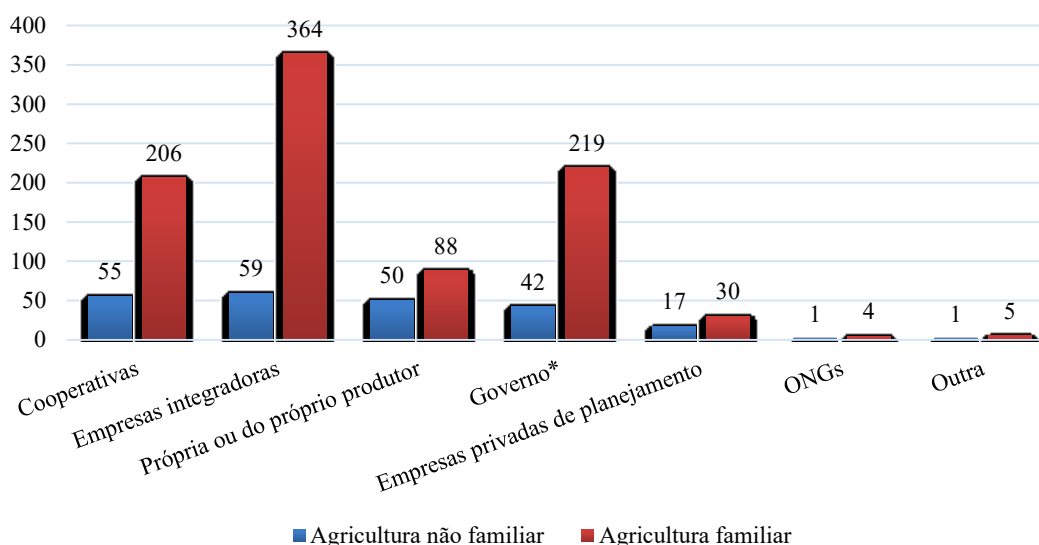


Fonte: IBGE (2019e). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Ao detalharmos ainda mais estes dados, chegamos à origem da orientação técnica ofertada aos produtores rurais. Em 2006, as empresas integradoras lideravam a oferta da orientação técnica, tanto entre agricultores familiares como para agricultores não familiares. Na segunda posição, para os agricultores familiares, o governo municipal, estadual ou federal se faziam presentes de forma expressiva, enquanto para os agricultores não familiares, as cooperativas ocupavam esta posição.

Outras origens da orientação técnica também se faziam presentes, como a orientação própria, de empresas privadas de planejamento, organizações não governamentais (ONGs) e outras fontes. O número de estabelecimentos atendidos por ONGs e outras origens eram pouco presentes.

Gráfico 5 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em Chapecó em 2006 por origem



Fonte: IBGE (2009d). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2025).

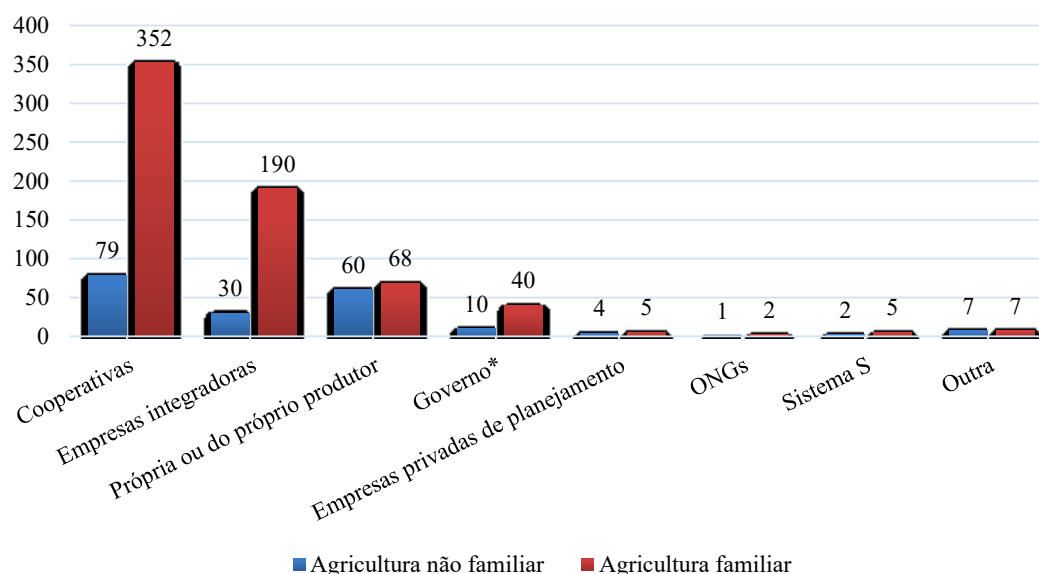
Nota: Governo* refere-se ao governo federal, estadual ou municipal.

Em 2017, as cooperativas passaram a se destacar na oferta da orientação técnica aos estabelecimentos agropecuários em ambos os grupos. Ao compararmos os dados de 2006 e 2017, podemos verificar que as empresas integradoras diminuíram sua participação, porém ainda ocupam posição de destaque nos quantitativos de propriedades atendidas, principalmente entre os agricultores familiares.

A orientação técnica disponibilizada pelo governo passa a atender um menor contingente de propriedades. A orientação própria também teve alterações, sendo visto um acréscimo entre os agricultores não familiares e um decréscimo entre os agricultores familiares.

As empresas privadas de planejamento perdem espaço e as ONGs e outras origens continuam tendo pouca participação. Além destes, entre 2006 e 2017, o sistema S passa a ser apresentado nos dados do IBGE e traz as suas contribuições, especialmente aos agricultores familiares, mesmo estando presente em um pequeno número de estabelecimentos.

Gráfico 6 - Número de estabelecimentos agropecuários que receberam orientação técnica em Chapecó em 2017 por origem



Fonte: IBGE (2019e). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Nota: Governo* refere-se ao governo federal, estadual ou municipal.

Neste sentido, entende-se com base nos gráficos e nas discussões realizadas por Pereira e Castro (2021), que em Chapecó as cooperativas e as empresas integradoras possuem um papel significativo na prestação de serviços de Ater, ficando muito à frente dos quantitativos de estabelecimentos que acessaram os serviços de Ater públicos. Isso se deve pela especialização local, logo, atendem especificamente às demandas dos seus cooperados ou integrados.

Para Pereira e Castro (2021), as cooperativas prestam serviços para além de Ater, como atuando na concessão de crédito, na comercialização da produção, entre outras, assim como as empresas integradoras também atuam em diversas etapas produtivas no campo, porém, principalmente no caso das integradoras como destacam Pereira e Castro (2021, p. 39), “[...] a assistência técnica tem um caráter bem distinto da Ater pública, configurando mais um serviço terceirizado de controle produtivo”.

Diferentemente da Ater pública, nestes casos, a orientação técnica recebida é mais direcionada a qualidade e um padrão requerido para a produção (Pereira e Castro, 2021), seguindo as normas das empresas integradoras e de cooperativas como no caso catarinense. Para Pertile (2011), a inserção dos serviços de assistência técnica e de extensão rural favoreceu as agroindústrias e consequentemente ajudaram no crescimento e na consolidação destas empresas.

Entre os agricultores chapecoenses entrevistados, a maioria cita a assistência e orientação técnica vinda das cooperativas e das integradoras, entres as mais citadas estão a Cooperalfa e a MBRF, porém direcionados apenas às produções integradas. Enquanto outros citam a fiscalização e breves orientações dadas pela Cidasc nos momentos que se fazem presentes nas propriedades.

Em relação a assistência ou orientação técnica fornecida pela prefeitura, todos apontaram que não recebiam apoio nesse sentido, sendo apenas providenciadas melhorias nas estradas gerais que dão acesso às comunidades e em algumas localidades, os agricultores apontaram que nem esse serviço era realizado na regularidade adequada.

As produções de aves, suínos e grãos são amplamente assistidas pelos serviços de assistência das cooperativas e integradoras, porém na produção de leite (menos presentes nas propriedades chapecoenses) é encontrada outra realidade, sendo mais apontada a necessidade de contratar de forma particular a assistência técnica de profissionais do setor.

Contudo, os agricultores familiares frequentemente ressaltam não terem as suas ideias e conhecimentos levados em consideração pelos extensionistas, fazendo assim, que se tenham alguns atritos e resistência na implantação de alguns projetos e programas (Pereira e Castro, 2021). Sendo assim importante fomentar a atualização dos extensionistas, bem como direcionar momentos de capacitação para as diversidades, atualidades no campo e para a valorização do conhecimento prévio dos produtores rurais (Simões, 2022).

Enquanto isso, o Sintraf aponta sua oferta de assistência técnica como uma das principais formas de auxiliar os agricultores familiares de Chapecó, além da luta, da representação, dos debates a nível municipal e estadual e buscando se organizar para ter mais força a nível federal diante da estruturação e implantação de políticas públicas que de fato auxiliem os produtores rurais, assim como os auxiliam em questões burocráticas, de regularização e administrativas, ouvindo-os em suas demandas e reconhecendo os conhecimentos que carregam e repassam aos jovens no decorrer dos anos.

Ademais, o entrevistado membro do sindicato (2024) ainda aponta que o acesso ao crédito na região não é um problema, mas sim as dificuldades em ter condições de pagar esse crédito obtido. Ou seja, como podemos ver, diversos são os programas e meios de contratar/acessar crédito rural, porém outras dificuldades são encontradas ao longo do tempo, especialmente na quitação destes empréstimos.

Para além das formas convencionais de assistência e orientação técnica, programas de rádio, televisão, internet e reuniões comunitárias estão sendo usadas para conseguir alcançar um maior público por ações de Ater, focando principalmente nas dúvidas dos produtores, para assim, ter mudanças mais significativas (Pereira e Castro, 2021).

Pereira e Castro (2021) apontam que a maior diversidade de fontes de orientação técnica é muito interessante, pois por meio disso é possível atender melhor as especificidades e as demandas de regionais e locais, assim como a sua ausência pode comprometer tanto a produção como a renda das famílias.

Para Simões (2022, p. 1059), “a assistência técnica pública e a política de desenvolvimento rural contribuem para a ação institucional que possibilite a implementação e consolidação de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, capaz de gerar renda e novos empregos”.

Portanto, é necessário investir mais na popularização dos serviços de Ater, bem como dar voz aos produtores rurais atendidos, para que assim possam ser realmente supridas as demandas destes de forma mais eficiente, rápida e com custos menores.

3.6.10 Plano Mais Produção (P+P)

Outras fontes de crédito estão sendo disponibilizadas nos últimos anos como, por exemplo, o Plano Mais Produção (P+P) ofertado através da política industrial Nova Indústria Brasil (NIB) do Governo Federal.

Lançada em janeiro de 2024, essa política está sendo gerida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e de acordo com Brasil ([2025?]), possui como objetivo, estimular o desenvolvimento industrial a nível nacional até o ano de 2033, com investimentos iniciais previstos em torno de R\$ 300 bilhões até o ano de 2026 difundidos em valores para financiamentos, participações acionárias e de recursos não reembolsáveis via BNDES, “Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)” (BRASIL, [2025?], n.p.).

Porém, ainda em 2024, os valores a serem investidos foram revisados, a Finep teve o seu orçamento aumentado e houve a chegada de outras instituições, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, que conjuntamente atingiriam um total de R\$ 506,7 bilhões (BNDES, [2026?]). E “até o

terceiro trimestre de 2025, os desembolsos totais somam mais de R\$ 588,42 bilhões” (BRASIL, [2026?], n.p.), superando assim, os valores programados.

Em todo o estado catarinense, foram distribuídos R\$ 29,8 bilhões entre as 19,9 mil operações aprovadas – com exceção dos valores acessados via Banco do Brasil³⁵ (BRASIL, 2026b). Projetos de infraestrutura lideram o ranking de maiores investimentos, seguido por transformação digital em segundo lugar e agroindustrial na terceira colocação (BRASIL, [2026?]). O setor agroindustrial, apesar dos valores acessados não serem os maiores, lidera na quantidade de projetos, com um total de 8.524, seguido de infraestrutura com 6.559 projetos e 4.580 projetos de transformação digital (BRASIL, [2026?]).

Em Chapecó, até setembro de 2025, foram 774 operações aprovadas e empenhados R\$ 2,3 bilhões pelo Plano Mais Produção (BRASIL, 2026b), ou seja, o município absorve um percentual significativo dos recursos disponibilizados a nível estadual (7,7%).

Esses recursos, apesar de não serem direcionados especificamente à agricultura familiar, impactam a mesma, visto que parte dos valores podem ser acessados por micro, pequenos e médios empreendimentos agroindustriais. Isso se dá, por exemplo, com as cooperativas de agricultores familiares que buscam novas alternativas frente a pressão e ao avanço das grandes agroindústrias em Chapecó e região, bem como melhorias em infraestrutura e transformação digital impactam diretamente e/ou indiretamente o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

3.6.11 Considerações sobre os programas de fomento e crédito concedido

Diante desse panorama, podemos verificar que estes programas são de suma importância para os produtores rurais de todo o Brasil, sendo assim mais uma oportunidade de acesso ao crédito buscando atender as especificidades e a diversidade tanto a nível estadual como nacional.

Além disso, é possível ter a melhoria da qualidade de vida no campo por meio destes programas, assim como dar a oportunidade de populações mais vulneráveis acessarem alimentos de qualidade por meio destes e de outros programas que dão incentivos para a comercialização da produção a preços justos para o produtor, assim

³⁵ “Os recursos operados pelo BB aparecem exclusivamente no somatório nacional, por exigências de compliance” (BRASIL, 2026b, n.p.). Dessa forma, não constam os valores nos somatórios dos estados e municípios.

como para os consumidores finais, além de compor a alimentação escolar e outros espaços, alcançando assim um público ainda maior (Ripplinger, 2021).

No entanto, algumas fragilidades e dificuldades são encontradas nestes programas e que afetam os produtores rurais. Como, por exemplo, em relação a burocracia para acessar o crédito, restrição ao crédito junto às instituições bancárias, assistência técnica que por vezes é insuficiente, problemas na liberação dos recursos, desconhecimento da diversidade de linhas e das especificidades de cada uma delas por parte dos produtores rurais e até mesmo de funcionários de instituições bancárias para orientar o produtor rural (Konzen, 1986; BRASIL, 2020).

Outras situações também são encontradas, como por meio da marginalização de agricultores familiares pouco capitalizados por parte das instituições financeiras, tanto públicas como privadas, dispondo assim, de mais obstáculos para conseguirem acessar o crédito (Saron; Neves Neto; Hespanhol, 2017).

Os resultados do PRONAF contribuem para ampliar a diferenciação econômica no interior da agricultura familiar, privilegiando os segmentos integrados às principais cadeias produtivas do agronegócio, como grãos e carnes, e a marginalização dos segmentos menos capitalizados, os quais, muitas vezes, não conseguem acessar os recursos dessa política pública federal em virtude das barreiras impostas pelo sistema financeiro. Os agricultores assentados, por exemplo, têm enfrentado grandes dificuldades para ter acesso aos recursos financeiros do PRONAF (Saron; Neves Neto; Hespanhol, 2017).

Ao propor políticas públicas voltadas para o campo, é necessário levar em consideração as suas multiplicidades e tempos. Ignorar a diversidade existente pode vir a gerar desacertos, exclusão social, empobrecimento da população do campo e ocasionar êxodo rural, sendo assim de fundamental importância realizar estudos mais localizados (Brandenburg, 2010).

Apesar das dificuldades enfrentadas por diversos pequenos produtores rurais, os dados em relação aos recursos públicos acessados por produtores chapecoenses nos últimos anos chamam a atenção. Ao verificarmos a quantidade, valores e porcentagem em relação ao total do crédito rural disponibilizado, Chapecó ocupa, em sua maioria posições elevadas nos rankings.

No top 50 dos municípios que mais acessaram o crédito de custeio no ano agrícola 2021/2022³⁶, Chapecó não consta na lista. Em compensação, quanto ao crédito para

³⁶ Valores referentes a diversos programas, linhas de financiamento e gestão de risco em atividades agropecuárias (Proagro).

industrialização, o município ocupa a 2ª posição (4,51% do valor total), a 9ª posição no crédito de comercialização (0,87%) e a 14ª posição em investimentos (0,36%) (Banco Central do Brasil, 2022). Ao juntarmos essas quatro opções de crédito, veremos um outro panorama se desenhando para Chapecó e outras cidades, como é possível visualizar na tabela a seguir.

Tabela 8 - Concessão de crédito rural aos municípios brasileiros- ano agrícola 2021/2022

Posição	Município	Finalidade								Total		
		Quantidade Custeio	Valor Custeio (R\$)	Quantidade Investimento	Valor Investimento (R\$)	Quantidade Comercialização	Valor Comercialização (R\$)	Quantidade Industrialização	Valor Industrialização (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	% valor total
1º	Rio Verde - GO	1.441	1.188.131.086,39	836	579.328.816,79	137	1.162.229.249,08	11	256.400.000,00	2.425	3.186.089.152,26	1,01
2º	Bebedouro - SP	275	2.168.197.415,32	63	27.543.567,60	12	349.219.713,07	0	0,00	350	2.544.960.695,99	0,80
3º	São Paulo – SP	9	610.663.810,48	12	2.117.295,13	308	1.730.301.449,56	1	5.500.000,00	330	2.348.582.555,17	0,74
4º	Sorriso – MT	558	881.135.714,77	392	557.260.775,02	65	276.711.450,16	7	88.500.000,00	1.022	1.803.607.939,95	0,57
5º	Barra Bonita – SP	0	0,00	1	350.000,00	0	0,00	2	1.751.500.000,00	3	1.751.850.000,00	0,55
6º	Chapecó- SC	586	187.008.637,95	203	335.970.508,25	41	307.007.703,16	21	919.300.000,00	851	1.749.286.849,36	0,55
7º	São Desidério – BA	388	860.239.049,43	345	591.966.641,98	53	120.565.745,50	5	75.000.000,00	791	1.647.771.436,91	0,52
8º	Campo Mourão – PR	622	960.855.841,45	104	178.232.750,94	66	125.455.253,60	6	347.000.000,00	798	1.611.543.845,99	0,51
9º	Piracicaba – SP	278	1.398.807.225,44	50	73.838.847,75	7	15.068.983,46	3	83.000.000,00	338	1.570.715.056,65	0,50
10º	Cascavel – PR	2.101	444.944.151,94	544	171.656.792,50	49	151.799.708,48	30	710.760.762,44	2.724	1.479.161.415,36	0,47

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop). Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

Com exceção do município de São Paulo-SP, com sua economia majoritariamente voltada para o setor de serviços e finanças, as demais cidades apresentam forte relação econômica com o meio rural, principalmente voltadas para a produção de carnes, soja, milho e cana-de-açúcar. Isso reflete uma realidade interessante, no qual poucas produções concentram a disposição de tamanha quantidade de crédito, enquanto outros setores não o fazem ou não conseguem acessá-los tão facilmente.

Chapecó, chama a atenção por estar entre os 50 municípios que mais obtiveram crédito rural neste período e grande parte destes recursos foram via Pronaf, o que faz com que este crédito chegue a pequenos produtores rurais de forma mais abrangente, apesar das limitações e dificuldades encontradas e verificadas nos trabalhos de campo.

Entende-se que todos os programas citados anteriormente possuem grande relevância em Chapecó, porém o Pronaf se destaca como a política pública que mais alcança o público local e regional. Isso ocorre, visto a sua maior divulgação e o acesso ser realizado por diversas instituições financeiras, em especial, as cooperativas de crédito, que possuem grande presença e maior proximidade dos produtores rurais por conta do histórico cooperativista regional.

Outros programas citados também são de grande potencial na região, porém ainda se faz necessário maior empenho na divulgação direcionada aos públicos-alvo e maior facilidade no acesso a esses recursos. Além disso, cabe destacar o importante papel desenvolvido pelo BNDES, atuando como um dos principais agentes financeiros na implantação de políticas públicas no Brasil (Padilha; Espíndola, 2020). Quando falamos do papel do BNDES no desenvolvimento das cooperativas do setor de carnes, grãos e de crédito, estamos ao mesmo tempo falando do papel desempenhado pelo Estado no fortalecimento da economia nacional (Padilha; Espíndola, 2020).

Padilha e Espíndola (2020) para além de mostrar o significativo desempenho e importância do BNDES para a agricultura familiar, também apontam acerca da expansão de crédito rural, que mesmo em momentos de crise externa “o crédito público para investimento foi reforçado como uma política anticíclica, crescendo 18,4% ao ano em 2009–2014 e assegurando que o agronegócio mantivesse o ritmo de investimentos e expansão” (Padilha; Espíndola, 2020, p. 106).

Ademais, em relação as cooperativas de crédito, Jacques e Gonçalves (2016) destacam o papel que estas instituições possuem na disponibilização de crédito, principalmente a agricultores familiares menos capitalizados. Estas instituições possuem

grande capilaridade em Chapecó e região, alcançando um grande e diverso público. Neste sentido,

O histórico do cooperativismo no Brasil mostra a sua crescente importância, principalmente no que se refere ao cumprimento do papel de promover a aplicação de recursos privados e assumir os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve, trazendo benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda (Jacques; Gonçalves, 2016, p. 507).

Em síntese, a cada nova gestão do governo federal e estadual, as políticas públicas para o campo são afetadas, positivamente ou negativamente (Grisa, 2021). Para além dos modelos de governo seguidos pelos gestores, diversos outros agentes produtores do espaço possuem influência nas gestões públicas, direcionando assim os recursos, pesquisas, as legislações e os públicos a serem atendidos. Dessa forma, Estado e o mercado se unem para garantir o fortalecimento do agronegócio brasileiro, conforme apontam Souza e Silva (2019), ao passo que podem transformar a vida, a identidade e o trabalho no urbano e no rural.

CAPÍTULO 4 – NARRATIVAS DE VIDAS TRANSFORMADAS: DA PRODUÇÃO FAMILIAR ÀS AGROINDÚSTRIAS E AS NOVAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO NO CAMPO

4.1 Subordinação e instabilidade de renda no meio rural

Com a chegada gradual dos colonos, aqueles que já tinham se estabelecido começaram a criar suínos e no decorrer do processo, foram incentivando os novos moradores a também os produzirem para além da subsistência. Os frigoríficos se estabelecem a partir da crescente oferta e da regularidade de entrega destes animais na região, passando também a incentivar a produção de suínos (Campos, 1987).

Moretto e Brandt (2019) apontam que a expansão de unidades frigoríficas também se deu devido à maior rentabilidade que o abate e o processamento da carne e da banha de suínos começaram a ter em comparação com a venda de porcos vivos. Bem como, por causa de subsídios do governo federal para o escoamento da produção regional por meio de via férrea, principalmente pela estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (Brandt; Moretto, 2023).

A produção avícola seguiu padrões iniciais diferentes da produção de suínos. De acordo com Campos (1987), a criação industrial de aves na região não era uma atividade vista como habitual, sendo encontrados somente poucos exemplares criados de forma livre pelos proprietários e com vista ao fornecimento de ovos e carne para as próprias famílias.

Enquanto na produção de suínos a sua industrialização se deu de modo gradual, com a avicultura foi o contrário, ou seja, passou por uma rápida transformação e implantação por parte das agroindústrias, seguindo as convicções da racionalidade econômica e técnica conforme aponta Campos (1987).

Aos poucos as agroindústrias passaram a incorporar novas raças, assim como ofereceram assistência técnica, foram se aproximando dos produtores familiares até chegar ao ponto inicial do processo de integração como vemos atualmente (Campos, 1987). Com isso, deu-se início a perda do domínio técnico do processo produtivo por parte dos agricultores familiares (Campos, 2013).

Radin (2021), salienta que a pequena produção familiar foi uma das bases fundamentais para a instalação e para o crescimento das indústrias voltadas a produção de carnes, mas que desde a segunda metade do século XX, as empresas organizam e subordinam os produtores rurais.

Diante disso, as agroindústrias passam a fomentar a modernização das propriedades e do processo produtivo, porém Campos (1987) destaca que essa modernização não é estimulada e realizada seguindo as vontades e os desejos dos produtores, mas sim que estes passam a serem forçados a realizarem a modernização do processo produtivo. A partir disso, Campos (1987) traz dois pressupostos históricos, sendo eles o fechamento da fronteira agrícola no oeste catarinense relacionando-o com o preço da terra e o segundo pressuposto referente a remuneração dos produtores rurais.

O fechamento da fronteira agrícola³⁷ regional destacada por Campos (1987; 2013) ocorreu na década de 1960 e com isso houve alterações significativas nos modos de reprodução das pequenas produções familiares e as relações destas com o capital agroindustrial.

³⁷ O fechamento da fronteira agrícola do oeste catarinense é entendido por Campos (1987) como sendo o momento no qual o território regional se encontra totalmente ocupado e associado a lógica produtiva agrícola, não restando mais novas áreas para serem ocupadas com plantios ou criações de animais, somente sendo possível a sua intensificação produtiva por meio da mecanização e modernização.

Historicamente se colocava a necessidade de profundas transformações para viabilizar uma nova fase de expansão da economia regional que, dadas as suas peculiaridades, passavam necessariamente por mudanças qualitativas nas relações entre a pequena produção familiar e o grande capital agroindustrial (Campos, 2013, p. 19).

Com isso, o preço das terras aumenta ainda mais após o crescimento migratório para esta região e as oportunidades de emigrar para os estados vizinhos com condições mais vantajosas e que não fossem em áreas muito distantes, já eram poucas (Campos, 1987). Devido ao aumento no preço das terras, necessita-se extrair maior rentabilidade e produtividade nas propriedades consolidadas.

A criação de novas propriedades para os filhos continuarem no campo já não era mais algo tão simples e barato como nos anos anteriores. A modernização entra como uma possibilidade de incremento na renda familiar, incentivados pelas agroindústrias por meio de departamentos de fomento próprios (Campos, 1987)³⁸.

A partir daí a pequena produção entra numa ciranda da qual não consegue mais sair. Premida pela necessidade de aumentar sua capacidade produtiva, a pequena produção moderniza-se. Ao contrário de melhorar-lhe a sorte e possibilitar-lhe a reprodução de novas unidades familiares, a modernização a joga na dependência do grande capital que a subordina (Campos, 1987, p. 319).

Campos (1987) ainda destaca que esse aumento na produtividade pode ser inicialmente benéfico ao indivíduo, porém não ao coletivo dos produtores familiares. Visto que com isso são elevados os padrões sociais médios de produção e que consequentemente refletem nos preços praticados aos produtos e na remuneração dos produtores, porém isso acaba se tornando apenas uma melhoria provisória, sendo rapidamente ponderada nas médias (Campos, 1987).

Deste modo, chegamos ao segundo pressuposto histórico apontado por Campos (1987), a remuneração da produção. A partir da mercantilização da produção, o processo de concorrência entre produtores familiares aumenta tendo em vista que as médias produtivas elevam, o que Campos (1987) chama de “condições sociais médias” e consequentemente, aqueles que possuem maior produtividade acabam ficando com uma fração maior do valor da produção. A subordinação encontra terras férteis na mercantilização da produção advinda das pequenas propriedades familiares.

³⁸ Ressalta-se que isso reflete a realidade encontrada na época em que Campos (1987) realizou o estudo e que desde então houve diversas alterações.

O Estado, por meio da concessão de crédito agrícola colaborou para a modernização das pequenas propriedades e para a implantação de tecnologias nestes espaços, mas buscando principalmente beneficiar ao capital agroindustrial voltado ao comércio exterior e sua inserção neste espaço de forma competitiva, primeiramente com a carne e derivados de suínos e posteriormente com frangos (Campos, 1987).

As mudanças socioeconômicas ocorridas no oeste catarinense são vinculadas com o “[...] processo de concentração de renda através da agricultura mecanizada, da integração com as agroindústrias e exclusão de grande parte dos trabalhadores rurais, tem como um de seus resultados a desintegração das comunidades rurais” (Onghero, 2013, p. 13).

Diante disso, novas particularidades são encontradas no campo e nas relações entre os produtores rurais com as agroindústrias. Transformando assim o trabalho, as relações familiares e comunitárias, as possibilidades de futuro para os jovens no campo e as demais formas de trabalho vinculadas ao meio rural (Campos, 1987).

As cooperativas de carne se beneficiam do processo de integração da mesma forma como as agroindústrias. Neste processo, as empresas integradoras usufruem dos benefícios de se ter como garantia uma grande quantidade de animais a sua disposição para o abate. Neste sistema, são os integradores que fornecem a ração e o acompanhamento de um técnico especializado.

Os produtores rurais através deste sistema possuem garantia de venda da sua produção a um valor mediano, porém, são inúmeros os gastos e as exigências feitas pelas cooperativas e agroindústrias, dentre elas melhorias na estrutura física, em tecnologia, questões sanitárias, entre outros, gerando a partir disso grandes endividamentos.

As agroindústrias mantêm setores específicos em sua estrutura, que atuam na comercialização de insumos e elaboração de projetos visando à obtenção de financiamentos para ampliação e implementação de novas unidades produtoras integradas. No entanto, a responsabilidade pela dívida perante os agentes financiadores fica sob total responsabilidade dos produtores, que, na maioria das ocasiões, não possuindo outro bem, são obrigados a hipotecar a propriedade como garantia ao agente financiador (Jesus, 2010, p. 69).

Situações como estas são comuns em regiões como o Oeste de Santa Catarina, onde existem em torno de 66 mil produtores integrados às agroindústrias de carnes (Pedrozo, 2023).

Jung (2018) aponta que inicialmente as granjas de porcos ou de aves, possuem um rendimento atrativo como forma de empolgar os produtores rurais, mas passado um

tempo, os valores pagos já não compensam tanto, as exigências de melhorias aparecem, os financiamentos aumentam e o endividamento surge conjuntamente do medo de perder o patrimônio de uma vida inteira.

Santos Junior (2011) destaca que o processo de integração das agroindústrias com os agricultores familiares foi bom para o desenvolvimento econômico regional, porém conjuntamente alguns efeitos negativos cresceram, especialmente ambientais e socioeconômicos. As vulnerabilidades e riscos estão presentes desde quando um produtor tem que colocar a sua propriedade como meio de garantia de pagamento dos financiamentos e caso não consiga arcar com estes, ficam sem uma fonte de renda, sem moradia e sem a terra.

Essas situações de vulnerabilidades afetam também em outros sentidos, como quando os preços de insumos por exemplo, do milho, se tornam elevados ao ponto de não conseguirem comprar alimento suficiente para as necessidades dos rebanhos que trazem rendas complementares às famílias do campo, gerando gastos extras e mais dívidas (Monteiro; Silva, 2017). Assim “a redução [...] da vulnerabilidade e, no final, do risco, na sociedade [...], constitui um elemento fundamental e um dos fatores que deveriam definir o “desenvolvimento”” (Lavell, s.d., p. 1 *apud* Freitas; Dal Santo; Oliveira, 2017, p. 28).

Crises, como por exemplo, a que foi gerada a partir da “Operação Carne Fraca” da Polícia Federal, impactaram o setor de carnes de diversas regiões brasileiras (Pinto, 2017, Ripplinger, 2019). Em parte das unidades frigoríficas catarinenses envolvidas, uma delas em Chapecó, os trabalhadores das unidades frigoríficas e os produtores rurais foram os mais impactados, em decorrência disto e de problemas internos em determinadas unidades houve a diminuição de produção, suspensão de contratos de trabalhadores, paralisação de setores, entre outros (Fiori; Cenci, 2018).

Essa crise trouxe revelações importantes como a existência de um sindicato específico de avicultores em Chapecó, no qual, até então, não se tinha conhecimento por parte do Sintraf, conforme apontado pelo entrevistado membro do sindicato. Acerca desse outro sindicato, o respectivo entrevistado aponta um desconhecimento da localização e de quem o coordena.

[...] na verdade não é uma grande coordenação, uma grande organização em parceria com o patrão, com as agroindústrias né, representa os agricultores, tem o poder jurídico para representar os avicultores, no qual na crise 2018 se não me engano né da Carne Fraca no Brasil, muitas empresas fechadas. O sindicato juridicamente nem tinha direito civil por sindicato de agricultor porque existia o sindicato de avicultor aqui regionalmente, então na época foi

uma surpresa, a gente até não sabia porque isso era uma organização interna e legalmente constituída. A gente não pôde ter essa representatividade, os acordos foram assinados entre o sindicato dos avicultores, que teoricamente a representatividade de agricultores era zero né, 99% dos agricultores ninguém sabia, avicultores não sabiam que existia essa organização e no qual a gente ficou meio ‘escanteado’ pra fazer essa defesa (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

Tendo essas situações em vista, nos deparamos e confrontamos com o entendimento dos agricultores familiares entrevistados acerca de situações enfrentadas no passado e na atualidade, como disposto a seguir.

4.1.1 Experiências de integração às agroindústrias e cooperativas em Chapecó

Observa-se que foram e ainda são diversas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, especialmente em momentos de crise, alguns sendo impactados mais fortemente, outros com menor intensidade.

Entre as principais dificuldades relatadas estão o preço ofertado ao final da produção e as necessidades de investimentos a longo prazo para se ter uma mínima valorização da produção, mas que vale lembrar, não necessariamente é a mais justa e que satisfaz os produtores rurais integrados às agroindústrias e cooperativas de carne.

Nesse sentido, trazemos relatos interessantes para contribuir com o debate. Um dos entrevistados cita a remuneração: “[...] falta de melhora do preço na verdade e às vezes falta incentivo também por parte dos governos né. Crédito sempre tem, mas outros incentivos muito pouco” (Entrevistado 3). O mesmo ao ser questionado se o retorno financeiro da produção era satisfatório respondeu que “nem sempre, às vezes. Às vezes é, às vezes não é, uma questão é que depende do lote e a agricultura também, mercado né” (Entrevistado 3).

Giongo, Monteiro e Sobrosa (2017) destacam que o modo seguido para a remuneração dos produtores rurais acentua a falta de reconhecimento do trabalho executado, visto que somente ao final de todo o processo produtivo terá um retorno financeiro e que este está condicionado a avaliação de um determinado padrão de qualidade e de quantidade, desconsiderando os cuidados, o desgaste físico e mental e o manejo diário empregado ao longo do processo.

A precarização do trabalho no campo está associada não apenas a organização do trabalho como apontam Giongo, Monteiro e Sobrosa (2017), como também do “atual contexto do trabalho rural, que contribui para a submissão do agricultor mediante

condições vida e de trabalho inadequadas, da falta de acesso aos meios de proteção social, educação, lazer, saúde e de alternativas diferenciadas de geração de renda” (Giongo; Monteiro; Sobrosa, 2017, p. 9).

Neste sentido, outros relatos de entrevistados chamam a atenção, tanto em relação a valorização da atividade desempenhada no campo, como na renda, na saúde física, mental, os desafios enfrentados para acompanhar e implementar tecnologias e a saída de jovens do campo. Diante disso, evidencia-se ainda mais a importância das políticas públicas para auxiliar os agricultores no cotidiano, apoiar as atividades desempenhadas nas propriedades e contribuir não somente financeiramente, mas também na conservação da saúde dos trabalhadores do campo.

No que diz respeito às mudanças no trabalho no campo e na inserção de tecnologias ao longo dos anos para os cultivos e produções de animais voltados ao abate, podemos verificar que muitos produtores possuíam ou ainda possuem muitas dificuldades para se adequar às exigências das integradoras. Tendo em vista que os custos são altos e os valores recebidos por vezes não seguem o mesmo ritmo dos custos.

Jung (2018) reforça essa ideia destacando que cada nova máquina e instrumento de trabalho exigida possui um custo elevado e, por vezes, isso é conflitante com a remuneração recebida pelos produtores. Entende-se que o processo de mecanização e de implementação de novos insumos e tecnologias “trouxeram vantagens ao exercício do trabalho e ganhos de produtividade, porém modificou a estrutura de custos dos estabelecimentos, obrigando-os a apertar o cinto em tempos de crise e concentrar esforços em outras atividades” (Jung, 2018, p. 65).

Essas vantagens ficam restritas apenas a alguns pontos específicos e não a totalidade do processo produtivo. Outros fatores conjuntamente impactam na adesão de tecnologias, como o medo e aversão às mudanças drásticas, por falta de conhecimento de como isso pode mudar a rotina e se realmente trará algum benefício ao agricultor familiar ou se isso é bom somente para as agroindústrias e cooperativas.

Parte dos entrevistados apontam que atualmente com maior tecnologia empregada no cotidiano do trabalho rural ficou mais fácil a rotina laboral. O que antes era feito de forma manual e demandava mais tempo, atualmente está menos desgastante aos que realizam as atividades, bem como está sendo mais rápido para executar essas tarefas. Porém, conjuntamente com as mudanças ocorridas e com a tecnologia empregada, aumentaram os custos.

E como estes vêm encarando a situação? Bem, conforme apontado pelos entrevistados eles vão “encarando”, pois “[...] não tem muito o que fazer não, a princípio a gente resiste, se é pra mudança tu sabe como é, ou tu vai ou fica né” (Entrevistado 16). Em complementaridade destacamos outro depoimento: “com bastante dificuldade minha, porque a gente não tem muito estudo também, daí é bastante complicado às vezes, tem coisa que a gente não consegue se adaptar logo” (Entrevistado 22). Outro entrevistado aponta que encarou as mudanças “[...] com muito trabalho, muito sacrifício, assim a gente tinha noite que a gente não dormia direito pra poder manter o que a gente tem hoje” (Entrevistado 21).

Neste sentido, Jung (2018) traz importantes considerações baseadas em entrevistas que realizou com avicultores acerca da modernização dos aviários nos últimos anos.

Há aparentemente redução no ritmo do trabalho físico, porém não encobre a intensidade e desgaste provocado pelo compromisso de trabalhar 24 horas/dia, 7 dias por semana. Desse modo, manejo e regras determinam como proceder diariamente, recolher os animais mortos, ficar de olho no tempo e não se afastar do aviário quando do alojamento de animais. [...] E para atingir a meta ou peso/conversão, o dono da granja eleva a jornada de trabalho necessário sob receio de não atingir produtividade normal. [...] qualquer descuido é prejuízo para a granja e quem paga é o integrado (Jung, 2018, p. 133).

Com isso chegamos ao que Jung (2018) chama de modernização dolorosa, no qual passa a diferenciar e separar produtores ligados ao capital agroindustrial, reforçando assim a diferenciação e desigualdades sociais e econômicas no campo.

Entre os impactos da modernização e do crescimento no uso de tecnologias no campo observados pelos entrevistados, podemos destacar que cada vez mais as empresas integradoras exigem maiores e constantes investimentos, como no caso de produtores rurais que possuem aviários convencionais sendo pressionados a climatizar os mesmos ou a investirem em aviários totalmente novos com emprego de grande tecnologia.

Outro ponto notado por avicultores é em relação a tecnologia direcionada ao melhoramento genético dos animais e a ração disponibilizada às aves, como observado no seguinte trecho:

[...] isso aí é tudo tecnologia de ração e o pintinho né [...] porque antes dos anos 2000 para você produzir um frango com 1,3 kg era 36 dias, 33 dias, 35, por essa média aí, daí um veterinário um dia falou depois dos [anos] 2000, vamos abater os frangos com 28 dias, hoje tá chegando em 21 dias (Entrevistado 10).

Tanto na produção de aves como de grãos, a mudança nas tecnologias empregadas ao longo das últimas décadas foi sendo observada pelos agricultores familiares de Chapecó. Em relação à produção de aves destaca-se que “[...] foi muito aperfeiçoada a tecnologia, no desenvolvimento do frango hoje tá muito elevado. Do tempo que nós começamos para hoje mudou mil por cento” (Entrevistado 10).

Quanto aos grãos foi observado que as tecnologias direcionadas a produção e ao melhoramento foram muitas, porém “[...] as pragas são muito maiores que as tecnologias ainda, hoje nós estamos sofrendo” (Entrevistado 20). Fica evidente que quanto maior o emprego de tecnologias, menor o número de trabalhadores no campo.

Diante de tamanhas transformações e da constante pressão para novos e grandes investimentos em pequenas propriedades, entende-se que de modo geral, tamanho empenho financeiro não está compensando o retorno recebido ao final de cada lote pelos produtores familiares, conforme apontado por alguns entrevistados.

Outro entrevistado traz as suas considerações sobre as penalidades, modos de criação e abate animal e rendimento para o produtor, empresas integradoras e para quem comercializa ao consumidor final.

A gente vai levando que nem diz aquele de ‘banho maria’ né, tem coisa que você faz por que é necessário, mas tem coisa que você não faz né porque assim hoje tu sabe que... antigamente eu dizia assim, tu pinchava o peru ali dentro do aviário, vinha que era uma moranga, hoje não é mais assim, tem muita coisa pra ser feita assim pra tu produzir né, só que tem coisas também que a gente percebe que é muita exigência hoje [...]. Por exemplo, se eu chegar e ir lá dentro de um aviário e mata um peru lá, dá uma paulada na cabeça de um peru eu sou penalizado [...]. É muita coisa que eles tão penalizando nós produtores aqui, eles acham que a gente que nem diz aquele “é bobo nessa área ali”, daí o que que acontece é isso daí que ao invés deles priorizar um pouco o produtor rural aqui da agro, que se nós parar pode ter certeza que vai parar muita coisa né, porque é uma corrente, começa daqui e vai subindo, porque se nós parar 100% dos avicultor não vai mais ter uma agroindústria, a agroindústria vai produzir o que? Revender o que? Não é verdade? [...] a agroindústria diz que ela tá no prejuízo, mas como que tá no prejuízo? Imagina você que agora essas notas eletrônica, aí nós coloquemos em cima da nota cada peru é 89 reais e 65 centavos por cabeça, saber que você quando ganha bem ganha 6 reais a cabeça de peru, sendo que você produziu a matéria prima aqui e que lá eles só depenam o peru e embalam pra levar pra mercado, daí eu não sei né e isso que é aqui na nota, mas lá no mercado tá quanto mais, que nem a gente percebe né tem um pessoal que posta um peruzinho chester, peru chester aí a 280, 300 reais um chester peru que dá nem 4 quilos, daí tu vai me dizer o que? Não tem lógica, como é que vai dar prejuízo uma empresa assim? Não tem (Entrevistado 4).

Para além das penalidades aplicadas, outro entrevistado relata que as exigências são demasiadas por parte do integrador e salienta que não concorda com parte delas, conforme podemos verificar no trecho a seguir.

[...] Hoje é muitas exigências né, que nem a gente, nós somos avicultores há 47 anos, [...] então é muita cobrança em cima do produtor e pouco incentivo, pouca remuneração né. Os lotes por exemplo não são remunerados com tanta exigência, cobram coisas que eles não tem nada a ver ali. Eles tão cobrando de nós avicultor coisa que não tem nada a ver com eles né, como por exemplo um checklist que a empresa faz, que é obrigatório ser feito, eles pedem se tem placa solar, ele ganha 10%, se não tem tu perde 10%, qual é o objetivo? O que tem a ver as placas solar com a avicultura? Se faltasse energia lá tudo bem, eles tem que cobrar de nós, mas não tá faltando. Então assim ó, eu por exemplo tenho placa solar, mas assim eu fiz um investimento pra eu ganhar isso, não a empresa ganhar com isso aí, daí eu por exemplo, aqui ele me deu os 10%, no meu irmão ele já pune... ele cobrou os 10% que eles não tem placa solar, então é uma coisa que não tem nada a ver isso com a avicultura isso daí. Por que eles não puxam dinheiro do bolso deles pra subsidiar o avicultor pra você instalar as placas solar? Então são coisas assim, que é muita cobrança e pouco retorno financeiro pros avicultores, tanto é que hoje a maior parte dos avicultores tão largando mão por causa que é muita exigência, tem pessoas aí, que de uma idade aí, já não tem mais o auxílio da família pra trabalho daí e nós não vai ser diferente, vai ser a mesma coisa (Entrevistado 4).

Vale destacar que nem todas as exigências são iguais para os agricultores familiares integrados, sendo perceptível durante as entrevistas que ocorrem diferenças de tratamento e de cobranças, variando conforme a propriedade, o grau de investimento, entre outros fatores.

Esse fato similarmente é apontado pelo entrevistado membro do sindicato quando questionado sobre o entendimento do sindicato em relação aos pagamentos realizados pelas agroindústrias e cooperativas de carne e grãos aos agricultores familiares serem justos ou não.

[...] isso que é, que é o principal dilema né, tanto na cadeia do leite, cadeia de suínos, cadeia de aves, existem políticas internas de pagamento, nem todo mundo ganha o mesmo valor pro suíno, nem todo mundo ganha o mesmo valor do litro de leite, muitas coisas estão em conjunto, teu grau de investimento, teu grau de qualidade né, que não é o problema, o grau de qualidade pra nós não é um problema, tem que ter um produto de qualidade na mesa. É um grau de investimento, grau de endividamento e um grau de incentivo né, que no nosso ponto de vista é um mal, vamos dizer isso porque é um incentivo temporário né, não é um incentivo permanente no processo (Entrevistado membro do sindicato).

O entrevistado membro do sindicato ainda reforça que é necessário ter uma política de preços que seja boa para o agricultor familiar e de mesmo modo acessível aos consumidores, ou seja, que mesmo com as variações de oferta e demanda seja garantido um valor justo para o produtor e para o consumidor. Logo, “muita gente não entende, acha que não vamos lutar pelo preço. Lutar por preço é importante, um preço razoável pra quem consome e pra quem produz” (Entrevistado membro do sindicato).

Ainda, o mesmo salienta que um dos problemas das pequenas propriedades rurais na região Oeste Catarinense são os “[...] métodos de incentivo à produção, que eles te incentivam você a se endividar, a produzir mais, no momento que tu se endivida mais, tu acaba excluindo o outro, companheiro teu do processo” (Entrevistado membro do sindicato).

Estes mecanismos incentivam para além do endividamento, a individualização e a competição entre os agricultores, buscando remover os vínculos de identidade e pertencimento, controlando-os pela incerteza. Diante disso, “o fantasma real do endividamento, a compreensão do “salário” e a desilusão marca a experiência social dos trabalhadores integrados para o capital” (Jung, 2018, p. 119)

Indo ao encontro dessa situação, é perceptível que diversos agricultores familiares não estão muito satisfeitos com os valores pagos, conforme pode ser visto no seguinte trecho: “o que a gente investe gasta, às vezes não recompensa o que é pago né pelo grão, tipo que a gente entrega, até mesmo pela ave que a gente cuida ali um lote de 4, 3, 4 meses e às vezes não remunera né o que a gente mereceria” (Entrevistado 1).

O mesmo pensamento é compartilhado por outro entrevistado, que reforça que “É baixo preço né, ultimamente tá. Diminuiu muito a forma de pagamento do que a gente produz. Tá ficando bastante difícil pra nós como produtores rurais [...] nós tamo tendo dificuldade de manter o que temos né, em função da baixa do preço né” (Entrevistado 11). Outro entrevistado aponta que “[...] o preço tá muito baixo em tudo na verdade, tanto é frango, peru, leite. A gente sobrevive porque é a gente mesmo que trabalha na propriedade né, se tivesse que pagar peão não teria como. Já teria fechado tudo” (Entrevistado 19).

Igualmente se aponta que atualmente o valor pago aos suinocultores não é tão satisfatório, porém ainda é melhor do que os valores pagos aos avicultores, conforme podemos visualizar no seguinte trecho: “[...] a suinocultura tá um pouco melhor até em termos de resultado, mas avicultura... Sou convencional ainda, não investi, não vou investir né. [estão exigindo muito?] Tão, a questão de climatização de avicultura” (Entrevistado 20).

De mesmo modo, outro entrevistado relata as dificuldades enfrentadas. “Muito alto o que a gente compra e o que a gente vende não tem valor na verdade né, porque tanto na área dos perus como no gado. O leite não tem preço nenhum e o custo é alto pra produzir e na avicultura a mesma coisa e tão pagando muito mal” (Entrevistado 5).

Isto também é apontado em outros relatos como, “[...] só cobrança, só mijada. [...] hoje é a renda muito baixo, temo quase desistindo” (Entrevistado 10). O mesmo ainda destaca que a renda atualmente só dá “[...] para comer, para se manter, mais que isso não” (Entrevistado 10). Uma opinião semelhante é vista em outro depoimento, “é como te falei, dá pra viver. Poderia ser melhor, poderia melhorar muito né” (Entrevistado 1).

Situações ainda mais impactantes são encontradas, como no seguinte relato.

tem vez que não dá nem pra pagar a luz né. A BRF tá... não pode falar né... a gente não pode... ah tá difícil, meu deus. [...] o meu sobrinho fez as contas, nós agora temo parado, limpemo o aviário e ponhemo a... essa semana vem os peruzinhos, nós criemos fêmea de corte, fêmea pequena aquelas que vai pra exportação, daí demora pra vir porque essa época eles não... daí eles pagam os dias parados, pagam uma miséria, daí ele fez a conta que o que ele ganhou do lote, de 2 lotes não pagou a luz, que ele gastou 18 mil de luz, é direto a luz, noite e dia porque os bicho não aguentam o calor, eles tinham de dar uma... tá difícil pra tu não... até pras firmas também né, não sou contra, mas tá difícil pra todo mundo (Entrevistado 24).

Outrossim,

a gente entende como funciona a lei do mercado, oferta e demanda e em especial na avicultura hoje é uma atividade que compromete muito porque a gente tem uma estrutura ali que fica muito oscilatória, não tem garantia de rentabilidade, que às vezes você tem um período, você tem a ave 100 dias que ela fica no aviário e após isso fica quase o mesmo tempo com o aviário teoricamente parado e aí é uma atividade um pouco complicada pra hoje se manter né (Entrevistado 18).

Além disso, “tem muita depreciação a nossa atividade né, [...] segundo a empresa é mercado né, mas eu não vejo tanto mercado, entendeu? Sinto um pouco de falta de interesse né das empresas eu vejo, daí a dificuldade é a falta de renda né, não viabiliza né” (Entrevistado 16) e complementa que, “eu ainda vejo que daqui a pouco vai se manter na atividade quem tem uma mão de obra familiar né, quem busca mão de obra lá fora não se mantém” (Entrevistado 16).

Mesmo mantendo mão de obra familiar, ainda é difícil fechar as contas no final do mês para muitos agricultores familiares. Com a intensificação da produção, da jornada de trabalho no campo e com o aumento da necessidade de novos investimentos, torna-se cada vez mais difícil manter e remunerar de forma justa todos os trabalhadores do núcleo familiar (Campos, 1987).

Na ausência dos filhos, a sobrecarga física e mental afeta o trabalho, visto a falta de mão-de-obra necessária para que a vida dos agricultores familiares não seja apenas

viver em função do trabalho, mas que se permitam momentos de lazer e de descanso. Para Giongo, Monteiro e Sobrosa (2017), a falta de folgas, férias e de lazer podem gerar sofrimento ao trabalhador e principalmente para as mulheres, com as suas múltiplas jornadas de trabalho dentro e fora de casa.

Neste sentido, “como consequência da precarização, da sobrecarga, da dificuldade para encontrar fatores de prazer no trabalho e da falta de reconhecimento, surgem o esgotamento físico e o desgaste mental” (Giongo; Monteiro; Sobrosa, 2017, p. 7). Mesmo com o adoecimento, seja físico ou mental, muitos agricultores familiares continuam desempenhando suas funções, visto que não possuem a adequada proteção social por parte do Estado, sendo os benefícios concedidos apenas em algumas situações específicas ou algum tipo de apoio das empresas integradoras nessas situações (Giongo; Monteiro; Sobrosa, 2017).

A desvalorização da produção, do seu trabalho e o desamparo em momentos delicados como de adoecimento e em situações de crises, gera ansiedade quanto ao futuro e a renda da família (Gutowski; Pinheiro, 2018), estimulando assim, a saída dos produtores deste circuito e do processo de integração quando possível, como em casos de aposentadoria do casal que mantêm a propriedade e não possui sucessores interessados em dar continuidade aos trabalhos desempenhados até então.

Para além da baixa remuneração, da falta de valorização e dos demais desafios enfrentados no campo, aponta-se a saída de parte da mão-de-obra por conta da falta de renda e de terras para cultivar, especialmente de jovens.

Campos (1987) e Jung (2018) apontam que o processo de subordinação ao qual os produtores estão submetidos por meio da integração com as agroindústrias e cooperativas de carne vai muito além de uma simples relação mercantil, mas interferem nos preços praticados, nas condições médias de produção e na existência e manutenção da produção familiar condicionadas aos seus interesses. Assim como influenciam na presença e na formação de contingente de produtores não integrados, sem-terra e trabalhadores temporários ou assalariados.

Na década de 80, quando Campos (1987) analisava a realidade do oeste catarinense ainda se tinha maior número de produtores familiares independentes do que na atualidade. Muitas coisas mudaram desde então, enquanto outras permanecem. Neste sentido, na visão do Sintraf, que vai ao encontro com o nosso entendimento da situação atual, são poucos os agricultores familiares na região que são independentes.

São raros os casos, visto tamanho poder e pressão exercidos pelas agroindústrias e cooperativas de carne e grãos. Atualmente “se você quiser seguir na produção de carnes, de aves, que é o mais forte aqui regionalmente, você tem que se associar pra garantir compra, pra garantir insumos né” (Entrevistado membro do sindicato).

O entrevistado membro do sindicato (2024) ainda salienta que antigamente, quando o poder e a presença destas empresas era menor, e até mesmo antes destas, os preços ofertados aos produtores rurais eram melhores e no decorrer dos anos, por meio de um processo histórico, as agroindústrias e cooperativas foram se expandindo fisicamente e ao mesmo tempo aumentando seu poder sobre o território por meio de discursos como o cooperativista. Ainda, fica evidente que o processo de instalação dessas agroindústrias e cooperativas nos municípios da região, em especial os que contam com unidades de abate e processamento tiveram a economia municipal fortemente impactada.

[...] foi uma imensa alavancada no setor de produção, mas pro agricultor, não que esteja mal no campo, acabou-se excluindo um leque de produção independente, não existe mais, não tem como competir com tantas empresas né. Então hoje se você quiser estar nesse ramo tu tem que se associar, tem que buscar o modelo em parceria e já falando, tu tem toda a garantia do insumo, de produto, de animais e de compra, mas tu não tem a garantia de valores a receber do produto, hoje muitas empresas daqui da região, é bom ressaltar isso estão incentivando fortemente a quem quiser fazer novos investimentos na propriedade, cadeia de aves e suínos né pagando os tal do subsídio da produção. Com contratos longos né, com contratos longos com a garantia que acaba animando, a gente vê muitos agricultores entrando no processo então. Não sei se estou certo ou errado né, cada um faz a sua escolha, a gente não julga, mas que remete à o que? A quem tá com uma estrutura já antiga, já paga, então não tem incentivo. Há um momento que você em 10, 15, 20 anos pague a estrutura, você também não vai mais ter esse incentivo e aí a remuneração cai lá em baixo [...] Existem independente? Existem, mas que tão muito a mercê do mercado, com muitas dificuldades e cada vez menos investimento nesse setor, que é na nossa visão, que em poucos anos vai chegar a estaca zero a produção independente no caso dos métodos, dos modelos de produção agroindustrial da região (Entrevistado membro do Sindicato, 2024).

Enfatizamos que as agroindústrias e cooperativas de carne e grãos possuem grande poder e domínio territorial ocorrendo não somente em Chapecó, mas em toda a região Oeste Catarinense. Os discursos empregados fazem parte das formas de domínio e de atração. Nessa perspectiva, ressaltamos que apesar de não ser muito observado a presença de agricultores familiares não integrados, estes ainda existem.

Campos (1987), reforça que a atuação sindical voltada aos interesses dos agricultores familiares ganhou mais força diante das contradições encontradas nas relações entre agricultores familiares e as empresas integradoras, bem como pelas pressões e lutas pela terra na região. Essa organização foi e ainda é de suma importância

para o enfrentamento e contraposição dos interesses do grande capital, sendo assim, “a luta política dos pequenos produtores se coloca como um dos norteadores dos desdobramentos futuros das relações entre pequena produção e a agroindústria” (Campos, 1987, p. 334).

Consideramos assim que o Sintraf vem desempenhando um papel interessante, buscando medidas para auxiliar os agricultores familiares, integrados ou não, para viabilizar novos métodos de produção e de comercialização em Chapecó e região, com menores custos e que vão ao encontro das necessidades e dos interesses dos produtores rurais, bem como que também sejam praticados preços justos aos consumidores finais, sem muitos intermediários neste processo.

Portanto, verifica-se que para as empresas integradoras, é interessante e importante manter o domínio e o poder sobre os produtores rurais integrados, para assim manter os preços pagos aos produtores conforme seu interesse, ter um contingente produtivo alto ao seu dispor e construir discursos, como o de “empresário rural”, que camufla as relações entre integradoras e produtores familiares por meio da ideia de “empreendedor autônomo”.

4.2 A especulação imobiliária e a expansão urbana sobre as áreas rurais

Facco, Fujita e Berto (2014) destacam que com a instalação das agroindústrias houve transformações não somente na área urbana, mas na rural também, especialmente modificando as formas, a organização de trabalhos e aproximando o rural e o urbano. As unidades industriais de grandes agroindústrias e cooperativas do setor de carne e grãos impulsionaram o crescimento urbano nos arredores destas unidades.

O bairro Efapi, como já mencionado, é um importante exemplo disso, que atualmente não comporta mais a demanda residencial, extravasa por meio da criação de novos loteamentos e bairros em áreas ainda ocupadas por agricultores familiares, que recentemente foram incorporadas à área urbana. Diante disso, com o rápido crescimento urbano encontrado em Chapecó, novas manchas urbanas em áreas cada vez mais afastadas do centro da cidade vem surgindo.

Essas áreas podem ser entendidas como periurbanas, no qual Farias (2024) entende como possuindo uma densidade de edificações que varia conforme algumas características, sendo estas ditadas de acordo com as intenções dos agentes produtores do espaço. Ainda, entende-se que “este gradiente de densidade é um indicativo de transição,

onde o espaço começa a se diferenciar do tecido urbano contínuo e apresenta características que se aproximam do rural” (Farias, 2024 p. 103).

Deste modo, ao pensarmos no processo histórico, entende-se que com

[...] a inserção subalterna do país na economia mundial e a chegada dos capitais internacionais em locais que ofereçam maiores vantagens competitivas e menores resistências trabalhistas, sobretudo aqueles associados ao agronegócio, têm tornado muito mais complexas as relações campo e cidade (ELIAS, 2007). Decorrente desse processo houve um significativo crescimento, expansão e distribuição das cidades de porte médio no território brasileiro, que passaram a ter importância regional, tal como no caso de Chapecó (Facco; Fujita; Berto, 2014, p. 191).

Brunetto (2023), destaca que o processo de urbanização das áreas rurais

[...] teve início com a reestruturação que levou à expulsão de população, o chamado êxodo rural, mas impactou no sentido também de alteração do modo de vida das pessoas que permanecem morando no espaço rural, pois, com a criação das agroindústrias, muitos agricultores migraram para a cidade em busca de emprego e os que permaneceram no campo, em sua maioria, tiveram que se integrar a essa nova reestruturação também impulsionada pelas agroindústrias (Brunetto, 2023, p. 3).

Diante dessa situação, o loteador ganha maior destaque, visto que todos aqueles migrantes que migraram em busca de um emprego nas agroindústrias e de melhores condições de vida precisavam/precisam de moradia (Reche, 2008 *apud* Segnor; Binda, 2022). Fujita (2013) destaca que esse crescimento populacional ocorrido em Chapecó não foi acompanhado de modo adequado pelo poder público visto que a questão da exclusão social e das demais consequências desse rápido crescimento urbano não eram prioridades para o governo municipal.

Assim, com a expansão urbana, bem como com a reestruturação territorial ocorre o “aparecimento de contradições e problemas no tecido social e urbano, como a pobreza e a desigualdade social, espalhadas nas precárias condições de moradia e de vida de boa parte da população” (Facco; Fujita; Berto, 2014, p. 191).

Com isso, mais uma característica se destacou nesse processo de expansão urbana, sendo ele o aumento de vazios urbanos que são resultantes da especulação imobiliária e da propagação de diversas manchas urbanas (Matiello et al., 2016; Segnor; Binda, 2022). Estas áreas são encontradas não somente nos bairros e loteamentos implantados mais recentemente, mas também em locais consolidados a algumas décadas, como no caso do

Bairro Efapi, também na porção Oeste da cidade e nas áreas próximas ao centro, com forte especulação.

No bairro Efapi, que está próximo de áreas rurais, é possível encontrar diversos lotes desocupados, sendo reforçado por Varnier e Nascimento (2021) a possibilidade da especulação imobiliária estar sendo uma geradora destes vazios. Para além disso, alguns destes lotes são cultivados com milho, feijão, mandioca, batata doce, hortas, entre outros (Brunetto, 2023; Varnier; Nascimento, 2021), sendo assim mantidos ocupados, mas sem cumprir sua função social para moradia.

Ainda, referindo-se a região Oeste de Chapecó, Varnier e Nascimento (2021) destacam que é possível encontrar até mesmo granjas de animais e plantações de commodities em áreas que são consideradas atualmente como urbanas. Isto foi confirmado durante os trabalhos de campo, sendo facilmente encontrados, especialmente nas áreas de expansão mais recente das áreas urbanas sobre as rurais.

Nesse sentido, as agroindústrias e cooperativas ainda buscam manter produtores rurais em áreas próximas às suas unidades de abate e processamento, porém a pressão sobre estes produtores familiares vem crescendo cada vez mais com o avanço da área urbana.

O avanço das áreas urbanas e da especulação imobiliária vem crescendo de forma acelerada, impactando a vida e o trabalho nas áreas rurais de Chapecó. Diversas são as áreas rurais compradas por empresas do ramo imobiliário, mas que foram cedidas aos antigos donos para continuarem suas atividades no campo enquanto as imobiliárias e loteadoras aguardam que essas áreas sejam especuladas e adquiram valores maiores futuramente. Ou seja, são cedidas enquanto houver interesse dessas empresas e vendidas de modo fragmentado quando for mais vantajoso aos mesmos.

Diante desse cenário, torna-se cada vez mais difícil dar continuidade às atividades laborais no campo. Desta forma, a visão sobre o futuro em Chapecó e região conforme apontado por um dos entrevistados é a seguinte: “Ah futuro é mais uns anos né, depois aqui vira cidade né, não tem, já tão muito próximo” (Entrevistado 19). Observa-se nos trechos a seguir entendimentos semelhantes.

[...] aqui vai ser olha, com essas áreas ali tudo indo pra lotear, daí vai ser um estouro né, aqui tem um eito de terra que foi vendido de área aí, então aqui não..., pra plantar não vai dar mais né, vai sobrar aí pra um pouco de gado, mas eu tô a fim de parar né, de tentar comprar o terneiro e engordar, mas vamos ver se miorar ainda, como diz o outro “não devo pra pobre” (Entrevistado 8).

Para Fujita (2013), a intensificação da especulação imobiliária e o crescimento descontínuo das áreas urbanas reforça ainda mais as desigualdades espaciais e sociais, especialmente pelo avanço da mancha urbana de forma precarizada e relativamente desassistida pelo poder público.

Outro entrevistado percebe diversas alterações significativas nas áreas rurais próximas a franja urbana.

Aqui na nossa região mudou muito porque a cidade, a população está tomando conta, tem bastante áreas de terra aqui que foi loteada [...], mas de modo geral parece que eles estão assim se preocupando em produzir porque o consumo tá cada vez mais, a população aumenta e o consumo aumenta também (Entrevistado 9).

As possibilidades para o futuro para a sua propriedade são analisadas por outro entrevistado, que tece considerações sobre isso.

[...] a gente tá aqui com uma área que é muito próxima a região urbana da cidade, uma cidade que cresce, expande muito, se em um certo momento não... a viabilidade... vier uma proposta mais interessante e como negócio a gente vai acabar se desfazendo. Não há interesse no momento de se desfazer da agricultura, mas a gente trata muito como negócio assim, se realmente a gente tiver uma proposta de daqui a pouco se tornar um loteamento enfim, a tem o risco de se desfazer (Entrevistado 18).

Na mesma perspectiva, outro entrevistado ressalta as dificuldades em relação ao preço da terra na região e a busca por outros locais que possam ser a nova morada para continuar desempenhando suas atividades no campo.

ah eu... aqui nós tamo querendo...porque tem loteamento do lado e de cá, nós queria vender essa área aqui que tem valor né, comprar uma área de agricultura, se vê se melhora né, se acha uma área aqui perto porque tá difícil de encontrar terra aqui, é muito cara e lá pro Mato Grosso também é muito longe pra gente ir pra lá e tá difícil, lá tá caríssimo também (Entrevistado 24).

Conforme apontado pelos entrevistados, o preço da terra em Chapecó dificulta a expansão das propriedades rurais, fazendo com que assim estas permaneçam estagnadas e/ou chegue-se ao ponto de vendê-las e buscar um novo lugar, às vezes em outra cidade. Essa busca se dá por locais que possam se estabelecer econômica e socialmente, que ofereçam maiores vantagens, bem como a possibilidade de acessar a terra a preços mais baixos, buscando maior qualidade de vida para toda a família e a possibilidade de crescimento.

Destaca-se que “o abismo que havia entre a cidade e campo hoje não passa de uma linha tênue onde as diferenças existentes não podem ser entendidas somente como um rural primitivo, ou um urbano civilizado” (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 9), porém isto não quer dizer que “[...] este "novo rural" representa melhoria de vida para a totalidade da população do campo” (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 9).

Dessa maneira, trazemos exemplos de situações apontadas pelos entrevistados a partir de registros fotográficos. Nas imagens 25 e 26, mostram-se novos loteamentos que surgiram nos últimos anos na região Oeste da cidade de Chapecó. Nestas é possível visualizar para além das novas manchas urbanas, algumas lavouras e áreas de mata nativa.

Figura 25 - Expansão urbana na região Oeste de Chapecó



Fonte: Acervo da autora (2024).

Na figura acima, registrada em fevereiro de 2024, mostra-se um loteamento à esquerda já com diversas casas e instalações de pequenos comércio (bairro Vederti). Na porção central vemos as poucas instalações, principalmente não residenciais presentes em parte do loteamento Parque Santa Catarina (bairro Araras) e na porção direita, mais aos fundos podemos ver uma pequena mancha urbana, sendo este o loteamento New Villas II (bairro Vederti).

Entre estes loteamentos, ainda podemos ver lavouras contrastando com as áreas urbanas. Parte destas áreas são deixadas para especulação pelas loteadoras e imobiliárias

que as adquiriram, porém ainda permitem que os antigos donos desenvolvam atividades agropecuárias nelas.

Mais recentemente, em julho de 2024, obteve-se novos registros dessas áreas, porém de outro local e ângulo, agora com novas áreas que estão sendo loteadas (próximo à área de mata na parte central ao fundo na figura anterior e nas seguintes).

Figura 26 - Vista de área de expansão urbana em área de lavoura



Fonte: Acervo da autora (2024).

Quando nos aproximamos mais, podemos ter uma melhor dimensão deste processo que está se desenvolvendo. A partir do loteamento Don Leonardo, podemos visualizar este avanço de maneira mais significativa, no qual a área central está iniciando o processo de abertura de estradas para novo loteamento, contando também com ligação aos loteamentos a direita e esquerda pertencentes ao bairro Vederti e ao Don Leonardo (Bairro Araras).

Um desses acessos pode ser visualizado na figura 27, onde está em construção uma estrada de ligação entre essa área de expansão com o loteamento Don Leonardo, passando por área de banhado, sendo visível o acúmulo de água na parte central da imagem.

Figura 27 - Obra de ligação entre área de expansão urbana e loteamento existente



Fonte: Acervo da autora (2024).

Diante desse contexto encontrado, Facco, Fujita e Berto (2014), reforçam a ligação entre a expansão urbana de Chapecó com a instalação das agroindústrias de carne e ainda apontam que devido ao crescimento acelerado nas últimas décadas, algumas questões como as ambientais não foram tratadas da maneira mais adequada, gerando assim impactos ambientais e deixando alguns ambientes muito fragilizados.

Em vista disso, salienta-se que até o presente ainda podemos ver que

[...] grande parte desses loteamentos ao serem implantados desconsideram os aspectos naturais existentes – topografia, hidrografia e vegetação -, já que privilegiam a visão mercantilista do solo frente a qualidade ambiental e, consequentemente, da vida dos moradores (Segnor; Binda, 2022, p. 4).

Não muito distante dessas áreas, também podemos visualizar (figura 28) esse avanço urbano no meio rural, sendo também perceptíveis os impactos, como os ambientais, por meio da retirada de vegetação nativa (tanto para uso urbano quanto rural), restando pouca cobertura vegetal natural, inclusive das imponentes araucárias.

Figura 28 - Os contrastes entre o rural e urbano em Chapecó



Fonte: Acervo da autora (2023).

Tendo este cenário em vista e para que ocorram menos impactos, tanto ambientais, quanto sociais, se faz necessário a construção coletiva de planos diretores “[...] que determinam os parâmetros de uso, ocupação e construção do solo urbano, através do seu ordenamento territorial, coloca-se como elemento importante na configuração dos padrões de urbanização” (Facco; Fujita; Berto, 2014, p. 191).

Além disso, Segnor e Binda (2022, p. 4) reforçam que “nessa conjuntura, o modo de expandir o espaço das cidades buscando maneiras de ocupação que minimizem os

impactos socioambientais de modo mais amplo deve ser a nova feição da urbanização brasileira”. Na visão de Fujita (2013), os impactos ambientais decorrentes da ocupação do solo e da escassa regulamentação do uso do solo pelo poder público tem se agravado.

Isso está relacionado com a alteração de critérios e de indicadores construtivos presentes “[...] no ordenamento territorial do plano diretor, em suas revisões, em favor dos interesses de empreendedores do setor imobiliário, principalmente com relação à desafetação e diminuição de parâmetros em áreas de interesse e preservação ambiental” (Fujita, 2013, p. 334). Com isso, é possível entender que o próprio poder público incentiva a atuação do setor imobiliário privado, eximindo-se assim do atendimento das demandas habitacionais, assim como tendo baixa interferência na regulação das ações das empresas privadas e nos processos especulativos (Fujita, 2013).

Ademais, assim como o preço da terra nas áreas rurais sofreu um significativo impacto nos últimos anos, assim como também foi observado esse fenômeno na área urbana chapecoense, com formas, intensidades e dinâmicas de valor diferentes. Pandolfo (2025) salienta um crescente déficit habitacional no município, sendo isso reflexo do tratamento dos imóveis como fonte de lucro ou como um investimento em potencial e não mais como um direito à habitação, constituindo-se assim muito além de um problema econômico, mas também é político e social.

Como forma de minimizar essa situação, a autora ainda destaca que é necessário que haja maior regulação do mercado imobiliário, além de políticas públicas mais efetivas e que atendam as especificidades locais (Pandolfo, 2025).

Assim, destacamos conforme Matiello *et al.* (2016) que para que ocorra a constituição de uma sociedade urbana não é necessário que esta se anteponha ao meio rural de modo a fragmentá-lo totalmente, mas é possível instituir novas características para os dois meios.

Portanto, entende-se que esse crescimento acelerado de Chapecó, especialmente em áreas próximas a unidades frigoríficas como é o caso da região Oeste da cidade, possui expressiva relação com a instalação e expansão das agroindústrias de carne conjuntamente com avanço de cooperativas de grãos, transformou e impactou o território urbano e rural, bem como a população.

4.3 Agricultura familiar chapecoense em seus últimos suspiros?

A fim de entender a visão dos agricultores familiares integrados às agroindústrias de carne acerca das perspectivas para o futuro na e da agricultura familiar não somente em Chapecó, mas também o entendimento que estes possuem para a região, bem como para o estado, foi feita durante as entrevistas a seguinte pergunta aos entrevistados: “Quais são as suas perspectivas para o futuro na agricultura, na pecuária e em relação ao trabalho que desenvolvem no campo?”.

A partir disso, foram observadas duas perspectivas, sendo uma mais otimista e outra nem tanto. As motivações e anseios poderão ser vistos nos trechos das entrevistas dispostos a seguir.

Aqueles que possuem uma visão otimista, relatam as suas perspectivas da seguinte maneira: “Ah que melhore né pra nós mais ainda. A gente espera isso aí” (Entrevistado 1), outros entrevistados são ainda mais otimistas “Vai melhorar, a tendência é melhorar” (Entrevistado 6), “Olha, acredito que são boas, tem uma perspectiva de crescimento né na agricultura, tanto aqui em casa como nos nossos vizinhos aqui e aqui tenho boas expectativas de crescimento ” (Entrevistado 17).

Outros possuem um tom mais moderado, conforme pode ser observado nos próximos trechos: “Olha, a gente nunca perde a esperança, a expectativa é que melhore né, que volte ao menos ser o que era né pra gente conseguir manter o que tem e dar o giro né” (Entrevistado 11). Observamos este mesmo tom na seguinte afirmação,

Nós tamo acreditando no futuro da pecuária, vamos ver se melhorar fica bom. [...] E tem muita gente fechando aviário também né porque tão ganhando meio pouco, mas eu acho que futuramente, a carne, o interesse de todo mundo na carne vai valorizar mais, vai valorizar (Entrevistado 13).

Ainda com tom mais cauteloso, o entrevistado 23 nos traz outros elementos para o debate:

Eu acho assim que é que nem eu falei antes, o agricultor ou o avicultor que tenha vontade de fazer isso, tem muito incentivo bom aí. Daí a família também tem que ser uma família bastante unida e trabalhar com a família, o empregado também é difícil, a gente vê que se assim você colocar um peão pra cuidar da ave, não cuida que nem a gente, nós nunca precisamos, meu esposo [nome ocultado por questões éticas] nunca precisou, mas a gente vê aqui por roda né assim colocam um peão, as vezes não conseguem nem fazer um lote de ave, ah mas já cansa, já não dá certo e o proprietário que quiser avançar vai avançar (Entrevistado 23).

Essas questões de vínculo empregatício fora do meio familiar também são trazidas em outras respostas dos entrevistados, especialmente por aqueles produtores rurais que não estão tão otimistas com o futuro da agricultura, da pecuária e em relação ao trabalho desenvolvido no campo. Ademais, outras preocupações são trazidas, como a questão da sucessão familiar e conflitos geracionais, a concentração de produção em grandes propriedades e com maior capital de giro, os baixos preços ofertados para as mais diversas culturas, além do avanço dos loteamentos, entre outros.

Dentre os relatos dos entrevistados sobre esse tema um deles traz a discussão sobre a concentração da produção tanto de animais para abate e processamento nas agroindústrias e cooperativas de carne quanto para as produções de grãos: “a gente vê que vai se concentrar em poucas propriedades com um volume grande, poucas propriedades produzindo bastante. Propriedade pequena eu vejo que não vai se manter” (Entrevistado 3).

Outro entrevistado compartilha desta mesma perspectiva “não sei se for como tá agora a tendência da agricultura é ficar para os grandes proprietários, quem é bem, bem assim como é que se diz, bem estruturado, esse vai sobreviver, pequeno não sobrevive mais” (Entrevistado 12), além disso complementa acrescentando que “como é que uma pessoa vai sobreviver com uma pequena propriedade? Não sobrevive, de agricultura não sobrevive. Quem não tiver vaca de leite, um aviário pra ele ter alguma coisinha, de plantar milho e soja numa pequena propriedade não sobrevive mais” (Entrevistado 12).

Outro relato é mais profundo em diversas questões importantes, como se segue

Isso aí vai depender muito é dos governos, se eles não se disponibilizar mais com a agricultura né, que nem por exemplo os preços, manter os preços um pouco mais padronizado porque eles tem o poder pra coisar né, ó que nem por exemplo o leite nós tamo pagando pra trabalhar hoje com o leite, daí os governo teria tudo pra estabelecer, mas só que que acontece, se eles fazem as leis aqui eles prejudicam, se quebram por lá entendeu? É tudo a política, uma coisa muito triste de se falar né e daí eles não fazem porque vai quebrar o roteiro lá, mas daí quebrar o produtor, ah mas daí eles pensam “ah se quebrar é um ou dois, não vai dar nada, mas depois ele volta, corre o risco de voltar ou tem outros que começam”, mas não é assim porque assim ó, por exemplo, se eu for parar uma atividade hoje que eu tenho aqui de leite, vai 200 mil água abaixo porque né, vai fazer o que? Vai vender pra quem um resfriador? O resfriador vale 12, 15 mil, se tu ganhar 2, 3 mil tu ganha bastante. Ordenhadeira, vaca, pra quem né? Então é uma corrente que você tem na mão e é muito desvantajoso, é todo ano assim. Tem vários anos, um ano é estiagem de uma coisa, devastagem de outra e assim vai né, mas assim eles deveriam olhar mais né pro agro, por exemplo o leite foi uma paulada no nosso pescoço, foi triste de ver, a estiagem o ano retrasado acho que foi, foi triste de ver, agora as chuvarada né, então são tudo coisa, aonde que tá um subsídio que veio do governo federal, estadual pra nós? Não veio nada [...]. Tá saindo tudo aqui do agro as coisas porque tu produziu tu tem que pagar imposto, não adianta. Tu

produziu leite tu tem que pagar, produz os peru tu tem que coisar, daí nós temos que ficar ali correndo atrás que nem burro ali, olha nota disso, nota daquilo pra poder provar que nós semo agricultor rural, mas é só pegar o relatório lá no coiso [aplicativo] tu já vai saber que eu tô, trabalhando na agricultura por quanto tempo lá te diz a verdade e eles tão assim, não querem saber daí eles querem lei, é lei, é lei não tem. Daí eles tão fazendo isso aí porque? Porque geralmente lá se aposenta com 70 anos, você vai curtir um ano, dois, depois você vai pegar o dinheiro e investir em medicação e coisarada, vai ter que pagar de repente alguém, então o dinheiro vai tá em função daquilo ali de novo, daí você não aproveita nada. E é esse o ensinamento que eu acho que a lei deveria reconhecer. Ó, por exemplo hoje um menor de 18 não pode trabalhar, por que que não pode trabalhar? Agora daí lá vira do avesso na cidade, daí a polícia quebra a pau pode. Ó os ensinamento que tão dando, então aqui não, aqui ele vai aprender a ir tocar uma vaca, ajudar um pai, uma mãe, a gente não vai ponhar nos pior serviço um filho, vai né, mas ele vai aprender a ser um ser humano de qualidade, vai ter as experiência, vai ter amor a camisa pra tocar a propriedade futura né, que nem nós temo incentivando para que ele seja nosso sugestor [sucessor] futuramente, agora se não fazer o que. Não tem. (Entrevistado 4).

Alguns pensam em parar com o trabalho no campo, “Eu tô aqui mais dois anos, depois não quero mais. Se eu achar de vender aqui, vou vender. Não quero [inaudível], já estou velho [...]. Olha não temos muita esperança, não temos, verdade” (Entrevistado 10). Ademais, nos deparamos com “a minha perspectiva é completa os 60 anos e me aposentar e parar com tudo” (Entrevistado 20).

Este mesmo processo pode ser visto em outros relatos.

não sei dizer, mas olha... mais fácil parar com tudo né, aqui tá parando tudo, vaca de leite não tem mais por aqui na redondeza acabou, os aviários tá sobrando pouquinhos aqui, mais uns 2 anos vai sobrar os meu aqui porque o resto vai fechar tudo aí também. Tão tudo com loteamento né, aqui pra cima você viu ali que se veio de ali pra cá é tudo vendido, tudo vendido pra loteamento, lá pro fundo lá onde tem esse barulho ali ó é tudo vendido, nós temo no meio da cidade na verdade, mas aqui por aí os peru e frango parou tudo, tá pouca coisa, mais uns 2 anos no máximo 3 terminou as aves aqui também e vaca de leite já encerrou. [...] não tem porco, por aqui acabou os porco também, era virado em chiqueirão e terminou tudo. [...] é ali tinha chiqueirão, faz uns 5 anos, mas os outros ali faz mais de 10 anos já que pararam quando começou a dar aquelas crises ali de alta e baixa aí tudo parou, fecharam tudo (Entrevistado 7).

Outro entrevistado salienta que,

[...] quem tem bastante terra consegue dar o giro, mas hoje me dia tá difícil porque quem planta grão também tá difícil. Não tem retorno, é caro pra tu comprar semente, pra tu comprar os agrotóxicos e a hora que tu vender não tem valor. Eu acho que se continuar assim não sei o que vai ser da agricultura e não só da agricultura porque na cidade também porque se o agricultor não planta, a cidade não come também. Essa é a realidade (Entrevistado 5).

Para além disso, a sucessão familiar se mostra como um problema encontrado e enfrentado em diversas propriedades rurais em Chapecó. A visão de parte dos agricultores familiares chapecoenses entrevistados, é de que “tá bem complicado, a gente não sabe o que vai acontecer porque praticamente os filhos hoje não querem muito ficar na atividade e daí até que a gente consegue tocar, depois não se sabe o que vai acontecer” (Entrevistado 22).

O mesmo pensamento é compartilhado por outro entrevistado, “olha eu tô vendo assim né, que cada vez mais adiante que nós irmos, tem pouca juventude, tem pouca gente né” (entrevistado 21) e complementa dizendo em relação a sua propriedade que “[...] quando que meu rapaz aqui ele se entregar, que não cuidar mais essas granjas, eu não sei como é que vamos fazer né, tem os rapaz dele que trabalha tudo fora empregado né e daí vamos ver né, vamos esperar ver o que vai ser né (Entrevistado 21).

Complementando, o entrevistado 16 relata o mesmo problema da seguinte forma: “ah eu não vejo muito futuro, não vejo futuro porque você não tem... você não tem como dar sustentabilidade, de ter alguém na família que dê sequência a isso aí entendeu? (Entrevistado 16), ele ainda conta as dificuldades enfrentadas, visto que a filha trabalha há muitos anos fora da propriedade e por ele e sua esposa estarem há anos lutando contra um problema de saúde grave, o que os tornam assim frágeis para manter a rotina de trabalho em “3 aviários, por isso eles tão parado, faz quase 1 ano já” (Entrevistado 16).

O entrevistado ainda complementa que tentou um diálogo com a empresa ao qual está integrado, explicando a situação, porém não obteve as respostas, a sensibilidade e a cooperação que desejava, com isso seguimos refletindo com o próximo trecho:

A BRF tá atravessando uma fase difícil, a BRF tá... eu acho que vai fali, alguma outra empresa vai assumir essa empresa, mas eu parei porque na verdade por causa que assim, talvez nem faça parte das conversa né, eu tinha um caixa, fiz um caixa né e eu precisei desse caixa em um problema de saúde né, aí quando chegou num dia desses não teve mais como manter a propriedade, entendeu? Pra mim manter a minha propriedade, dar continuidade, eu tinha que buscar o recurso lá fora [...], atividade ela não ia se manter, se sustentar, entende? E eu tentei colocar isso pra empresa. A empresa entende que é assim mesmo, só que cada um administra o negócio dele né, eu tenho que cuidar da minha empresa né, se não dá não dá. [...] aqui é um lugar bom pra eles, fácil acesso, tudo dentro da empresa e depois assim, que nem a coisa andou tanto, a tecnologia e a minha granja já é meio antiga então, aí daqui a pouco eu nunca vou conseguir acompanhar essa entendeu? Eu teria que começar hoje uma nova granja, fazer um planejamento pra 20 anos, 30 anos né, mas uma pessoa com quase 60 anos vai fazer que planejamento. Planejar o que né. Não tem muito o que se fazer né (Entrevistado 16).

A partir dessas discussões, é constatado que a mão de obra externa ao grupo familiar no campo é difícil de ser mantida pelos agricultores familiares integrados às agroindústrias e cooperativas de carne. Essas, possuem um alto custo e muitas vezes não é possível se manter. Além disso, a escassez de mão de obra para serviços mais manuais dificulta a contratação de profissionais para contribuir nas propriedades rurais.

Nesse sentido, o membro do sindicato que foi entrevistado aponta para uma situação importante relacionada a presença de jovens no campo, a sucessão familiar e a especulação imobiliária que vem acontecendo em Chapecó como podemos ver a seguir.

[...] a especulação imobiliária da região aqui que é muito forte né [...]. A questão da sucessão do jovem no campo na nossa região ela é da seguinte maneira: ou você é um filho que já tá lá na propriedade, tem produção e vai continuar. Se você é um trabalhador, um jovem de outro município ou urbano dificilmente vai acessar o interior do município porque os altos preços inflacionários por especulação imobiliária da cidade. Então a gente vê em outros municípios, políticas governamentais, o próprio acesso à terra funciona e aqui em Chapecó não funciona por limites de gastos né, não tem como tu adquirir uma propriedade ou que uma propriedade seja rentável com altos preços de valores né por metro de terra, então a sucessão vai se dar nas famílias que já têm. Novos agricultores não sei, poucos né. Poucos agricultores, a especulação imobiliária é muito grande na região aqui, o município de Chapecó ele é forte demais (Entrevistado membro do sindicato, 2024).

Partindo disso, outro tópico interessante a ser discutido e muito citado como um problema presente nas propriedades rurais chapecoenses que é o caso da sucessão familiar. As propriedades na região possuem poucos hectares em sua maioria – com dificuldade de expandir estas devido ao alto custo das terras rurais e urbanas em Chapecó -, bem como ocorrem conflitos geracionais para a administração, a busca e incentivo pelo estudo, entre outros fatores que serão discutidos no próximo item.

Destacamos uma situação relatada constantemente e que está relacionada com a demora no alojamento de aves, especialmente de perus que foi destacada por diversos entrevistados, o que dificulta a geração de renda, de um planejamento financeiro para se ter um giro de caixa, na manutenção das propriedades, bem como na permanência e atração dos jovens para com as atividades rurais.

Ainda, as exigências de constantes investimentos e usos de novas tecnologias geram certa insegurança, visto o envelhecimento da mão de obra no campo, o êxodo rural de jovens, a dificuldade de contratação de mão de obra externa à família, o montante de dinheiro empregado em novos financiamentos, os prazos para pagamento destes e o

retorno financeiro que isto gerará aos produtores rurais familiares a curto, médio e longo prazo.

Por conseguinte, foram observadas duas perspectivas diferentes e até certo ponto contrárias. Existem aqueles produtores familiares que ainda veem com otimismo a vida no campo e o futuro da produção de carnes em pequenas propriedades familiares, enquanto diversos outros pensam o contrário, no qual haverá a concentração desta produção em propriedades maiores e que dispõem de maior capital, sendo deste modo não observado muito futuro para o modelo econômico e de trabalho instalado na região atualmente.

A partir disso, é necessário investir em modelos e métodos de produção que sejam autônomos, sustentáveis, com menores custos e que garantam a venda da produção e isso é um dos anseios do Sintraf que foi apontado pelo membro do sindicato entrevistado, mas que salienta que vem enfrentando dificuldades para ser posto em prática, pois é necessário ter grande organização de todos os envolvidos,

[...] senão você acaba se obrigando a se integrar num método porque senão a tua propriedade vai só regredindo e altos investimentos, toda essa questão que talvez não é o anseio, mas com a obrigação, com a vontade de ficar na propriedade acaba sendo uma realidade das famílias (Entrevistado membro do sindicato).

Para o futuro, de acordo com o membro do sindicato que foi entrevistado, se visualiza um cenário difícil, entendendo que a agricultura será mais direcionada para monoculturas em grande parte das propriedades. Sendo assim constituídas de uma “monocultura familiar” que precisarão de incentivos e investimentos externos, pois enquanto sindicato, assim outras organizações e cooperativas podem não ter a força necessária para trazer as condições essenciais aos interesses dos agricultores familiares, logo, é preciso buscar apoio nas esferas governamentais. Logo, é perceptível que “[...] o sindicato é grande, mas dentro do desafio é pequeno, então vai precisar de ajuda [...]” (Entrevistado membro do sindicato).

Em vista disso, todas estas situações relatadas pelos entrevistados, confirmam-se por meio de dados dos censos agropecuários do IBGE. Ao compararmos os dados de 2006 e 2017, podemos visualizar, conforme a tabela 9, que o número de estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar vem diminuindo, passando de 1616 para 1303 estabelecimentos agropecuários pertencentes a agricultura familiar, ou seja, em 2006, 84,7% dos estabelecimentos agropecuários chapecoenses pertenciam a agricultores

familiares, enquanto em 2017, somente 78,4% eram de agricultores familiares (IBGE, 2009c; 2019b).

Diante disso, houve um aumento no número de propriedades não pertencentes a agricultura familiar³⁹, porém vale ressaltar que mesmo com esse crescimento de propriedades não familiares, ainda assim houve uma diminuição no número total de propriedades, passando de 1907 em 2006 para 1661 em 2017 (IBGE, 2009c; 2019b).

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) por tipologia de identificação da pessoa que dirige a propriedade em Chapecó em 2006 e 2017

Ano	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
2006	291	1616
2017	358	1303

Fonte: IBGE (2009c; 2019b). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Ao detalharmos ainda mais estes dados, chegamos na diferenciação por sexo das pessoas que dirigem estas propriedades em Chapecó, no qual podemos perceber que tanto em 2006 quanto em 2017, a mulher enquanto dirigente de propriedades ocupa um espaço muito pequeno, porém a presença delas no comando se faz mais presente em propriedades vinculadas a agricultura familiar.

Neste sentido, ao nos basearmos nos dados da tabela 10 e calcularmos a porcentagem, chegamos a informações muito significativas, como em 2006, em estabelecimentos agropecuários não familiares apenas 8,2% eram comandados por mulheres enquanto nas propriedades familiares eram 9,7% dirigidas por mulheres. Em 2017, este cenário mudou um pouco em ambos os casos, passando a ter 12,2% de estabelecimentos agropecuários não familiares sendo dirigidos por mulheres e 13,9% em propriedades de agricultura familiar (IBGE, 2009c; 2019b).

Tabela 10 - Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) por tipologia e sexo da pessoa que dirige a propriedade em Chapecó em 2006 e 2017

Ano	Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

³⁹ Como estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar, entende-se que estes não se encaixam nas características que configuram os estabelecimentos familiares, podendo dessa forma, não serem geridos pela família que é dona da propriedade, não terem mão de obra predominantemente familiar, a propriedade pode ter uma área maior do que 4 módulos fiscais, renda principal não proveniente de atividade rural ou possui estrutura empresarial.

2006	267	24	1458	158
2017	314	44	1121	182

Fonte: IBGE (2009c; 2019b). Elaboração: Fabiane Ripplinger (2024).

Ademais, em 2006, no município de Chapecó, predominava a direção das propriedades por pessoas entre 45 anos a menos de 55 anos (em ambos os sexos) e a menor quantidade de dirigentes estava na faixa de menos de 25 anos, também para ambos os sexos (IBGE, 2009b).

Em 2017, encontramos um panorama um pouco diferente. A faixa etária dominante na direção das propriedades chapecoenses passa a ser a faixa dos 55 anos a menos de 65 anos, tanto entre homens quanto entre as mulheres e a faixa etária que possuía a menor quantidade de dirigentes em ambos os sexos permaneceu a mesma que em 2006, ou seja, aqueles que possuem menos de 25 anos (IBGE, 2019c).

Isto nos leva a outras discussões, como o envelhecimento da população do campo, do processo de sucessão familiar e do espaço dos jovens na tomada de decisões nas propriedades chapecoenses, que serão discutidos com maior aprofundamento no tópico a seguir.

4.4 Os desafios para a sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo

“E agora, qual rumo traçar?”. Uma pergunta que aparentemente é simples, mas que pode decidir o futuro não só de quem se questiona. As expectativas, a liberdade e os desejos pessoais, profissionais e financeiros circundam os pensamentos dos jovens. Chegar a uma resposta pode ser difícil e doloroso, especialmente ao romper com ideias e padrões preestabelecidos.

“Quem vai tocar a propriedade quando eu não tiver mais condições?”, este é um dos questionamentos observados durante os trabalhos de campo e entrevistas. A preocupação dos pais vai ao encontro dos filhos e do caminho que estes almejam traçar. Nem sempre isso ocorre de forma harmônica, visto que, os ideais e as expectativas podem não coincidir entre as gerações envolvidas. Neste sentido, os diversos pontos de vista relacionados a questões de gênero com o trabalho e para com a família também carregam desacordos e embates entre pais e filhos.

Por conseguinte, o crescente envelhecimento da população rural não é novidade e nos leva a refletir ainda mais sobre a sucessão familiar e as motivações que levam os

jovens a partir ou a ficar no campo. Esse período de transição de poder dentro das propriedades rurais familiares pode ser

[...] bastante conflitante, pois existe a resistência por parte dos fundadores em deixar o comando da empresa⁴⁰ para o filho ou para aquele que se encontra mais apto a comandar o empreendimento. Isso geralmente ocorre porque o fundador não percebe que o filho ou a nova geração passou por um processo de ensino, no qual aprendeu a base para comandar ou até mesmo a montar a sua própria organização, já que o modo de criação das duas gerações foi totalmente diferente (Juchem; Boscarin; Cêspedes, 2006 *apud* Winck *et al.*, 2013, p. 118).

Isso pode ser notado em falas durante as entrevistas. Tanto dos que atualmente comandam a propriedade em relação aos seus sucessores, quanto dos jovens que estão passando pelo processo atualmente em relação aos seus pais e/ou avós.

Winck *et al.* (2013, p. 118) se baseando nos escritos de Carvalho (2007) entendem que as gerações mais antigas tinham uma visão de impor mais firmemente e de direcionar os filhos para permanecerem no campo trabalhando como agricultores, enquanto atualmente, se tem identificado que já não se procura interferir tanto nas escolhas dos filhos, bem como dos netos. Isso pode estar ocorrendo pela mudança nas formas de viver e no trabalho desenvolvido no campo e no meio urbano, a renda, as perspectivas para o futuro da agricultura e da pecuária regional, entre outros fatores.

É importante pensarmos nos jovens do campo e nos rumos que estes estão traçando, pois se tem muitas questões envolvidas que vão além da sucessão familiar. Miecoanski e Moraes (2019), destacam pontos fundamentais a serem pensados, como o desenvolvimento rural, a segurança alimentar da atual e das futuras gerações, bem como a reprodução social das famílias, visto que “é nesses jovens que se deposita a responsabilidade das perspectivas futuras do espaço rural” (Miecoanski; Moraes, 2019, p. 156).

Miecoanski e Moraes (2019) se baseando em Abramovay *et al.* (1998) apontam que é imprescindível que toda a sociedade pense na estruturação e organização de novos grupos de agricultores familiares, pois os padrões de sucessão dispostos na atualidade nos trazem um alerta em relação a integridade e ao desenvolvimento social das cidades.

Os jovens no campo acabam tendo contato muito cedo com a rotina e afazeres laborais que o meio rural dispõe e é nesse momento que começam a ter mais consciência de questões produtivas, econômicas e os desafios que enfrentarão no decorrer dos anos

⁴⁰ O autor se referia em frase anterior à empresa familiar (propriedade rural familiar).

na propriedade. Ainda, é por meio do trabalho no campo que o jovem vai adquirindo experiência e consequentemente a sua autonomia perante a família (Miecoanski; Moraes, 2019).

Logo, é reconhecido que “a força de trabalho do jovem é importante para a manutenção das unidades produtivas, haja vista que, a contratação de empregados nas propriedades rurais familiares é mais difícil” (Miecoanski; Moraes, 2019, p. 157). Apesar de estarem contribuindo com a sua força de trabalho na propriedade, acabam sendo excluídos da gestão, bem como por diversas vezes não recebem uma renda contínua pelo trabalho desempenhado (Miecoanski; Moraes, 2019), fator este que gera descontentamento da juventude rural.

Outro ponto importante é quando o jovem passa a ser reconhecido como adulto pelos demais integrantes do núcleo familiar que trabalham na mesma propriedade. De acordo com Weisheimer (2009) existe uma diferença entre o jovem começar a desempenhar tarefas laborais na propriedade e ser considerado efetivamente um adulto. Deste modo, entendemos conforme Weisheimer (2009) quando diz

[...] ele não é considerado “adulto”, pois não se concluiu o processo de individualização, que só será efetivado com a constituição de uma unidade produtiva autônoma, após o casamento ou após a passagem sucessória do estabelecimento familiar de pai para filho(a). Com efeito, os jovens agricultores, como todos os outros jovens, estão apenas parcialmente integrados no “mundo adulto”, mas não contam com o reconhecimento de um agricultor pleno. [...] isto envolve ainda o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho (Weisheimer, 2009, p. 113).

Neste sentido, traz-se na sequência trechos das entrevistas que nos mostram os pensamentos tanto de produtores rurais que já realizaram o processo de sucessão, bem como outros que estão desenvolvendo no momento, além de outros que ainda não passaram, mas que possuem uma ideia de como será num futuro próximo e a visão de jovens agricultores que estão em processo de sucessão.

O entrevistado 2 traz o seu pensamento, não somente voltado a sua propriedade, mas tendo uma noção do processo que está acontecendo na comunidade em que reside.

Olha eu tenho um pouquinho de receio daí porque assim os filhos, os filhos da gente, que nem se fosse que nem a gente na época, que nem meu marido que sempre trabalhou com o pai dele na lavoura e tudo né, então ele tem uma visão, os filhos por mais que você ensine, explique, que viveram com a gente, eles já pegam outra visão, eles já tem outra visão, isso acho que é o natural da tecnologia e de tudo que coisa e um pouco de burrice talvez, mas assim, eu acharia que se pensassem diferente, as pessoas falassem “não eu vou me

dedicar aqui, vou fazer bem feito, vou viver disso aqui né, que é aqui que tá o meu futuro”, eles não pensam, qualquer coisinha que acontece eles não tem coragem de aguentar firme que nem a gente fazia né. Tinha várias coisas, a gente lidava com vaca de leite, com porco, lidava com galinheiro na nossa época né, então quando uma coisa tava baixa a outra equilibrava, então você conseguia se equilibrar, eles não, eles jogam a toalha pra cima, qualquer coisinha né então e com qualquer um fala aqui no interior é assim, tem muito pouco que pensa diferente, então daí a minha preocupação é essa, que é capaz de ficar pouca pessoa na agricultura lidando, tudo vão querer ir pra fora trabalhar e daí vai diminuindo, alguns vão estudar fora, vão ver como funciona, voltam, daí começam tudo de novo né, daí pode ser que mais tarde venha né, a preocupação da gente agora é isso né (Entrevistado 2).

A busca por estudo motiva a ida aos grandes centros urbanos, às vezes num movimento pendular, outras vezes se mudando para a área urbana durante este período. Para se sustentar, busca por um emprego fixo. Diferentemente do trabalho no campo, no urbano, o salário acaba sendo constante, com um valor mínimo padronizado, com garantia de benefícios, seguros, entre outros atrativos que conquistam os jovens a permanecerem no meio urbano.

Enquanto isso, no meio rural, o pensamento de parte dos entrevistados vai ao encontro da seguinte afirmação: “a família completa trabalhava na enxada do começo ao fim né e hoje você não vê mais uma juventude fazer isso né” (Entrevistado 21), assim como outro entrevistado conta as mudanças que ocorreram nos últimos anos em sua propriedade:

Mas olha, andemo quase parando na verdade, que na verdade eu parei frango, eu parei, fui pro peru que é mais fácil, menos mão de obra, que se fosse ficar com frango, as piaçada um tinha que ficar, os piá não quiseram ficar, foram tudo pra cidade, daí eu fiquei com os perus, faz 2 anos que troquei por peru, senão tinha parado também (Entrevistado 7).

O mesmo ainda complementa que “a gente não tem mais saúde e os piá cresceram, tenho 3 filhos, mas já não quiseram mais ajudar” (Entrevistado 7). Dessa forma, podemos ver o peso do envelhecimento no campo e os rumos que vem se delineando nas áreas rurais chapecoenses.

Assim, o processo de envelhecimento, de acordo com Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 2) “é revelador da situação e percepção dos jovens sobre a realidade em que vivem e indicador de que estamos vivendo um acelerado período de transformação no qual a incerteza parece predominar”. Isso nos faz pensar nos motivos pelos quais a juventude está indo embora e buscando novos horizontes em meio as oportunidades urbanas.

Diante disso,

[...] impera o risco de esvaziamento, pois não há sucessores que mantenham as atividades rurais, uma vez que a força jovem acaba buscando seu sustento em atividades consideradas menos sacrificantes, ou privilegiam o acesso à educação e à profissionalização, que em geral está fora da propriedade rural (Matiello *et al.*, 2016, p. 210).

Neste sentido, destacamos o pensamento de que “se tivesse incentivo porque se tu tivesse um incentivo, um filho teu assumia isso aí, mas hoje ninguém quer mais saber nada” (Entrevistado 10), o mesmo ainda cita a dificuldade para encontrar mão de obra para realizar trabalhos mais simples do que a lida nos aviários e chiqueiros, “eu não acho ninguém para vir limpar uma cerca aí” (Entrevistado 10).

Este mesmo relato foi observado em outras entrevistas, de que não encontravam trabalhadores nem mesmo para cortar grama, como pode ser visto no seguinte trecho: “não tem mais mão de obra, não acha mais mão de obra, uma pessoa por dia tu não acha porque todo mundo tem um emprego e ninguém quer trabalhar no sol quente. Nem pra cortar grama, temo de cortar nós, fazer as coisas, as limpezas porque não tem” (Entrevistado 24).

Em outra entrevista foi possível identificar que apesar das constantes mudanças de tecnologias empregadas no campo e nas formas de trabalho de décadas passadas para a atualidade, ainda se encontram percalços para o estímulo à permanência dos jovens no meio rural.

Olha, eu acho que do jeito que tá indo tá feio. Na avicultura não tem mais juventude, aqui na nossa região principalmente, ó aí tem o meu piá, ele que tá casado, mas que tá na agricultura e o pessoal de idade não tem mais condições né e daí também né o que vem pra gente não é suficiente né, a renda é muito pouca né (Entrevistado 5).

O quesito de remuneração também é destacado em outras entrevistas, “nós já tamo tipo quase se aposentando e talvez nossos filhos não vai tocar o que a gente tem né, essa é a grande dificuldade do... da remuneração que tá tendo né” (Entrevistado 11). Complementamos essa afirmação com um trecho de outra entrevista: “para o público mais jovem e baseado aqui na economia local da nossa região, ainda é muito desestímulo, principalmente da geração mais jovem em continuar e fazer aquele processo de sucessão familiar” (Entrevistado 18).

Estas dificuldades não são recentes. Estas podiam ser constatadas a muitos anos, não somente em Chapecó, mas em diversos municípios catarinenses, como destacado em uma reportagem de julho de 2001, no qual foi apontado a opinião dos jovens agricultores acerca da remuneração do seu trabalho, sendo necessário maior renda para continuarem no campo (Pesquisa... 2001).

A falta de uma renda constante e mínima mensal, os prejuízos com as safras, a presença constante de eventos climáticos que prejudicam os cultivos como a falta de chuva ou o fenômeno de granizo, a falta de perspectivas para o futuro, os conflitos entre gerações principalmente em relação a pensamentos e modos de gestão da propriedade causam um desgaste e desmotivação dos jovens para continuarem no campo.

Neste sentido, “a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos” (Puntel, Paiva e Ramos, 2011, p. 3).

Outro fator importante a ser considerado são os empréstimos e o ciclo de endividamento com valores altíssimos. Com isso, vemos que se torna mais um empecilho à continuidade da permanência dos jovens no campo. A falta da renda constante e garantida, um capital de giro baixo/mediano, somado com a necessidade de empréstimos substanciais com certa frequência, se tornam repelentes à vida no campo, permanecendo assim, poucos jovens.

Por conseguinte, para que a sucessão familiar ocorra, é necessário um grande empenho e respeito às opiniões tanto do sucessor quanto de quem será sucedido, para que assim, esse processo ocorra de forma mais harmoniosa e tranquila. Um dos entrevistados relata como ocorreu esse processo de sucessão na propriedade em que reside.

A partir do momento que a família assentou e ocorreu um processo de sucessão natural, então hoje a família conta com 2 filhos, um filho se dedica 100% a propriedade e o outro filho ele se vincula a um emprego terceirizado e o restante do tempo ele teve a questão de continuar ajudando na propriedade e aí a partir desse momento a propriedade assentou e conseguiu tomar algumas decisões principalmente a longo prazo (Entrevistado 18).

E acrescenta que

[...] ocorreu uma tradição muito grande na propriedade, hoje a gente faz muito controle de caixa, controle de investimento, financeiro, destinação de ações, de recursos e a gente trata isso, busca apesar de ser uma cultura familiar, de uma herança com a agricultura familiar aí nessa questão de pais e filhos, as

dificuldades de conversa, mas tentar buscar e tratar isso como negócio (Entrevistado 18).

Desse modo, as dificuldades de sucessão foram e ainda são observadas em municípios próximos a Chapecó, como é o caso de Guatambu, Arvoredo e Nova Itaberaba. Nos anos 2000, essas dificuldades já eram apontadas em reportagens, no qual destacavam que os jovens destes municípios não estavam conseguindo ter as condições adequadas à sua sobrevivência nem mesmo na área urbana do município que residiam, sendo forçados assim a buscar uma melhoria de vida em cidades maiores, como em Chapecó (Municípios... 2000).

Atualmente, relatos parecidos foram encontrados durante os trabalhos de campo. Um dos agricultores familiares entrevistados traz o seguinte depoimento: “a nossa propriedade é pequena e daí eu tenho só dois filhos né, daí um filho acabou saindo por causa que não temos terra pra trabalhar” (Entrevistado 5). A falta de terras, de renda e de condições para prosseguir no trabalho no campo traz impactos e sobrecargas aos que permanecem no campo. Isso impacta não somente no cotidiano, mas ao passo que a aposentadoria se aproxima, é visto um novo horizonte e alívio. Este a aposentadoria vista como um grande aliado na sobrevivência daqueles agricultores familiares que ainda resistem no meio rural (Municípios... 2000).

O que se tem observado atualmente nas propriedades chapecoenses é que o planejamento sucessório com a discussão sobre o andamento atual e futuro da propriedade entre todos os membros envolvidos não é tão comum. O que ocorre é um processo que se concretiza conforme destacado por Ahlert (2009 *apud* Winck *et al.*, 2013, p. 119) por meio da “[...] doação a um ou mais filhos, sendo selado o compromisso com estes sucessores, de cuidarem dos pais até o fim da vida”. Esse processo, foi encontrado em diversas propriedades, umas sendo tocadas por filhos, outras por genros. Neste sentido, foram escassos os relatos que destacaram a mulher como a principal responsável pelo gerenciamento da propriedade.

Pensando no futuro da agricultura familiar em Chapecó e a continuidade dos jovens no campo, devemos nos atentar ao que Drebes e Spanevello (2017) discutem. As autoras debatem as motivações em que cooperativas agropecuárias se fazem presentes no incentivo à sucessão familiar em municípios rio-grandenses e as mesmas destacam que “sem sucessão não existem novos agricultores e não ocorre a renovação entre os cooperados. [...] A sobrevivência das cooperativas agropecuárias exige a sobrevivência dos estabelecimentos agropecuários familiares” (Drebes; Spanevello, 2017, p. 366).

Por conseguinte, isso pode ser relacionado ao que vem ocorrendo em território catarinense e em especial em Chapecó. Há cada vez menos produtores rurais familiares em Chapecó – especialmente os jovens - dando continuidade às atividades ligadas à produção de aves e suínos. Logo, as agroindústrias e cooperativas de carne precisam acessar e convencer novos produtores rurais de outros municípios cada vez mais longe das unidades de abate e processamento a se integrarem para suprir as suas demandas.

4.5 A força da mulher agricultora, as novas alternativas de renda e trabalho no campo

O trabalho desempenhado dia a dia no campo é árduo. Para as mulheres a carga se mostra ainda maior, visto as múltiplas jornadas nos diversos espaços das propriedades. Pertile (2004) aponta os principais trabalhos desenvolvidos pelas agricultoras.

O cotidiano das mulheres agricultoras está carregado de importância para a manutenção da propriedade, da família e, conseqüentemente, da agricultura familiar. Cabe à elas a maior diversidade de tarefas: o trabalho doméstico (alimentação e limpeza), o atendimento às crianças, o cuidado com o gado leiteiro (pastagem, ordenha), o cultivo das chamadas “miudezas” (hortaliças, amendoim, cebola, abóbora), o cultivo do jardim, além da participação nos cuidados no aviário e o auxílio na roça (cultivo de milho, fumo e feijão), sempre que lhes for possível (Pertile, 2004, p. 248).

Para que se chegasse ao reconhecimento destes inúmeros trabalhos realizados pelas agricultoras catarinenses, uma longa jornada de luta foi travada nas últimas décadas. Casagrande (1991) se baseando nos escritos de Dussel (1980) dispõe da ideia de que a lutas das mulheres não se refere a formação de um mundo voltado somente para elas, mas sim de terem seu papel e importância reconhecidos por toda a sociedade, bem como de conquistarem espaços e serem respeitadas.

As conquistas das mulheres do campo possuem base nas batalhas enfrentadas por diversas mulheres catarinenses e é neste ponto que entram os movimentos sociais e a sua história, em especial o Movimento das Mulheres Agricultoras. Este movimento surge a partir de duas razões: a reprodução e continuidade das pequenas propriedades e pelo surgimento de outras organizações de luta no campo em que as mulheres participaram anonimamente (Casagrande, 1991).

O Movimento das Mulheres Agricultoras foi constituído em julho de 1981, no então distrito de Itaberaba em Chapecó – atualmente esse distrito constitui o município de Nova Itaberaba. A igreja, as Comunidades Eclesiais de Base, os clubes de mães, o

Partido dos Trabalhadores e lideranças rurais foram importantes para dar base ao movimento (Casagrande, 1991; Medeiros, 2018).

Inicialmente o movimento somou forças pelos direitos de todos os trabalhadores do campo, somente mais tarde começaram a ser discutidos temas mais específicos relacionados às mulheres, como a “subordinação e submissão da mulher na família” (Casagrande, 1991, p. 48).

Casagrande (1991) e Paula (2022) destacam que uma das primeiras reivindicações foi o direito à participação e a sindicalização individual das mulheres agricultoras. Para isso, de acordo com Casagrande (1991), organizou-se uma chapa para tentar conquistar o comando do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, que era considerado inoperante. A eleição foi ganha pela chapa de oposição com grande participação de mulheres na campanha e tomou posse em fevereiro de 1982.

Com isso, a sindicalização das mulheres agricultoras toma novos rumos, espaços e força pelos municípios de toda a região, carregando consigo o reconhecimento do trabalho, da identidade e dos direitos das mulheres agricultoras. A luta pela aposentadoria, pelos benefícios da previdência social e de assistência médica ganha força também neste período (Casagrande, 1991; Medeiros, 2018).

Entre 1983 e 1984, Casagrande (1991) aponta que o movimento se organiza e no dia internacional da mulher em 1984, ocorre a primeira manifestação no distrito de Itaberaba com mulheres de diversas cidades da região. Nos dois anos seguintes, novamente realizam eventos e comemoram o dia da mulher, também aproveitaram para definir estratégias, como idas para Brasília em busca de mais direitos às mulheres (Casagrande, 1991).

Em agosto de 1986, uma nova concentração foi realizada para pressionar os ministros em relação às reivindicações, reunindo “em Xanxerê com aproximadamente 30 mil mulheres trabalhadoras rurais, segundo o Jornal O Estado” (Casagrande, 1991, p. 49) e esta manifestação gerou impactos positivos, trazendo a proteção e os benefícios da previdência social (Casagrande, 1991; Martins; Brunetto, 2014).

Todo este movimento gerou impactos também dentro das propriedades dessas mulheres e na divisão sexual do trabalho nestes locais, oportunizando a

[...] participação da mulher na administração da economia familiar e nas decisões de investimentos ou mudanças na unidade de produção. Ela começou a ir ao comércio, ao banco, ao sindicato, à cooperativa, à prefeitura, etc. Pode transitar na esfera pública a ser respeitada como tal. É evidente que nem todas as mulheres do movimento conseguiram atingir tal nível de reconhecimento da igualdade de condições na família; e/ou sociedade (Casagrande, 1991, p. 60).

Observa-se que a mulher antes “desprovida de identidade própria, entendendo-se apenas como mulher do produtor” (Casagrande, 1991, p. 34), passa a ganhar novos espaços e reconhecimento pelo seu trabalho desenvolvido, não sendo mais vista somente como “ajudante” do marido nos trabalhos no campo (Casagrande, 1991). O reconhecimento da própria identidade é crucial para que as transformações ocorressem e para a tomada de espaços antes vistos somente como de homens, como por exemplo, cargos políticos e de liderança em cooperativas, sindicatos e outros (Medeiros, 2018).

Partindo desse histórico e conectando com as discussões do item anterior acerca da sucessão familiar e permanência dos jovens no campo, Abramovay *et al.* (2001) ao estudar a realidade de algumas cidades do Oeste Catarinense nos anos 2000, salienta que em propriedades com maior renda a continuidade das atividades no campo é vista com maior otimismo independente do sexo da pessoa, mas a renda também pode proporcionar outras experiências profissionais e pessoais fora do campo.

Essa realidade encontrada por Abramovay *et al.* (2001) assim como representada por Wick *et al.* (2013) ainda está presente no cenário não só chapecoense, mas também se faz presente em outras cidades da região.

Para além disso, podemos observar matérias de jornais que nos fazem refletir sobre outras questões, como a de gênero e outras alternativas de usos do solo rural, que são abordadas com maior naturalidade atualmente, mas para isso foi necessário que houvesse um processo de amadurecimento do pensamento tanto da população rural quanto da urbana, bem como por parte daqueles que se utilizam do discurso de “representar o povo e seus interesses”.

Inúmeras reportagens foram encontradas acerca do aumento do poder e da influência da mulher no e do campo, ocupando mais espaços e sendo ouvidas em diversas esferas e ambientes, apoiando e tratando da criação de novas possibilidades, perspectivas e renda para as mulheres do campo.

Neste sentido, para Spanevello *et al.* (2019), atualmente as mulheres possuem grande presença e assumem o papel de liderança nas atividades não-agrícolas realizadas dentro das propriedades, ganhando mais liberdade de gestão, de colocar em prática as suas ideias e de ter uma fonte de renda própria.

Entre as atividades não-agrícolas comuns na região, podemos citar o turismo rural, artesanatos, produtos coloniais, a constituição de agroindústrias familiares,

comercialização de flores comestíveis, suculentas e extratos de plantas medicinais, entre outras atividades que são encontradas em Chapecó e região.

Essas atividades possuem forte relação com os conhecimentos passados de geração em geração, especialmente entre o público feminino. Por meio destas formas de trabalho, as mulheres do campo conseguem ter maior visibilidade e reconhecimento do seu trabalho, assim como se configura como uma alternativa de agregar maior renda, qualidade de vida para a família, especialmente em propriedades com pouca área ou com relevo muito acidentado (Spanevello *et al.*, 2019).

Nos últimos anos, percebe-se que houve um aumento na conciliação de atividades agrícolas e não-agrícolas no oeste catarinense. As atividades não-agrícolas geralmente começam como uma atividade complementar ao trabalho das mulheres e vai ganhando espaço quando se percebe um aumento da demanda e maior retorno financeiro.

A divisão social do trabalho no campo passa por alterações importantes a partir do momento que as mulheres conseguem ter maior voz e espaço nas atividades desempenhadas na propriedade, ou seja, as atividades não-agrícolas além de dar independência financeira para as jovens e mulheres, contribui para que haja maior paridade no trabalho, nas decisões tomadas e que estas saiam do papel de meras “ajudantes” dos maridos, pais ou irmãos e passem a serem reconhecidas como trabalhadoras (Spanevello *et al.*, 2019).

As hierarquias domésticas sofrem alterações por meio desse processo e trabalhos que antes eram postos majoritariamente para as mulheres, passam a ser uma função de todos os membros (Spanevello *et al.*, 2019). Neste sentido, o que antes proporcionava uma sobrecarga para as mulheres, agora passa a ter um novo significado, diante das recentes mudanças.

[...] as mulheres que reiteraram que passaram a receber auxílio dos filhos e do marido nas atividades domésticas, trouxeram à tona uma realidade de como as atividades não agrícolas contribuíram para um rompimento da divisão sexual do trabalho. Não obstante, visualizar familiares do sexo masculino realizando atividades que antes não realizavam fez com que as mulheres rurais percebessem melhoras subjetivas naquilo que entendem por “bem-estar” e “qualidade de vida” (Spanevello *et al.*, 2019, p. 259).

Os efeitos positivos na vida das mulheres do campo por meio destas novas alternativas de trabalho e renda são muitos, apesar disso, visualiza-se algumas dificuldades também, como na questão de financiamento inicial das atividades não-agrícolas. Visto que estas geralmente não controlam as contas bancárias da família e

precisam contar com a liberação do cônjuge ou pai para ter o montante necessário ou ir em busca de financiamentos em instituições bancárias (Spanevello *et al.*, 2019).

Apesar disso, a oferta de crédito rural voltado para as mulheres vem crescendo nas últimas décadas, assim como ocorre maior estímulo à sua profissionalização e atendimento das suas demandas por meio de Ater (Spanevello *et al.*, 2019).

Nas pesquisas em campo realizadas por Spanevello *et al.* (2019), constatou-se que a maioria das mulheres envolvidas em atividades não-agrícolas são jovens, entre 20 e 29 anos, ou seja, estas atividades podem estar contribuindo para a permanência de mulheres jovens no campo, independente destas serem casadas ou não.

Para Pontili, Staduto e Henrique (2015), os jovens do campo em geral possuem maior escolaridade se comparada aos pais e por não conseguirem ter sua opinião e ideias ouvidas e postas em prática, são os que estão mais suscetíveis a investirem em atividades não-agrícolas dentro ou fora das propriedades familiares.

Diante disso, é perceptível que a presença feminina nas atividades não-agrícolas se destaca, porém vem crescendo nos últimos anos, a presença masculina também nos mais diversos extratos etários, visto a percepção do bom retorno financeiro que estas atividades podem trazer para as propriedades (Pontili; Staduto; Henrique, 2015).

Na década de 1990, Graziano da Silva (1997), analisava um novo rural surgindo, que não podia mais ser entendido somente como agrário, com o trabalho sendo determinado pelo calendário agrícola e pela expansão das áreas de cultivo e pecuária, sendo crescente as atividades não-agrícolas nas mais diversas regiões brasileiras.

O mesmo ainda criticava que neste período, o poder público, especialmente nas esferas federal e estaduais possuíam em sua visão, o desenvolvimento agrícola como forma única de combater a pobreza rural e possibilitar o trabalho no campo, mas o que pode ser realmente observado, é que o meio rural vem ganhando novas funções e ocupações (Graziano da Silva, 1997).

Ao observarmos essa questão no oeste catarinense, podemos identificar que houve um aumento mais expressivo de notícias na mídia e de cursos de capacitação para atividades não-agrícolas a partir dos anos 2000. O turismo rural e agroturismo em Chapecó e cidades próximas, foi ganhando espaço nas propriedades rurais e oportunizando assim, novas experiências e vivências para a população dos centros urbanos conhecendo outras realidades no/do campo, conforme os discursos propagados na mídia local e regional da época.

Em reportagem dos anos 2000, Thaíse Guzzatti, que era representante na época do Centro Estadual de Promoção da Agricultura de Grupo (atual Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro) destacou que foram observadas iniciativas de turismo rural em Lages ao final da década de 1990, porém eram realizadas em terras adquiridas para esse fim por pessoas que não eram agricultoras, o que estava ocasionando a saída de agricultores do campo (Agricultores... 2000a).

Tendo isso em vista, a Cepagro buscou orientar e incentivar que os próprios agricultores familiares investissem nessa atividade, não somente na serra catarinense, mas em outras regiões também, visto que essa atividade pode evitar o êxodo rural, porém Guzzatti alerta para os cuidados acerca da não descaracterização do meio rural e das atividades empenhadas nas propriedades, sendo de fundamental importância para a manutenção do campo (Agricultores... 2000a).

Para Brandenburg (2010) o turismo no campo não o urbaniza e nem implica na

[...] perda da identidade rural. Ao contrário, o turismo vem redefinir a identidade do agricultor ao mesmo tempo em que lhe permite obter maior rendimento econômico e, assim, inserir-se na sociedade moderna mediante uma sociabilidade e um estilo de vida resignificado, sem romper com suas raízes (Brandenburg, 2010, p. 425).

O agroturismo e o turismo rural podem ser vistos como uma fonte de renda complementar ou como a principal, além de trazer novas perspectivas para os jovens no campo. Para se colocar em prática, ainda nos anos 2000, os produtores rurais e/ou seus filhos que buscaram essa alternativa (agroturismo) realizaram cursos de formação e capacitação, para entender os potenciais das propriedades, a forma de apresentar as atividades, as adaptações necessárias na propriedade para receberem de forma mais adequada e acolhedora a todos os visitantes, entre outros aspectos.

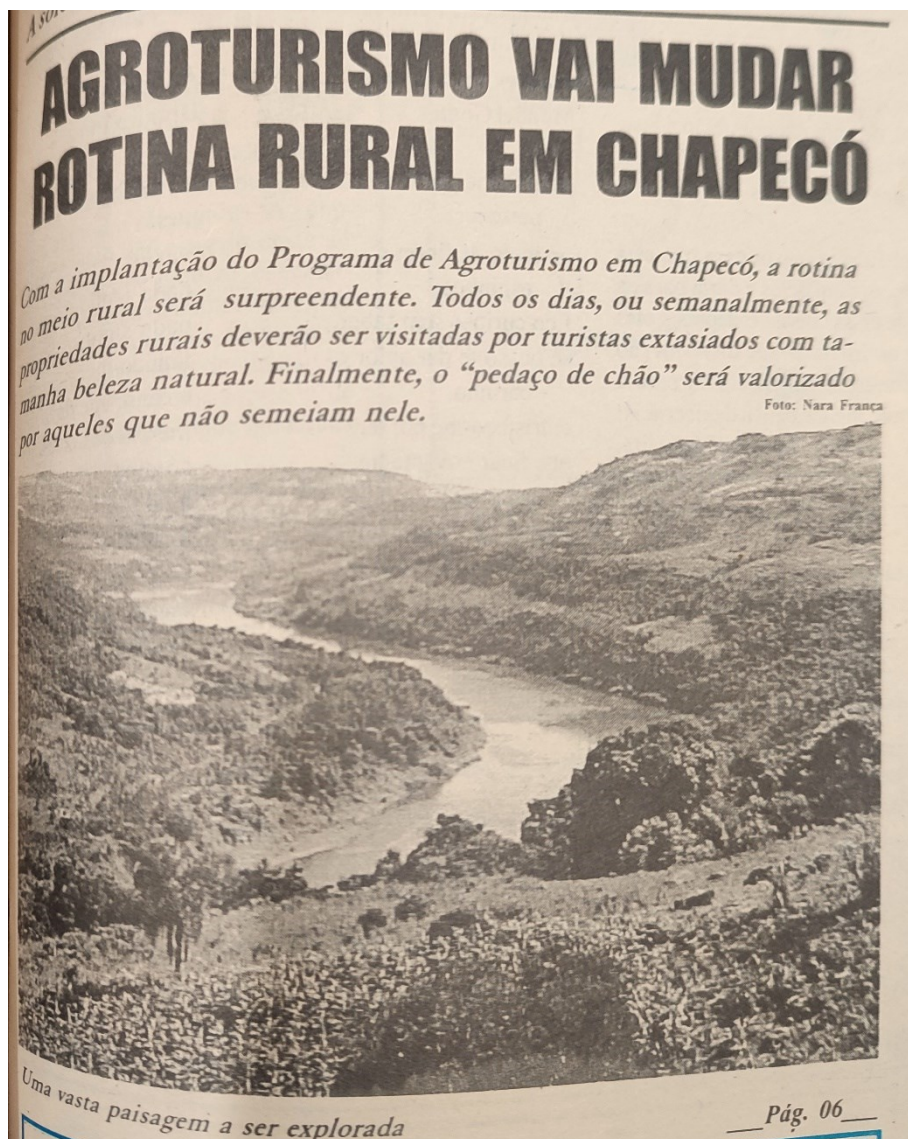
Por sua vez, nos projetos de turismo rural, os cursos de capacitação de monitores turísticos tiveram maior foco em apresentar não uma propriedade em específico, mas sim diversos pontos turísticos espalhados pela cidade, que vão desde locais religiosos até mesmo as agroindústrias (Agricultores... 2000b).

Apesar desta atividade representar uma nova opção de renda aos agricultores familiares, devemos buscar entender até que ponto esse tipo de atividade alcança a realidade e a viabilidade, a rotina das propriedades rurais chapecoenses e as necessidades dos agricultores familiares e seus sucessores, não somente no início dos anos 2000 quando

foi incentivado a implantação dessa atividade, mas também como vem se desenvolvendo e delineando atualmente.

Na figura 29, podemos visualizar uma das propagandas desta atividade veiculada no jornal Diário do Iguaçu, em novembro do ano 2000.

Figura 29 - Agroturismo e rotina rural



Fonte: Agroturismo... (2000). Nota: Documento pertencente ao arquivo do CEOM.

Para Abramovay *et al.* (2001) apesar de haver outras oportunidades surgindo, tendo em vista que seu estudo foi realizado em período próximo ao da reportagem acima, naquele momento eram “quase inexistentes as oportunidades de geração de renda não-agrícolas no meio rural da região” (Abramovay *et al.*, 2001, p. 4).

Os autores ainda identificaram por meio das entrevistas que os mesmos realizaram, que existia naquele período uma significativa pretensão de continuar

realizando atividades vinculadas à agricultura familiar pelos jovens do sexo masculino, “mesmo aqueles vivendo em unidades que não chegam a gerar sequer a renda necessária à reprodução familiar” (Abramovay *et al.*, 2001, p. 4), enquanto as mulheres tinham perspectivas negativas em relação ao futuro profissional no campo (Abramovay *et al.*, 2001).

Assim como outros empreendimentos, os riscos de investir em uma atividade e de perder esses recursos são grandes, caso não sejam administrados da forma correta. Além disso, observa-se que ao longo destas últimas duas décadas, tanto os produtores rurais como o poder público foram investindo nessa atividade, na capacitação e na organização das propriedades. Porém, verifica-se a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas para auxiliar estes agricultores familiares na constituição dessas novas formas de renda no campo.

Diante deste cenário, atualmente vemos que os avanços para usos das propriedades para o turismo rural em Chapecó, segue a passos lentos, mas avançando, como foi destacado em um trecho de uma reportagem acerca de novas opções de atuação e de geração de empregos no campo, apontada a seguir.

Ainda que muitas propriedades tenham belezas naturais que podem passar despercebidas pelos próprios produtores, **a realidade está mudando**. Contar a história da atuação no setor, proporcionar bons momentos, refeições deliciosas e feitas com o amor de quem ali vive - a adequação do agro para o turismo já é uma realidade (Agro 5.0, 2023, n.p., grifo do autor).

O que antes era visto somente como “interior” sem muitos atrativos, atualmente passa a ter novos significados e funcionalidades. O meio rural chapecoense vem se transformando e buscando a pluriatividade e multifuncionalidade, unindo atividades agrícolas, com conservação da paisagem, da cultura, atividades de lazer, entre outras práticas.

O meio rural, atualmente é visto também como um lugar de desejo, descanso, recreação e felicidade, conforme aponta Carneiro (2013) e Silva (2007). Atraindo principalmente a população urbana, cansada do concreto, do barulho, dos horários fixos e da rotina exaustiva do trabalho.

As atividades não-agrícolas, em sua maioria, podem ser combinadas com as atividades agrícolas, oportunizando assim a melhoria de vida da população do campo.

Diversas famílias que antes se dedicavam a produção de carnes e grãos, mudaram parcialmente ou totalmente as atividades desempenhadas em solo chapecoense⁴¹.

Recentemente, a prefeitura de Chapecó está investindo mais nestas atividades não-agrícolas, por meio do projeto “Desbrave Chapecó”, lançado em 2022 em parceria com o Sebrae SC, que conta com formações, edital próprio e auxílio na melhoria e pavimentação dos acessos gerais das linhas que possuem estes empreendimentos (Prefeitura de Chapecó, 2024; Tomaz, 2024, Fossá *et al.*, 2025). Para além da parceria entre a prefeitura e o Sebrae, o projeto recebeu apoio da Epagri, do Senar e do Sindicato Rural de Chapecó (Fossá *et al.*, 2025).

Entre as atividades disponíveis estão cafés coloniais, experiências em propriedades que produzem produtos coloniais como queijos, geleias, vinhos, pães e cachaças, além de atividades de lazer, como piqueniques, banhos de cachoeiras, trilhas, massagens e banho de ervas, atividades culturais, museus, espaços para festas e descanso como chalés e cabanas, passeios a cavalo, experiências práticas como de permacultura, produções agroecológicas de ervas aromáticas, flores comestíveis, chás e suculentas, restaurantes com culinária diversa, tirolesa interestadual, clube com piscinas, entre outras opções (Prefeitura de Chapecó, [2025?]).

As estruturas estão distribuídas pelo município, como pode ser visualizado na figura a seguir.

⁴¹ Ainda não se tem disponível uma base quantitativa dessa alteração. A análise se deu com base nos relatos dos entrevistados e de expositores das feiras visitadas, por meio da visão que estes possuem sobre as mudanças recentes no campo chapecoense.

para o turismo rural são entre 0,1 e 10 hectares, com média de 4,6 ha para estas atividades. Conforme as entrevistas realizadas por Fossá *et al.* (2025), estas propriedades são fruto da herança dos antecessores e que, em alguns casos, as propriedades são da família a cinco décadas ou mais.

Em relação à mão de obra necessária para as propriedades deste projeto, destaca-se grande presença de mão de obra familiar e em casos de contratação, a maioria está disposta em empreendimentos maiores (empresariais).

De acordo com os dados da pesquisa, 75% dos negócios do projeto Desbrave Chapecó são desenvolvidos/gerenciados essencialmente com a mão de obra familiar. Entretanto, esses mesmos negócios geram oportunidade de trabalho, por meio de demandas sazonais, assim como por intermédio da contratação por dia de trabalho. Ao todo estão envolvidos no trabalho dos empreendimentos da iniciativa o total de 134 pessoas. Contudo, a maior parte das contratações estão no empreendimento empresarial, que juntos somam 90 empregos, representando 62,5% do total (Fossá *et al.*, 2025, p. 6).

Metade destes empreendimentos realizam atividades de turismo a mais de 10 anos, enquanto o restante atua a menos de 5 anos, com casos em que ainda estão se organizando para atender essa demanda, sendo possível verificar que o incentivo das instituições públicas e privadas foi um impulsionador do desenvolvimento desta atividade em Chapecó, bem como na melhoria dos serviços e produtos ofertados (Fossá *et al.*, 2025).

Entre os motivos que pesaram na hora da escolha em transformar as propriedades, Fossá *et al.* (2025) destaca que os entrevistados apontaram, a melhora da renda, uma nova oportunidade de trabalho em casa mostrando as qualidades dos trabalhos desenvolvidos no campo e o aumento da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Com relação aos recursos utilizados para implantação e manutenção das atividades nestas propriedades, a maioria dos produtores investiu recursos próprios, visto a falta de políticas públicas de financiamento para esse setor, sendo preciso buscar financiamentos em bancos privados quando necessário (Fossá *et al.*, 2025). Além disso, “não ocorre este suporte nos âmbitos municipal, estadual e federal, por exemplo do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, elaborado há duas décadas e até aqui não chegou de fato ao seu público-alvo” (Fossá *et al.*, 2025, p. 8).

Em relação às contribuições do poder público para essa atividade, os entrevistados de Fossá *et al.* (2025), destacam que não são suficientes e poderiam ser melhoradas, porém outros apontam contribuições nas condições das estradas rurais, na sinalização para a chegada do público às propriedades e na divulgação das atividades. Esse último

item, pode ser observado durante a Feira Efapi de 2025, no qual foi disponibilizado um local para exposição de alguns produtos, degustação, cartilhas, propagandas (figura 31), além da possibilidade de conversar com alguns dos representantes/proprietários dessas propriedades⁴³.

Figura 31 - Estande do Desbrave Chapecó na Feira Efapi - 2025



Fonte: Acervo da autora (2025).

Outros fatores vêm dificultando a expansão da atividade nas propriedades chapecoenses. Entre os desafios estão a dificuldade de conexão via internet nas propriedades, o recolhimento de lixo, especialmente o reciclável e a demanda de energia elétrica trifásica que ainda não está disponível em algumas destas propriedades (Fossá *et al.*, 2025). Entre críticas e elogios, ainda tem muito a ser melhorado nessa atividade, principalmente por parte do poder público incentivando e dando melhores condições aos proprietários para desenvolverem as atividades com qualidade, gerando renda e trabalho no campo.

⁴³ Em sua maioria, as responsáveis pelas apresentações das atividades realizadas nas propriedades participantes do projeto durante a Feira Efapi eram mulheres.

Para além do turismo rural, outras atividades vêm ganhando espaço nas propriedades rurais do município, como o cultivo de noz-pecã⁴⁴ e a instalação de agroindústrias familiares. Com relação a produção de noz-pecã “O Brasil é o quinto produtor mundial e Santa Catarina já é o segundo do ranking nacional e na região de Chapecó está concentrada 90% da produção catarinense” (Branded Studio ND, 2024, n.p.). Este cultivo possui alta rentabilidade se compararmos com outras atividades e cultivos, além de ter um longo período produtivo, que pode perdurar por até 60 anos (Epagri, 2019).

Ademais, esse cultivo além de trazer benefícios para a saúde dos consumidores e ser uma fonte de renda extra, pode ser cultivado conjuntamente com animais, pastagens e plantações, possibilitando “sombra e bem-estar aos animais, adubo para o solo e sequestro de carbono do ar – como é chamado o processo de remoção de gás carbônico da atmosfera” (Branded Studio ND, 2024, n.p.). Em conjunto com este aumento produtivo deste cultivar em Chapecó, alguns estudos estão sendo desenvolvidos para a utilização da casca de noz-pecã em outros cultivos, como em plantações de morangos (Branded Studio ND, 2024).

Apesar disso, o extensionista da Epagri Glauco Lindner traz apontamentos importantes. “O mercado é bom, mas tem muito a ser aberto. Também é preciso vencer a barreira da concorrência da noz chilena, que entra no Brasil com preço menor, mas tem qualidade inferior” (Epagri, 2019, n.p.). O mesmo ainda reforça que se tem poucos estudos sobre este cultivar no Brasil, mas que para a produção catarinense estão sendo usados como referência os resultados de pesquisas dos cultivares no Rio Grande do Sul (maior produtor nacional de noz-pecã). Em relação a comercialização da produção do oeste catarinense é negociada na própria região e também é vendida para indústrias gaúchas (Epagri, 2019).

A união do turismo rural com a culinária da região – que utiliza bastante noz-pecã em tortas e sobremesas – e o crescente estabelecimento de cafés coloniais, restaurantes no interior das cidades da região e do estabelecimento de pequenas agroindústrias familiares vem favorecendo novas alternativas de renda no campo (Branded Studio ND, 2024).

Neste sentido, aponta-se outras experiências que vêm ganhando espaço e se destacando, que é o caso dos circuitos curtos de comercialização em Chapecó e região. A

⁴⁴ Considerada uma atividade agrícola permanente.

agroindústria Bergamin é um exemplo disso. De acordo com Von Dentz, Simões e Rambo (2016), a agroindústria Bergamin é associada a Cooper Familiar e inicialmente trabalhava com doces de frutas, sendo a panificação somente implementada posteriormente, porém, devido à falta de recursos para melhoria na infraestrutura e de máquinas adequadas, o início foi difícil.

Com o aumento da demanda, houve a mudança de local de produção, que inicialmente era realizada na cozinha da casa passou a ocupar o porão da mesma e em 2002, houve melhorias, compras de equipamentos para panificação e buscou-se liberação da vigilância sanitária (Von Dentz, Simões e Rambo, 2016). A empresa começa a vender seus produtos em Cordilheira Alta-SC e em Chapecó-SC em feiras, mercado público, além de atender encomendas para festas particulares e de comunidades, casamentos, entre outros eventos, sendo o contato realizado em sua maioria diretamente entre consumidor e produtor e tendo disponível mais de 60 produtos panificados para comercialização (Von Dentz, Simões e Rambo, 2016).

Novas ampliações surgiram, houve a contratação de funcionários, compra de equipamentos mais modernos e de veículos para transporte dos produtos, além da inauguração da estrutura da sede da empresa em 2006 com 100m², passando posteriormente a ocupar 160m² e tendo apoio em políticas públicas, como o Pronaf Agroindústria (Von Dentz, Simões e Rambo, 2016).

Com estes exemplos, verifica-se a importância dos circuitos curtos de comercialização para dar novas oportunidades e espaços para a comercialização de produtos fora do vínculo com a agroindústria tradicional e agroexportadora. Com menos intermediários, tem-se a facilidade de negociação entre produtor e consumidor, além da valorização maior da produção, da qualidade, da cultura e dos costumes empregados no processo produtivo e na reafirmação do papel e das identidades dos produtores rurais.

Von Dentz, Simões e Rambo (2016, p. 9) ressaltam que

A agricultura familiar, por sua vez, pode ser considerada a principal protagonista pela constituição dos circuitos curtos de comercialização. Dessa forma, os agricultores familiares que não se enquadraram nas exigências tecnológicas que as agroindústrias impuseram ao longo da história, [...] viram-se obrigados a buscar estratégias alternativas, a fim de sobreviver e manter-se no espaço rural. Para isso, adotaram dinâmicas diferenciadas, que se caracterizam através de um processo de diversificação de cultivos e atividades na propriedade e fora dela. Os circuitos curtos de comercialização estão diretamente relacionados a este cenário.

As cooperativas de produções alternativas ligadas à agricultura familiar, além dos movimentos sociais já mencionados, possuem um papel significativo para a preservação e construção das identidades no campo. A Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooper Familiar), ao qual a Agroindústria Bergamin é filiada, pode ser considerada como um exemplo disso.

A Cooper Familiar é uma das cooperativas que integram a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), uma organização sem fins lucrativos que busca apoiar agricultores familiares e pequenas agroindústrias do Oeste Catarinense por meio de alguns serviços como marketing, gestão, controle de qualidade e comercialização (UCAF, s.d.). A presença e os serviços ofertados por essas entidades são de suma importância para aqueles agricultores familiares que buscam novas alternativas fora do sistema de integração e para poderem incorporar nas suas produções as suas tradições.

Portanto, novas alternativas de renda no campo vem sendo desenvolvidas nas últimas duas décadas mesmo que de forma lenta e sendo inserida de modo gradual, visto que para isso, são necessárias mudanças de pensamentos, na forma de ver o meio rural e suas oportunidades de aproveitamento para além do tradicional, bem como pela implementação de políticas públicas voltadas para o novo rural.

A constituição do novo rural, carrega muitas lutas e demandas e por meio disso, entendemos que as mulheres tiveram ao longo da história e ainda tem um papel muito importante no desenvolvimento da agricultura catarinense e na conquista por direitos para todos os agricultores, mas em especial para as mulheres do campo que ganham novos espaços, identidade e possibilidades de renda e trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chapecó não é mais a mesma que a experienciada pelos nossos pais, nossos avós e outros antepassados. Há na paisagem os vestígios de um passado em que as pessoas viviam em um ritmo mais lento, diverso e rico, não necessariamente falando de dinheiro. A vida no campo, que antes era tranquila e desenvolvida de acordo com as vontades dos próprios agricultores, passa na atualidade a ser ditada por empresas e pessoas que nem sequer ali puseram os seus pés. Hoje o que se vê se chama transformação, resultante da reconfiguração do espaço regional e da especialização produtiva em Chapecó e em toda a região.

As agroindústrias e cooperativas de carne vão moldando as regras, as condições e os tempos, tanto no meio rural, quanto no urbano e todos são impactados por essas mudanças, uns mais, outros menos. Novas configurações espaciais surgem, assim como horários de atendimento no comércio e outras instituições são alterados, empresas de apoio e prestadoras de serviços direcionadas ao setor de carnes passam a operar em Chapecó. Aos poucos Chapecó vai sendo moldada e voltada para atender aos interesses do capital.

O poder exercido por estas empresas vai muito além das áreas em que estas estão postas. Este poder se mostrou presente em diversos momentos e tentativas de contato diretamente com as empresas, assim como nas propriedades rurais. Diversos foram os empecilhos encontrados, especialmente nos esforços de comunicação e acesso a documentos/relatórios (que até pouco tempo eram de acesso público) com as grandes empresas do setor de carne e grãos instaladas em Chapecó.

Para realizar uma pesquisa dessa magnitude foi necessário muito esforço, buscando informações, dados, participando de atividades e feiras patrocinadas pelas agroindústrias, coletando materiais impressos e online, conversas e entrevistas, que muitas vezes não dependiam somente do meu esforço e disponibilidade.

O medo foi algo recorrentemente encontrado entre os agricultores familiares diante da possibilidade de serem identificados e conseqüentemente penalizados pelas empresas integradoras ao concederem entrevistas a pesquisadores. Isso impediu que muitos destes participassem efetivamente da pesquisa, apesar de demonstrarem interesse em dar a sua opinião, de serem de fato ouvidos e considerados.

Certamente, poderíamos ter mais relatos impactantes e opiniões construtivas, mas vale ressaltar que as entrevistas podem ser consideradas como uma das partes mais ricas deste trabalho, pois sem dúvida, se não as tivesse conseguido, a tese não ficaria tão detalhada e amparada.

Mesmo com estas dificuldades, buscou-se construir um trabalho detalhado e bem fundamentado, que conciliasse a teoria com a realidade encontrada atualmente em Chapecó e região e a partir disso, pudesse responder a problemática central e as questões norteadoras da pesquisa.

Considerando isso e respondendo à problemática proposta para essa pesquisa, disposta na página 23, entende-se que o crescimento econômico regional foi paradoxal. Visto que foram dadas as condições para a materialização e expansão de grandes empreendimentos agroindustriais de carne e para a especialização produtiva, em

detrimento aos esforços e ao progresso dos produtores rurais. Como também por meio das condições postas, a região é sujeita ao aumento dos riscos socioambientais e tem as suas identidades culturais remodeladas em alguns casos e completamente eliminadas em outras circunstâncias.

Diante das inúmeras transformações e das rupturas ocorridas no território, nas identidades, na economia, no meio ambiente, entendemos que grande parte destas mudanças ocorreram devido a efetivação deste amplo projeto agroindustrial concebido no século passado e que a cada ano passa a ter mais força e poder sobre as relações socioespaciais no campo assim como nos centros urbanos.

A intensificação da produção de animais, gerou e ainda gera impactos significativos ao meio ambiente. Ao longo das últimas décadas, tecnologias e novas formas de descarte ou reuso de materiais e embalagens foram empenhadas para reduzir esses efeitos, assim como foram desenvolvidas ações para a conscientização de toda a sociedade.

As mudanças não foram sentidas somente em relação ao meio ambiente, mas também nos quantitativos produzidos, nos modos de trabalho, de se relacionar com o meio rural, nas atividades desenvolvidas, nas tecnologias utilizadas e nas relações hierárquicas e de gênero dentro e fora das propriedades familiares.

Neste sentido, incentivado pelo governo estadual, empresários e políticos, houve a colonização da região oeste de Santa Catarina, seguindo alguns padrões que lhes eram convenientes. Com a constituição das colônias de migrantes e o estabelecimento destas famílias, ocorreu um crescimento produtivo de carnes, primeiramente com suínos e posteriormente estimulando a produção e comercialização de galináceos. Assim como, também ocorreu a intensificação produtiva de grãos para compor a alimentação animal.

A integração surge como um instrumento de garantia da disponibilidade de animais para as agroindústrias que foram surgindo, assim como para os produtores familiares, esse processo foi visto como uma garantia de venda da produção, porém as relações de subordinação se faziam presentes desde o início, sendo atualmente ainda mais evidente.

Discursos envolventes propagados na mídia pelos agentes produtores do espaço adentram nos pensamentos dos produtores rurais cada vez com maior desenvoltura. Diante disso, se verifica que os representantes do agro se utilizam destes meios para alcançar o maior número de pessoas possível, buscando transformar as opiniões da população por meio dos seus discursos amplamente divulgados nos meios de

comunicação. Assim, na atualidade, estar munido de informações oportunas abrem espaço para que agentes hegemônicos utilizem o território e as redes a seu favor.

Entende-se que as transformações ocorridas no campo são complexas e provocadas por múltiplos fatores, não sendo somente estimulada por questões econômicas ou sociais, mas sim por um conjunto de fatores regidos pelas formas de poder e do capital.

As transformações territoriais, do meio ambiente, das paisagens, o processo de desapropriação e deslocamento das famílias para outras comunidades, perdendo assim os laços afetivos e culturais com o local e com a comunidade são alguns dos reflexos da materialização destes grandes projetos agroindustriais, como o da carne.

Os grandes projetos podem transformar a base da economia regional, impactando assim o sustento das famílias, que por muito tempo praticaram do mesmo modo suas atividades no campo e por meio dos empreendimentos agroindustriais, tiveram que mudar ou interrompê-los totalmente, introduzindo novas formas de trabalho, cultivo e tecnologias no campo.

A partir da instalação desses grandes projetos agroindustriais e do processo colonizatório, novos conflitos e disputas pela terra foram surgindo e consequentemente, cresceram as desigualdades e as vulnerabilidades no campo. O surgimento destas empresas, impõem novos ritmos, regras, tecnologias, modos de trabalho, desvalorização de conhecimento e saberes tradicionais dos produtores rurais familiares e por meio disso, os produtores familiares são pressionados cada vez mais para que haja uma modernização dele próprio, como também das atividades desenvolvidas por estes, para assim se sentirem incluídos nas novas frentes do agronegócio.

Essa a concretização deste projeto agroindustrial, promoveu o rompimento e a reconstrução de identidades, especialmente no período de colonização e nas décadas seguintes, bem como se apropriou de algumas identidades mais aceitas pelos agentes hegemônicos para se desenvolver, por meio do uso de discursos.

As rupturas, propiciaram as mudanças nas formas dos produtores rurais familiares se identificarem e a partir disso, estes reconstroem as suas identidades. Mesmo que isso signifique deixar de lado o vínculo com a nomenclatura de agricultor familiar e passando a se identificar com os discursos do agronegócio empresarial e das narrativas de progresso dispostas na mídia e em campanhas publicitárias.

Atualmente, muitos agricultores familiares não se identificam mais com essa nomenclatura, passando a aceitar a titulação de “empresários rurais” ou “empresários do

agro”, apesar de continuarem exercendo as mesmas atividades que antes os classificavam como agricultores familiares. Outras situações encontradas, foram de agricultores familiares que uniram as identidades tradicionais com alguns dos aspectos do agronegócio, se identificando como agricultores familiares que fazem parte do grande agronegócio, ou seja, possuem orgulho de serem agricultores familiares integrados às cadeias produtivas globais e de buscando unir tecnologia com saberes tradicionais.

Grandes projetos agroindustriais como o da carne buscam dar condições para a sua aceitação social e isto acaba sendo operacionalizado através da apropriação de identidades. O uso de narrativas (discurso de valorização regional), símbolos (figura do homem do agro, tradições), patrocínio cultural (feiras, exposições, shows, rodeios, festas ligadas ao agronegócio) e novas formas de interpretar e apresentar a história do passado regional para justificar as transformações e apropriações ocorridas fazem parte desse processo.

Dessa forma, as identidades locais acabam sendo somente sustentadas de forma superficial para fundamentar o uso do território pelas agroindústrias de carne. As identidades não são neutras e moldá-las de acordo com os interesses dos grandes projetos agroindustriais pela visão destas empresas se faz necessária e de suma importância para a manutenção/ampliação das suas atividades, diminuição de conflitos e disputas no território. Entende-se que podem ocorrer ao mesmo tempo, tanto a apropriação, como a reconstrução ou a ruptura das identidades locais.

Diante disso, a facilidade de acesso à informação na atualidade e a diversidade de canais de acesso a essas informações, contribui para que os discursos do agronegócio atinjam um maior número de produtores rurais, que antes que perceba, já os incorporou e muitas vezes nem percebem que estão em uma relação de subordinação, de precarização das relações trabalhistas e com dificuldades para a manutenção da qualidade de vida familiar.

Ainda, conflitos geracionais mais aprofundados também são reflexos das mudanças no campo, visto que os membros jovens das famílias aceitam mais facilmente a introdução de tecnologias nas propriedades, enquanto seus antecessores possuem maior dificuldade e resistência.

Muitos são os questionamentos sobre o futuro pessoal e profissional que rodeiam os jovens, seus anseios, sonhos e expectativas. Com os pais, não é diferente, pensamentos como o de quem irá cuidar da casa, da propriedade depois que eles não tiverem mais condições, principalmente físicas e com o avanço da idade ou as inúmeras expectativas

colocadas –às vezes impostas - sob determinado filho ou filha, entre tantos outros questionamentos que permeiam os pensamentos.

Refletir e colocar em prática um projeto de sucessão familiar envolve diversos desafios, os quais por vezes encontram barreiras, umas mais difíceis de serem enfrentadas, enquanto outras podem ser resolvidas de forma mais tranquila e rápida. Lidar com o futuro e as suas possibilidades não é simples, ainda mais para a juventude no campo, assim como com as expectativas voltadas na questão de gênero também depositadas em seus sucessores.

Diante disso, a juventude rural não pode ser tratada de forma homogênea, visto que os contextos em que estes estão inseridos influenciam em suas decisões, assim como refletem no sentimento de pertencimento e no reconhecimento de suas identidades, gerando múltiplas perspectivas de futuro, seja dentro ou fora das propriedades rurais familiares.

Ainda, compreende-se que as transformações espaciais e as apropriações territoriais que permeiam a reconfiguração do espaço regional provocam fragilidades, mas também potencialidades. Entre as potencialidades que preservam as permanências no campo, podemos destacar o fortalecimento das redes de cooperação e organização comunitária, as possibilidades de conciliar as atividades econômicas das propriedades com o uso racional dos bens naturais, os novos usos das áreas rurais em atividades não-agrícolas para aumentar a renda das famílias e fortalecimento da base produtiva.

O apoio governamental para fomentar atividades agrícolas e não-agrícolas por meio de concessão de crédito, da assistência e orientação técnica também são algumas das potencialidades, bem como, a promoção da profissionalização dos agricultores familiares por meio de projetos e programas que atendem a realidade e as especificidades regionais e assim promovem maior articulação entre o poder público, as instituições e os produtores rurais. Além da atração de novas empresas, geração de empregos, manutenção e ampliação de políticas de desenvolvimento regional.

Entendemos que muitas das fragilidades encontradas estão relacionadas com a especialização produtiva regional, isto é, à medida que aumenta a especialização produtiva de um território, como no caso encontrado na região, ampliam-se as suas vulnerabilidades e os riscos socioambientais. Entre as fragilidades encontradas, podemos citar a questão da subordinação, da pouca diversidade produtiva, dependência econômica e estrutural em relação às grandes agroindústrias que controlam preços, ditam as normas e o uso de tecnologias.

Além disso, também ocorre maior suscetibilidade a crises, desigualdades sociais no campo e na cidade, vulnerabilidades ocasionadas pela modernização agrícola, aumento na pressão aos agricultores familiares por meio de endividamento, das constantes exigências das integradoras e da diminuição do poder de tomada de decisões, transformação das identidades, precarização das atividades laborais com consequente adoecimento físico e/ou mental, conflitos territoriais e por bens naturais, expansão urbana sobre as áreas rurais.

Assim como, pela homogeneização da paisagem, êxodo rural com maior prevalência entre as jovens, degradação do meio ambiente, redução da biodiversidade e riscos e vulnerabilidades associadas às mudanças climáticas, como por exemplo, quando ocorrem recorrentes estiagens que impactam a oferta de grãos para alimentação animal, afetando assim um setor tão especializado como o da carne.

Outras fragilidades são encontradas, como a baixa adaptação regional a outras atividades no campo, como no caso do turismo rural, que apesar de demonstrar maior abertura nos últimos anos, ainda é tida como uma atividade secundária nas propriedades rurais tanto de Chapecó, como da região, sendo poucas as exceções de propriedades que sobressaem a atividade especializada no geral a partir de atividades não-agrícolas. Além da falta de planejamento integrado entre as esferas públicas para atender de uma forma melhor as demandas dos produtores rurais, especialmente os menos capitalizados e que não conseguem reagir de forma adequada às imposições das grandes agroindústrias e cooperativas.

A especialização produtiva promove a riscos socioambientais e vulnerabilidades territoriais nas áreas onde são instalados os equipamentos das agroindústrias por meio da saturação ambiental (exigindo o máximo do meio ambiente para a produção agropecuária), dependência de um único setor econômico e da lógica de mercado que em momentos de crises sanitárias, políticas ou econômicas, em períodos de diminuição de produção ou fechamento de unidades industriais criam riscos e vulnerabilidades espaciais. Além do adoecimento laboral não somente no campo, mas também nas unidades frigoríficas que enfrentam ritmos intensos de produção e da dependência de mão de obra de outras regiões brasileiras ou de outros países, especialmente aqueles que se encontram em situações de maior fragilidade social, entre outros aspectos.

Neste sentido, é de suma importância que se tenha um aumento dos processos formativos dos movimentos sociais do campo e do fortalecimento da agricultura familiar para que estes consigam ter maior poder e autonomia para decidir os rumos das

propriedades em Chapecó e região. Diante disso, entendemos que algumas instituições como a Epagri, os sindicatos de agricultores familiares, as cooperativas criadas e administradas por agricultores, possuem um papel muito importante no fortalecimento e na formação destes produtores rurais, principalmente no caso das mulheres. Assim como, contribuem na construção de outras alternativas viáveis para serem implementadas nas propriedades rurais familiares tendo em vista as novas realidades e oportunidades encontradas no campo.

Portanto, conclui-se que a especialização produtiva ao condensar e intensificar os esforços produtivos em determinados setores, como o da carne, oportuniza um crescimento econômico contraditório, visto que propicia rupturas por meio de vulnerabilidades territoriais que se fazem presentes. Impactando e trazendo riscos ao meio ambiente, desarticulando as comunidades rurais e o sentimento de pertencimento, modificando os usos da terra, as práticas e os rituais passados por diversas gerações, perda de autonomia simbólica e política. Assim como favorecendo o processo de subordinação, exclusão e desigualdades no meio rural, assim como no urbano e promovendo em alguns casos o rompimento total, assim como em outros casos apenas a alteração e a reconstrução das identidades culturais locais e regionais.

Permanências também são encontradas em relação a territorialização das agroindústrias de carne em Chapecó, como a continuidade da prevalência da mão de obra familiar nas propriedades de Chapecó e da região, tem-se buscado fortalecer e em alguns casos retomar as relações comunitárias e identitárias, que foram fragilizadas com a introdução das agroindústrias e da especialização produtiva, principalmente por grupos de produtores que querem ter outras alternativas produtivas fora dos processos de integração, entre outros.

Perante o exposto nesta pesquisa, se podem abrir diversas novas oportunidades de aprofundamento temáticos em trabalhos futuros, como pela concessão de crédito rural voltado aos jovens e para as novas atividades encontradas no campo. Assim como, na construção das novas identidades encontradas, como o caso dos “empresários rurais”, os impactos gerados pela mídia na propagação de discursos do agronegócio, a criação de políticas públicas que estejam adequadas às diversidades encontradas no campo e no papel dos governos para frear a especulação imobiliária. Estas afetam significativamente Chapecó e municípios do entorno, entre tantas outras opções que poderiam ser elencadas aqui.

REFERÊNCIAS

“INVESTIMOS fortemente em melhorias”, destaca o presidente da CCO, Felipe Balzan, sobre a 22ª edição da Efapi. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, 09 out. 2025. Disponível em: <https://direcional.com.br/diario-do-iguacu/2025-10-09-investimos-fortemente-em-melhorias-destaca-o-presidente-da-cco-felipe-balzan-sobre-a-22a-edicao-da-efapi>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRANDED STUDIO ND. **A expansão da noz pecan em Santa Catarina: sustentabilidade e renda no campo**. ND Mais. Florianópolis, 18 jun. 2024. Agro Saúde, Cooperação. Disponível em: <https://ndmais.com.br/agronegocios/a-expansao-da-noz-pecan-em-santa-catarina-sustentabilidade-e-renda-no-campo/>. Acesso em: 30 set. 2024.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. 39º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Editora Sober. Recife, 2001. Disponível em: <https://sober.org.br/anais/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

AÇÃO na Justiça pede garantias a colonos de Sede Trentin. **Jornal Sul Brasil/Diário O Vale**. Chapecó, p. 7-7. 01 fev. 2001.

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro de produtores de informações sociais, econômicas e territoriais. FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://documentoskoha.s3.amazonaws.com/11342.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

AGRICULTORES catarinenses não querem mais sair da terra. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 11-11. 30 nov. 2000. 2000a.

AGRICULTORES são preparados para desenvolver atividades de turísticas. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 10-10. 21 dez. 2000. 2000b.

AGRO 5.0. Agronegócio catarinense reinventa opções de atuação para geração de mais empregos. **G1 Santa Catarina - NSC**. Florianópolis, 05 out. 2023. Campo e negócios - especial publicitário. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e-negocios/noticia/2023/10/05/agronegocio-catarinense-reinventa-opcoes-de-atuacao-para-geracao-de-mais-empregos.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2024.

AGROINDÚSTRIAS. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 3-3. 09 nov. 2000.

AGRONEGÓCIO brasileiro perde espaço no Mercosul. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 4-4. dez. 2004.

AGROTURISMO vai mudar rotina rural em Chapecó. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 1-1. 24 nov. 2000.

ALBA, Rosa Salete *et al.* Dinâmica populacional no Oeste Catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro e João, 2015. ISBN 978-85-7993-289-2.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013. 150 p., ISBN 978-85-7897-110-6.

ALTOS custos de defensivos nacionais forçam entidades a defender importação. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 11-11. 14 dez. 2000.

ANDREANI, Arthur Carpenedo. Processo de desenvolvimento em Chapecó: inter-relações entre economia e política (1960-1970). 2019. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras – CCHEL, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4423/5/Arthur_Andreani_2019.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 19 mar. 2026.

ANDREOLA, Neuri José. **Os brasileiros e os estrangeiros**: as relações de sociabilidade entre o grupo de brancos e o grupo de negros “em um bairro de Chapecó”. 2015. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1258/1/ANDREOLA.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ARAÚJO, Luany. **Banco do Brasil anuncia R\$ 230 bilhões para Plano Safra 2025/26**. 04 jul. 2025. Contec Brasil. Disponível em: <https://contec.org.br/banco-do-brasil-anuncia-r-230-bilhoes-para-plano-safra-2025-26/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA. **Folha Desbravador e site - Chapecó/SC**. Adjori/SC, Florianópolis, s.d. Disponível em: <https://institucional.adjorisc.com.br/jornais/324/folha-desbravador-e-site>. Acesso em: 25 set. 2024.

AURORA constrói unidade para desenvolvimento genético. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 5-5. 16 maio 2000. 2000.

AVEBRAZIL 2000 reúne autoridades de exportação em Chapecó. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 11-11. 09 e 10 dez. 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR). **Ranking dos Municípios – Ano Agrícola 2021/2022**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRankingMunicipio2122.rdl>. Acesso em: 27 fev. 2026.

BANCO DO BRASIL. **Pronaf Custeio**. 2025a. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/agronegocios/custeio/pronaf-custeio/#:~:text=Com%20o%20Pronaf%20Custeio%20voc%C3%AA,para%20produtor%20de%20agricultura%20familiar..> Acesso em: 18 nov. 2025.

BANCO DO BRASIL. **Pronaf Jovem**. 2025b. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/agronegocios/investimentos/pronaf-jovem/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Painel do Plano Mais Produção**. [2026?]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/painel-plano-mais-producao>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2025a. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Pronaf Mulher**. 2025b. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BASTIANI, Tânia Mara de; STRASSER, Renata Blini. **Permanência dos jovens no campo: para que?**. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS. Pelotas, 2012. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/T%C3%A2nia-Mara-De-Bastiani.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BAUERMANN, Andressa Krieser. **Feiras agropecuárias e tecnificação agrícola: a influência do Itaipu Rural Show no oeste catarinense entre os anos de 1998 e 2017**. 2017. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2024>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BAUERMANN, Andressa Krieser. **Tecnificação agrícola e dinâmica espacial das feiras agropecuárias na região Sul do Brasil**. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4841>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005. 219 p., ISBN 978-8598981147.

BELLANI, Eli Maria. **Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950)**. Cadernos do CEOM, Chapecó, ano 19, n. 23, 2006. p. 73-97. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2101/1191>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BENDER, Lauri. **Cooperativas de crédito e agricultura familiar: a geografia da Cresol Central SC/RS**. 2018. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2880/1/BENDER.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BLAIKIE, Piers *et al.* **Vulnerabilidade. El entorno social, político y económico de los desastres.** Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. 1996. Disponível em: https://www.desenredando.org/public/libros/1996/vesped/vesped-todo_sep-09-2002.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417-429, jul.-dez. 2010. DOI 10.1590/S1414-753X2010000200013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/VB86BXQvfRKB8wqTjn6L7zw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In.: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson. (Org.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. 1. ed. São Carlos: Pedro e João, 2015.

BRANDT, Marlon. Pequena produção mercantil no Vale do Rio do Peixe - SC: notas sobre a Sociedade Catarinense de Banha (1938-1941). **História e-História**, Campinas, v. 1, p. 1-2, 2006.

BRANDT, Marlon. Suinocultura em um espaço de Fronteira: imagens e paisagens (Oeste de Santa Catarina - décadas de 1920 a 1950). **Estudios Rurales**, Argentina, v. 15, n. 27, p. 1-17, 2023. DOI 10.48160/22504001er27.455. Disponível em: <https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/view/455>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Entre florestas e as fronteiras: as paisagens do Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1920 a 1960. **Antíteses**, Londrina, v. 16, n. 32, p. 445-470, 2023. DOI 10.5433/1984-3356.2023v16n32p445-470. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/48541>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. The Caboclo Population of the Araucaria Forest of Santa Catarina: common use of land, expropriation and marginalization. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, Anápolis, v. 12, p. 55-80, 2022. DOI 10.32991/2237-2717.2022v12i2.p55-80. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/571>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. **Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória.** História Unisinos. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011. DOI 10.4013/htu.2011.151.09. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/964>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL FOODS (BRF). **Cadeia Produtiva**. 2023a. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/qualidade/cadeia-produtiva/>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL FOODS (BRF). **Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas**. São Paulo, 2023b. Disponível em: <https://vipfiles.valor.com.br/BDEmpresas/dd4e81cf-e9dd-4d8c-9dca-2c5503257118.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL FOODS (BRF). **Nossas práticas Aves**. 2023c. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sustentabilidade/bem-estar-animal/nossas-praticas/aves/>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL FOODS (BRF). **Portais BRF**. 2023d. Disponível em: <https://www.brf-global.com/portais-brf/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 92.253, de 30 de dezembro de 1985. Declara de utilidade pública, para os fins que especifica, áreas de terras localizadas no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. **Decreto Nº 92.253, de 30 de Dezembro de 1985**. Brasília, 02 jan. 1986. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92253-30-dezembro-1985-442433-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cartilha informativa Produtor Rural**. [2021?]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/programa-mais-alimentos/CartilhaMaisAlimentosAgricultor.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra: 2025/2026**. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2025-2026/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programa Mais Alimentos**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/programa-mais-alimentos>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Nova Indústria Brasil**. [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **ComunicaBR. Fomento à Produção Agrícola, Pecuária e Pesca**. Brasília, 2026a. Disponível em: <https://comunicabr.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **ComunicaBR. Incentivo ao Desenvolvimento Produtivo**. Brasília, 2026b. Disponível em: <https://comunicabr.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Plano Mais Produção (P+P)**. [2026?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/pmaisp>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Resumo das linhas de crédito rural do Pronaf - Safra 2025/2026**. [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/plano-safra-da-agricultura-familiar/documentos/resumo-linhas-plano-safra-pronaf-2025-2026.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Relatório de Avaliação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Ciclo 2020. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/subsidios/relatorio_avaliacao-cmas-2020-pronaf.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Com parceria do BRDE, Aurora inaugura moderna unidade industrial em Chapecó**. BRDE Imprensa, 16 abr. 2024. Disponível em: <https://brde.com.br/noticia/com-parceria-do-brde-aurora-inaugura-moderna-unidade-industrial-em-chapeco/>. Acesso em: 26 out. 2025.

BRUNETTO, Shara. Ruralidades e a permanência da agricultura urbana de Chapecó-SC. In: III Simpósio da Pós-Graduação do Sul do Brasil (SIMPÓS-SUL), 2023. **Anais [...]**. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2024. v. 3, n. 3, p. 1-5. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/18740>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BUENO, Angela. **R\$ 1 bilhão em negócios: feira com megaestrutura quebra recorde histórico em SC**. Ndmais. Chapecó, 29 out. 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/negocios/r-1-bilhao-em-negocios-efapi-2025-quebra-recorde-historico-em-sc/>. Acesso em: 29 out. 2025.

CAMPOS, Indio. História econômica da colonização do Extremo Oeste Catarinense - 1920/1980. **Papers do Naea**, Belém, v. 1, n. 1, p. 1-24, dez. 2013. Periódicos UFPA. DOI 10.18542/papersnaea.v22i1.11297. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11297>. Acesso em: 29 out. 2025.

CAMPOS, Indio. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense**. 1987. 353 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/3574>. Acesso em: 05 nov. 2025.

CANAL de vídeos da Epagri recebe placa por 100 mil inscritos no Youtube. **Epagri**. Florianópolis. 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/canal-de-videos-da-epagri-recebe-placa-por-100-mil-inscritos-no-youtube/>. Acesso em: 23 out. 2025.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-75, dez. 2013. Texto integral

nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997. Disponível em:
<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 23 mar. 2026.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais no campo**: mulheres agricultoras em Santa Catarina. 1991. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106321/83600.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 26 ago. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação. 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 602 p. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt.

CASTILLO, Ricardo Abid. Agricultura globalizado e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério. **Circulação, transporte e território**: diferentes perspectivas. 1ª edição, São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 331-354.

CASTILLO, Ricardo Abid. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma cerrado. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 95-119, 2015. DOI 10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13730. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13730>. Acesso em: 13 set. 2022.

CENTRO de Educação Profissional Getúlio Vargas completa 35 anos com cursos técnicos referência na área agropecuária. Florianópolis: **Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina**, 29 maio 2023. Disponível em:
<https://www.sed.sc.gov.br/centro-de-educacao-profissional-getulio-vargas-completa-35-anos-com-cursos-tecnicos-referencia-na-area-agropecuaria/>. Acesso em: 24 out. 2025.

CERUTTI, Saulo; RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana Terezinha. Conflito territorial e a implantação dos vazios: a luta do povo Kaingang pela demarcação da TI Toldo Chimbangue no pós-1986. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-12, jan.-dez. 2022. DOI 10.15448/2178-3748.2022.1.42607. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/42607>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010. DOI 10.1590/S1982-45132010000100012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sn/a/SgL79tm5fDy9xXB6r3RbzJL/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. 1ª parte, **Boletim Geográfico**. IBGE. Rio de Janeiro, nº 179, p. 139-145, 1964.

COLONOS impedem vistoria em Sede Trentim. **Jornal Sul Brasil/Diário O Vale**. Chapecó, p. 13-13. 03 e 4 mar. 2001.

COMO o cooperativismo muda o mundo? **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 1-2. 5 jul. 2012.

CONFLITO de Sede Trentin é analisado em audiência pública. **Jornal Sul Brasil/Diário O Vale**. Chapecó, 13 mar. 2001. 2001a.

CONFLITO em Sede Trentin vai ao Ministério da Justiça. **Jornal Sul Brasil/Diário O Vale**. Chapecó, p. 1-1. 02 mar. 2001. 2001b.

CONHEÇA o Grupo Condá de comunicação. Institucional. **ClicRDC**. Chapecó, 2020. Disponível em: <https://clicrdc.com.br/institucional/>. Acesso em: 25 set. 2024.

COOPERALFA. **A Cooperalfa**. 2024a. Disponível em: <https://www.cooperalfa.com.br/a-cooperalfa>. Acesso em: 04 mar. 2024.

COOPERALFA. **Comunicação**. 2024b. Disponível em: <https://www.cooperalfa.com.br/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

COOPERALFA. **Revista Cooperalfa**. Chapecó: Assessoria de Imprensa da Cooperalfa, ano 33, ed. 9, fev. 2022. Disponível em: <https://www.cooperalfa.com.br/revista/2022-1/fevereiro-3#pid=1>. Acesso em: 03 abr. 2024.

COOPERANDO é possível mudar o mundo. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 4-4. 05 jul. 2012.

COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS (AURORA COOP). **Comunicação**. s.d. Disponível em: <https://auroracoop.com.br/comunicacao/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS (AURORA COOP). **Sistema Aurora Coop**. [ca. 2025]. Disponível em: <https://auroracoop.com.br/sistema-aurora-coop/#:~:text=S%C3%A3o%2087%20mil%20fam%C3%ADlias%20associadas,uma%20for%C3%A7a%20que%20faz%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 03 mar. 2026.

COOPERATIVA DE TRABALHO E EXTENSÃO RURAL TERRA VIVA (COOPTRASC). **Cursos de capacitação**. s.d. Disponível em: <https://www.cooptrasc.com.br/cursos-de-capacita%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 30 out. 2025.

COOPERATIVA DE TRABALHO E EXTENSÃO RURAL TERRA VIVA (COOPTRASC). **Nossa história**. 2023. Disponível em: <https://www.cooptrasc.com.br/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 30 out. 2025.

COOPERATIVISMO lucratividade garantida. Lucratividade garantida. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 2-2. 05 jul. 2012.

CORRÊA, Pedro. Efapi 2025 promete ser a maior da história. **SCC10**, 10 out. 2025. 2025a. Disponível em: <https://scc10.com.br/coberturas/efapi/efapi-2025-promete-ser-a-maior-da-historia/>. Acesso em: 10 out. 2025.

CORRÊA, Pedro. Efapi do Brasil 2025 movimentou quase R\$ 1 bilhão e supera todas as expectativas. **SCC10**, 29 out. 2025. 2025b. Disponível em:

<https://scc10.com.br/coberturas/efapi/efapi-do-brasil-2025-movimenta-quase-r-1-bilhao-em-negocios/>. Acesso em: 29 out. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72. DOI 10.36661/2448-1092.2007v4n6.12795. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes, fluxos e territórios: uma introdução**. In.: Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro. UFRJ/AGB/IBGE, 1993, pp. 31-32.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Ana Monteiro. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: Uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7982/000563624.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jul. 2022.

CRIADORES são orientados sobre febre aftosa. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 11-11. 01 nov. 2000.

CRUZ, Daniel Scheren da; BRANCO, Sacha Arielle; DICKMANN, Ivo. Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 31, n. 48, p. 60-70, jun. 2018. DOI 10.22562/2018.48.06. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4036>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CURSO da Epagri em Chapecó certifica 51 mulheres agricultoras. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, 24 set. 2025. Disponível em: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/2025-09-24-curso-da-epagri-em-chapeco-certifica-51-mulheres-agricultoras>. Acesso em: 27 out. 2025.

DALMORA, Tiago Wilian Rocha. **Produção agroalimentar avícola no território brasileiro: especialização e vulnerabilidades**. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6204/1/DALMORA.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

DALMORA, Tiago Wilian Rocha; RIPPLINGER, Fabiane. **Das rodas de chimarrão à produção de erva-mate no Sul do Brasil: uma breve análise geográfica**. In: XIV Simpósio de Geografia Unespar, 2020, União da Vitória. O fazer geográfico no Sul Global: espacialidades e temporalidades diversas, 2020. p. 132-143.

DIA internacional da mulher: conheça o Flor-E-Ser, projeto que transforma a vida das mulheres no campo e no mar. **Epagri**, 07 mar. 2025. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/dia-internacional-da-mulher-conheca-o-flor-e-ser-projeto-que-transforma-a-vida-das-mulheres-no-campo-e-no-mar/>. Acesso em: 27 out. 2025.

DIAS, Franciele Miranda Ferreira. Alguns apontamentos sobre a utilização do conceito e método da formação socioespacial para o estudo da rede urbana brasileira. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 39-53, dez. 2022. DOI <http://doi.org/10.5433/got.2022.v8.46322>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/46322>. Acesso em: 09 mar. 2026.

DREBES, Laila Mayara; SPANEVELLO, Rosani Marisa; **Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar**. Holos, ano 33, v. 2. 2017. DOI 10.15628/holos.2017.4210. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4210>. Acesso em: 03 mar. 2023.

DUARTE, Luciano. Círculos de cooperação no espaço e seus dispositivos como difusores da racionalidade neoliberal e do discurso da competitividade. In: SILVA, Luciano Pereira Duarte; FRANK, Bruno José Rodrigues (Orgs.). **Psicosfera: contribuições teóricas a partir de investigações geográficas**. Porto Alegre: Totalbooks, 2023. 229p. DOI 10.52632/978.65.88393.43.7. Disponível em <https://totalbooks.com.br/psicosfera/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

EFAPI 2017: grande público e bons negócios. Chapecó: Prefeitura de Chapecó, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/303/efapi-2017-grande-publico-e-bons-negocios>. Acesso em: 29 out. 2025.

EFAPI DO BRASIL. **Expositores**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2025. Disponível em: <https://efapidobrasil.com.br/expositores/>. Acesso em: 09 out. 2025.

ELEVAGRO. **Especialização em agricultura inteligente**. 2023. Disponível em: https://pages.elevagro.com/fia-extensao-2024?_gl=1*t297f0*_gl*_au*OTgzNzUxNjI2LjE3NjE2MDk1NTY.*_ga*MTUyNzAxODA4NS4xNzYxNjA5NTU1*_ga_468BDLND4R*cze3NjE2MDk1NTUkbzEkZzEkdDE3NjE2MTA3NDIkaQ1JGwwJGgw. Acesso em: 27 out. 2025.

ELEVAGRO. **Explore todos os cursos do agro**. [2025?]. Disponível em: <https://elevagro.com/filtro-categoria/>. Acesso em: 27 out. 2025.

ELEVAGRO. **Pós-Graduação em Solos, Fertilidade e Nutrição de Plantas**. s.d. Disponível em: <https://pages.elevagro.com/pos-graduacao-em-solos>. Acesso em: 27 out. 2025.

EM audiência com o governador, BRF anuncia investimentos de R\$ 643 milhões em SC. Santa Catarina: **Secretaria da Agricultura e Pecuária**, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/em-audiencia-com-o-governador-brf-anuncia-investimentos-de-r-643-milhoes-em-sc/>. Acesso em: 29 out. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **E-Campo:** capacitações online. s.d. Disponível em: <https://e-campo.sede.embrapa.br/>. Acesso em: 30 out. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Com incentivo do Governo do Estado, produtor catarinense pode ter financiamento com juro zero no Plano Safra.** 03 jul. 2025. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/com-incentivo-do-governo-do-estado-produtor-catarinense-pode-ter-financiamento-com-juro-zero-no-plano-safra/>. Acesso em: 02 mar. 2026.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Financia Agro SC destina mais de R\$ 2 milhões para investimentos em cooperativas e associações.** 2024. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/financia-agro-sc-destina-mais-de-r2-milhoes-para-novos-investimentos-em-cooperativas-e-associacoes/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Noz-pecã:** catarinenses apontam vantagens de investir na cultura. 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/noz-pecã-catarinenses-apontam-vantagens-de-investir-na-cultura/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2019/2020.** 2021. Florianópolis: Epagri/Cepa. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2019_20.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.

ESTADÃO CONTEÚDO. Aurora vai inaugurar planta de R\$ 587 milhões em Chapecó. **Uol.** São Paulo. 15 abr. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/04/15/aurora-vai-inaugurar-planta-de-r-587-milhoes-em-chapeco.htm>. Acesso em: 21 maio 2024.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural:** a formação com base na pedagogia da alternância. 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

EXPOMERCO tem R\$ 8 milhões para negócios. **Diário da Manhã.** Chapecó, p. 5-5. 12 e 13 out. 2006.

FACCIN, Ana Carolina Torelli Marquezini; CASTILLO, Ricardo Abid. Vulnerabilidade territorial e implicações sócio-espaciais da expansão do complexo soja no Mato Grosso do Sul. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 15, n. 1, 2017, p. 133-156. DOI 10.5016/estgeo.v15i1.12444. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/12444>. Acesso em: 07 jul. 2023.

FACCIO, Ana Júlian. **A geoeconomia dos complexos produtivos de suínos e aves na região oeste catarinense.** 2025. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-

Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/4664/1/Ana%20J%c3%balia%20Faccio.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2026.

FACCO, Janete; FUJITA, Camila; BERTO, James Luiz. Agroindustrialização e urbanização de Chapecó-SC (1950 – 2010): uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e ambientais. **Redes Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 19, núm. 1, 2014, p. 187-215. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2481>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FARIAS, Fernando Rodrigo. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do sul do Brasil**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160636>. Acesso em: 10 mar. 2026.

FARIAS, Wellinton Azzolini. **A produção do espaço periurbano: um estudo sobre Chapecó (SC)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó e Erechim, 2024. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7519>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAESP). Avicultura de exportação: conjuntura e desafios. **Faesp/Senar**. São Paulo, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://faespsenar.com.br/avicultura-de-exportacao-conjuntura-e-desafios/#:~:text=Construir%20um%20avi%C3%A1rio%20com%2040,2%20milh%C3%B5es%E2%80%9D%2C%20afirma%20Lico..> Acesso em: 17 set. 2024.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FECOAGRO). Programas de TV. **Fecoagro**, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://www.fecoagro.coop.br/programas/#fndtn-panel2-4>. Acesso em: 25 set. 2024.

FERRARI, Dilvan Luiz *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, jan. 2004. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/251>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones século XX e XIX**. Tese doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

FIGUEIREDO, Nayara. Aurora prevê alta na receita após investir R\$ 1 bilhão em expansão. **Globo Rural**. São Paulo. 12 mar. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2024/03/aurora-preve-alta-na-receita-apos-investir-r-1-bilhao-em-expansao.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

FIORI, Laura; CENCI, Valeria. **Após cinco meses de paralisação, BRF retoma produção em Chapecó. Brasil de Fato.** Chapecó, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/27/apos-cinco-meses-de-paralisacao-brf-retoma-producao-em-chapeco>. Acesso em: 06 set. 2021.

FLORENTINO, José. Em ano de expansão, Aurora Coop teve prejuízo de R\$ 137,9 milhões. **Globo Rural.** São Paulo. 26 fev. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2024/02/em-ano-de-expansao-aurora-coop-teve-prejuizo-de-r-1379-milhoes.ghml>. Acesso em: 21 maio 2024.

FLORIANÓPOLIS. Segunda Câmara de Direito Público. Apelação Cível nº 18460-60.2008.8.24.0018. Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Apelação Cível: AC 18460-60.2008.8.24.0018 Chapecó 18460-60.2008.8.24.0018 - Inteiro teor. Relator: Desembargador Francisco Oliveira Neto. **Tribunal de Justiça de Santa Catarina.** Florianópolis, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-sc/825642973/inteiro-teor-825643015>. Acesso em: 19 set. 2024.

FOSSÁ, Juliano Luiz *et al.* Turismo rural: análise da iniciativa “Desbrave Chapecó”. **Turismo, Visão e Ação.** Balneário Camboriú, v. 27, jan./dez. 2025, 13 p. DOI 10.14210/tva.v27.20289. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/20289>. Acesso em: 05 set. 2025.

FRANGO colonial: Uma alternativa para o produtor e também para o consumidor. Uma alternativa para o produtor e também para o consumidor. **Diário da Manhã.** Chapecó, p. 5-5. 03 out. 2006.

FREDERICO, Samuel. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Revista Geografia,** Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 5-18, jan./abr. 2012.

FREIRE, Neison Cabral Ferreira; BONFIM, Cristine Vieira do; NATENZON, Claudia Eleonor. Vulnerabilidade socioambiental, inundações e repercussões na Saúde em regiões periféricas: o caso de Alagoas, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online].** 2014, v. 19, n. 9, pp. 3755-3762. DOI 10.1590/1413-81232014199.07572014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7ZHTp8Z9frPgCh3zLrtR5RD/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2023.

FREITAS, Hélen. **Agronejo:** como o sertanejo virou braço cultural do agro e foi usado pela direita. Repórter Brasil. Brasil de Fato, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/02/agronejo-como-o-sertanejo-virou-braco-cultural-do-agro-e-foi-usado-pela-direita/>. Acesso em: 15 out. 2025.

FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho; DAL SANTO, Mariane Alves; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. Introdução. In.: FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. **Estiagem no Oeste Catarinense:** diagnóstico e resiliência. Relatório Técnico-científico. Florianópolis, 2017. Governo do Estado de Santa Catarina, Defesa Civil. Disponível em: https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/ESTIAGEM_NO_OESTE_miolo_180417.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

FRIGORÍFICOS catarinenses buscam novos mercados. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 1 e 6. Ano 24, nº 284. dez. 2004.

FUJITA, Camila. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p. 312-338, 2013. Ano 15. DOI 10.12957/geouerj.2013.6918. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/6918/5032>. Acesso em: 21 out. 2025.

FUNCIONÁRIOS podem entrar em greve. **Diário do Iguazu**. Chapecó, 10 jul. 2012.

GALINDO, Leonardo da Silva; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Uso corporativo do território e a nova divisão territorial do trabalho da indústria do vestuário no Rio Grande do Norte. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 27-46, 2020. DOI 10.5216/ag.v14i1.60143. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/60143>. Acesso em: 02 out. 2024.

GANDOLFI, Erégia. **Motivações para a permanência ou retorno dos jovens no campo**: o caso do município de Arvoredo-SC. 2017. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1226>. Acesso em: 06 set. 2024.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Erva Mate**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107480/318857.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jul. 2025.

GIONGO, Carmem Regina; MONTEIRO, Janine Kieling; SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-11, 2017. DOI 10.1590/1807-0310/2017v29i47648. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KQf6Qh7NvnRzXF9WKMYnvJD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2025.

GOULARTI FILHO, Alcides. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/viewFile/2049/2431>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GOVERNO de SC mostra 'plantio de moedas' em campanha. **Exame**. São Paulo. 26 out. 2011. Disponível em: <https://exame.com/marketing/governo-de-sc-mostra-plantio-de-moedas-em-campanha/>. Acesso em: 23 out. 2025.

GRANDO; Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luiza Pit; BADALOTTI, Rosana Maria. Políticas públicas na promoção da sucessão familiar no meio rural: avaliação das organizações sociais do Oeste Catarinense. **Colóquio**: Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 16, n. 2, p. 139-160, 2018. DOI 10.26767/1220. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1220>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>. Acesso em: 24 nov. 2025.

GRETZLER, Cristiane. **Chapecó (SC), para além de polo regional, uma cidade média no oeste catarinense**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56277/000860537.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 03 out. 2024.

GRISA, Catia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 545-573, out. 2021. DOI 10.36920/esa-v29n3-3. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5999/599968687003/599968687003.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GRUPO ND. **NDFM 94.1 estreia em Chapecó com programação 100% local**. ND Mais. Florianópolis, 26 set. 2025. Disponível em: https://ndmais.com.br/comportamento/ndfm_chapeco_estreia/. Acesso em: 15 out. 2025.

GUNTHER, Beatriz. **Recursos do Banco do Brasil na safra 25/26 somam R\$ 40 bilhões desde julho**. 19 set. 2025. Canal Rural. Estadão Conteúdo. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/agronegocio/recursos-do-banco-do-brasil-na-safra-25-26-somam-r-40-bilhoes-desde-julho/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GUTOWSKI, Luciane Paula; PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto. Vivências de prazer e sofrimento no trabalho de agricultores familiares. In: NEUMANN, Angélica Paula; CARDOSO, Cassandra; BIASUS, Felipe (org.). **Iniciação à Pesquisa em Psicologia**. Erechim: Edifapes, 2018. 93p. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/publicacoes/E_BOOK_TCC_Iniciacao_a_Pesquisa_em_Psicologia.pdf. Acesso em: 05 nov. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293p.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira *et al.* Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017. 474 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-de-futuro.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

HECK, Fernando Mendonça. A conjuntura política brasileira das duas primeiras décadas do século XXI: territórios da degradação do trabalho e as lutas dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos. **Revista da Anpege**, v. 18, p. 455-480, 2022. DOI 10.5418/ra2022.v18i36.16300. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16300/8907>. Acesso em: 27 set. 2024.

HÜBNER, Renata. **Contribuições da casa familiar rural de Saudades-SC para a permanência da juventude no campo**. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5015/1/H%c3%9cBNER.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ÍNDIOS do Oeste recebem capacitação rural. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 8-8. 21 jun. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 187 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 03 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 202** - População residente, por sexo e situação do domicílio. Sidra/IBGE. Censo demográfico. 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202#resultado>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 837** - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por grupos de atividade econômica, condição produtor em relação às terras, tipo de prática agrícola e grupos de área total. Censo agropecuário 2006. 2009a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/837#resultado>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1098** - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras, sexo, residência e classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento. Censo agropecuário 2006. 2009b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1098>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1111** - Produtores na direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários por sexo do dirigente, grupos de anos de direção e agricultura familiar. Censo agropecuário 2006. 2009c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1111>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1750** - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, por origem da orientação técnica recebida, condição do produtor em relação às terras, nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento e orientação técnica - (MDA). Censo agropecuário 2006. 2009d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1750#resultado>. Acesso em: 04 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 2204**

- Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos, por condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total - (MDA). Censo agropecuário 2006. 2009e. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2204#resultado>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 3939**

- Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Sidra/IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em: 18 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 4714**

- População Residente, Área territorial e Densidade demográfica. Sidra/IBGE. Censo demográfico. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714#resultado>.

Acesso em: 03 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6761**

- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), condição do produtor em relação às terras e grupos de área total. Censo agropecuário 2017. 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6761>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6768**

- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), grupos de atividade econômica e classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento. Censo agropecuário 2017. 2019c. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6768#resultado>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6778**

- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, existência de energia elétrica, condição do produtor em relação às terras, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, grupos de atividade econômica e grupos de área total. Sidra/IBGE. Censo agropecuário. 2019d. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>. Acesso em: 03 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6779**

- Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor. Censo agropecuário 2017. 2019e.

Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6779#resultado>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 6907**

- Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária e Número de cabeças, por tipologia, espécie da pecuária e condição do produtor em relação às terras.

Censo agropecuário 2017. 2019f. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6907#resultado>. Acesso em: 11 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 9923** - População residente, por situação do domicílio. Censo demográfico 2022. 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923#resultado>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA (ICAF-SC). **Transparência**. 2024. Disponível em:
<https://www.icausc.com.br/transparencia-icausc>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO FEDEAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Cursos técnicos**. s.d. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/curso-tecnicos>. Acesso em: 30 out. 2025.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489-509, ago. 2016. DOI 10.1590/1982-3533.2016v25n2art8. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/M8BYFxtzZBpg8Bj6qKvTB7C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2026.

JESUS, Edivane de. **O sistema de integração na produção de aves no Oeste Catarinense**: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2010. 135p. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94684/286971.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 set. 2021.

JUNG, Gilvani Mazzucco. **Trabalho e resistência**: a experiência subordinada de avicultores no sul catarinense (1990-2016). 2018. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Unidade Acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas (Unacsa), Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2018. Disponível em:
<http://repositorio.unesc.net/handle/1/5782>. Acesso em: 05 nov. 2025.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 475-485, 2010. DOI 10.1590/S1982-45132010000300005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sn/a/wQHxbKCXRRmCRVxYLzbXK6p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2025.

KONZEN, Otto Guilherme. A pequena propriedade rural em Santa Catarina: situação, problemas e busca de soluções. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 39-62, nov. 1986. DOI 10.22456/2176-5456.10255. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10255>. Acesso em: 09 set. 2024.

LISBOA, Vinícius. Agência Brasil explica: o que é o Sistema S. Nove entidades prestam serviços de forma independente. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 21 set. 2020.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-sistema-s>. Acesso em: 11 set. 2024.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975). 1997. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/77069/108345.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LOPES, Fernando. BRF expande a oferta de peru. **Valor Econômico - Globo Rural**: Editora Globo. São Paulo, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/03/22/brf-expande-a-oferta-de-peru.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2024.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

LUZ, Ana Ritta da. **Pollen Parque e ACIC realizam edição do hackathon na Mercoagro 2023**. Unochapecó. Chapecó, [ca. 2023]. Disponível em: <https://www.uno.edu.br/noticias/pollen-parque-e-acic-realizam-edicao-do-hackathon-na-mercoagro-2023>. Acesso em: 07 out. 2025.

MADOGLIO, Alexandre Carlos. **Efapi mais que um bairro**. Chapecó: Palma da Mão, 2024. 127 p.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5499627/mod_resource/content/1/Ernest%20Mandel%20-%20O%20capitalismo%20tardio.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. **As dimensões da vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, 2006.

MARONI, João Rodrigo. Criar galinha virou negócio para quem já tem pelo menos R\$ 1 milhão - só pra começar. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/criar-galinha-virou-negocio-que-exige-pelo-menos-r-1-milhao-de-iniciantes/>. Acesso em: 16 set. 2024.

MARTINS, Fabio; BRUNETTO, Sarue. Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 105-114, fev. 2014. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/download/680/304>. Acesso em: 30 set. 2024.

MARTINS, Julliana. BRF anuncia investimento de R\$ 55 bi em 10 anos. **Estadão Conteúdo - Uol**. São Paulo. 09 dez. 2020. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/12/09/brf-anuncia-investimento-de-r-55-bi-em-10-anos.htm>. Acesso em: 21 maio 2024.

MATIELLO, Alexandre Maurício *et al.* Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 1-323.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/311717777_ChapecoSC_o_agronegocio_o_setor_terciario_em_expansao_e_a_crescente_desigualdade_socioespacial. Acesso em: 26 jul. 2024.

MEDEIROS, Silvia. A resistência que vem das mulheres camponesas de Santa Catarina. **Brasil de Fato**. São Paulo, 16 dez. 2018. Especial para Revista do Brasil/Rede Brasil Atual. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/16/a-resistencia-que-vem-das-mulheres-camponesas-de-santa-catarina>. Acesso em: 30 set. 2024.

MENDES, Caroline. **Nucleovet divulga programação científica do 17º Simpósio Brasil Sul de Suinocultura**. Feed&Food. Sorocaba. 12 jun. 2025. Disponível em: <https://feedfood.com.br/nucleovet-divulga-programacao-cientifica-do-17o-simposio-brasil-sul-de-suinocultura/>. Acesso em: 07 out. 2025.

MEMÓRIA Chapecó. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 2-2. 28 dez. 2001.

MERCOAGRO. **ACIC inicia preparativos para Mercoagro 2025**. ACIC. Chapecó, 2023. Disponível em: <https://mercoagro.com.br/noticia/2618/acic-inicia-preparativos-para-mercoagro-2025>. Acesso em: 07 out. 2025.

MERCOAGRO. **Conheça a Mercoagro 2026**: a maior da América Latina no setor. A maior da América Latina no setor. ACIC. Chapecó, 2025a. Disponível em: <https://mercoagro.com.br/conheca-a-feira>. Acesso em: 07 out. 2025.

MERCOAGRO. **Mercoagro 2025**: feira promete conectar negócios e valorizar relações humanas. ACIC. Chapecó, 2024. Disponível em: <https://mercoagro.com.br/noticia/2740/mercoagro-2025-feira-promete-conectar-negocios-e-valorizar-relacoes-humanas>. Acesso em: 07 out. 2025.

MERCOAGRO. **Mercoagro Talks promove palestra on-line sobre o futuro dos alimentos**. ACIC. Chapecó, 2025b. Disponível em: <https://mercoagro.com.br/noticia/2771/mercoagro-talks-promove-palestra-on-line-sobre-o-futuro-dos-alimentos>. Acesso em: 07 out. 2025.

MEURER, Mauro. **Podcast Panorama Agrícola tem série de episódios sobre os Cedups**. Florianópolis: Epagri, 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/podcast-panorama-agricola-tem-serie-de-episodios-sobre-os-cedups/>. Acesso em: 24 out. 2025.

MIECOANSKI, Flavia Regina; MORAES, Marcelo Lopes de. A permanência do jovem no campo: uma análise para a mesorregião sudoeste do paraná. **Extramuros**: Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 154-176, 2019. Disponível em:

<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1022/751>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MIELE, Marcelo; MIRANDA, Claudio Rocha de. **O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21**. In.: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?*. Brasília, DF: Centro de gestão e estudos estratégicos, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert (FES), setembro 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (Org.). **História da Fronteira Sul** (e-book). 1ª ed., 2016, p. 271-297. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/editora/4061-Historia_da_Fronteira_Sul.pdf. Acesso em: 08 abr. 2024.

MONTEIRO, Maurici; SILVA, Pâmela do Vale. Clima, estiagem climática e meses secos. In.: FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho; OLIVEIRA, Francisco Henrique de. **Estiagem no Oeste Catarinense: diagnóstico e resiliência**. Relatório Técnico-científico. Florianópolis, 2017. Governo do Estado de Santa Catarina, Defesa Civil. Disponível em: https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/ESTIAGEM_NO_OESTE_miolo_180417.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. DOI 10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420>. Acesso em: 25 set. 2024.

MORAES, Karin Helena Antunes de. Agricultores podem adquirir sementes de milho da Epagri subsidiadas pelo Programa Terra Boa. 12 jul. 2025a. **Epagri**. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/agricultores-podem-adquirir-sementes-de-milho-da-epagri-subsidiadas-pelo-programa-terra-bou/#:~:text=Agricultores%20podem%20adquirir%20sementes%20de,pelo%20Programa%20Terra%20Boa%20%E2%80%93%20Epagri>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MORAES, Karin Helena Antunes de. Curso da Epagri para agricultoras tem recorde de inscritas em Chapecó. **Epagri**, 08 abr. 2025b. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/curso-para-mulheres-da-epagri-tem-recorde-de-inscritas-em-chapeco/>. Acesso em: 27 out. 2025.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 14, p. 48-60, 2007. DOI 10.33081/formacao.v2i14.645. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645/659>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, 2019. DOI 10.5965/2175180311262019229. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019229>. Acesso em: 11 nov. 2025.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Desmatamento e monocultivos de espécies florestais exóticas na Floresta Ombrófila Mista no Oeste Catarinense. **Cadernos do Ceom**, v. 36, p. 144-156, 2023. DOI 10.22562/2023.59.09. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7686>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MOTTER, Crislaine. **A cidade de Chapecó e suas centralidades**: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16246/1/CidadeChapecoCentralidades.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

MOTTER, Crislaine. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do Oeste Catarinense**. 2020. 235 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29981>. Acesso em: 16 out. 2021.

MUNARINI, Ana Elsa. **A biodiversidade e a livre determinação camponesa em face da legislação sobre organismos geneticamente modificados no Brasil**. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – Unochapecó, Chapecó, 2016. Disponível em: <https://ptolomeu.unochapeco.edu.br/acervo/222003>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MUNICÍPIOS do Oeste sobrevivem com aposentadoria rural. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 11-11. 02 e 03 dez. 2000.

NASCIMENTO, Ederson *et al.* **Atlas socioespacial do oeste de Santa Catarina**. 2. ed. Curitiba: CRV, 2024. 154 p. Disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38890-atlas-socioespacial-do-oeste-de-santa-catarina>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NASCIMENTO, Ederson. Produção de uma topografia social urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 75-94, oct. 2012. ISSN 1984-2201. DOI 10.4215/RM2012.1126.0005. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/798>. Acesso em: 20 mar. 2026.

NASCIMENTO, Sebastião. Frigorífico de suínos da Aurora é duplicado e vai abater 10 mil cabeças/dia. **Globo Rural**. São Paulo, 14 out. 2019. Disponível em:

<https://globo rural.globo.com/Colunas/sebastiao-nascimento/noticia/2019/10/frigorifico-de-suinos-da-aurora-e-duplicado-e-vai-abater-10-mil-cabecasdia.html>. Acesso em: 23 set. 2024.

NDTV. AGRO SAÚDE E COOPERAÇÃO. Florianópolis: **NDTV-ND Play**, 2024. Disponível em: <https://ndmais.com.br/nd-play/programa/agro-saude-e-cooperacao/>. Acesso em: 25 set. 2024.

NETO, Nikolly. **Plano Safra: o que é e como funciona** [guia completo]. Siagri ERP. 2024. Disponível em: <https://www.siagri.com.br/plano-safra/#:~:text=Qual%20o%20per%C3%ADodo%20de%20vig%C3%A2ncia,econ%C3%B4micas%20e%20ambientais%20em%20vigor..> Acesso em: 17 nov. 2025.

NORA, Osmar José; FRASSETTO, Alceu Hermínio. **Parecer solicitando estudos sobre os conflitos entre agricultores e índios Kaingang em Chapecó/SC**. Florianópolis: 1984. 99 p. Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/66416?show=full>. Acesso em: 18 set. 2024.

NOVA tecnologia permite conhecer cada metro quadrado da lavoura. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 28-28. 10 mar. 2008.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **17º Simpósio Brasil Sul de Suinocultura. 16ª Brasil Sul Pig Fair**. Chapecó, 2025a. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/suinocultura>. Acesso em: 07 out. 2025.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **Sobre o evento**. 17º Simpósio Brasil Sul de Suinocultura. 16ª Brasil Sul Pig Fair. Chapecó, 2025b. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/suinocultura/sobre-o-evento>. Acesso em: 07 out. 2025.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **Programação Completa**. 17º Simpósio Brasil Sul de Suinocultura. 16ª Brasil Sul Pig Fair. Chapecó, 2025c. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/suinocultura/programacao>. Acesso em: 07 out. 2025.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **Sobre o evento**. 14º Simpósio Brasil Sul de bovinocultura de leite. 9º Brasil Sul Milk Fair. Chapecó, 2025d. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/bovinocultura/sobre-o-evento>. Acesso em: 15 out. 2025.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **Inscrição**. 14º Simpósio Brasil Sul de bovinocultura de leite. 9º Brasil Sul Milk Fair. Chapecó, 2025e. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/bovinocultura/inscricao>. Acesso em: 15 out. 2025.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **14º Simpósio Brasil Sul de bovinocultura de leite. 9º Brasil Sul Milk Fair.** Chapecó, 2025f. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/bovinocultura>. Acesso em: 15 out. 2025.

NÚCLEO OESTE DE MÉDICOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS (NUCLEOVET). **Programação completa.** 14º Simpósio Brasil Sul de bovinocultura de leite. 9º Brasil Sul Milk Fair. Chapecó, 2025g. Disponível em: <https://nucleovet.com.br/simposios/bovinocultura/programacao>. Acesso em: 15 out. 2025.

O ABANDONO da produção. **Diário do Iguaçu.** Chapecó, p. 1. Ano 15, nº 4427. 30 jul. 2012.

OBSERVATÓRIO DO AGRO CATARINENSE. **Com incentivo do Governo do Estado, produtor catarinense pode ter financiamento com juro zero no Plano Safra.** 2025. Disponível em: <https://www.observatorioagro.sc.gov.br/noticias/politicas-publicas/com-incentivo-do-governo-do-estado-produtor-catarinense-pode-ter-financiamento-com-juro-zero-no-plano-safra/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; ARAÚJO, Fernando Moreira de; QUEIROZ, Carlos César de. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 3, p. 528-551, dez. 2017. DOI 10.5216/bgg.v37i3.50769. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/50769>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ONGHERO, André Luiz. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: Anpuh, 2013. p. 1-16. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364480403_ARQUIVO_AndreLui zOngheroartigoANPUH2013.pdf. Acesso em: 21 nov. 2025.

ORSOLON, Luis. Mercoagro é adiada para 2026 devido a obras de modernização do Parque de Exposições de Chapecó. **Portal Radar.** São Paulo, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://portalradar.com.br/mercoagro-e-adiada-para-2026-devido-a-obras-de-modernizacao-do-parque-de-exposicoes-de-chapeco/>. Acesso em: 07 out. 2025.

OVIDO, Liliana Isabela Benitez. **A imigração recente de venezuelanos e haitianos em Chapecó:** suas crenças e atitudes linguísticas. 2023. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6622/1/OVIDO.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

PADILHA, Wilian; ESPÍNDOLA, Carlos José. O BNDES e o cooperativismo agropecuário brasileiro depois de 2000. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 102-118, maio 2020. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=B-2LUW8AAAAJ&citation_for_view=B-2LUW8AAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC. Acesso em: 11 mar. 2026.

PANDOLFO, Emi. O sonho da casa própria cada vez mais distante em Chapecó. Por Emi Pandolfo. **Desacato**. Florianópolis, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://desacato.info/o-sonho-da-casa-propria-cada-vez-mais-distante-em-chapeco-por-emi-pandolfo/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PAULA, Fernanda Folster de. O Movimento de Mulheres Camponesas em movimento: relações e trajetórias em Santa Catarina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 51, p. 192-221, maio/ago. 2022. DOI 10.5007/2175-7984.2022.e77241. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/77241>. Acesso em: 30 set. 2024.

PAULA, Renata de. Sementes crioulas valem ouro. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ed. 81, ano 11, out. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3091&cat. Acesso em: 31 mar. 2025.

PEDROZO, José Zeferino. Agricultura e agronegócio impulsionam a economia de Santa Catarina. **CNA - Sistema Faesc/Senar-SC**. Florianópolis, p. 1-1. 09 fev. 2023. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/agricultura-e-agronegocio-impulsionam-a-economia-de-santa-catarina#:~:text=A%20agroind%C3%BAstria%2C%20que%20representa%20o,66%20mil%20produtores%20rurais%20integrados..> Acesso em: 25 set. 2024.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Assistência técnica na agricultura brasileira**: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017. Texto para discussão Ipea. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2704.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. A hegemonia do agronegócio brasileiro: tecnosfera, psicosfera e o poder da informação. In: SILVA, Luciano Pereira Duarte; FRANK, Bruno José Rodrigues (Orgs.). **Psicosfera**: contribuições teóricas a partir de investigações geográficas. Porto Alegre: Totalbooks, 2023. 229p. Disponível em: <https://totalbooks.com.br/wp-content/uploads/2024/06/PSICOSFERA.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

PEREIRA, Moacir. Aurora compra Massa Falida do Frigorífico Chapecó em Xaxim. **ND Mais**. Florianópolis, 26 out. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/aurora-compra-massa-falida-do-frigorifico-chapeco-em-xaxim/>. Acesso em: 02 out. 2024.

PERICO, Rafael Echeverri; INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Iica, 2009. 147 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11324/19887>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
Disponível em: <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/Tese-01-PGCN0349-T.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

PERTILE, Noeli. Integrados e não-integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no oeste catarinense. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 2, p. 241-252, maio-ago. 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/857/864>. Acesso em: 09 set. 2024.

PERTILE, Noeli. O capital agroindustrial catarinense e o Estado. **Geotextos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 13-30, jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5267>. Acesso em: 09 set. 2024.

PESQUISA revela que jovem agricultor quer renda maior para permanecer no campo. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 9-9. 25 jul. 2001.

PINTO, Gabriel Victor Rodrigues. **Operação Carne Fraca: uma análise da intervenção estatal no domínio econômico em sua modalidade fiscalizatória**. 2017. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

POLI, Jaci *et al.* Curso de capacitação de jovens em agricultura sustentável, gestão e inovação tecnológica. In: 31º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2014. v. 1, p. 1-6. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117258>. Acesso em: 31 mar. 2025.

POLLON, Priscila. **Aurora Coop abrirá unidade em Xangai para incrementar vendas ao Sudeste Asiático**. Fecoagro. 21/05/2025. Disponível em: <https://www.fecoagro.coop.br/aurora-coop-abrira-unidade-em-xangai-para-incrementar-vendas-ao-sudeste-asiatico/>. Acesso em: 02 mar. 2026.

PONTILI, Rosangela Maria; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; HENRIQUE, Jonas da Silva. Uma discussão do desenvolvimento rural sob o enfoque da participação da população trabalhadora do meio rural em atividades agrícolas e não agrícolas. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 14, n. 26, p. 196-215, 2015. DOI 10.48075/revistacsp.v14i26.12216. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/12216>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. **Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na ruptura política (2015-2019)**. Revista da ANPEGE, v. 16, nº 29, p. 712-767, 2020. DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12500. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12500>. Acesso em: 10 out. 2025.

PREÇO do suíno é reajustado por agroindústrias. **Diário do Iguçu**. Chapecó, p. 11-11. 14 nov. 2000.

PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Efapi do Brasil:** Comércio e indústria projetam grandes negócios e visibilidade. Chapecó, 11 out. 2025. 2025a. Disponível em: <https://chapeco.sc.gov.br/noticia/11193/efapi-do-brasil-comercio-e-industria-projetam-grandes-negocios-e-visibilidade>. Acesso em: 15 out. 2025.

PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Lançada a Efapi do Brasil, em Chapecó.** Chapecó, 29 maio 2025. 2025b. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/10417/lancada-a-efapi-do-brasil-em-chapeco>. Acesso em: 09 out. 2025.

PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Projeto Desbrave Chapecó terá novas rotas turísticas durante o ano de 2024.** 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/8432/projeto-desbrave-chapeco-tera-novas-rotas-turisticas-durante-o-ano-de-2024>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PREFEITURA DE CHAPECÓ. **Rotas dos vales.** Desbrave Chapecó. [2025?]. Disponível em: <https://chapeco.sc.gov.br/desbravechapeco/page2.html>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PROFISSIONALIZAÇÃO melhora qualidade de vida no campo. **Diário da Manhã.** Chapecó, p. 7-7. 18 maio 2000.

PROGRAMA de ensino agrotécnico. Florianópolis: **Epagri**, 2025. Disponível em: <https://ensino.epagri.sc.gov.br/>. Acesso em: 24 out. 2025.

PROGRAMA Terra Boa 2024 vai disponibilizar R\$ 111,12 milhões e beneficiar mais de 66 mil agricultores catarinenses. 14 fev. 2024. **Epagri**. Disponível em: <https://blog.epagri.sc.gov.br/programa-terra-boa-2024-vai-disponibilizar-r11112-milhoes-e-beneficiar-mais-de-66-mil-agricultores-catarinenses/#:~:text=Kit%20Solo%20Saude%20vel,30%25%20sobre%20o%20valor%20total>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PROJETO Cereais de Inverno prevê investimento de R\$ 4,1 milhões para incentivar a produção de ração animal. 04 abr. 2025. **Epagri**. Disponível em: <https://blog.epagri.sc.gov.br/projeto-cereais-de-inverno-preve-investimento-de-r41-milhoes-para-incentivar-a-producao-de-racao-animal/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PROJETO RURAL SUSTENTÁVEL. **Soluções de crédito rural.** Linhas de financiamento para promoção de tecnologias produtivas sustentáveis Plano Safra 2025/2026. 2025. Disponível em: https://www.ruralsustentavel.org/wp-content/uploads/Folder-de-Credito_WEB_compressed.pdf. Acesso em: 18 nov. 2025.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Aguedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: I Circuito de debates acadêmicos, 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.** Brasília: Ipea, 2012. v. 1, p. 1-20. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

QCURSOS. **Curso Técnico em Agronegócios EaD em Chapecó-SC.** 2025a. Disponível em: <https://www.qcursos.com.br/localidades/sc/chapeco/curso-tecnico-em-agronegocios-ead>. Acesso em: 27 out. 2025.

QCURSOS. **Cursos Técnicos EaD.** 2025b. Disponível em: <https://www.qcursos.com.br/cursos/>. Acesso em: 27 out. 2025.

QUESTÕES indígenas injustiçam colonos no Oeste de SC. **Jornal Sul Brasil/Diário O Vale.** Chapecó, p. 3-3. 01 mar. 2001.

RADIN, José Carlos. Colonização da fronteira agrícola do Oeste catarinense e a via de crescimento regional. In: História em debate: VI Seminário de Pesquisa do PPGH/UFFS e VI Seminário de Pesquisa em História da UFFS, 2021, Chapecó. **Anais do História em debate.** Chapecó: UFFS, 2021. v. 4, p. 1-4. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/HD/article/view/16102>. Acesso em: 11 nov. 2025.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense.** 1ª ed. Chapecó: Editora UFFS, 2018. v. 1, 145 p. DOI 10.7476/9788564905658. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rxw94>. Acesso em: 23 jan. 2025.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 475 p.

RBS BRAND STUDIO. **Cresol encerra Plano Safra 24/25 com R\$ 13 bi e projeta novo recorde de crédito rural.** Zero Hora (GZH). Porto Alegre, 14 jul. 2025. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/informecomercial/2025/07/cresol-encerra-plano-safra-24-25-com-r-13-bi-e-projeta-novo-recorde-de-credito-rural-cmcz95zv300420168loljoyt4.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

REDAÇÃO ND. **Aurora de Guatambu prevê quadruplicar abate e gerar novos empregos.** ND Mais - Grupo ND. Chapecó, 06 nov. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/aurora-de-guatambu-preve-quadruplicar-abate-e-gerar-novos-empregos/>. Acesso em: 23 set. 2024.

RIPPLINGER, Fabiane. **A produção de carnes: impactos e transformações do meio rural no oeste catarinense.** Anais do XV Enanpege... Campina Grande: Realize Editora, 2023a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93792>. Acesso em: 08 abr. 2024.

RIPPLINGER, Fabiane. **Dinâmica locacional da indústria: estudo de caso de uma agroindústria catarinense.** 2019. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, UFFS, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3139>. Acesso em: 16 ago. 2024.

RIPPLINGER, Fabiane. **Povos tradicionais, agricultura familiar e as agroindústrias de carne no Oeste Catarinense: breves reflexões e apontamentos.** In.: Anais do I Encontro Nacional – Sociedades Agrárias e Ecodesenvolvimento, 2022: trajetórias e

perspectivas do Rural no bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022). Editora UFVJM, 1ª ed., Diamantina, 2023b. p. 78-90. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1RM4s_QY50jk48ECKO7TlxMo1kFfp6GY0/view. Acesso em: 08 abr. 2024.

RIPPLINGER, Fabiane. **Uso do território e vulnerabilidades:** Produção agroindustrial de carnes e a especialização produtiva do milho no Oeste de Santa Catarina - 2000 a 2020. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2021. 159f.

RIPPLINGER, Fabiane; DALMORA, Tiago Wilian Rocha; SCHERMA, Ricardo Alberto. Geografia da Covid-19 em Santa Catarina: notas sobre o trabalho na criação e na indústria de abates de animais. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 21, n. 2, p. 463-492, maio-out. 2020. DOI 10.33026/peg.v21i2.7816. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7816>. Acesso em: 15 maio 2023.

RIPPLINGER, Fabiane; SCHERMA, Ricardo Alberto; NASCIMENTO, Ederson. Uso do território no oeste de Santa Catarina: produção avícola e as crises de abastecimento. **Geographia Meridionalis**, v. 5, n. 3, p. 225-242, 2020. DOI 10.15210/gm.v5i3.17135. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/17135>. Acesso em: 16 maio 2023.

ROCHA, Douglas Satirio da. “O barril de pólvora de Chapecó”: representações da disputa pela terra em Sede Trentin/Toldo Chimbanguê no jornal o estado - 1982-1985. **Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 271-288, jul./dez. 2016. Dossiê Império Português em Perspectiva: Sociedade, Cultura e Administração (XVI-XIX). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/45676>. Acesso em: 18 set. 2024.

SANTA CATARINA tem muitas riquezas. A maior são as pessoas. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 20-20. 18 jul. 2012.

SANTA CATARINA. Resolução nº 07, de 12 de março de 2021. Dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Santa Catarina – Fomento AGRO SC. **Resolução Nº 07/2021/Sar/Cederural**. Florianópolis, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=410937>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Resolução nº 25, de 02 de dezembro de 2024. Dispõe sobre o Programa Terra Boa 2025 – Projeto Kit Apicultura e Meliponicultura e Aquisição de Abelhas Rainhas Seleccionadas. **Resolução Nº 25/2024/Sar/Cederural**. Florianópolis, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://www2.agricultura.sc.gov.br/arquivos/cederural/resolucoes-2024/929-resolucao-n-025-2024-programa-terra-boa-2025-kit-apicultura-e-abelhas-rainhas/file#:~:text=O%20valor%20por%20abelha%20rainha,30%20de%20maio%20de%202028>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Resolução nº 34, de 06 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o Programa Estadual de Subvenção de Juros - Programa Pronampe Agro SC. **Resolução**

Nº 34/2023/Sar/Cederural. Florianópolis, SC, 13 dez. 2023. 2023a. Disponível em: https://www2.agricultura.sc.gov.br/arquivos/cederural/resolucoes-2023/689-resolucao-34-2023-programa-pronampe-agro-sc/file?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Resolução nº 8, de 17 de janeiro de 2023. Concede nova redação às Resoluções nº 07/2021/SAR/CEDERURAL, 09/2021/SAR/CEDERURAL, 12/2021/SAR/CEDERURAL e 13/2021/SAR/CEDERURAL, de 11 de março de 2021, e 26/2021/SAR/CEDERURAL, de 25 de junho de 2021. **Resolução Nº 08/2023/Sar/Cederural.** Florianópolis, SANTA CATARINA, 17 jan. 2023. 2023b. Disponível em: <https://www2.agricultura.sc.gov.br/arquivos/cederural/resolucoes-2023/672-resolucao-08-2023-altera-redacoes-fomento/file>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Governo de Santa Catarina. **Semana dos Orgânicos terá programação em seis municípios catarinenses.** Agência de Notícias Secom. Florianópolis, maio 2019. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/semana-dos-organicos-tera-programacao-em-seis-municipios-catarinenses/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Financia Agro SC.** [2025a?]. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/financia-agro-sc/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Água no Campo SC.** [2025b?]. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/agua-no-campo-sc/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Pronampe Agro SC.** [2025c?]. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/pronampe-agro-sc/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Jovens e Mulheres em Ação.** [2025d?]. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/jovens-e-mulheres-em-acao/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Solicitar subvenção dos Juros no Programa Investe Agro SC.** 2022a. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/servicos/solicitar-subvencao-dos-juros-no-programa-investe-agro-sc>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Solicitar financiamento do Programa Fomento Agro SC.** 2022b. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/servicos/solicitar-financiamento-do-programa-fomento-agro-sc>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. Governo de Santa Catarina. **Programa Terra Boa.** [2024?]. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/programa-terra-boa/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e Pecuária. **Santa Catarina investe em agricultura sustentável com distribuição de kits para cobertura vegetal.** 16 jun. 2025. 2025a. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/santa-catarina-investe-em-agricultura-sustentavel-com-distribuicao-de-kits-para-cobertura-vegetal/#:~:text=%E2%80%9CEsse%20plantio%20verde%20n%C3%A3o%20%C3%A9,afirma%20o%20governador%20Jorginho%20Mello.&text=Cada%20kit%20tem%20o%20valor,dos%20produtores%20rurais%E2%80%9D%2C%20afirma..> Acesso em: 18 nov. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária. **SC bate recorde histórico nas exportações de carne suína e impulsiona desempenho do agronegócio no primeiro semestre.** 09 jul. 2025. 2025b. Disponível em: <https://www.agricultura.sc.gov.br/sc-bate-recorde-historico-nas-exportacoes-de-carne-suina-e-impulsiona-desempenho-do-agronegocio-no-primeiro-semester/>. Acesso em: 22 out. 2025.

SANTAFÉ AGROINSTITUTO. **Cursos online.** [2025?]. Disponível em: <https://santafeagroinstituto.com.br/cursos-online/>. Acesso em: 27 out. 2025.

SANTOS JUNIOR, Silvio. **A influência dos fatores econômicos institucionais e sociais na inserção das agroindústrias rurais no mercado:** um estudo no meio-oeste de Santa Catarina. 2011. 215 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30262/000778905.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SANTOS, Henrique Faria dos; CASTILLO, Ricardo. **Vulnerabilidade territorial do agronegócio globalizado no Brasil:** crise do setor sucroenergético e implicações locais. *Geosp – Espaço e Tempo (On-line)*, v. 24, n. 3, p. 508-532, dez. 2020. DOI 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.166602. Disponível em: https://revistas.usp.br/geosp/pt_BR/article/view/166602. Acesso em: 12 mar. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed., 2 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 332 p. Anpur. Disponível em: <https://anpur.org.br/territorio-globalizacao-e-fragmentacao/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** Osal: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, CLACSO, ano 6, n. 16, p. 251-261, 2005. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012. 174 p. Acesso em: 02 out. 2024.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista De Geografia, nº 54 (1977), pp. 81-100. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 332 p. Anpur. Disponível em: <https://anpur.org.br/territorio-globalizacao-e-fragmentacao/>. Acesso em: 02 out. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território e territorialidade**. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL. Costa Rica, 2011. pp. 1-16.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192p.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437/5497>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SARON, Flávio de Arruda; NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. As dificuldades de implementação dos programas de apoio à agricultura familiar no Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 35, n. 1, p. 1-16, ago. 2017. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/files/original/c9b53e3e0af2f18fc3f94ffb724da4e0a516e861.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SAVIAN, Moisés. **Sucessão geracional**: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? Revista Espaço acadêmico. Ano XIV, pp. 97-106, 2014.

SAVOLDI, Adiles. RENK, Arlene A. **Territorialidades cruzadas**: a construção das identidades indígenas e caboclas no Oeste Catarinense. 36º Encontro Anual da Anpocs. 2012.

SCALON, Liamara. **Jovens mulheres e a sucessão na agricultura familiar**: um olhar a partir das casas familiares rurais de saudades e modelo. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232605/001134406.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 out. 2025.

SCC10. PROGRAMAÇÃO - SCC SBT. Florianópolis: **SCC10**, 2024. Disponível em: <https://scc10.com.br/programacao/sccsbt/>. Acesso em: 25 set. 2024.

SCHERMA, Ricardo Alberto; RIPPLINGER, Fabiane; DALMORA, Tiago Wilian Rocha. Produção Avícola e o Uso do Território Brasileiro: crises e vulnerabilidades territoriais. In: BERNARDES, Júlia Adão; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PEIXINHO, Dimas Moraes; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes; ARACRI, Luis Angelo dos Santos; ARRUIZZO, Roberta Carvalho (org.). **O setor Carne-grãos no Centro-Oeste: circuitos produtivos dinâmicas territoriais e contradições**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12-41, set. 2020. DOI 10.22295/grifos.v30i51.5656. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SEGNOR, Cássia Regina; BINDA, Andrey Luis. **Distribuição histórica dos loteamentos em Chapecó/SC nos últimos 50 anos**. I Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil. 2022. Universidade Federal da Fronteira Sul. 5 p. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/simpos-sul/article/view/15626/10393>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SEMINÁRIO discute em Chapecó destino das embalagens de agrotóxicos na quinta-feira. **Diário da Manhã**. Chapecó, p. 11-11. 12 dez. 2001.

SENGER, Rafael Willian. **Dinâmicas e circuitos produtivos industriais na região Oeste de Santa Catarina: uma abordagem a partir da relação de comércio internacional Brasil-China**. 2023. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7381>. Acesso em: 22 out. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SANTA CATARINA (SENAR SC). **Cursos**. s.d. Disponível em: <https://eadsc.senar.com.br/cursos>. Acesso em: 15 out. 2025.

SICOOB CENTRAL SC/RS. Sicoob Central SC/RS comemora 39 anos. 08 nov. 2024. **Sicoob**. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/232372951. Acesso em: 18 nov. 2025.

SICOOB CENTRAL SC/RS. **Sicoob projeta liberar R\$ 60 bilhões para o Plano Safra 2025/2026**. 02 jul. 2025. Sicoob. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcentralscrs/noticias/-/asset_publisher/xAioIawpOI5S/content/id/277696325#:~:text=O%20Sicoob%20prev%C3%AA%20a%20libera%C3%A7%C3%A3o,4%20bilh%C3%B5es%20para%20o%20setor. Acesso em: 18 nov. 2025.

SICOOB MAXICRÉDITO. **O que é o Sicoob**. Santa Catarina, 2025. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobmaxicredito/sistema-sicoob>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SICOOB MAXICRÉDITO. **Sicoob MaxiCrédito: nossa história**. Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobmaxicredito/sicoob-maxicredito>. Acesso em: 24 jan. 2025.

SICREDI disponibiliza R\$ 68 bilhões no Plano Safra 2025/2026. 03 jul. 2025. **Sicredi**. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/coop/aliancarssces/noticias/agro/sicredi-disponibiliza-r-68-bilhoes-no-plano-safra-20252026/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, Luís. A procura do turismo em espaço rural. **Etnográfica**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 141-163, 2007. DOI 10.4000/etnografica.1896. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1896>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SIMÕES, Michele da Rosa Scholant. A importância da assistência técnica e extensão rural a produtores de base familiar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1058-1076, jan. 2022. DOI 10.51891/rease.v7i2.4003. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4003>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; SILVA, Laís Ribeiro. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do matopiba. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 149-168, dez. 2019. DOI 10.14393/RCG207242795. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/42795/27603>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 332 p. Anpur. Disponível em: <https://anpur.org.br/territorio-globalizacao-e-fragmentacao/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul. 2012. DOI 10.1590/S0101-73302012000300006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3QpDmM9tDDh4TWYh5CmmHpB/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

SPANEVELLO, Rosani Marisa *et al.* Mulheres Rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019. DOI 10.21527/2237-6453.2019.48.250-265. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7965>. Acesso em: 23 nov. 2025.

SUINOCULTURA ganha sobrevida. **Diário do Iguaçu**. Chapecó, p. 24-24. 13 jul. 2012.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra Indígena Toldo Chimbangue. **Terras Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental.** São Paulo, s.d. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3878>. Acesso em: 18 set. 2024.

TITTON, Mauro (Org.). **Formação interdisciplinar para o trabalho em áreas de reforma agrária:** experiências de um curso de residência agrária. Tubarão: Copiart, 2016. 290 p. Disponível em: <https://residenciapronera.paginas.ufsc.br/files/2017/07/LivroFormacaoInterdisciplinar.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

TOMAZ, Bruna Letícia. **Projeto em Chapecó quer revolucionar o turismo na região:** ‘Visitantes de todo Estado’. 30 jan. 2024. Disponível em: <https://ndmais.com.br/turismo/projeto-em-chapeco-quer-revolucionar-o-turismo-na-regiao-visitantes-de-todo-estado/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p. Tradução de Livia de Oliveira.

TUDO sobre o novo Plano Safra 25/26 e recursos de crédito rural. **Blog Cresol.** 03 jul. 2025. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/novo-plano-safra-e-recursos-de-credito-rural/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

UNIDADE CENTRAL DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO OESTE CATARINENSE (UCAF). **Cooperativas.** Chapecó, s.d. Disponível em: <https://ucaf.org.br/cooperativas/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

UNOESC alfabetiza sem-terras dos assentamentos de SC. **Diário da Manhã.** Chapecó, p. 7-7. 14 jun. 2000.

VALENTINI, Daiane Regina. **Transformação e ressignificação espaço-temporal da paisagem territorial:** o oeste catarinense na pós-modernidade. 2020. 380 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8627875. Acesso em: 21 out. 2025.

VARNIER, Macleidi; NASCIMENTO, Ederson. Mapeamento do uso e ocupação da terra na porção oeste da cidade de Chapecó (SC). In: XI Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica. 11, 2021. **Anais [...].** UFFS: 2021. v. 1, p. 1-5. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/JORNADA/article/view/15448>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz. A extensão rural: ambiente, agricultura e associativismo. **Grifos,** Chapecó, n. 25, p. 127-145, 2008. Disponível em: <https://share.google/gEJsTYAZtIVcqT2jZ>. Acesso em: 29 nov. 2025.

VII Seminário da Juventude Auriverde foi considerado um sucesso. **Diário da Manhã.** Chapecó, p. 9-9. 13 jul. 2001.

VILLELA, Ana Laura Viana; FUJITA, Camila; ALBA, Rosa Salete. Centralidade no Oeste Catarinense: o papel de Chapecó. In: OLIVEIRA, Hédio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. 354 p.

VON DENTZ, Eduardo; SIMÕES, Willian, RAMBO, Anelise Graciele. **Espaço rural no oeste de Santa Catarina e circuitos curtos de comercialização em Chapecó: o caso da agroindústria Bergamin**. In: 54º Congresso da SOBER, 2016, Maceió. Anais do 54º Sober, 2016. Disponível em: <https://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6247.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

WALENDORFF, Rafael. **Sicoob anuncia R\$ 60 bilhões para safra 2025/26**. 02 jul. 2025. Globo Rural. Disponível em: <https://globorural.globo.com/cooperativas/noticia/2025/07/sicoob-anuncia-r-60-bilhoes-para-safra-202526.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2025.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15908>. Acesso em: 05 jun. 2024.

WINCK, Cesar Augustus *et al.* **Processo sucessório em propriedades rurais na região Oeste de Santa Catarina**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 11, n. 2, pp. 115-127, ago./dez. 2013.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene; MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 15, n. 1/2, p. 17-39. 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/acta/article/view/4964>. Acesso em: 28 mar. 2025.

GLOSSÁRIO

Para entender um pouco mais do que dizem os entrevistados e trazer destaque a beleza da diversidade do vocabulário brasileiro, trago abaixo algumas das palavras dispostas ao longo da tese em trechos das entrevistas.

ANDEMO – andamos, estamos, condição de estar sentindo algo

CHIQUEIRÃO/CHIQUEIRÕES - lugar onde ficam alojados os porcos

COISAR – fazer, pagar (varia o significado conforme a situação/contexto)

CUSTÁVEL – que possui grande valor empenhado

UM EITO DE TERRA – muita terra

ENTERTÊ – entreter

ESCANTEADO – deixado de lado

FIRMAS – empresas

GRADEADA – terra que passou pelo processo de gradagem do solo com grade aradora.

LIMPEMO - condição de limpar algo

MARAVALHA – serragem

MIORAR – melhorar

PATEANDO – passar arado, popularmente conhecido como “pé de pato”, para auxiliar na descompactação do solo, melhorar a infiltração de água e também diminuir a erosão.

PIÁ/PIAZADA – menino/meninada

PINCHADO – jogado

PRAS – para as

PONHAR/PONHAM/PONHEMO – colocar/colocam/colocamos

SEMO - somos

TÁ – está

TAMO – estamos

TAVA – estava

TEMO – ter, possuir

TÔ – estou

TU – você

VALETÃO – ravina